



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Programa de Pós-Graduação em História



SUELEM DEMUNER TEIXEIRA

**O RIO DE JANEIRO PELO BRASIL: A
GRANDE REFORMA URBANA NOS
JORNAIS DO PAÍS (1903-1906)**

SUELEM DEMUNER TEIXEIRA

**O RIO DE JANEIRO PELO BRASIL: A GRANDE REFORMA URBANA NOS
JORNAIS DO PAÍS (1903-1906)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, sob a orientação da Prof. Dra. Moema de Rezende Vergara.

**RIO DE JANEIRO
2020**

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

D266 Demuner Teixeira, Suelem
O Rio de Janeiro pelo Brasil: a Grande Reforma Urbana nos jornais do país (1903-1906) / Suelem Demuner Teixeira. -- Rio de Janeiro, 2020.
240

Orientadora: Moema de Rezende Vergara.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

1. Rio de Janeiro. 2. Grande Reforma Urbana. 3. Imprensa. 4. Pereira Passos. 5. Primeira República. I. de Rezende Vergara, Moema, orient. II. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O RIO DE JANEIRO PELO BRASIL: A GRANDE REFORMA URBANA NOS
JORNAIS DO PAÍS (1903-1906)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Moema de Rezende Vergara (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Prof.^a Dr.^a Anita Correia de Lima Almeida
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Prof. Dr. Antônio Edmilson Martins Rodrigues
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RIO.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desse trabalho não teria sido a mesma sem o apoio de pessoas especiais com as quais convivi durante a trajetória do mestrado. Portanto, gostaria de oferecer a esses queridos a minha gratidão pelo incentivo, apoio e amizade.

Primeiramente agradeço à minha orientadora Moema Vergara pela orientação, pelo carinho, por ter acreditado em mim e por ter me ensinado tanto. Foi um privilégio ter sido sua orientanda e vou levá-la sempre em meu coração.

Também gostaria de agradecer aos professores dos cursos ministrados, Heloísa Gesteira, Flávio Limoncic, Maria Regina Celestino e André Nunes de Azevedo. Todos vocês foram muito especiais, transmitindo conhecimentos, indicando leituras e levantando discussões que foram um divisor de águas em minha trajetória acadêmica.

Muito obrigada à professora Anita Correia Lima de Almeida pela gentileza de sempre, pelo apoio e por ter me recebido com tanto carinho no curso de estágio docência.

Agradeço à Priscila Luzivotto, secretária do Programa de Pós-Graduação por toda a orientação nas inscrições em disciplina, pela paciência, simpatia e competência. Sorte a nossa, por termos a Priscila.

Com certeza minha caminhada não teria sido a mesma sem os colegas queridos que conheci e que se tornaram meus amigos, em especial Amanda, Bernardo, Vinícius e Arthur, meu querido Tutu, com quem compartilhei conhecimentos, elogios, angústias, inseguranças e alegrias. Eu amo vocês.

Muito obrigada também aos funcionários da Biblioteca Central da UNIRIO e da Biblioteca CCS/A da UERJ, que se tornaram minha “segunda casa” nos últimos dois anos.

Agradeço ao Arquivo Nacional por ter me concedido a licença para realizar esse trabalho, especialmente ao meu então supervisor Sérgio Miranda de Lima por todo incentivo e carinho. Muito obrigada, Sérgio, por ter conduzido a equipe de Processamento Técnico de Documentos Iconográficos com competência e empatia. Agradeço também ao coordenador de Documentos Audiovisuais e Cartográficos Antônio Laurindo pelo apoio, à então coordenadora geral de Processamento e Preservação do Acervo Adriana Hollós e à direção do Arquivo Nacional. Um abraço carinhoso também aos meus colegas (e amigos) de repartição Cristina

Flores Penha Valle, Maria Lúcia Cerutti, Cláudia Silva, Luiz Cláudio Santos e Mariana Monteiro (hoje nossa supervisora). E à nova integrante da equipe e há tempos minha querida Kelly Emanuela de Souza. Grande abraço também aos servidores lotados nas diversas coordenações pelo trabalho realizado, proporcionando aos pesquisadores o acesso ao acervo documental da Instituição.

Agradeço à minha família, principalmente à minha mãe, minha irmã Suzana e à minha filha Letícia pela compreensão e por serem quem são em minha vida.

E por último gostaria de agradecer também a todos os que não citei acima, mas que moram em meu coração, amigas e amigos queridos com os quais compartilho a minha vida.

A todos vocês, muito obrigada!

RESUMO

O objetivo dessa dissertação é analisar como as reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro no início do século XX foram retratadas nos jornais de outros estados brasileiros. Os discursos da imprensa sobre a remodelação da então capital federal reforçaram sua representação enquanto símbolo do país. Tal representação foi sendo delineada a partir da construção de sua capitalidade, desenvolvida ainda nos tempos coloniais e reforçada com a centralidade adquirida com a chegada da Corte em 1808. Em 1889, o Brasil assiste ao advento da República, que instaura o federalismo. Com um início conturbado e instável, o regime foi se consolidando somente a partir do governo Campos Sales (1898-1902), que afirmou o poder das principais oligarquias no cenário político nacional. Cabia a seu sucessor, Rodrigues Alves (1902-1906), consolidar o regime republicano no conjunto da população brasileira e reforçar os planos de atração de imigrantes e capitais estrangeiros ao país. Para isso, a remodelação da capital federal, vista como uma cidade insalubre e atrasada, seria essencial. O governo Rodrigues Alves patrocina as reformas necessárias, a que o historiador André Nunes de Azevedo chamou de Grande Reforma Urbana. A participação da imprensa ao produzir discursos sobre a Grande Reforma Urbana na capital e em outras regiões do Brasil foi essencial para a construção no imaginário da sociedade de que o país adentrara em uma nova era de prosperidade.

Palavras-chave: Rio de Janeiro – Grande Reforma Urbana – Imprensa – Capitalidade – Brasil – Pereira Passos – Rodrigues Alves – Primeira República

ABSTRACT

This dissertation analyzes how the urban reforms that took place in Rio de Janeiro at the beginning of the 20th century were portrayed in the newspapers of other Brazilian states. Journalistic discourse about the remodeling of the federal capital made it a representative symbol of the country. This rhetoric began in the colonial era with the formation of Rio's 'capitalidade' (as the country's most well-known city if not its political capital), reinforced with the arrival of the Court in 1808. In 1889, Brazil witnessed the advent of the Republic, which established a federalized form of governance. After a troubled and unstable beginning, the regime was consolidated only after the Campos Sales government (1898-1902), which established the power of the main oligarchies on the national political scene. It was his successor, Rodrigues Alves (1902-1906), who consolidated the republican regime across Brazil as a whole and reinforced plans to attract immigrants and foreign capital to the country. For this, a remodeling of the federal capital, seen as an unhealthy and backward city, would be essential. The Rodrigues Alves government sponsored the necessary reforms, what historian André Nunes de Azevedo calls the 'Grande Reforma Urbana'. The rhetorical participation of the press in covering the 'Great Urban Reform' both in the capital and in other regions of Brazil was essential to the construction within society's imaginary of the country having entered a new era of prosperity.

Keywords: Rio de Janeiro – “Grande Reforma Urbana” – Press – Capitality – Brazil – Pereira Passos – Rodrigues Alves – First Republic

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. A cidade do Rio de Janeiro nos meados do século XIX baseada na Planta Garnier de 1852 (BARREIROS, Eduardo Canabrava. Atlas da Evolução Urbana do Rio de Janeiro 1565-1965, p.21) 35
2. A cidade do Rio de Janeiro nos princípios do século XX após a reforma Pereira Passos baseada na planta de 1910 do temente Francisco Jaguaire Gomes de Mattos (BARREIROS, Eduardo Canabrava. Atlas da Evolução Urbana do Rio de Janeiro 1565-1965, p. 23) 36
3. Aparência do Rio de Janeiro, 1666 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Família Ferrez) 53
4. Planta da cidade do Rio de Janeiro, 1769 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Família Ferrez) 55
5. GATTI e DURA. Vista da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1844 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Ordens Honoríficas) 59
6. A cidade do Rio de Janeiro nos princípios do século XIX baseada na Planta Régia de 1808/1812 ((BARREIROS, Eduardo Canabrava. Atlas da Evolução Urbana do Rio de Janeiro 1565-1965) 62
7. BUVELOT, Louis. Um mercado de barracas no Rio de Janeiro, 1840 Acervo Arquivo Nacional – Fundo Família Ferrez)63
8. BUVELOT, Louis. Igreja da Lapa e Convento de Santa Teresa, 1840 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Família Ferrez) 64
9. BUVELOT, Louis. Saco da Gamboa, 1840 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Família Ferrez) 64
10. Vista do Morro do Castelo, 1865 (FERREZ, Gilberto. *Fotografia no Brasil, 1840-1900*, p. 38) 66
11. Panorama da cidade, 1890 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas) 73
12. Vista do Morro do Castelo, 1890 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas) 74
13. Pereira Passos (acervo Arquivo Nacional – Fundo Correio da Manhã) 77
14. Fachada da Caixa de Amortização, 1905 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Comissão Construtora da Avenida Central) 79

15. Pereira Passos na capa da <i>Revista da Semana</i> , 25 de junho de 1905 (Acervo Fundação Biblioteca Nacional)	82
16. Avenida Central, 1906 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)	85
17. Carta do Império do Brasil com a designação das ferrovias, colônias, engenhos centrais, linhas telegráficas e navegação a vapor, 1883. (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos)	97
18. Mapa Telegráfico do Brasil em 1900 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Francisco Bhering)	98
19. Estrada de ferro São Paulo x Rio de Janeiro, 1875 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Francisco Bhering)	100
20. Planta Geral da Estrada de Ferro Central do Brasil e da dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, 1890 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Academia Brasileira de Letras)	100
21. Estrada de Ferro Central do Brasil, 1900 (Acervo do Arquivo Nacional – fundo Francisco Bhering)	101
22. Planta Geral da E.F. Central do Brasil, 1904 (Acervo do Arquivo Nacional – fundo Francisco Bhering)	102
23. Charge do Prefeito Pereira Passos (acervo Arquivo Nacional – Fundo Correio da Manhã)	111
24. Revista da Semana, <i>O “Jornal do Brasil”</i> , 25 de junho de 1905 (Acervo Fundação Biblioteca Nacional)	120
25. Prédio do Jornal do Commercio na Avenida Central, 1906 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)	123
26. Avenida Central, edifício d’ O Paiz, 1906 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)	126
27. O Estado de São Paulo, edição de 22 de maio de 1907 (Acervo Fundação Biblioteca Nacional)	130
28. Anúncios do jornal <i>O Pharol</i> , de Juiz de Fora, MG. Edição de 11 de agosto de 1903 (Acervo Fundação Biblioteca Nacional)	133

29. Reprodução do jornal Correio do Brazil, <i>Ao bahiano distinto</i> Dr.J.J. Seabra. Edição de 21 de agosto de 1903 (Acervo Fundação Biblioteca Nacional)	143
30. Reprodução do jornal <i>Gazeta da Bahia</i> . Edição de 22 de fevereiro de 1913 (Acervo Fundação Biblioteca Nacional)	149
31. Mapa da Província de São Paulo mandado organizar pela Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, 1886 (Acervo do Arquivo Nacional – fundo Francisco Lobo Leite Pereira)	166
32. Avenida Paulista, 1900 (FERREZ, Gilberto. <i>Fotografia no Brasil, 1840-1900</i> , p. 226)	167
33. Estação da Luz, 1900 (FERREZ, Gilberto. <i>Fotografia no Brasil, 1840-1900</i> , p. 225)	169
34. Antigo Curral del Rei, 1896 (<i>Histórias de bairros de Belo Horizonte</i> . Produzido pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, p. 9)	172
35. Projeto de dois prédios na Avenida Central, 1905 (acervo Arquivo Nacional – Fundo Comissão Construtora da Avenida Central)	185
36. Extremidade Sul da Avenida Central, 1910 (FERREZ, Marc. <i>O álbum da Avenida Central. Um documento fotográfico da construção da Avenida Rio Branco</i> , p.35)	186
37. Theatro Municipal, 1906 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)	187
38. Avenida Central, trecho do Clube de Engenharia, 1906 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)	187
39. Avenida Central, trecho do Rua da Ajuda, 1906 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)	189
40. Alto da Boa Vista - Tijuca (Revista Kosmos, dezembro de 1906) (Acervo Fundação Biblioteca Nacional)	192
41. Obelisco, trecho inicial da Avenida Beira-Mar, 1906 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)	194
42. Passeio Público, 1906 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)	194
43. Avenida Beira-Mar, trecho do Passeio Público, 1906 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)	195
44. Copacabana, 1908 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)	197

45. Copacabana e Leme, 1921 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)	197
46. Praia da Glória, 1890 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)	200
47. Avenida Beira-Mar, trecho da Glória, 1906 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)	201
48. Avenida Beira-Mar, trecho da Rua do Russel, 1906 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)	202
49. Entrada da Barra, bairro de Botafogo – Vista tomada do Pico do Corcovado (Revista Kosmos, Dezembro de 1906 - Acervo Fundação Biblioteca Nacional)	205

LISTA DE TABELAS

1. Recenseamento do Rio de Janeiro realizado em 20 de setembro de 190633
2. Analfabetismo em diversos Estados do Brasil – Recenseamento de 1906 213

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 – RIO DE JANEIRO: DO DESENVOLVIMENTO DA CAPITALIDADE À GRANDE REFORMA URBANA.....	26
1.1 – Considerações sobre a historiografia das reformas.....	26
1.2 – Rio de Janeiro, cidade-capital.....	47
1.2.1 – O desenvolvimento da capitalidade do Rio de Janeiro.....	50
1.3 – A urbanização da capital no século XIX.....	61
1.3.1 – As contradições do Rio Imperial.....	67
1.3.2 – A Comissão de Melhoramentos e a emergência da Engenharia.....	70
1.3.3 – Um novo regime, novos e antigos problemas.....	72
1.4 – A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro.....	76
1.4.1 – O prefeito Pereira Passos.....	77
2 – O DESENVOLVIMENTO DA IMPRENSA NO BRASIL.....	87
2.1 – A imprensa brasileira no século XIX.....	87
2.2 – Novos tempos, nova imprensa.....	106
2.2.1 – As revistas ilustradas no contexto da modernização da capital.....	109
2.3 – O papel do jornalista na produção dos discursos sobre a capital.....	113
2.4 – A Grande Reforma Urbana nos jornais brasileiros.....	117
2.5 – Os representantes da remodelação da capital.....	137
2.5.1 – Pereira Passos o grande nome da mudança.....	144
2.6 – O legado da Grande Reforma Urbana.....	156
3 – O RIO DE JANEIRO COMO SÍMBOLO DO BRASIL.....	159
3.1 – O federalismo e o esvaziamento político da capital.....	160
3.1.2 – A ascensão de São Paulo na gestão de Campos Sales.....	165
3.1.3 – Mudanças na capital, mudanças para o Brasil.....	175
3.2 – Os investimentos simbólicos na capital.....	182
3.2.1 – A Avenida Central: o carro-chefe da Grande Reforma Urbana.....	185
3.2.2 – A Avenida Beira-Mar e a valorização da área Sul da cidade.....	191
3.3 – Uma capital remodelada pelos discursos.....	206
CONCLUSÃO.....	218
Referências bibliográficas e documentais.....	224

INTRODUÇÃO

O objetivo dessa dissertação é abordar a presença da Grande Reforma Urbana, conceito atribuído pelo historiador André Nunes de Azevedo às duas reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro entre 1903 e 1906, nos jornais de outros estados brasileiros, em um momento de legitimação do regime republicano a partir da representação do Rio de Janeiro enquanto vitrine do país. O termo “Grande Reforma Urbana” foi cunhado pelo historiador André Nunes de Azevedo e se refere às duas reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro entre 1903 e 1906. A Grande Reforma Urbana reuniu dois projetos: um projeto organizado por uma equipe do governo federal e um organizado pelo prefeito Pereira Passos. Enquanto as reformas do governo federal se pautavam pelos ideais de progresso material, as reformas da administração municipal, comandadas por Pereira Passos, se pautavam por uma visão eurocêntrica que privilegiou os melhoramentos estéticos e a “europeização” dos hábitos da população. Tais projetos foram um investimento material e simbólico na cidade com intenções que se voltavam tanto para o exterior quanto para o interior do país. Além de melhorarem a imagem da capital no exterior no sentido da presença estrangeira no país, tanto pela atração mão de obra quanto por investimentos, visavam também a legitimação do regime republicano a nível nacional e internacional.

O novo regime político, que já havia atendido a interesses da elite oligárquica, daria um novo passo, o de se tornar um projeto que alcançasse o conjunto da população. Com o apoio da imprensa, as transformações da capital ganhariam uma dimensão nacional, com o intuito de projetar no imaginário da população brasileira um consenso, um sentimento de orgulho nacional e de expectativas de que as modernizações ultrapassassem as fronteiras da capital se espalhassem pelo país. Segundo Margarida de Souza Neves, as mudanças na capital antecipariam para o restante do país um modelo utópico de um futuro de progresso e civilização de âmbito nacional¹. Ao publicar notícias sobre a capital, os jornais dos outros estados não tinham apenas a pretensão de deixar seus leitores a par dos acontecimentos, mas também de provocar nesses leitores a aceitação do novo regime.

¹NEVES, Margarida de Souza. *Brasil! Acertai vossos ponteiros!*, 1992. p. 5.

No início do século XX, o Rio de Janeiro passou por uma remodelação a fim de renovar a imagem da cidade como a capital que o Brasil almejava ter e mostrar. A capital também ostentava na época a péssima imagem de cidade insalubre (*atrapalhando a vinda de imigrantes estrangeiros*) e ainda vivia um momento de abalo de sua capitalidade², devido ao novo regime federalista implantado pela República. A remodelação da capital federal estava incluída nos planos de uma grande reforma urbana, composta por duas reformas, uma de responsabilidade do governo federal e outra da administração municipal. O governo federal, presidido por Rodrigues Alves (1902-1906), se encarregara das obras do Porto do Rio de Janeiro e das obras complementares à circulação e relacionadas a esse porto, como a Avenida Central, a avenida do cais (atual Rodrigues Alves) e o canal do Mangue³.

À administração municipal, cujo maior representante fora o então prefeito Pereira Passos (1902-1906), coube a abertura e alargamento de outras ruas (a fim de melhorar a circulação) e medidas direcionadas ao saneamento e embelezamento da capital.

Outro e mais complexo foi o fim a que procurou satisfazer o plano de melhoramentos da Prefeitura. Dar maior franqueza ao tráfego crescente das ruas da cidade, iniciar a substituição das nossas mais ignóbeis vielas por largas ruas arborizadas, promover melhores condições estéticas e higiênicas para as construções urbanas, proporcionar aos grandes coletores das canalizações subterrâneas maior facilidade de *colocação (rever)* e visita, encurtar as distâncias a percorrer na cidade, substituir os infectos rios da parte baixa dos arrabaldes por galerias estanques, sanear, embelezar, melhorar enfim a nossa maltratada capital: eis os intuítos da Prefeitura elaborando o seu plano de melhoramentos.⁴

As mudanças que ocorriam na capital no início do século XX, mais precisamente entre 1903 e 1906, envolveram uma série de interesses e tiveram ampla divulgação na imprensa da época, não somente na cidade do Rio de Janeiro como nos outros estados do Brasil. Os jornais dos outros estados possuíam colunas dedicadas aos acontecimentos em

²As análises sobre a capitalidade do Rio de Janeiro serão aprofundadas no terceiro capítulo dessa dissertação. Margarida de Souza Neves estuda o conceito de capitalidade aplicado ao Rio de Janeiro na virada do século enquanto cidade-capital. Segundo Margarida Neves a definição de uma cidade enquanto capital não é um dado, mas uma construção de caráter histórico. Ver NEVES, Margarida de Souza. *Brasil! Acertai vossos ponteiros*, 1992. pp. 35-43. Ver também NEVES, Margarida de Souza. *Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*, 2003. p. 14-44.

³CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados e a República que não foi*. 2010. p. 93.

⁴RANGEL, Alfredo Américo de Souza. *Os melhoramentos do Rio*. Revista Renascença. Edição 006, agosto de 1904. p. 33. A publicação refere-se aos planejamentos do projeto da Comissão da Carta Cadastral, apresentado pelo engenheiro Alfredo Américo de Souza Rangel, então chefe da comissão. A comissão foi nomeada em 1903 pelo prefeito Pereira Passos, a fim de ordenar o plano de remodelação urbana da cidade do Rio de Janeiro.

uma capital que emergia enquanto símbolo da civilização e do progresso no imaginário de todo o país.

Para entendermos o Rio de Janeiro no início do século, é importante analisar como essa cidade evoluiu durante ao longo de sua história. Tal análise nos permite compreender como foi desenvolvida a representação que fez da cidade o palco das reformas. O Rio de Janeiro possuía uma característica comuns a cidades tomadas como metáfora de uma nação: a capitalidade. Portanto, embora a questão central desse trabalho esteja demarcada pelo período das reformas, foi preciso abordar períodos anteriores, quando a capitalidade do Rio de Janeiro começou a ser desenvolvida. Segundo Giulio Carlo Argan, todos os países possuem uma cidade que é sua referência sem ser necessariamente a sua capital burocrática⁵. A capitalidade vai além da condição de capital política, e não é um fenômeno estático. Ao contrário, é um processo que acompanha as dinâmicas da cidade, se redesenhando junto a esses movimentos. Portanto, a capitalidade do Rio de Janeiro não surgiu no momento em que a cidade foi elevada a capital do Vice-Reino em 1763, mas começou a ser desenhada ainda no século XVI, e foi se desenvolvendo em consonância com o próprio desenvolvimento da cidade enquanto cidade portuária, aberta ao mundo e às trocas culturais. Após a chegada da família Real em 1808, a capitalidade passa por uma nova fase, na qual é reforçada pela centralidade trazida pelo estabelecimento da corte portuguesa e a necessidade de adequar a cidade à sua presença e à sua nova condição política. Durante o século XIX, o Rio de Janeiro passa então pelo processo de sua construção como cidade-capital, desenvolvido em meio ao projeto de construção da nação brasileira. Portanto, esse trabalho discutirá a formação e o desenvolvimento dessa capitalidade, relacionando-a ao desenvolvimento do Rio de Janeiro como uma cidade cosmopolita, e escolhida como locus da civilização e progresso da nação. O Rio de Janeiro torna-se assim, uma referência nacional, vitrine do país. Tal característica justificou o investimento nas reformas do início do século XX, que por sua vez foram legitimadas pela imprensa local e nacional.

Uma das principais referências bibliográficas para essa pesquisa foi o livro *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de*

⁵Tal conceito de capitalidade foi desenvolvido por Giulio Carlo Argan em *L'Europe des Capitales*, publicado em 1964. Giulio Carlo Argan (1909-1992) foi um historiador e teórico italiano de arte. Foi também prefeito de Roma entre 1976 e 1979. Argan discutiu o conceito de capitalidade em sua obra *L'Europe des capitales*, que analisa a importância da cidade-capital no processo de estabelecimento das monarquias nacionais europeias no século XVII.

civilização e progresso, de André Nunes de Azevedo. Tal trabalho procura esclarecer as diferenças e semelhanças entre esses dois projetos, e as ideologias que orientaram cada um deles, justificando assim a função de cada reforma no espaço urbano da capital. Considero a relevância dessa obra por descortinar a visão de que as intervenções sobre a capital no período de 1903 a 1906, se limitava a ser vista como a reforma Passos. Além disso, a própria mentalidade de Pereira Passos é abordada por esse trabalho com um novo olhar, que permite ir além de sua personalidade autoritária.

As abordagens de André Nunes de Azevedo sobre o desenvolvimento da capitalidade do Rio de Janeiro também contribuíram para essa pesquisa, especialmente seu artigo de 2002, *A capitalidade do Rio de Janeiro: um exercício de reflexão histórica*, que analisa o processo de desenvolvimento histórico da capitalidade do Rio de Janeiro, desde a época colonial até o Segundo Reinado, mostrando que tal capitalidade se desenvolve a partir da conexão do Rio de Janeiro com outras culturas, proporcionada pelo caráter portuário da cidade desde os tempos coloniais. Azevedo chama essa primeira fase de “capitalidade primeva”⁶, termo utilizado para “designar a articulação dos primeiros elementos formadores da capitalidade do Rio de Janeiro”⁷. A condição de capitalidade seria reforçada pela centralidade advinda com a chegada de D. João VI em 1808, marcando assim a segunda fase. Outro trabalho utilizado como referência para a compreensão do desenvolvimento da capitalidade do Rio de Janeiro foi *América Renascentista: as experiências modernas no espaço da Baía de Guanabara: a dupla fundação da cidade do Rio de Janeiro: entre utopias e ideais*, produzido por Antônio Edmilson Martins Rodrigues no ano de 2006. Tal artigo analisa a dupla fundação da cidade no contexto do olhar renascentista que o europeu dispensava ao seu estabelecimento no Novo Mundo, e mostra que o Rio de Janeiro se apresentava como uma região inclinada a movimentações desde as primeiras incursões desses europeus na região. Também contribuíram os trabalhos de Marly Motta, que analisa a formação do Rio de Janeiro como cidade-capital, e os trabalhos de Margarida de Souza Neves, que aplicou a teoria de Giulio Carlo Argan sobre o conceito de capitalidade à realidade do Rio de Janeiro na virada do século XX. Margarida de Souza Neves aponta o valor simbólico que o Rio de Janeiro possuía enquanto vitrine da nação, e esclarece que essa característica foi fundamental para os investimentos na cidade, mesmo após o esvaziamento político provocado pela ascensão do

⁶AZEVEDO, André Nunes. *A capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica*, 2002. p. 46.

⁷Idem, p. 59.

federalismo. As mudanças da capital penetrariam no imaginário da população brasileira, como uma antecipação de um futuro de progresso e civilização que alcançaria uma dimensão nacional. A construção desse imaginário teve a colaboração da imprensa, por meio dos discursos produzidos e reproduzidos nos jornais dos demais estados.

Para os estudos sobre os jornais foi essencial a utilização de referências que abordem a história da imprensa no Brasil. Além do clássico *A história da imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, foi utilizado também *História da Imprensa no Brasil*, organizado por Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca e os trabalhos sobre história e imprensa de Marialva Carlos Barbosa. As abordagens de Marialva Carlos Barbosa oferecem uma importante contribuição para a história da imprensa, com obras como *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*, *História Cultural da Imprensa: Brasil 1900-2000* e sua tese de doutorado *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*.

Associados às discussões sobre a imprensa, estão os estudos sobre a produção do discurso. Pensar no contexto da produção do discurso é essencial para interpretar o posicionamento de seu autor. Essa é uma análise abordada por Quentin Skinner, que enfatiza a importância de analisar o contexto da produção textual, pois o homem é produto de seu tempo, de seu meio, e por isso, é importante considerar o contexto histórico, a sociedade onde o autor estava inserido. Segundo Skinner, estudar o contexto ajudaria a entender o que o autor estava fazendo e o que ele queria dizer: ⁸

Não podemos esperar atingir esse nível de compreensão estudando tão-somente os próprios textos. A fim de percebê-los como respostas a questões específicas, precisamos saber algo da sociedade na qual foram escritos. E a fim de reconhecer a direção e força exatas de seus argumentos, necessitamos ter alguma apreciação do vocabulário político mais amplo de sua época.⁹

Skinner dissocia o tempo do objeto histórico do tempo do historiador. Ele não promove um diálogo entre as épocas, se preocupando com o enunciado, em entender o conceito naquele momento em que foi escrito. Embora abra mão desse diálogo, Skinner o faz para evitar o perigo do anacronismo, evitando projetar para o passado o sentido das coisas que vemos hoje. Embora as análises de Quentin Skinner estejam voltadas para os

⁸SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*, 1996. p. 11.

⁹Idem, p. 11.

pensamentos políticos de personalidades de determinada época, como Maquiavel, elas podem ser pensadas aqui no sentido da análise do contexto de produção, de procurar entender como o produtor do discurso pensava e como ele estava orientado pelos acontecimentos de sua época. O próprio conceito de civilização, tão presente nos discursos da época, estava relacionado a uma visão eurocêntrica, que via como civilizada aquela nação que mais se aproximasse dos moldes europeus, especialmente os franceses. O conceito de progresso, por exemplo, foi sendo redimensionado ao longo do século XIX, se aproximando no início do século XX, época das reformas, de um fenômeno mais próximo do desenvolvimento material. Logo, tanto os discursos oficiais das autoridades envolvidas nas reformas, como os do presidente e do prefeito; quanto as produções jornalísticas devem ser analisadas dentro de seu contexto histórico de produção.

Outra referência teórica utilizada nesse trabalho nas análises envolvendo a produção e recepção do discurso, foram os trabalhos de Roger Chartier sobre a história da leitura e das representações. Segundo Roger Chartier, o discurso não é neutro, ao contrário, é dotado de intencionalidades, e sua produção se relaciona com as condições que cercam o seu autor. Chartier também aponta que “os historiadores têm consciência dos efeitos produzidos pelas formas materiais”.¹⁰ E o jornal é uma materialização desses discursos. Dessa forma, é importante analisar a intencionalidade dessas notícias, como elas circulam, como chegam onde pretendem chegar, quem as produz, quem as lê e qual o impacto que isso pode causar. As abordagens de Chartier também auxiliaram nas discussões sobre as representações em torno do Rio de Janeiro enquanto vitrine da nação, condição que fez da cidade um campo de atuação do poder público, dotado de investimentos simbólicos, utilizados para a legitimação do regime republicano. Segundo Chartier, “as representações são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”¹¹, e as lutas que envolvem tais representações “têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”¹².

¹⁰CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*, 1994. p. 8.

¹¹CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*, 1988. p. 17.

¹²Idem, p. 17.

O acesso ao passado pelo historiador não se dá por meio de uma cópia fiel do passado, mas através de fragmentos desse passado, pois é impossível reconstituí-lo tal como ele foi¹³. O historiador trabalha com fragmentos, com indícios, com vestígios materializados em fontes primárias¹⁴. E através dessas fontes me permiti acessar o caminho que me levasse aos vestígios de um Rio de Janeiro do início do século XX. A principal fonte primária desse trabalho são os jornais de diversas partes do país. Como a intenção é analisar a repercussão da Grande Reforma Urbana no país conferindo a força da representação do Rio de Janeiro enquanto símbolo nacional, não foi selecionado um jornal específico, pois a análise parte dos discursos sobre essas reformas, envolvidos em um projeto republicano de legitimação do poder pautado por reformas na capital. Portanto, foram analisados jornais de posição republicana de diversos estados. Foram discutidas publicações de jornais da cidade de São Paulo, que também passava pela fase da *belle époque* e era capital de um estado diretamente interessado nas mudanças da capital por conta dos projetos da elite paulista, que dominavam o cenário político e econômico na época. Foram abordadas também algumas publicações de Juiz de Fora, cidade que possuía o jornalismo mais consolidado de Minas Gerais e que absorvia aspectos da cultura carioca, por sua proximidade espacial com o Rio de Janeiro. Além desses havia também uma considerável presença de publicações em jornais dos estados que se sentiam representados por conterrâneos cujas atuações políticas se envolviam direta ou indiretamente nos acontecimentos na capital, como Santa Catarina, representada pelo Ministro da Viação e Obras Públicas Lauro Müller; e a Bahia, representada pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, José Joaquim Seabra, conhecido como J. J. Seabra. Foram discutidas também publicações de outras regiões do Brasil e além disso, foram pesquisados os jornais de maior circulação na época na capital federal: *O Paiz*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias* e *Correio da Manhã*. Tal pesquisa se mostrou pertinente porque a imprensa do Rio de Janeiro se encontrava na sede dos acontecimentos, e além de alguns de seus jornais disponibilizarem assinaturas para além do estado do Rio de Janeiro, a imprensa da capital produzia discursos que eram reproduzidos em outros jornais pelo Brasil. Os jornais foram encontrados quase em sua totalidade digitalizados na hemeroteca da Biblioteca Nacional, com exceção das publicações do jornal Estado de São Paulo,

¹³BENJAMIN, WALTER. *Sobre o Conceito de História*. In: LÖWY, Michel. *Aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de História"*, 2005. p. 65 (tese 6).

¹⁴Ver GINZBURG, CARLO. *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e História*, 1989.

encontradas também digitalizadas no acervo do próprio jornal. Foram utilizadas as revistas *Kosmos*, *Renascença* e *Revista da Semana*, também digitalizadas e disponíveis na hemeroteca da Biblioteca Nacional.

São várias as portas de entrada para a pesquisa do historiador, e como complemento à pesquisa, foram incluídos nesse trabalho documentos iconográficos como fotografias e gravuras, e documentos cartográficos como plantas e mapas. Tal documentação se configura enquanto documentos históricos, capazes de reforçar hipóteses e de desvendar rastros, fornecendo respostas ou até novas perguntas ao historiador. Como a pesquisa envolve estudos sobre o desenvolvimento urbano e representações, achei pertinente incluí-los nesse trabalho, a fim de sustentar algumas discussões e mostrar os aspectos da cidade e o desenvolvimento da comunicação no país. Tais documentos pertencem em sua maioria ao acervo iconográfico e cartográfico do Arquivo Nacional. As imagens utilizados pertencem aos fundos documentais *Fotografias avulsas* (que reúne fotografias da história do país entre 1860 e 1964), *Correio da Manhã* (a instituição possui a guarda do acervo iconográfico do jornal, durante todo o seu período de funcionamento, de 1901 a 1974) e *Família Ferrez* (que reúne vasta documentação, entre fotos, gravuras, álbuns, mapas e plantas de 1839 a 2000, doadas pela família Ferrez). Os álbuns fotográficos utilizados também foram consultados no Arquivo Nacional, como parte integrante deste fundo documental. Foi também consultado o *Atlas da Evolução Urbana do Rio de Janeiro (1565-1965)*, com diversas plantas da cidade. Os documentos do acervo cartográfico pertencem em sua maioria aos fundos *Comissão Construtora da Avenida Central* (subordinada ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas), *Francisco Bhering* (que possui centenas de mapas e plantas relacionados ao desenvolvimento urbano do país), *Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas* e *Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos*. Com exceção das fotografias do fundo *Família Ferrez*, os demais documentos foram encontrados digitalizados na base de dados SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional).

O primeiro capítulo abordará alguns aspectos da história do Rio de Janeiro ao longo do século XIX até a realização da Grande Reforma Urbana e se inicia com uma discussão historiográfica sobre o tema. A história pode ser sempre revisitada, e mesmo esse sendo um tema muito explorado nas últimas décadas, os trabalhos sobre as reformas no Rio de Janeiro do início do século XX, vem se reinventando ano após ano, dialogando com a historiografia

da década de 1980, considerada a historiografia clássica sobre o tema, e aplicando novas abordagens. Em geral, o protagonista dessas discussões foi o prefeito Pereira Passos. O capítulo se inicia discutindo a historiografia dos anos 1980, abordando trabalhos da época, seu conteúdo e o contexto de sua produção. As principais obras analisadas são “*Evolução Urbana do Rio de Janeiro*”, de Maurício de Abreu; “*Pereira Passos: um Haussmann Tropical*”, de Jayme Larry Benchimol; “*Contribuição ao Estudo das Habitações Populares - Rio de Janeiro: 1896-1906*”, de Lia de Aquino Carvalho; “*A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920*”, de Oswaldo Porto Rocha. Essas são obras clássicas sobre a história do Rio de Janeiro, feitas num momento de explosão de produções acadêmicas sobre a cidade e que traziam um novo olhar sobre as reformas, um olhar crítico, diferente da produção ufanista da virada da década de 1930 e 1940, momento em que alguns trabalhos estavam envolvidos no contexto do centenário do nascimento de Pereira Passos (o prefeito nasceu em agosto de 1836)¹⁵. No entanto, a historiografia dos anos 80 também precisa ser vista sob um olhar crítico, e para isso contribuíram as produções posteriores, que apesar de considerarem o ônus das reformas, as viam também como algo inevitável e em alguns pontos, necessárias. São produções como *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*, de Sônia Gomes Pereira; *Entre relíquias e casas velhas. A arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro*, de Paula de Paoli; e as contribuições recentes do historiador André Nunes de Azevedo, que traz um novo olhar sobre as reformas e sobre o próprio Pereira Passos em *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*, já citado nessa introdução.

Após a discussão historiográfica, o capítulo passa a abordar o desenvolvimento da capitalidade do Rio de Janeiro, onde será discutida a sua vocação como uma cidade aberta ao mundo, desde as primeiras incursões europeias, passando pela sua fundação, sua elevação à qualidade de capital do Brasil em 1763, seu fortalecimento pela centralidade adquirida no século XIX a partir da chegada de D. João VI em 1808. Daí em diante, o Rio de Janeiro foi se desenvolvendo enquanto cidade-capital concomitantemente ao projeto de construção da

¹⁵A historiografia dessa época se apresenta como uma historiografia laudatória, que criava em torno de Pereira Passos a qualidade de herói nacional. Uma obra clássica dessa historiografia é *Pereira Passos, o reformador do Rio de Janeiro. Biografia e história*, escrita por Raymundo de Athayde e publicada em 1944.

nação, até assistir ao abalo de sua capitalidade com a introdução do federalismo, que fortaleceu as oligarquias agrárias na virada do século, e a regeneração da mesma a partir da Grande Reforma Urbana no governo de Rodrigues Alves. A capitalidade do Rio de Janeiro fez com que a cidade se tornasse uma referência para as demais regiões do país e metáfora do Brasil no cenário internacional, e isso justificava os investimentos simbólicos sobre a mesma. O século XIX obteve certo destaque por se tratar de um período de grandes transformações para o Rio de Janeiro. Durante esse período houve também o desenvolvimento da imprensa, dos transportes e a introdução de outros serviços de infraestrutura, acelerando a urbanização da cidade. No final do século, o país passou por acontecimentos marcantes em sua história, como a abolição da escravidão e o advento da República. Cresceu também a influência da engenharia no cenário nacional, junto à emergência dos ideais de progresso do novo regime republicano. Há também neste capítulo, espaço para as contradições da cidade, que foram analisadas porque além de serem parte intrínseca à história do Rio de Janeiro, são aspectos que só eram mostrados pela imprensa se lhes fosse conveniente. O capítulo aborda como foi introduzida a Grande Reforma Urbana, além de analisar as atuações de Pereira Passos, como tradução de sua mentalidade conservadora e influenciada pelos tempos do Império, onde passou a maior parte de sua vida. Pereira Passos assumiu a prefeitura aos 66 anos e mostrava uma mentalidade diferente daquele tempo. Embora tenha agido muitas vezes de maneira autoritária, procurando inclusive intervir sobre os costumes da população, seu apego às tradições e à história da cidade também foram considerados ocasionalmente diante de seus projetos de remodelação.

O capítulo 2 abordará o desenvolvimento da imprensa no Brasil desde sua introdução no início do século XIX. Parte da imprensa foi utilizada no século XIX como um elemento de legitimação do projeto de construção da nação, além de motivador de ideais de progresso e de civilização aos moldes europeus, e teve um desenvolvimento mais intenso a partir da segunda metade do século XIX, possibilitado por alguns avanços técnicos nos transportes e nos meios de comunicação, além da emergência de profissionais dedicados exclusivamente à imprensa, como jornalistas, editores e tipógrafos. Houve um estreitamento nas comunicações no território nacional, possibilitado pelo telégrafo, os cabos submarinos, o desenvolvimento do serviço postal e das ferrovias. As mudanças na imprensa se intensificaram no último quartel do século XIX, e foi ampliando sua penetração na sociedade na virada para o século XX. A sociedade foi ampliando o acesso à informação dentro do

contexto de modernização e da introdução da comunicação em massa. Praticamente todo o território brasileiro já havia sido contemplado pelos telégrafos na época da Grande Reforma Urbana, o que facilitou a repercussão desse evento no território nacional. As intervenções urbanas na capital se desenvolveram em consonância ao desenvolvimento de uma nova imprensa no Brasil, modernizada e inserida nos moldes capitalistas de obtenção de lucro. O capítulo também faz uma discussão sobre as revistas ilustradas e sua importância para a divulgação da modernização através das imagens. E discute também o papel do jornalista em seu campo de atuação, análise imprescindível para a compreensão da produção do discurso.

Este capítulo discute também a repercussão da Grande Reforma Urbana pelo Brasil, especialmente nos jornais de outros estados, apontando o espaço alcançado nesses jornais, as motivações, elogios e críticas. É feita uma discussão de como a Grande Reforma Urbana foi retratada na imprensa da capital onde se encontravam jornais que faziam a cobertura das reformas e de onde partiam notícias que eram reproduzidas em outros estados (lembrando que a imprensa desses outros estados não se limitavam a reproduzir as notícias dos jornais da capital, pois também produziam seus próprios discursos sobre as reformas). Mas o destaque deste capítulo são as publicações dos jornais de outros estados a respeito da Grande Reforma Urbana. Essas publicações foram divididas em tópicos, onde foram apontados os elogios, as críticas, a construção da imagem dos agentes envolvidos nas reformas enquanto representantes da nação, especialmente Pereira Passos. O capítulo é encerrado com o legado da Grande Reforma Urbana nesses jornais, mostrando que ela ainda se fazia presente mesmo após o fim das gestões de Pereira Passos e Rodrigues Alves.

O capítulo 3 analisa os elementos que justificaram o envolvimento da imprensa a nível nacional nos assuntos da Grande Reforma Urbana. O capítulo abordará a representação do Rio de Janeiro como símbolo do país, e sua marca enquanto cidade onde “tudo acontecia” e para onde “todos queriam ir”. A emergência do federalismo privilegiou interesses das oligarquias agrárias, especialmente durante o governo de Campos Sales (1898-1902), que buscou neutralizar o caráter agitado da população e o campo de atuação política carioca. Mas por outro lado, os investimentos na capital se faziam necessários porque esta era a grande representante do país no cenário nacional e internacional. Portanto, eram necessários tais investimentos simbólicos, que reforçaram tal posição, especialmente durante a Grande Reforma Urbana que apresentou novidades como a Avenida Central e a Avenida Beira-Mar,

enaltecidas pelos discursos da imprensa, e pelas fotografias presentes em álbuns, revistas ilustradas ou cartões-postais (que são também um discurso). Esses discursos reforçaram a imagem da capital remodelada como síntese de um novo país, inserido nos ideais de progresso e civilização. O capítulo é encerrado com uma análise sobre a recepção desses discursos e sobre a dimensão da circularidade das notícias.

Por fim, a presente dissertação busca analisar as relações entre a construção da cidade do Rio de Janeiro como vitrine da nação, as reformas implantadas em seu espaço urbano nas gestões de Pereira Passos e Rodrigues Alves e como a imprensa colaborou para a repercussão dessas reformas no cenário nacional.

1 – RIO DE JANEIRO: DO DESENVOLVIMENTO DA CAPITALIDADE À GRANDE REFORMA URBANA

1.1 – Considerações sobre a historiografia das reformas

Em *Combates pela História*, Lucien Febvre dizia que a história é repleta de possibilidades de ser escrita e revisitada. Sendo assim, ela não se esgota. Trabalhar com a cidade do Rio de Janeiro, em especial com Pereira Passos, significa também reinventar e despertar novos olhares, pois existem inúmeros trabalhos sobre esse tema. Mas ao mesmo tempo, essa infinidade de livros, artigos e textos permitem mais diálogo e conseqüentemente mais conhecimento. Por esse motivo, senti a necessidade de levantar uma discussão historiográfica sobre o que foi produzido a respeito da Grande Reforma Urbana ao longo dos anos. A partir dessa discussão observei que por maior que seja a quantidade de produções sobre as reformas urbanas do início do século XX, ainda temos questões a fazer. Temos fontes para dialogar, temas a explorar, temos novos olhares que partem de novas épocas.

Recentemente o Rio de Janeiro passou por um processo de intervenção urbana em algumas de suas regiões por ocasião das Olimpíadas de 2016. Primeira cidade da América do Sul a sediar tal evento, o Rio de Janeiro precisava cumprir as exigências do Comitê Olímpico Internacional e mostrar sua capacidade como sede dos jogos. Segundo Luciana Ximenes, cerca de 22059 famílias, totalizando 77206 pessoas, foram removidas entre 2009 e 2015 nos bairros de Copacabana, Maracanã, Deodoro e na Zona Portuária, composta pelos bairros de Santo Cristo, Gamboa, Saúde e Caju, perto do Centro da cidade.¹⁶ A região mais atingida com as intervenções foi a Zona Portuária, por consequência do projeto Porto Maravilha, que visava a revitalização desta região como um espaço aprazível e de cultura e entretenimento durante os jogos olímpicos. Pouco mais de 100 anos após as reformas urbanas (1903-1906) que modificaram parte do cenário do Rio de Janeiro, então capital federal, a cidade assistiu a um novo período de remoções. E em uma região localizada na região central. Mais uma vez parte da cidade se viu diante de um projeto que se ajustou à mercantilização dos espaços urbanos e a intervenções nos costumes daqueles moradores. O Porto Maravilha,

¹⁶XIMENES, Luciana Alencar. *Ocupações na zona portuária do Rio de Janeiro: soluções de moradia e ações de resistência no contexto de implementação do Projeto Porto Maravilha*, 2017. p. 72.

também conhecido como Boulevard Olímpico, remodelou uma região da cidade a fim de atrair turistas e a própria população. Mas não dispensou a mesma atenção a muitos daqueles que já viviam ali há anos. Tal cenário recente trouxe à reflexão as intervenções urbanas das reformas do início do século XX no Rio de Janeiro, então capital federal, que também modificaram parte da área central da cidade. Tais reformas não apenas modernizaram e embelezaram tal região, mas também desalojaram pessoas e interviram em seus costumes.

Em *Apologia da História*, Marc Bloch fala em “solidariedade das épocas”, propondo um diálogo entre elas. Tal diálogo deve ser feito sob cuidado de evitar o perigo do anacronismo, pois o que é hoje não é o mesmo que ontem, e como o historiador parte do presente, então há de se ter cuidado. De acordo com Bloch, “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado”, mas também não há utilidade em “esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente.”¹⁷

Autor de diversas obras clássicas da historiografia no século XX e membro do grupo de historiadores marxistas britânicos, Eric Hobsbawm em *Sobre a História*, reflete sobre a teoria e a prática da história. Hobsbawm fala sobre as relações entre presente, passado e futuro. Essas relações são parte da nossa existência enquanto indivíduos e homens em sociedade e é inevitável fazer comparações entre o passado e o presente. Tal diálogo tem a ver com a experiência¹⁸.

O elo com o presente também é óbvio, pois o processo de compreendê-lo tem muito em comum com o processo de compreender o passado, não obstante o fato de que compreender como o passado se converteu no presente nos ajuda a compreender o presente, e provavelmente algo do futuro¹⁹.

Hobsbawm tem consciência de que não podemos usar o passado como um modelo para os dias atuais, pois o presente não é uma cópia do passado. Tudo muda e o hoje já não é como ontem. Não há como voltar no passado e reconstruí-lo fielmente para tentar pensar o presente, pois isso não é possível, já que trabalhamos com vestígios e tudo está em constante movimento.²⁰ Na verdade, o nosso diálogo com o passado não propõe a sua fiel reconstrução,

¹⁷BLOCH, Marc. *Apologia da história ou ofício do historiador*, 2001. p. 54.

¹⁸HOBSBAWN, Eric J. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 36.

¹⁹Idem, p. 230.

²⁰Ibidem, p. 38.

mas pensar o que esperamos dele, resgatar esse passado. E essa experiência é inesgotável, o passado sempre pode ser trabalhado, novas questões sempre podem ser levantadas, e ao “voltar” ao passado, podemos não só encontrar respostas para essas questões como levantar novas questões também. E tais questões são formuladas no nosso tempo presente, no nosso meio social, em meio à nossa experiência de vida, nossas afinidades, nossas emoções e necessidades.

A reforma de Pereira Passos e as empreendidas pelo governo federal foram muito discutidas na historiografia, em especial na década de 1980, período de redemocratização do país, quando a ditadura militar começava a ruir após quase duas décadas no poder. Sidney Chalhoub explica que o tempo e lugar de um livro explicam muito sobre seu feito, e deixa clara a influência daquele período histórico em sua produção no prefácio do livro *Trabalho, lar e botequim*, (de 1986), que analisa o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro por meio de processos criminais entre 1898 e 1911.²¹ Movimentos de oposição começavam a se fortalecer, como o movimento operário com as greves no ABC paulista, a formação da Central Única do Trabalhador - CUT e do Partido dos Trabalhadores, a ascensão dos movimentos populares que emergiam com a formação das associações de moradores, e a mobilização popular em torno do fim da ditadura que culminou no movimento das “Diretas-Já”. Segundo André Nunes de Azevedo, a grande cidade ao mesmo tempo em que é percebida como lugar histórico da repressão, deveria fazer-se também o locus da libertação dos segmentos populares brasileiros.²² Aquele momento de renovação política exigia o direito à cidadania e à cidade, onde as pessoas reivindicavam o seu direito de falar e de serem ouvidas “A historiografia sobre a cidade do Rio de Janeiro não recusou esse ajuste de contas com a História”.²³

A produção historiográfica da década de 1980, uma análise de viés marxista, procurou denunciar a exclusão das camadas populares em decorrência dos novos usos do espaço urbano, utilizado em prol dos interesses do capital e do poder público. Tal análise relaciona a formação do espaço urbano a mecanismos de segregação inerentes ao desenvolvimento capitalista. Segundo essa historiografia, a região central foi se valorizando a partir de novos

²¹CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*, 2001. p. 5-6. Os processos criminais se encontram no Arquivo Nacional.

²²AZEVEDO André Nunes de. *A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana*, 2003. p.39-40.

²³Idem, p. 40.

interesses sobre aquele espaço, e grande parte das edificações (e também os habitantes) que ali existiam não condiziam com esses novos usos. E a historiografia dos anos 1980, num momento de redemocratização do país, busca discutir essa exclusão.

Autores como Oswaldo Porto Rocha e Lia de Aquino Carvalho fizeram uso dos estudos de Engels na Europa do século XIX sobre a apropriação do solo para fins capitalistas, que socializava os custos, mas excluía dos benefícios os mais necessitados. Em sua obra publicada em 1845, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, em especial no capítulo *As grandes cidades*, Engels faz uma série de denúncias sobre a situação dos operários nas principais cidades inglesas e as condições insalubres em que tais trabalhadores se encontravam, expostos em suas precárias habitações e até sob a condição de mendicidade. Encontram-se em sua obra referências sobre a ganância da especulação imobiliária e o peso do discurso higienista, que passa a condenar as habitações coletivas e atribuir a elas o foco das epidemias que assolam as cidades.

Anos mais tarde, Engels escreveu *A questão da habitação*, onde se aprofunda em sua análise sobre a problemática da apropriação do solo por interesses capitalistas. Engels critica a intolerância do prefeito de Paris Eugène Haussman, ao qual será comparado o prefeito Pereira Passos por diversos historiadores da década de 1980, tendo inclusive dado título a uma obra bastante consultada sobre a história do Rio de Janeiro: *Pereira Passos: um Haussmann tropical*, de Jaime Larry Benchimol, que será analisada adiante.

Oswaldo Porto Rocha, por exemplo, assume a influência de Engels logo na introdução de sua obra *A Era das demolições*, afirmando que *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* foi o ponto de partida teórico de sua obra, por desenvolver a “hipótese de que a organização do espaço urbano seria um mecanismo de controle socioeconômico, empregado pela burguesia.”²⁴ Rocha analisa a expansão da cidade ocorrida durante a administração de Pereira Passos e o governo Rodrigues Alves, dando significativo espaço para a questão habitacional, enfatizando as demolições que remodelaram a cidade, ampliaram a circulação, mas também teriam interferido nos usos e costumes da população que ali vivia. Para Oswaldo Porto Rocha, a administração de Pereira Passos representaria o triunfo de setores

²⁴ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920*, 1995. p.25 (Obra originalmente apresentada como dissertação de mestrado na Universidade Federal Fluminense em 1983 com o título: *A era das demolições – a cidade do Rio de Janeiro 1870-1920*. A primeira edição do livro foi publicada em 1986).

ligados à construção civil, aos meios de transporte e do comércio.²⁵ O autor ressalta o peso do Clube de Engenharia nas reformas e a formação de um novo discurso surgido ainda no Império no qual os engenheiros colocavam para si o “encargo de resolver os problemas da cidade”²⁶. Demonstra também a relação entre a expansão dos bondes e a especulação imobiliária²⁷.

Lia de Aquino Carvalho, uma das primeiras historiadoras a tratar da questão da cidade na década de 1980, aponta referências às teorias de Engels ao relacionar o agravamento da crise habitacional às reformas do início do século XX, em sua obra *Habitações Populares*, versão de sua dissertação de mestrado em História defendida em 1980. Tendo como tema central as habitações populares no Rio de Janeiro no período de 1880 a 1906, Lia de Aquino Carvalho relaciona fatores como a expansão urbana, a crise habitacional e a suposta expulsão das classes populares da área central ao desenvolvimento industrial²⁸. A autora atribui as políticas de erradicação das habitações coletivas na época, mais ao “processo industrializante então desenvolvido, que uma preocupação com a melhoria na qualidade de vida dessas camadas da população”²⁹.

Ainda sobre *Habitações Populares*, é interessante mostrar a utilidade do censo, muito usado por Lia de Aquino em sua obra, colaborando para ampliar a visão sobre os aspectos da cidade na época estudada. Embora também seja um discurso, o censo não deixa de ser relevante para desmistificar outros discursos e esclarecer determinadas questões, através dos dados fornecidos; sendo importante o diálogo com essa fonte primária.

Outra obra produzida por essa historiografia, muito utilizada nos estudos sobre a história do Rio de Janeiro é *Pereira Passos: um Haussmann tropical*, de Jayme Larry Benchimol, obra rica em referências, que nos leva a um verdadeiro “passeio” pela cidade do Rio de Janeiro durante todo o século XIX. Jayme Larry Benchimol segue o mesmo discurso, atribuindo a Pereira Passos um caráter autoritário e intolerante e à sua reforma o caráter avassalador aos moldes da reforma de Haussmann na Paris de meados do século XIX. Benchimol termina seu livro com o capítulo *Os deserdados da urbe renovada*, enfatizando o

²⁵CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., p. 137.

²⁶ROCHA, Oswaldo Porto. Op. Cit., p. 42-43.

²⁷Idem, p. 31-33.

²⁸CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao estudo das habitações populares – Rio de Janeiro: 1896-1906*, 1995. p. 138 (A primeira edição do livro foi publicada em 1986).

²⁹Idem, p. 115.

caráter excludente das reformas urbanas do início do século, que deixara para a população prejuízos não apenas de ordem material, mas também moral, ao serem atingidos em seus usos e costumes. Segundo suas palavras, tais interferências “alteraram ou pretenderam alterar práticas econômicas, formas de lazer e costumes, profundamente arraigados no tecido social e cultural do Rio de Janeiro”³⁰.

Assim como os outros historiadores que escreveram sobre a cidade nos anos 80, Benchimol afirma que as reformas teriam expulsado os pobres da área central da cidade, região que passa a ser valorizada e entregue aos usos das classes abastadas.³¹ As obras para a construção da Avenida Central, segundo sua análise, teriam desabrigado milhares de pessoas e interferido drasticamente em seu cotidiano:

A avenida (e o elenco de normas e proibições que acompanharam sua construção) desabrigou milhares de pessoas e desorganizou, drasticamente, seu quadro cotidiano de existência; varreu, em seu caminho, além das casas de cômodos e cortiços, uma infinidade de pequenos estabelecimentos comerciais, oficinas e fabriquetas.³²

Embora considere a riqueza da obra de Jaime Larry Benchimol, André Nunes de Azevedo discorda da comparação entre Pereira Passos e Georges-Eugène Haussmann, que realizou uma remodelação radical na cidade de Paris em sua gestão como prefeito em meados do século XIX (1853-1870). Para André Nunes de Azevedo, o fato de Pereira Passos ter residido em Paris e ter acompanhado as intervenções de Haussmann não constitui prova de que sua reforma foi uma cópia da capital francesa. Passos não teria o “caráter demolidor” de Haussmann, e um de seus projetos de reforma urbana em 1875 deixaria o centro intocado, visando transferir a região central do Rio de Janeiro para o então desconhecido bairro de Vila Isabel. Tais atitudes não correspondiam à postura do prefeito francês. Outra crítica seria a respeito da biografia de Pereira Passos, pois Benchimol teria “ressaltado por demais seus aspectos autoritários – sem dúvida traço do temperamento do Prefeito”³³.

³⁰BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*, 1992. p. 277. Apesar de publicado no início dos anos 90, o livro é fruto de sua dissertação de mestrado submetida ao Programa de Planejamento Urbano e Regional da UFRJ em 1982.

³¹PAOLI, Paula de. *Entre relíquias e casas velhas. A arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro*, 2013. p. 104.

³²BENCHIMOL, Jaime Larry. Op. Cit., p. 229.

³³AZEVEDO, André Nunes de. *Entre o progresso e a civilização: o Rio de Janeiro nos traçados de sua capitalidade*, 2001. p.14.

A obra *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, do geógrafo Maurício de Abreu, é uma das obras mais consultadas por quem trabalha com a história do Rio de Janeiro. O autor traça um panorama da cidade desde o início do século XIX, até 1964. Maurício de Abreu enfatiza a questão espacial, relatando as mobilidades facilitadas pelo transporte, e as consequências socioespaciais da reforma de Pereira Passos. Segundo Abreu, a cidade após as reformas urbanas do início do século XX, teria novos usos, com espaços segregados para as classes pobres (subúrbios), as classes abastadas (Zona Sul), para fins comerciais (Centro) e por fim, as favelas como um espaço marginalizado, fruto da reforma excludente e a “única alternativa que teria restado a uma população pobre e que precisava residir próximo ao local de emprego”

34.

Ao remodelar a cidade, Passos alterou profundamente o nível em que essa questão era colocada. Separando usos e classes sociais que estavam anteriormente próximos, ou que se interpenetravam perigosamente, gerando faíscas, definiu precisamente os espaços de produção e os espaços de consumo da cidade, separando definitivamente os locais de trabalho dos locais de residência.³⁵

Embora seja uma obra de valor inestimável, existe, pelo menos nas questões abordadas acima, uma contradição. Maurício de Abreu fala em novos usos no espaço da cidade. Realmente houve uma redistribuição espacial, com a ocupação da Zona Sul pelas classes mais abastadas e as regiões suburbanas pelas classes populares, mas o Centro da cidade não foi esvaziado de sua condição residencial de forma abrupta. Ao analisar o recenseamento promovido por Pereira Passos em 1906, observamos que a área central ainda registrava não só muitos domicílios, como também o crescimento populacional em algumas freguesias, conforme podemos ver na tabela abaixo: ³⁶

³⁴ABREU, Maurício de. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, 1988. p. 66.

³⁵ABREU, Maurício de. *Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução*, 2003. p. 225. A questão colocada seria o controle sobre a forma da habitação. Segundo Maurício de Abreu, após as reformas de Pereira Passos, esse controle passaria a ser sobre o espaço da habitação e não mais sobre sua forma. Embora esse texto tenha sido publicado no ano de 2003, ele reproduz a análise de seu livro *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, publicado em 1988.

³⁶Recenseamento do Rio de Janeiro: (Districto Federal): realizado em 20 de setembro de 1906. Oficina da Estatística, 1907. p. 23.

RECENSEAMENTO REALISADO EM 20 DE SETEMBRO DE 1906

periodo decorrido entre essas duas datas, soffreram os algarismos das populações. Semelhante reconstituição não pôde ser muito rigorosa, mas os seus resultados, que constam do quadro seguinte, estão bem proximos da realidade.

Numero de habitantes das diversas circumscripções civis nos annos de 1890 e 1906

FREGUEZIAS	POPULAÇÃO		DIFFERENÇA NO PERIODO	
	Em 1890	Em 1906	Absoluta	%
Candelaria.....	9.701	4.454	— 5.247	— 54,09
S. José.....	40.014	44.878	+ 4.864	12,16
Santa Rita.....	43.805	45.929	+ 2.124	4,85
Sacramento.....	30.663	24.612	— 6.051	— 19,73
Gloria.....	44.105	59.102	+ 14.997	34,00
Sant'Anna.....	67.533	79.315	+ 11.782	17,45
Santo Antonio.....	37.660	42.009	+ 4.349	11,55
Espirito Santo.....	31.389	59.117	+ 27.728	88,34
Engenho Velho.....	36.988	91.494	+ 54.506	147,36
Lagôa.....	28.741	47.992	+ 19.251	66,98
S. Christovão.....	22.202	45.098	+ 22.896	103,13
Gavea.....	4.712	12.750	+ 8.038	170,59
Engenho Novo.....	27.873	62.898	+ 35.025	125,66
Irajá.....	13.130	27.410	+ 14.280	108,76
Jacarépaguá.....	16.070	17.265	+ 1.195	7,44
Inhaúma.....	17.448	68.557	+ 51.109	292,92
Guaratiba.....	12.654	17.928	+ 5.274	41,68
Campo Grande.....	15.950	31.248	+ 15.298	95,91
Santa Cruz.....	10.954	15.380	+ 4.426	40,41
Ilha do Governador.....	3.991	5.616	+ 1.625	40,72
Ilha de Paquetá.....	2.709	2.283	— 426	— 15,73
População terrestre....	518.292	805.335	+287.043	55,38
População marítima....	4.359	6.108	+ 1.749	40,12
População total.....	522.651	811.443	+288.792	55,26

Verifica-se, por esse quadro que, á excepção das parochias da Candelaria, do Sacramento e da ilha de Paquetá ⁽¹⁰⁾, todas as outras augmentaram de população

⁽¹⁰⁾ Nada tem de inexplicavel a pequena diminuição havida na população de Paquetá, não só porque, na situação em que esta ilha se encontra, é pouco susceptivel de augmento a sua população fixa, como tambem porque o recenseamento de 1890 foi realisado no mez de Dezembro, isto é, em época de consideravel affluxo de população adventicia, devido ao inicio da estação balnearia.

Tabela 1 (Recenseamento do Rio de Janeiro realizado em 20 de setembro de 1906)

De acordo com a tabela, que faz um levantamento do número de habitantes das diversas circunscrições nos anos de 1890 e 1906, as únicas freguesias com decréscimo na área central são as de Candelária e de Sacramento, que seriam as áreas mais nobres e não

teria um número significativo de habitações populares.³⁷ Temos que ter cuidado ao generalizar o espaço do centro da cidade como se fosse único e tivesse sofrido intervenções por igual em todo o seu perímetro, pois dizer que Pereira Passos teria expulsado os pobres do centro da cidade, seria generalizar esse espaço, como se não houvesse nele pelo menos 7 (sete) freguesias (Candelária, São José, Sacramento, Santo Antônio, Espírito Santo, Santana e Santa Rita) cada uma com suas peculiaridades, e ainda, como se a reforma urbana tivesse atuado em todas essas freguesias por igual. Há de ser ter cuidado com as generalizações, tanto em relação às referências bibliográficas quanto as encontradas nas fontes primárias, como os discursos da imprensa na época.

Voltando à análise do censo na tabela, observamos um aumento populacional nas freguesias centrais, da Zona Sul e das áreas próximas ao Centro. De fato, o subúrbio de Inhaúma apresenta o maior crescimento populacional entre 1890 e 1906, mas a região mais povoada da cidade passa a ser a freguesia do Engenho Velho, que compreende a região da atual Tijuca, relativamente próxima à área central e não em um subúrbio distante. A freguesia do Espírito Santo, que faz fronteira com duas freguesias centrais, Santo Antônio e Santana, praticamente dobrou o número de sua população. Em seguida, temos a freguesia de Santana como a segunda mais povoada, região que desde meados do século XIX figurava como a mais povoada da cidade. Inclusive, esta freguesia não sofrera intervenções significativas durante as reformas. A maior parte da população que “esvaziou demograficamente o Centro seria aquela que se localizava nas freguesias mais nobres da zona central”³⁸. Isso não significa que não tenha havido perdas sociais para a população menos abastada, mas indica que não houve uma intervenção abrupta a ponto de expulsar toda essa população da região central.

As plantas abaixo mostram a região central do Rio de Janeiro em 1852 e 1910 respectivamente. Ao compará-las, nota-se que ainda havia muitas semelhanças nos aspectos da região central, ainda que tenha havido mudanças significativas como na região portuária (na margem superior à direita) e a Avenida Central (que vai de um lado a outro na Baía de Guanabara). Observa-se também que os mapas apontam a cidade do Rio de Janeiro como representada pela região central, e o segundo mapa aponta a remodelação da capital como

³⁷Ver PAOLI, Paula de. *Entre relíquias e casas velhas. A arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro*, 2013. Esta produção será discutida adiante.

³⁸AZEVEDO, André Nunes. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*, 2016. p. 264.

fruto da “Reforma Passos”, ignorando que havia também intervenções de uma equipe do governo federal:



Figura 1 – A cidade do Rio de Janeiro nos meados do século XIX baseada na Planta Garnier de 1852 (BARREIROS, Eduardo Canabrava. Atlas da Evolução Urbana do Rio de Janeiro 1565-1965)



Figura 2 – A cidade do Rio de Janeiro nos princípios do século XX após a reforma Pereira Passos baseada na planta de 1910 do tente Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos (BARREIROS, Eduardo Canabrava. Atlas da Evolução Urbana do Rio de Janeiro 1565-1965)

O crescimento demográfico na freguesia de Inhaúma provavelmente ocorreu em consequência do crescimento industrial na cidade no final do século XIX, onde fábricas foram instaladas em bairros periféricos à região central. E os subúrbios não receberam apenas moradores oriundos das áreas centrais, mas também migrantes de outras regiões do estado e do país. Segundo Lia de Aquino Carvalho:

A expansão industrial ocorrida nos primeiros anos da República foi decorrente, em última análise, das transformações ocorridas em nível político, econômico e social (...) No Rio de Janeiro essa expansão inseria-se em um quadro mais amplo de urbanização, onde, aliada à expansão dos meios de transporte coletivo e ao

vertiginoso crescimento demográfico, determinou uma ampliação considerável do espaço urbano, dando origem a um grande número de bairros que se localizaram fora da área central de ocupação mais antiga.³⁹

Outra obra produzida dos anos 1980 é o livro organizado por Giovanna Rosso del Brenna, *O Rio de Janeiro de Pereira Passos – uma cidade em questão*. Brenna faz um intenso levantamento dos jornais cariocas do período das reformas, configurando sua obra como uma excelente fonte de pesquisa. Assim como os demais trabalhos da época, faz críticas às reformas urbanas do início do século XX, acusando o poder público de deixar problemas por resolver em prol de seu objetivo de transformar a capital. Brenna também denuncia o discurso utilizado por essa elite para a construção do “consenso” - incluindo artigos e matérias pagas em jornais e revistas nacionais - que consagraria o mito das grandes obras, a identificação de eficiência com rapidez e o descompromisso com o futuro.⁴⁰ Sua obra mostra tanto publicações exaltando o prefeito quanto criticando as suas ações, o que é interessante para conhecermos os posicionamentos de diversos jornais reunidos pela autora. Neste livro há também publicações de três artigos sobre a história da cidade, seguindo a mesma linha de pensamento dessa historiografia: *As transformações urbanas no séc. XIX*, de Maria Pace Chiavari; *A modernização do Rio de Janeiro*, de Jaime Larry Benchimol e *Obras de melhoramentos no Rio de Janeiro: um debate antigo e um privilégio concorrido*, escrito por Lilian Fessler Vaz e Elizabeth Dezouart Cardoso. Ambos fazem um estudo sobre a cidade, relacionando as transformações urbanas e o uso do solo a interesses capitalistas, e mostram que as intervenções na cidade já eram ensaiadas desde 1870. O texto de Lilian Fessler Vaz e Elizabeth Dezouart Cardoso aponta inclusive para o desejo da construção de uma grande avenida já nessa época. Todos esses autores convergem ao afirmar que as reformas não só excluíram como prejudicaram a maioria da população.

Como pudemos observar, a historiografia da década de 1980 apresentou um posicionamento crítico em relação à Grande Reforma Urbana, enfatizando o caráter segregador da remodelação urbana, bem como o caráter autoritário de Pereira Passos. No entanto, é preciso ter cuidado ao analisar o esvaziamento da área central e o destino da

³⁹CARVALHO, Lia de Aquino. Op. Cit., p. 125.

⁴⁰BRENNNA, Giovanna Rosso del. *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão* II, 1985. p. 9.

população que ali vivia. Além disso, houve duas reformas, que apesar de se complementarem, tiveram algumas diferenças.

Essa historiografia foi muito importante para os estudos da história do Rio de Janeiro. Com uma produção louvável, mostrou os acontecimentos não de uma maneira ufanista, mas crítica, procurando fazer justiça à camada que mais sofre em nossa sociedade, que são os mais pobres. No entanto, é preciso também ter um olhar crítico sobre a própria produção historiográfica. Não se trata de dizer que as reformas urbanas não tenham proporcionado nenhum tipo de ônus à população de baixa renda nem de minimizar as condições aos quais os trabalhadores são expostos diante de interesses das classes dominantes. Primeiramente, as obras de construção da avenida Central provocaram demolições na área mais nobre da cidade, mas não foi apenas essa obra que fora realizada na época, embora tenha sido a principal. Pessoas se deslocaram, houve interferências em seus costumes. E apesar do desenvolvimento de indústrias em outras regiões e da área central ter mantido considerável número de domicílios, o Centro continuou a ser o local de trabalho de grande parte da população, que tinha que se deslocar até a região. E quem não podia se deslocar, recorria às imediações, se submetendo a condições ainda mais precárias nas casas de cômodos que se encontravam em freguesias como a de Santana, por exemplo. O artigo abaixo, publicado no *Jornal do Commercio* em 1904, mostra o impacto das reformas sobre a questão habitacional na cidade:

Muitas estalagens, barracões, etc, tem sido fechados e demolidos e os respectivos moradores obrigados a mudar-se; aninham-se em casarões ou casebres, transformando-os em casas de cômodos, insuficientes para conter essas aglomerações humanas onde vivem na mais revoltante promiscuidade, homens, mulheres e crianças (...) ⁴¹.

O artigo *As favelas do Distrito Federal e o censo demográfico de 1950*, organizado pelo Serviço Nacional de Recenseamento, revela que houve um aumento considerável na circulação de passageiros nos trens em direção ao subúrbio, indicando o aumento populacional daquela região:

⁴¹Jornal do Commercio, *Gazetilha: casas operárias*, 16/01/1904. Apud BRENNNA, Giovanna Rosso del. Op. Cit., p. 303.

(...) é indício irrecusável o aumento, que de 1904 para 1905, se notou o movimento dos trens de subúrbios da Estrada de Ferro Central do Brasil, aumento representado pela enorme cifra de 1.876.525 passageiros.⁴²

Por vezes criticamos as generalizações, as tendências e ênfases de discursos de uma época mas não percebemos que nós mesmos podemos fazer o mesmo ao produzir o nosso discurso, afinal, conforme mostram as análises de Roger Chartier em seus estudos sobre a história da leitura e da produção do discurso (embasadas pelo conceito de representação cultural), o discurso não é neutro e sua produção está condicionada às realidades que nos cercam. Somos pessoas por trás dele, sujeitos a emoções, interesses e posições ideológicas, assim como quem está por trás das fontes com a qual estamos dialogando.

Conforme mostrado anteriormente, as produções dos anos 80 sobre a história das reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro no início do século XX, foram feitas dentro de uma perspectiva marxista. A questão do capital teve um peso nas análises e o país realmente se encontrava envolvido em preocupações dessa esfera, ao tentar atrair imigrantes (refletindo a preocupação com a imagem e com a reprodução da força de trabalho), ao investir em melhorias nos meios de circulação, a fazer uso da especulação imobiliária, ao buscar investimentos estrangeiros. Afinal, a República buscava um progresso material e isso estava acima dos interesses do morador do cortiço, por exemplo.

Mas o Brasil enquanto um país de herança colonial, de independência recente, que primeiro buscou se construir enquanto nação, vivia um momento de mudanças que iam além da esfera econômica, interferindo na sua formação cultural. O país procurava legitimar o regime republicano, estava produzindo símbolos, tentando inclusive moldar os costumes da população. A Avenida Central era um símbolo não só de prosperidade econômica, mas também de civilidade e de beleza. Além disso, ir contra as habitações populares não significava apenas eliminar essas construções em prol de novos usos do espaço por razões econômicas. Essas habitações significavam mais do que uma construção, era um espaço sujeito ao preconceito da elite, que o via como locus de desordem, de sujeira, de promiscuidade e habitado por negros e mestiços. Esse era o contexto em que a capital do país

⁴²GUIMARÃES, Alberto Passos. *As favelas do Distrito Federal e o censo demográfico de 1950*. IBGE – Conselho Nacional de Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. Documentos censitários. Série C. n.9. Rio de Janeiro, 1953. p. 2.

se inseria na época, não a Inglaterra analisada por Engels, uma nação poderosa, antiga, que não estava em construção e nem precisava provar nada para ninguém, como o Brasil.

Por último, tal historiografia buscou lembrar os excluídos da reforma. E existem inúmeras questões que podem ser trabalhadas para isso. Os trabalhadores assistiram às mudanças de forma passiva? Quais teriam sido as formas, implícitas ou não, de resistência? Denúncias em jornais? Apelo à justiça? A favela? As reformas também não teriam gerado empregos? Esses empregos teriam sido somente para os imigrantes? A cidade não teria evoluído nada em termos sociais? A imagem do negro teria sido um empecilho para os ideais de progresso, contribuindo para a segregação de certos espaços como a favela, a Praça Onze e outras freguesias mais pobres como um espaço de perigo, desordem e promiscuidade? Como as mudanças teriam atingido de forma específica as mulheres, tendo em vista que a questão familiar era diferente entre as classes abastadas e as populares, e muitas mulheres eram provedoras do lar ou de sua própria sobrevivência? Vimos autores que trabalharam algumas dessas questões com maestria, como Sidney Chalhoub ao abordar a questão racial em sua análise sobre o combate aos cortiços e à febre amarela. Oswaldo Porto Rocha utilizou letras musicais ao trabalhar com o Morro da Favela (atual Morro da Providência) e a Praça Onze como espaços da região central ocupado pelas classes populares, apontando esse espaço como um espaço de solidariedade e de resistência à “modernização que se impunha”⁴³. Mas existem muitas outras questões que poderiam e podem ser desenvolvidas. Afinal, a história não se esgota e trabalhar essas questões é também dar voz aos excluídos.

Apesar dos estudos sobre a cidade na década de 1980 terem apresentado visões semelhantes sobre a reforma e sobre o prefeito Pereira Passos, algumas críticas a essa produção historiográfica começaram a se delinear ainda em sua época. Em 1986, Myridan Brito Knox Falci fez uma análise historiográfica sobre as transformações urbanas na época de Pereira Passos, contestando certas afirmações. Myridan Falci não concordou que a reforma urbana tenha agravado a crise habitacional e iniciado ou impulsionado o crescimento de favelas na cidade, pois segundo a autora, tal crise teria raízes muito mais profundas e sua causa principal estaria no vertiginoso aumento populacional que o Rio de Janeiro teve a partir de 1870 ⁴⁴. A autora também não acredita que as antigas contradições tenham sido agravadas,

⁴³ROCHA, Oswaldo Porto. Op. Cit., p. 81.

⁴⁴FALCI, Miridan Britto Knox. *Análise historiográfica sobre as transformações urbanas na época de Pereira Passos*, 1987. p. 128.

mas antes minoradas com as melhorias nas condições sanitárias e com a ampliação da oferta de emprego⁴⁵. Considero delicada tal afirmação, por desconsiderar os impactos sociais da Grande Reforma Urbana, mas selecionei tal trabalho nessa discussão para demonstrar que as opiniões da produção historiográfica dos anos 1980 tiveram algumas divergências, embora tenham sido mínimas em relação à totalidade dessa produção.

Após a vasta produção historiográfica da década de 1980, foram surgindo novas interpretações sobre a temática das reformas urbanas. São estudos que demonstram a dualidade tanto das reformas como do próprio Pereira Passos, que não é mostrado nem como um herói e nem como um representante de ações que teriam excluído de maneira radical as classes populares dos novos usos da cidade. Os estudos apresentados a seguir também não trabalharam questões muito diferentes, abordando pontos bem parecidos com os estudados pela historiografia dos anos 80, porém sob outra ótica.

Em 1992, Sônia Gomes Pereira defende sua tese de doutorado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. Sônia Pereira faz uma avaliação das reformas e um levantamento histórico do Rio de Janeiro desde os tempos coloniais, com ricas abordagens teóricas, apontando estudos sobre o espaço urbano; e desfere críticas às reformas, apontando o agravamento das condições de vida da população de baixa renda, que teriam sido desabrigados. Assim como foi dito pelos historiadores da década de 80, Sônia Pereira denuncia a política de erradicação das habitações coletivas e associa às ações do poder público a ida de parte da população para os subúrbios ou para os morros ou casas de cômodos superlotadas que haviam restado.

Apesar das críticas, e não há como fugir delas, Sônia Gomes Pereira aponta lados positivos na reforma, vendo-a como uma demanda de uma cidade insalubre que precisava de melhorias. Portanto, as reformas proporcionaram novos olhares sobre a cidade, uma nova forma de usufruir um novo espaço público dotado de melhorias urbanísticas. A obra destaca também a integração entre a cidade e a natureza, e a legitimação da Zona Sul como área nobre da cidade.

Um estudo que questiona a suposta “passividade” dos cidadãos diante das reformas e demolições foi feito pela historiadora Eneida Quadro Queiroz, em seu artigo *A Guerra do*

⁴⁵Idem, p. 129.

“*bota-abaixo*”, publicado pela revista *Nossa História* em 2006. Apesar de ver a reforma como uma ação avassaladora, a autora afirma que houve resistência por parte de moradores às demolições. Eneida Quadro Queiroz pesquisou o acervo documental do Arquivo da Justiça Federal, encontrando uma série de ações movidas por esses moradores (proprietários e inquilinos), que apelaram à Justiça Sanitária, na tentativa de “reverter sentenças de demolição ou interdição de imóveis”⁴⁶ ou de pelo menos, receberem indenizações maiores. Segundo Queiroz, diferentemente do que é veiculado nos livros de história, muitos moradores do centro do Rio de Janeiro não aceitaram as reformas propostas, recorrendo das decisões das autoridades administrativas sanitárias por considerá-las arbitrárias.⁴⁷ O que chama atenção nesse artigo não são apenas os processos movidos pelas classes subalternas, mas também a crítica a historiadores dos anos 80 por apresentarem esses moradores como vítimas passivas, enquanto eles também teriam protagonizado alguns atos de resistência diante das ações do poder público.

Outro trabalho inserido nessa discussão historiográfica é em *Entre relíquias e casas velhas: a arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro*, de Paula de Paoli, publicado em 2013. Tal trabalho questiona a contraposição entre o Rio de Janeiro “velho” e o “novo”, criticando a atribuição de cidade colonial nos discursos sobre o Rio de Janeiro da virada do século. Como mostra o título de sua obra, o foco de sua abordagem é a arquitetura no Centro da cidade no momento da reforma, e a partir disso, a autora coloca em discussão o discurso que enfatizava um Rio de Janeiro atrasado e colonial a fim de engrandecer a necessidade de uma renovação na capital. Paula de Paoli reconhece que a reforma de Pereira Passos foi uma intervenção mais profunda sobre os “tecidos edificados” da cidade em comparação com as intervenções pontuais e graduais que essas edificações vinham sofrendo ao longo do século XIX. Mas ao analisar as atuações nas freguesias centrais, demonstra que já havia a coexistência de edificações ditas coloniais com outras mais recentes, criticando assim os discursos que enfatizavam o novo em detrimento do “velho”, como se Pereira Passos tivesse que colocar tudo abaixo e expurgar um “passado colonial” do Rio de Janeiro. Paula de Paoli procura esclarecer que essas mudanças já vinham ocorrendo há um século e que no início do século XX, a arquitetura da cidade já estava consideravelmente transformada em relação ao período colonial. A colocação da autora é

⁴⁶QUEIROZ, Eneida Quadro. *A guerra do “bota-abaixo”*, 2006. p. 21

⁴⁷Idem, p. 22.

pertinente, pois corremos o risco de reproduzir o mesmo discurso da época, que submetia um “Rio colonial” a ser eliminado pelas novas necessidades de progresso, como se não tivesse existido quase um século de um período imperial que já proporcionara algumas mudanças na capital.

Paoli esclarece que a crítica a um “Rio colonial” em favor de um “Rio renovado e moderno” se encontrava mais no discurso, que teria a intencionalidade de promover um consenso, do que na prática em si. A partir desta análise, a autora levanta alguns questionamentos: seria preciso demonizar o velho para justificar o novo? Enfatizar um Rio de Janeiro atrasado, insalubre, epidêmico e de cortiços e ruas estreitas para convencer de que era preciso uma cidade moderna e civilizada? Não haveria uma integração entre o velho e o novo, em uma cidade que até hoje traz marcas de sua história até mesmo de antes da República? O futuro precisava acabar com o passado?

(...) as reformas urbanas do início do século XX vieram acompanhadas de um aparato de propaganda maciço... Isso ocorria porque era preciso convencer os habitantes da cidade de que aqueles espaços, que eles conheciam desde sempre, seriam radicalmente transformados em poucos anos, e também construir um consenso social em torno da transformação. Por este motivo, o discurso de exaltação da produção do novo (e de depreciação da cidade “velha”, que era sua parte integrante e fundamental) teve um papel preponderante naquelas intervenções.⁴⁸

Quando se fala em expulsar os pobres da área central, dá-se a entender que a reforma tenha atuado em todo aquele espaço composto por várias freguesias, o que não ocorreu. Muitos moradores de baixa renda deixaram a região, mas muitos também continuaram a viver em freguesias centrais como as de Santana (tendo havido inclusive deslocamentos para aquela região, agravando a aglomeração nas habitações populares que ali existiam). Ou seja, parte da população não foi deslocada do Centro para os subúrbios, mas foi se aglomerando em freguesias que pertenciam à própria região central. Paula de Paoli não questiona somente os discurso da época, materializados na imprensa, mas também a própria historiografia da década de 1980, que teria utilizado do mesmo discurso de antagonismo entre o velho e o novo; além de generalizar a região central como se fosse um espaço único e homogêneo, como se as reformas tivessem atuado em todas as freguesias centrais de igual maneira:

⁴⁸PAOLI, Paula de. Op. Cit., p. 33.

Observa-se um grande paralelismo de visões e argumentos entre os vários autores. Todos os textos reproduzem, embora com objetivos diferentes, as *mesmas estratégias discursivas* que justificaram as reformas urbanas em seu tempo. Em sua base, também se encontra a contraposição entre a cidade de vielas estreitas, antiquada e insalubre, e a cidade reformada, com suas largas avenidas e boa arquitetura.⁴⁹

Pereira Passos e suas reformas foram revistas por André Nunes de Azevedo, que desconstruiu alguns consensos, mostrando que é necessário contextualizar aqueles processos. Segundo o autor, ao contrário do que a historiografia dos anos 1980 apresenta, Pereira Passos não foi um mero agente executor dos ideais de progresso do governo federal e nem uma cópia de Haussmann; mas um homem que, assumindo a prefeitura aos 66 anos, pensava diferente daquele tempo. Para André Nunes de Azevedo, comparar Passos a Haussmann é injusto, pois Passos não teria arrasado desmedidamente a cidade, respeitando algumas de suas tradições, como o Morro do Castelo (Passos considerou sua relevância para a história da cidade, e sempre se posicionou contra o seu arrasamento) e alguns prédios da cidade, como o antigo prédio do Conselho Municipal (atual Câmara dos vereadores), no Largo da Mãe do bispo (atual Cinelândia); e o Colégio Pedro II, na rua Larga de São Joaquim (atual Marechal Floriano).

Pereira Passos teria uma visão organicista da cidade, preocupado em integrar, ainda que de maneira tímida, as regiões, enquanto o governo federal teria uma visão funcional, preocupado com a distribuição das mercadorias do porto⁵⁰. André Nunes de Azevedo apresenta um Pereira Passos de sensibilidade estética, preocupado com a história, um colecionador de antiguidades; um conservador que convidou também à integração, construindo praças, coretos, vilas operárias; mantendo certos aspectos da cidade, ainda que fosse descrito por muitos como o prefeito do “bota-abaixo”. Além disso, Passos teria projetado a área central para uso também dos moradores do subúrbio e sua intenção “era tornar o centro da cidade um lugar para o convívio civilizado, um espaço que convidaria os habitantes dos mais diversos locais do Rio de Janeiro a frequentá-lo”⁵¹. Ao mesmo tempo em que enumera qualidades do prefeito, as produções de André Nunes de Azevedo não

⁴⁹PAOLI, Paula de. Op. Cit., p.109. (*grifos nossos*)

⁵⁰AZEVEDO André Nunes de. *A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana*, 2003. p. 53-54.

⁵¹AZEVEDO, André Nunes. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*, 2016. p. 206.

deixam de mostrar as contradições de um homem que ao mesmo tempo que desejava ver o carioca nas ruas do centro da cidade ⁵², proibia quiosques e ambulantes.

Um dos exemplos citados para apontar o caráter integrador de Pereira Passos foi a construção de vilas operárias na área central, a região que mais sofreu intervenções, integrando o operariado à cidade, até mesmo a fim de evitar maiores conflitos. Faço uma ressalva a essa questão por ter sido a construção dessas vilas operárias insuficientes para a resolução dos problemas habitacionais da classe trabalhadora. Porém, o próprio André Nunes Azevedo admite que tal feito não solucionou a problemática da habitação, o que demonstra seu discernimento e sua análise crítica dos fatos.

Ao não apontar solução adequada ao histórico problema habitacional carioca – as vilas operárias de Pereira Passos ficaram longe de responder à altura da gravidade e da demanda desse problema urbano –, a Grande Reforma Urbana colaborou no processo histórico de aprofundamento da crise habitacional do Rio de Janeiro, deixando essa contradição como um dos seus legados, que nos chegam até os dias atuais. ⁵³

É interessante ver que André Nunes de Azevedo não procura mostrar Pereira Passos como um herói nacional, mas antes de tudo como uma pessoa com erros e acertos. Um homem contraditório, que ao mesmo tempo que possuía sensibilidade para algumas questões, desconsiderava outras. Um administrador que almejava ver uma cidade civilizada aos moldes europeus, ao mesmo tempo em que levava em consideração aspectos da época colonial que ali se encontravam. Passos não desmerecia um passado que pertencia à cidade. Entretanto, esquecia que o Rio tem suas especificidades, tem a historicidade de uma cidade dúplice, heterogênea, que mal tinha se recuperado de décadas de epidemias, que mal tinha saído da escravidão e do Império. Essas eram características que faziam parte de sua história: “as marcas de alguns elementos simbólicos da colônia e do Império poderiam ser apagadas do espaço urbano carioca, mas essa trajetória histórica deixaria vincos que não poderiam ser superados por qualquer reforma urbana”⁵⁴. Como disse José Murilo de Carvalho em *Os*

⁵²Em carta enviada a um amigo, Pereira Passos lamentava o pouco uso do espaço público do centro do Rio de Janeiro. Ver AZEVEDO, André Nunes. Op. Cit., p. 207.

⁵³Idem, p. 284.

⁵⁴Ibidem, p. 294.

Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi, “mais do que qualquer outra cidade brasileira, o Rio acumulou forças contraditórias da ordem e da desordem”⁵⁵. O Rio não seria a Europa, por mais que uma minoria o quisesse e por maior que fosse a campanha da imprensa, “porque o povo não se enquadrava nos padrões europeus nem pelo comportamento político, nem pela cultura, nem pela maneira de morar, nem pela cara”⁵⁶. José Murilo de Carvalho critica inclusive a ausência de participação popular na instauração da República. No entanto, Maria Tereza Chaves de Mello em *A República Consentida – cultura democrática e científica do final do Império*, defende que a população não se caracterizava por essa apatia naquele período, e que a própria rua em si já se mostrava com novas usanças, como a aglomeração e a participação política, refletindo uma nova mentalidade da população. A sociedade do final do século XIX, influenciada pelo realismo e pelo cientificismo, se afastava do romantismo e do “patriarcalismo” característicos do período Imperial. É interessante analisarmos isso, pois o final do século XIX já se apresentava diferente de seu início, a sociedade não era mais tão “colonial”, como os discursos sobre a reforma enfatizavam. Muita coisa já havia mudado na cidade desde a chegada de D. João VI, inclusive seus aspectos físicos (como a própria arquitetura).

O Rio mudou, as reformas interferiram em usos e costumes da cidade, além de ter desabrigado moradores. Talvez de forma menos avassaladora do que possamos imaginar. Mas se uma única pessoa é prejudicada, há de se fazer jus a ela⁵⁷. Em *Sobre o conceito de História*, Walter Benjamin afirma a importância de se romper com a ótica historicista que privilegia a história dos vencedores. Para Benjamin, a história tem a missão de lembrar o passado para reparar o presente e fazer justiça aos excluídos que sempre foram esquecidos e até massacrados pelo “progresso”. Benjamin critica a ideia de progresso como emancipação, pois para ele, o progresso sempre existiu e deixa um rastro de destruição. Portanto, grandes reformas, obras públicas e até mesmo monumentos podem ser fruto dessa barbárie, não só pelo envolvimento direto de trabalhadores na construção física, mas pela exclusão popular dos “benefícios”.

Mas ainda que não se fale em progresso sem ônus, a remodelação trouxe alguns aspectos positivos, melhorando a circulação, embelezando ruas, projetando a cidade no

⁵⁵CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, 2010. p. 158.

⁵⁶Idem, p. 162.

⁵⁷Ver BENJAMIN, WALTER. *Sobre o Conceito de História*. In: LÖWY, Michel. Op.Cit., p. 70 (tese 7).

cenário nacional e internacional e reforçando a sua integração com a natureza, principalmente com o mar, o que é até hoje um símbolo da cidade. Certamente as vantagens não compensaram as perdas, mas a representação das reformas e da nova capital penetrava no imaginário da população do país. A cidade do Rio de Janeiro que pouco depois da Grande Reforma Urbana receberia o título de “cidade maravilhosa”, seguiria marcada pelo acúmulo de contradições.

Se o Brasil é a terra da poesia, a sua grande cidade é o armazém, o ferrovelho, a aduana, o belchior, o grande empório das formas poéticas. Nesta Cosmópolis, que é o Rio, a poesia brota nas classes mais heterogêneas.⁵⁸

1.2 – Rio de Janeiro, cidade-capital

A cidade é sempre o lugar de reunião e de difusão dos especialistas do direito. É também aí que se encontram os presunçosos da inteligência e da cultura: sabe-se que a riqueza não é o único critério do poder urbano.⁵⁹

Em *Por amor às cidades*, o historiador medievalista Jacques Le Goff analisa uma proximidade entre a cidade medieval e a cidade contemporânea, que segundo o autor, teriam muitas semelhanças. Conforme pode-se notar na frase acima, Le Goff mostra que a importância de uma cidade não se dá somente por critérios econômicos, mas também por sua relevância cultural. É nas cidades dotadas de capitalidade que concentram a grande intelectualidade, as instituições culturais, a elite letrada de um país. E são esses elementos, somados à sua importância política e econômica, que legitimam a sua posição enquanto referência nacional.

Segundo André Nunes de Azevedo, a capitalidade confere à cidade maior cosmopolitismo e a identifica como um espaço de consagração dos acontecimentos políticos e culturais no país, tornando-a uma referência para as demais regiões que recebem a sua influência⁶⁰.

⁵⁸JOÃO DO RIO. *A alma encantadora das ruas. Crônicas*, 2008. p. 211. As crônicas foram escritas em 1908.

⁵⁹LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*, 1998. p. 143-144.

⁶⁰AZEVEDO, André Nunes. *A capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica*, 2002. p.45.

Sede de instituições que carregam o peso da nacionalidade, como o Arquivo Nacional, o Museu Histórico Nacional, a Biblioteca Nacional, o Observatório Nacional, a Academia Nacional de Letras; o Rio de Janeiro possui, desde os tempos coloniais, uma visibilidade que a tornou vitrine do país. Entre os principais jornais da capital, estavam *O Paiz* e o *Jornal do Brasil*, cujos títulos sugeriam a representatividade a nível nacional.

Segundo Giulio Carlo Argan, que analisou a importância da cidade-capital no processo de estabelecimento das monarquias nacionais europeias no século XVII, essas cidades opunham-se à ideia de provincianismo, assumindo um caráter “cosmopolita” e “civilizado”⁶¹. Para Argan, a capitalidade se relaciona mais pela referência que a cidade possui além de suas fronteiras do que à sua posição como capital política e burocrática de um país⁶². O Rio de Janeiro perdeu o título de capital administrativa em 1960, mas isso não tornou Brasília a referência do Brasil no exterior, e o país continua sendo associado aos símbolos cariocas, mesmo que esta atualmente se encontre em um processo contínuo de decadência. Margarida de Souza Neves, aplicou os estudos de Argan à realidade do Rio de Janeiro na virada do século XX. Em seu texto *Brasil! Acertai vossos ponteiros!*, ela explica a visão de Giulio Carlo Argan de que uma capital é uma alegoria do poder. Segundo Margarida de Souza Neves, “isso parece ocorrer na medida em que as cidades, reformuladas, assumem uma dimensão de representação de um projeto, no caso, nacional. Deixam de ser cidades fechadas para se apresentar enquanto organismos abertos e articuladores de uma dada ideia do todo.”⁶³ Esse caso pode ser aplicado ao Rio de Janeiro na medida em que qualquer atuação sobre a cidade seria um projeto de âmbito nacional. Segundo Neves, “a cidade articula um eficiente discurso do novo, cujo sujeito é o país, metaforizado em sua capital”⁶⁴. As mudanças na capital antecipariam para o restante do país um modelo utópico de um futuro de progresso e civilização de âmbito nacional. A capitalidade do Rio de Janeiro fez com que a cidade se tornasse uma referência para as demais regiões do país, justificando os investimentos simbólicos sobre ela. As publicações nos jornais da capital e de outros estados eram parte desse investimento.

⁶¹COSTA, Frederico Lustosa; O'DONNELL, Julia Galli; MENDES, Pedro Barbosa. *Rio de Janeiro, uma cidade na história*, 2010. p. 34.

⁶²SILVA, Mauro Osorio; VERSIANI, Maria Helena. *História de capitalidade do Rio de Janeiro*, 2015. p. 76.

⁶³NEVES, Margarida de Souza. *Brasil! Acertai vossos ponteiros!*, 1992. p. 5.

⁶⁴Idem, p. 9.

Marly Motta, autora de trabalhos que abordam a capitalidade do Rio de Janeiro, também analisa tal fenômeno a partir do referencial de Giulio Carlo Argan. Em *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*, a autora publica o trecho abaixo, extraído do texto *La Métropolitée*, escrito em 1692, e que fazia parte de um projeto na época sobre um novo conceito de cidade. O texto aponta a dupla função da cidade-capital: ser “cabeça” e “mãe” da nação.⁶⁵

“Cabeça” encarregada de manter a harmonia e a unidade do reino, “mãe” controladora e garantidora do sustento das províncias, a cidade-capital teve um papel decisivo no estabelecimento das monarquias absolutas europeias. Processo recíproco, já que, se a centralização da autoridade exigia a preeminência de uma cidade que sediasse o poder monárquico, a capital, concentrando a força militar e a burocracia administrativa, impondo linguagem, costumes e modas, construindo a imagem da Corte Real, contribuiu poderosamente para a unificação do Estado.⁶⁶

Marly Motta descreve a cidade-capital como portadora de um papel decisivo como *locus* de construção da identidade nacional, a partir de usos de símbolos, signos, práticas e valores que, segundo a autora, cristalizam o sentimento de pertencer a uma comunidade imaginada, cuja existência se deve à invenção de uma série de tradições capazes de atualizar constantemente sua legitimidade. As cidades-capitais são analisadas “como o lugar da política e da cultura, como núcleo da sociabilidade intelectual e da produção simbólica, representando o papel de foco da civilização, núcleo da modernidade, teatro do poder e lugar de memória”⁶⁷.

Segundo Marly Motta, apesar de ter se tornado capital do país em 1763, o processo de construção da capitalidade do Rio de Janeiro caminhou junto ao processo de construção da nação no século XIX, que introduziu na cidade elementos que buscaram reforçar a ordem, a unidade nacional e o cosmopolitismo. No entanto, a capitalidade não é um fenômeno estático, mas vai se desenvolvendo e se modificando de acordo com as próprias mudanças da cidade. Sendo assim, o desenvolvimento da capitalidade do Rio de Janeiro passou por

⁶⁵MARIANI, Ricardo. *A cidade moderna entre a história e a cultura*. São Paulo: Ed. Nobel, 1986. p. 26. Apud MOTTA, Marly. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*, 2001. p. 25. O texto é atribuído a *Le Maître*.

⁶⁶MOTTA, Marly. Op. Cit., p. 25. A autora sugere a leitura de TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

⁶⁷MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*, 2004. p. 29.

algumas fases até as intervenções urbanas do início do século XX. Marly Motta privilegia a análise da segunda fase, a da construção do Rio de Janeiro como cidade-capital.

As contribuições de André Nunes de Azevedo e Antônio Edmilson Martins Rodrigues analisam o desenvolvimento de um momento anterior da capitalidade do Rio de Janeiro, a qual Azevedo dá o nome de “capitalidade primeva”. Essa capitalidade foi sendo desenvolvida desde o início da colonização no século XVI, estando relacionada ao dinamismo da cidade, sua abertura às trocas culturais, à absorção de novas ideias, o que aos poucos a tornou um espaço de consagração dos acontecimentos políticos e culturais tornando-a referência para outras regiões.

1.2.1– O desenvolvimento da capitalidade do Rio de Janeiro

A capitalidade do Rio de Janeiro começou a ser delineada ainda no século XVI. Segundo Antônio Edmilson Martins Rodrigues, data de 1501 os primeiros registros sobre a cidade: “a primeira referência é oriunda da expedição comandada por André Gonçalves de 1501 ou Gaspar de Lemos, da qual participou Américo Vespúcio que deu nomes cristãos para os vários acidentes geográficos da costa da Terra de Santa Cruz”⁶⁸.

A cidade do Rio de Janeiro foi marcada por uma dupla fundação, se configurando no início do século XVI como um espaço de experimentações e disputas entre franceses e portugueses.⁶⁹ Os primeiros europeus a se estabelecerem efetivamente na cidade foram os franceses, onde fundaram, nas proximidades da Baía de Guanabara, a França Antártica, permanecendo ali por doze anos (1555-1567), até serem expulsos pelos portugueses. A expedição francesa liderada por Villegagnon em 1555, ambicionava criar no Rio de Janeiro uma sociedade ideal, marcada pela liberdade política e religiosa nos trópicos⁷⁰. Segundo Serge Elmalan, “com Villegagnon e a ‘França Antártica’, o Rio de Janeiro nasceu pluralista, universalista e inundado pelos confrontos intelectuais”⁷¹. Mas antes mesmo do estabelecimento dos franceses, a cidade chamava atenção dos portugueses, pois em visita à região da Baía da Guanabara em meados do século XVI, o governador-geral, Tomé de Sousa

⁶⁸RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *América Renascentista: as experiências modernas no espaço da Baía de Guanabara: a dupla fundação da cidade do Rio de Janeiro: entre utopias e ideais*, 2006. p. 229.

⁶⁹Idem, p. 228.

⁷⁰ELMALAN, Serge. *Villegagnon ou a utopia tropical*, p. 255.

⁷¹Idem, p. 280.

(1549-1553) registrou seu encantamento com as belezas naturais da região e sinalizou a importância de se fundar ali uma cidade⁷². Após a retomada das terras pelos portugueses, estes passaram a investir no planejamento da região. Essa “idealização resultou de um processo de afirmação do poder português numa região onde já existia uma cidade-utopia, imaginada e vivida pelos franceses”⁷³. A visão que os europeus tinham sobre as cidades colonizadas na América do século XVI, não se pautava somente pela exploração desenfreada mas também pela construção para o futuro, de uma sociedade organizada e pautada pela ordem e civilização sobre aqueles considerados bárbaros, pelo olhar eurocêntrico⁷⁴.

Um trabalho que nos ajuda a entender esse movimento, que se articulou ao desenvolvimento da capitalidade do Rio de Janeiro, é o artigo *América Renascentista: as experiências modernas no espaço da Baía de Guanabara: a dupla fundação da cidade do Rio de Janeiro: entre utopias e ideais*, de autoria de Antônio Edmilson Martins Rodrigues. Aproximando-se da abordagem teórica de Angel Rama, Rodrigues explica que o estabelecimento de culturas europeias na América do século XVI estava pautado por ideais renascentistas que impulsionaram a idealização de um novo mundo além-mar, um espaço privilegiado para a utopia, onde seria construída uma sociedade mais harmônica em relação ao contexto europeu da época. O Rio de Janeiro foi visto então, tanto pela França quanto por Portugal, como um espaço em utopia, e não apenas um espaço de exploração econômica. Segundo Rodrigues: “esse movimento ideal do Rio de Janeiro também deu-lhe a condição de capitalidade, ou seja, o domínio sobre o entorno, tornando-se referência para a dinâmica do

⁷²RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. Op. Cit., p. 229.

⁷³RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *Em algum lugar do passado. Cultura e História na cidade do Rio de Janeiro*, 2002. p.17. Ver também RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *América Renascentista: as experiências modernas no espaço da Baía de Guanabara: a dupla fundação da cidade do Rio de Janeiro: entre utopias e ideais*.

⁷⁴A análise de Antônio Edmilson Martins Rodrigues se aproxima da de Angel Rama em relação às expectativas que os europeus tinham ao se estabelecer em terras americanas. Ver RAMA, Angel. *As cidades das letras*. O estabelecimento de europeus no Novo Mundo seguia um ordenamento com imposição de moldes civilizatórios orientado por uma visão eurocêntrica. Angel Rama explica que a construção de cidades americanas pelos conquistadores no século XVI foram pautadas por uma nova cultura na época, o modelo urbano barroco, onde seriam impostos ideais civilizatórios. Dentro dessa cidade, era produzida outra cidade constituída de forte investimento simbólico, e dominada pelos homens das letras, responsáveis pela burocracia oficial e pela construção da ordem. O fato de serem homens letrados, os permitia penetrar nas esferas de poder, numa sociedade com poucas pessoas alfabetizadas. A religião, as instituições burocráticas e as universidades (fundadas na América Espanhola a partir do século XVI), foram instrumentos de poder dominados pelos homens de letras. A teoria de Angel Rama não se limita ao início da colonização, e o Rio de Janeiro também pode se enquadrar como uma cidade das letras até a primeira metade do século XX, devido a seu papel difusor de ideias, a partir de discursos produzidos por uma minoria letrada.

Atlântico Sul até fazer-se capital da Colônia (Vice Reino do Brasil) em 1763 e capital do Império português em 1808”⁷⁵.

A condição do Rio de Janeiro como uma cidade aberta ao mundo já se fazia notar desde as primeiras incursões europeias em terras cariocas. Em 1504, Gonçalo Coelho chegava à Baía de Guanabara, estabelecendo um arraial ao redor de um rio que os índios chamavam de *Carioca* (casa de branco). A denominação desse rio indicava que os índios já estabeleciam contato com europeus quando da chegada do navegador. Segundo Rodrigues, “a presença de Gonçalo Coelho por cerca de três anos na Baía de Guanabara teria lhe permitido observar a circulação de embarcações de vários tipos e de várias procedências, principalmente francesas”⁷⁶. As incursões francesas incomodavam os jesuítas, que estabeleceram uma série de denúncias contra os “invasores”, cuja presença poderia constituir uma ameaça à ordem estabelecida aos índios. Tais episódios demonstram o considerável movimento de circulação que havia na região:

Esses relatos confirmam o enorme movimento de circulação que havia na região da Guanabara já indicado pelo exame das referências anteriores. Um comércio surpreendente que envolvia, além de franceses, portugueses a serviço de outras coroas, espanhóis e outros que se arriscavam no comércio do sul do Atlântico, transformando a região numa área de comércio internacional.⁷⁷

O reconhecimento das belezas naturais do Rio de Janeiro também se enquadrava na visão de um paraíso imaginado pelo olhar renascentista do homem do velho mundo. A exaltação de sua natureza reforçou não somente a sensação de lugar ideal. Com o passar dos anos, a integração da cidade à natureza se apresentaria perante o mundo como uma característica peculiar e que reforçaria sua condição como cartão-postal.

Ao longo dos anos a cidade foi intensificando a sua movimentação, reforçada por seu caráter mercantil e portuário. Durante o século XVII, o Rio de Janeiro foi desenvolvendo um aparato institucional, como o Bispado e a Casa da Moeda. Devido à contribuição financeira do Rio de Janeiro a alguns acontecimentos no século XVII, como o financiamento

⁷⁵RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *América Renascentista: as experiências modernas no espaço da Baía de Guanabara: a dupla fundação da cidade do Rio de Janeiro: entre utopias e ideais*, 2006. p. 241.

⁷⁶Idem, p. 230. Em 1503, Gonçalo Coelho comandou uma expedição pelo litoral brasileiro, com a presença de Américo Vespúcio. Em 1504, Américo Vespúcio retornou a Portugal, enquanto Gonçalo Coelho permaneceu explorando a costa, quando chegou ao Rio de Janeiro, pela Baía de Guanabara.

⁷⁷Ibidem, p. 232.

para a conquista de estados do Sul, a compra da paz com a Holanda e o dote de D. Catarina em seu casamento com Carlos II da Inglaterra, a cidade alcançou certo prestígio junto à Coroa Portuguesa⁷⁸.



Figura 3 – Aparência do Rio de Janeiro, 1666 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Família Ferrez)

Durante o século XVIII, a cidade assistiu a uma intensificação no comércio e no fluxo de pessoas e navios, com a contribuição da mineração em Minas Gerais. O Rio de Janeiro abastecia a região das minas com produtos de subsistência, adquirindo maior prosperidade comercial. E era do porto do Rio que partiam para a Europa os metais preciosos extraídos na região mineira. Ao mesmo tempo em que exportavam esses produtos através de seu porto, os habitantes realizavam trocas culturais e a cidade intensificava sua posição como um espaço de circulação de ideias. O caráter portuário do Rio de Janeiro reforçava a circulação interna de capitais e as relações com o mercado mundial, e fazia da capital uma cidade aberta a trocas culturais e, comerciais, conferindo-lhe uma “vocação universalista”.

⁷⁸LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis. Uma reflexão em busca de autoestima*, 2001. p. 69.

Segundo André Nunes de Azevedo, tal vocação “lhe abriu as portas para um maior cosmopolitismo relativo às cidades de sua região”⁷⁹. A condição mercantil do Rio de Janeiro impulsionou a sua capitalidade, pois a cidade não praticava trocas comerciais apenas com seus colonizadores portugueses, “mas com todos os que passavam por ela, assumindo uma posição de singularidade com relação ao sistema colonial português”⁸⁰.

A circulação de ideias formou uma sociedade politicamente engajada e peculiar em relação a outras regiões do Brasil. Além de instituir um conselho geral a fim de reunir, em casos de crise, todos os homens livres da cidade para discutirem as soluções, os habitantes aderiam a mobilizações quando achassem necessário. O desenvolvimento econômico e político do Rio de Janeiro proporcionou uma independência na esfera política, gerando naquela sociedade um engajamento que fez do Rio de Janeiro um espaço de agitações, onde não eram os raros protestos até mesmo contra transações comerciais impostas pelo pacto colonial.

Além do conselho geral, não eram raras as mobilizações populares, seja em forma de abaixo-assinados, passeatas, revoltas etc. Ao contrário das cidades do Nordeste, o Rio de Janeiro deu maior espaço para os homens livres, permitindo o exercício do embate político, atividade que se verificou constante na vida da cidade antes de 1763.⁸¹

Em 1722, a arrecadação do Rio superava Salvador, e em 1763, a capital foi transferida desta última para o Rio de Janeiro. A condição de capital do Vice-Reino legitimou a importância do Rio no cenário nacional, evidenciando a importância de seu porto e fortalecendo seu núcleo administrativo. O Rio de Janeiro tornou-se ainda mais cosmopolita. Entretanto, se antes desfrutava da liberdade de ideias e da autonomia política e econômica, passou a sentir o peso da burocracia estatal e da evidência às vistas da Metrópole, que passou a fiscalizá-la mais de perto, impondo certa disciplina.

⁷⁹AZEVEDO, André Nunes. *A capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica*, 2002. p. 48.

⁸⁰RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *Em algum lugar do passado. Cultura e História na cidade do Rio de Janeiro*, 2002. p. 19.

⁸¹Idem, p. 48.



Figura 4 – Planta da cidade do Rio de Janeiro, 1769 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Família Ferrez)

A chegada da Família Real em 1808, implantou na cidade, diversas instituições e categorias burocráticas. Nesse momento, é agregado à cidade o caráter de centralidade, descrito por André Nunes de Azevedo como “o centro pelo qual devem passar os principais acontecimentos políticos e culturais de um país”⁸². A centralidade reforçou a sua capitalidade e seu caráter de referência nacional. Detentora de um novo aparato burocrático, o Rio de Janeiro seria protagonista dos principais acontecimentos políticos e culturais do país. Assim como quando foi elevada a capital do Vice-Reino, em 1763, o Rio de Janeiro mais uma vez se viu podado em sua autonomia e liberdade de atuação, devido ao peso do aparato

⁸²AZEVEDO, André Nunes. Op. Cit., p. 52.

burocrático que passara a carregar como sede do Império Português. No entanto, era compensada mais uma vez pela ampliação de seu cosmopolitismo, marca de sua capitalidade.

A presença da Corte demandou mudanças no aspecto da cidade. A fim de equipá-la para a função de sede da Corte Portuguesa, foram criados vários órgãos administrativos e de caráter jurídico. D. João implantou tribunais, conselhos, câmaras, e instituições encarregadas do ordenamento da cidade⁸³. Implantou também instituições culturais como o Teatro Real de São João; e espaços urbanos relacionados à civilização, como o Horto Real. Em 06 de abril de 1816, o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* comunicou a chegada do navio *Americano Calphe* na capital no dia 26 de março, trazendo a bordo artistas como o pintor Debret, o escultor Taunay, o arquiteto Grandjean de Montigny, o compositor musical Neukomm, entre outros⁸⁴. Esses artistas, formariam o que conhecemos como Missão Artística Francesa, considerada um marco para a história das artes e da cultura do século XIX⁸⁵. Essas iniciativas indicavam a intenção de transformar a cidade do Rio de Janeiro, agora sede da Corte Portuguesa, em uma capital culta, afastando o seu aspecto provinciano por meio da “imposição” de costumes, moda, linguagem e padrões de comportamento. Quanto maior a distância com o provincianismo, mais era acentuada a sua posição cosmopolita, de uma cidade conectada ao mundo europeu, de onde importava costumes e consumia os produtos que chegavam pelo porto.

A cidade continuou a crescer após o período joanino. A independência política de Portugal em 1822 demandou novas organizações, pautadas na construção da unidade nacional. O projeto que antes se condicionava a fazer do Rio de Janeiro um espaço compatível para o estabelecimento da Corte Portuguesa, passa a ser orientado por um projeto de construção da nação. Este processo foi sendo ampliado durante o conturbado período regencial (1831-1840)⁸⁶. A abdicação de D. Pedro I trouxe incertezas sobre os rumos do país,

⁸³SILVA, Mauro Osorio; VERSIANI, Maria Helena. Op. Cit., p.77

⁸⁴Gazeta de Notícias, 06/04/1816.

⁸⁵O termo “missão artística francesa” tem passado por revisões nos estudos mais recentes sobre o tema. Segundo Letícia Squeff, tal expressão teria sido utilizada por Afonso Taunay no início do século XX, mas não teria sido utilizado nem pelos franceses e nem pelos críticos e artistas do século XIX. Sua utilização por Taunay teria sido um reflexo de sua visão eurocêntrica das artes produzidas pelos artistas no período. Ver SQUEFF, Letícia. *O caso do pintor Estevão Silva e a crise da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro no final do século XIX*. In: BAREL, Ana Beatriz Demarchi e COSTA, Wilma Peres. *Cultura e poder entre o Império e a República: estudos sobre os imaginários brasileiros (1822-1930)*, 2018. p. 279-280.

⁸⁶O período das regências (1831-1840) foi um dos mais agitados da história política do país; um momento marcado por uma série de rebeliões e debates sobre “a centralização ou descentralização do poder, o grau de autonomia das províncias e a organização das Forças Armadas”. (FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. p.139).

provocando debates sobre sua centralização política e as relações entre o poder central e as províncias. Além disso, ocorriam diversas revoltas pelo país, permeadas pelas condições de suas respectivas províncias e pelas incertezas da organização política. Revoltas como a Balaiada, a farroupilha, a sabinada e a cabanagem, ameaçavam a estabilidade da centralização monárquica, e tal situação deveria ser controlada. Mais do que nunca, era preciso neutralizar qualquer tentativa de emancipação política. O fortalecimento da centralidade do poder do Estado, e os investimentos simbólicos sobre o Rio de Janeiro, sede da Corte Imperial, seriam essenciais⁸⁷.

Não é, pois, difícil identificar a unidade, a ordem e a civilização como os principais elementos que balizaram a construção do Rio de Janeiro como cidade-capital do Império do Brasil. Baluarte da unidade e da centralização, deveria enfrentar o desafio de unificar uma vasta região pontuada por ilhas econômicas e culturais, desejosas de emancipação política, suprema ameaça. Competia-lhe ainda dominar e civilizar o seu entorno, marcando a fronteira da “barbárie”, encarnada tanto nas ameaçadoras revoltas das províncias quanto nos “rudes” costumes do povo da capital.⁸⁸

Foram criadas instituições ordenadoras voltadas para a construção da memória da nação e a formação de uma elite intelectual. O Colégio Pedro II, criado em 1840, representou o projeto de formação intelectual. O IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), criado em 1838, tinha como finalidade a construção de uma história oficial brasileira. Mas sua função iria além de uma reordenação do passado, buscando o domínio do presente e a idealização do futuro a partir da construção de uma memória nacional⁸⁹. O órgão teria um caráter pedagógico e era também a intenção de seus idealizadores, a abertura de filiais por todas as províncias do Império.⁹⁰ Também em 1838 foi criado o Arquivo Público do Império, hoje Arquivo Nacional, com a finalidade de guardar os documentos públicos. Pouco antes

Neste período eclodiram rebeliões por todo o país, como a Guerra dos Cabanos (Pernambuco), a Cabanagem (Pará), a Sabinada (Bahia), a Balaiada (Maranhão) e a Farroupilha (Rio Grande do Sul)

⁸⁷Segundo Marcelo Basile, que analisa a relação entre a imprensa e os projetos de construção da nação brasileira no período regencial, apesar dos antagonismos e das rebeliões de caráter emancipatório, havia entre as províncias, debates sobre a unidade nacional, que teriam sido orientados pelo desejo em comum da construção do Brasil como nação. Uma das referências teóricas utilizadas por Basile é o conceito de comunidade imaginada de Benedict Anderson. Ver BASILE, Marcello. *Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)*. In: FERREIRA, Tania Maria, MOREL, Marco, NEVES, Lúcia Maria Bastos P. (organizadores). *História e imprensa. Representações culturais e práticas de poder*, 2006. p. 61.

⁸⁸MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*, 2004. p. 17.

⁸⁹GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *História e poder: as experiências do passado, o domínio do presente e as possibilidades futuras do Estado Imperial*, 2018. p. 62-63.

⁹⁰GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Op. Cit., p. 57.

disso, em 1827 (durante a regência de D. Pedro I), havia sido criado o Observatório Nacional, orientado para estudos geográficos do território brasileiro e de ensino da navegação. Todas essas instituições foram sendo implementadas dentro do contexto de construção de uma nação, de uma identidade brasileira. E todas elas se encontravam no Rio de Janeiro, enfatizando ainda mais o seu papel central e a sua capitalidade enquanto sede da Corte Imperial. Foi no período regencial que, através do Ato Adicional de 1834, o Rio de Janeiro se tornou Município Neutro, condição que o acompanharia até o surgimento da República. A condição de Município Neutro atribuía ao Rio de Janeiro o lócus da ordem, diferenciado dos demais municípios⁹¹.

Havia uma preocupação não apenas com a vida dentro da cidade como também pela imagem que ela deveria passar enquanto capital da Corte Imperial. O Rio de Janeiro passa a ter uma conotação simbólica enquanto um exemplo de civilidade a ser mostrada. “Enquanto Corte e capital do Império, seu espaço urbano devia refletir o projeto civilizatório de matriz europeia posto em prática por D. João, servindo de espaço de exemplaridade para as outras partes do Império Português”⁹². O Segundo Reinado (1840-1889), marcado por maior liberdade de expressão e maior cosmopolitismo, reforça o projeto civilizatório, orientado pelo modelo europeu. Ao mesmo tempo em que deveria ser o centro formador do espírito nacional, o Rio de Janeiro era visto como o centro irradiador dessa civilização para o restante do país.

⁹¹MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*, 2004. p. 12.

⁹²BARRA, Sérgio. *Entre a corte e a cidade. O Rio de Janeiro no tempo do rei (1808-1821)*, 2008. p. 112.



VEDUTA DELLA CITTÀ DI S. SEBASTIANO DI RIO DE JANEIRO DALL'ISOLA DAS COBRAS.

Figura 5 – GATTI e DURA. Vista da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1844 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Ordens Honoríficas)

Os investimentos injetados no Rio de Janeiro foram fundamentais para a reinvenção cultural como projeto de nação. Capital cultural, a cidade era referência de costumes para outros estados e recebia intelectuais de toda parte do país. Um exemplo citado por Marcus Carvalho em *A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX*, foi a publicação sobre um baile de carnaval particular em Recife no jornal *Diário de Pernambuco* em 18 de fevereiro de 1848. Na publicação havia as regras a serem seguidas pelos convidados. Tais regras eram um exemplo da influência da Corte nos costumes das outras províncias. Segundo a publicação, “cada detalhe das normas da festa era legitimado por uma explicação: era assim que se fazia nas festas da Corte no Rio de Janeiro”⁹³.

No entanto, apesar do desenvolvimento urbano, os investimentos ainda eram limitados e a cidade ainda esbarrava em uma realidade distante da almejada civilização europeia. As ruas mudavam, a capital e as províncias iam sendo urbanizados (com intensidades diferentes). Porém, a capital não apresentava um ar aristocrático. Apesar das mudanças nos usos e aspectos da rua, esta ainda era vista como um espaço sujo e perigoso ao longo de todo o

⁹³CARVALHO, Marcus F.M. *A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX*, 2006. p. 180.

século XIX⁹⁴, mesmo com o destaque de algumas, como a Ouvidor, que foi se desenvolvendo como um espaço de encontro de uma elite letrada. No entanto, esse abismo só era percebido por quem conhecia as cidades europeias e podia ter uma noção de comparação entre estas e a Corte imperial. Mas para as outras províncias, a imagem da Corte era mais próxima dessa civilização. Segundo Jeffrey Needel, “os habitantes das províncias pensavam no Rio como uma cidade magnífica, capaz de conferir prestígio urbano a quem a visitasse”⁹⁵.

O Rio de Janeiro afirmou sua capitalidade ao longo do período imperial, enquanto sede de um projeto de construção da nação. A cidade sediava os grandes eventos culturais e políticos do país. Era a cidade dos acontecimentos e de onde partia a circulação de ideias:

(...) o Rio de Janeiro figurava na rede de significações da maior parte dos brasileiros como grande centro cosmopolita, centro de atração de grandes mentes, dos grandes talentos, que só atingiriam projeção nacional se aqui aportassem, se conquistassem no Rio de Janeiro a legitimação que buscavam em sua área de atuação.⁹⁶

Durante todo o século XIX foram implantadas na capital, instituições que reforçaram o seu papel como porta-voz da nação e representante da identidade nacional. No entanto, por ser o lugar das “cabeças pensantes” e por possuir as contradições de uma cidade cosmopolita e heterogênea, o Rio de Janeiro era também palco de agitações políticas, de epidemias e de uma profunda desigualdade social. Esses problemas faziam parte do cotidiano da capital, e ficavam ainda mais expostos por estarem inseridos nela. A capital era o centro de atração mas também o da polêmica, e este último aspecto seria considerado um entrave para os interesses de uma classe que ascenderia ao poder e instauraria um novo regime político no país.

Algumas mudanças que ocorreram com a República acabaram contribuindo para um reordenamento do caráter de capitalidade do Rio de Janeiro, como a Lei Orgânica de 20 de setembro de 1892, a circulação no Porto de Santos e a atenção dispensada às poderosas oligarquias agrárias como São Paulo e Minas Gerais e a Constituição de 1891, que previa a

⁹⁴GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*, 1992. p. 16.

⁹⁵NEEDEL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*, 1993. p. 48.

⁹⁶Idem, p. 56.

transferência da capital para a região central do país (o que só ocorreria muitos anos mais tarde, com a construção de Brasília). Esses fatores abalaram a sua capitalidade, mas o Rio de Janeiro enquanto capital e símbolo nacional, precisava ser remodelado, e a Grande Reforma Urbana o colocou em evidência enquanto palco dessas transformações.

A condição do Rio de Janeiro como cidade-capital reforçou o seu destaque nas páginas de jornais por todo o país. Segundo Antônio Edmilson Martins Rodrigues e Juliana Oakim Bandeira de Mello, a cidade assume uma função exemplar para o restante do Brasil, e era “através dela que os hábitos civilizatórios penetrariam no interior, levando a modernidade para todos os cantos do país”⁹⁷.

1.3 – A urbanização da capital no século XIX

Até a chegada de D. João VI ao Brasil, o Rio de Janeiro era uma cidade geograficamente limitada pelos Morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição, e seus limites não ultrapassavam a freguesia de Santana.⁹⁸ Segundo Renata William Santos do Vale, o Rio era uma cidade não necessariamente pequena mas simples e acanhada, com poucos atrativos sociais e de ruas estreitas com casas térreas e simples.⁹⁹ Mas com a chegada da Corte, a cidade realizaria esforços “para se adequar à nova condição de Corte e de sede do Império português”¹⁰⁰, e foram se delineando mudanças na cultura e no aspecto urbano. Nesse curto período, houve uma “explosão” demográfica, dobrando a população, que de cerca de 50000 habitantes em 1808, passou a 100000 em 1822.¹⁰¹ O espaço urbano começou a sofrer transformações, a população foi crescendo e espaços foram sendo ampliados na cidade.

⁹⁷RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins; MELLO, Juliana Oakim Bandeira de. *As reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro. Uma história de contrastes*, 2015. p. 24.

⁹⁸BARRA, Sérgio. *Entre a corte e a cidade. O Rio de Janeiro no tempo do rei-1808-1821*, 2008.p.98.

⁹⁹VALE, Renata William Santos do. *Construindo a Corte: o Rio de Janeiro e a nova ordem da cidade*. História Luso-Brasileira, Arquivo Nacional. 2018.

¹⁰⁰Idem.

¹⁰¹BARRA, Sérgio. Op. Cit., p. 24-25.

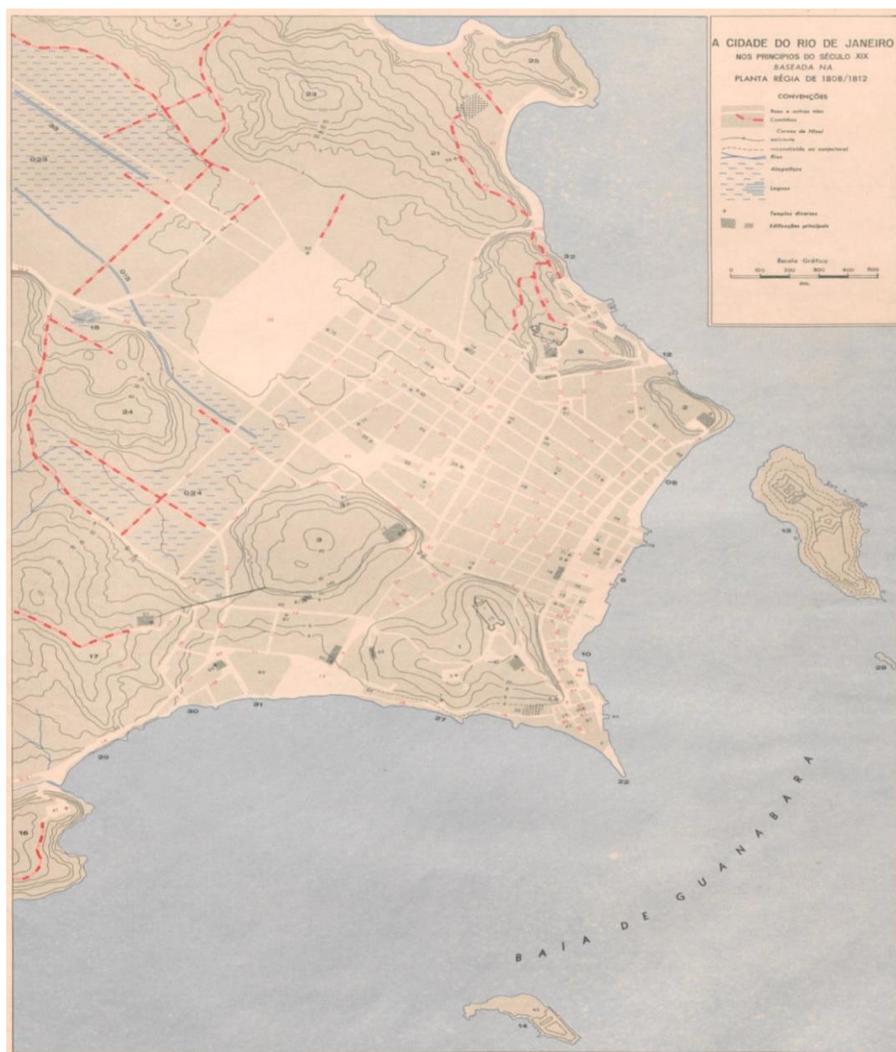


Figura 6 – A cidade do Rio de Janeiro nos princípios do século XIX baseada na Planta Régia de 1808/1812 (BARREIROS, Eduardo Canabrava. Atlas da Evolução Urbana do Rio de Janeiro 1565-1965)

Criada em 1808, a Intendência Geral de Polícia da Corte visava não apenas a questão da segurança na cidade, mas também atuava sobre os costumes da população, intervindo na segurança pública, salubridade, urbanização, embelezamento e até mesmo em conflitos familiares e conjugais.¹⁰² Um exemplo foram as mudanças feitas pelo intendente-geral Paulo Fernandes Viana, que realizou diversas mudanças no período joanino (1808-1821), de modo a embelezar e melhorar a cidade para a permanência da Corte. Foi instalada a iluminação

¹⁰²AQUINO, Gláucia Thomas de. *Intendente / Intendência Geral de Polícia da Corte e Estado do Brasil*. MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira. Arquivo Nacional. Ver também BARRA, Sérgio. *Entre a Corte e a cidade. O Rio de Janeiro no tempo do rei (1808-1821)*, 2008.

pública e realizada a pavimentação de ruas, além de mudanças nas construções, incluindo a proibição de rótulas (espécie de janela fechada com uma grade de pequenas tiras de madeira, onde era possível ver o que se passava na rua de maneira imperceptível), que remetiam à arquitetura colonial. Foram também construídos novos chafarizes, armazéns e molhes.¹⁰³

Novas ruas foram construídas ou remodeladas, atendendo a novos usos, com regulamentações que coíbiam os abusos sobre ela. Segundo Gilberto Freyre, “as posturas dos começos do século XIX são quase todas no sentido de limitar os abusos do particular e da casa e de fixar a importância, a dignidade, os direitos da rua, outrora tão por baixo e violados”¹⁰⁴.



Figura 7 – BUVELOT, Louis. Um mercado de barracas no Rio de Janeiro, 1840 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Família Ferrez)

¹⁰³NEEDELL, Jeffrey D. Op. Cit., p. 44.

¹⁰⁴FREYRE, GILBERTO. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano*, 2004. p. 33 (15ª edição. A primeira edição foi publicada em 1936).



Figura 8 – BUVELOT, Louis. Igreja da Lapa e Convento de Santa Teresa, 1840 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Família Ferrez)



Figura 9 – BUVELOT, Louis. Saco da Gamboa, 1840 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Família Ferrez)

A segunda metade do século XIX trouxe mais mudanças relacionadas à urbanização e aos hábitos da capital. Inúmeros aperfeiçoamentos foram introduzidos na cidade, materializados em melhorias nos transportes, iluminação, abastecimento e saneamento, mudanças nos estilos de vida¹⁰⁵. Com tais aperfeiçoamentos, a rua, que já ensaiava mudanças no início do século (não só na capital mas também em algumas províncias), começava a se aristocratizar¹⁰⁶. Além disso, a cada década aumentava a entrada de produtos da Europa Ocidental no país, ampliando a influência europeia sobre a parte da população que podia pagar por eles. A elite do país se espelhava no modo de vida europeu, principalmente nos franceses.

Entretanto, o Rio de Janeiro era uma cidade com uma população heterogênea que crescia cada vez mais, e já começava a apresentar problemas de saúde pública. O estigma de cidade insalubre, que a acompanharia até o século seguinte, começava a surgir na década de 1850, ano em que foi registrada a primeira epidemia de febre amarela. Daí em diante, o problema passa a ser uma constante na cidade. Com ruas estreitas e sinuosas e um adensamento cada vez maior da população em um espaço geográfico ainda limitado por morros e pântanos, começaram a se multiplicar na área central da cidade as habitações coletivas, que logo seriam associadas às epidemias, em um discurso que ganharia cada vez mais força com a emergência dos médicos higienistas.

Passados quase 50 anos da chegada da Corte, a capital seguia conciliando suas contradições e produzindo uma cidade dúplice. Marcada de um lado por investimentos nas artes e ciências, o Rio de Janeiro assistiu à tentativa de uma civilização de “cima para baixo”, promovida por uma elite alheia à realidade, vivendo numa espécie de mundo projecional. Por outro lado, havia uma cidade analfabeta, com péssima qualidade de vida, desordenada, conciliando a presença de homens livres e escravos. Tal dualidade se acentuaria na segunda metade do Oitocentos, em especial a partir da década de 1870.

¹⁰⁵FREYRE, Gilberto. Op. Cit., p. 126. Gilberto Freyre não limita essa análise à capital, mas quando fala em mudanças de estilos de vida, refere-se a cidades do Brasil. Mas cito aqui em referência às mudanças na capital, por esta se incluir em sua análise, assim como outras cidades brasileiras.

¹⁰⁶Idem, p. 126.



Figura 10 – Vista do Morro do Castelo, 1865 (FERREZ, Gilberto. *Fotografia no Brasil, 1840-1900*)

Em 1858 foi inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro D. Pedro II, atual Central do Brasil. Em 1861, foram inaugurados os serviços de transporte de passageiros, permitindo a expansão da cidade para as regiões suburbanas, e a cada nova estação de trem criada, novos bairros surgiam¹⁰⁷. Enquanto o trem se destinava a desbravar os subúrbios, os bondes, inaugurados em 1868, tomavam a direção contrária, acelerando a ocupação da Zona Sul e de alguns bairros da Zona Norte como Vila Isabel, Andaraí e a atual Tijuca, e bairros próximos à região central como Santo Cristo, Gamboa, Saúde, Catumbi¹⁰⁸.

¹⁰⁷ROCHA, Oswaldo Porto. Op. Cit., p. 37.

¹⁰⁸ABREU, Maurício de. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, 1988. p. 45. Abreu esclarece que em 1859 havia sido implantada a primeira linha de veículos sobre trilhos a tração animal, ligando o Centro da cidade ao alto da Tijuca, mas por razões financeiras, o serviço foi interrompido em 1866. Portanto, 1868 foi o ano atribuído ao início de serviço dos bondes no Rio de Janeiro, quando surge efetivamente a primeira concessão para o serviço na cidade, “outorgada à Botanical Garden Railroad Company (posteriormente Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico)”. (ABREU, Maurício de. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, p.44)

Durante a década de 1870, o Rio de Janeiro passaria por transformações mais dinâmicas, com processos mais intensos de urbanização em seu espaço. Ademais, o serviço de bondes e trens facilitariam o deslocamento da população e a expansão do espaço de moradia. Houve também uma modificação nos meios de produção, impulsionada pelas necessidades de suprimentos da Guerra do Paraguai (1865-1870), o que teria estimulado “o processo de transição do artesanato para a manufatura no Rio de Janeiro”¹⁰⁹, promovendo a expansão da construção naval e de manufaturas de roupas, calçados e chapéus.

A Segunda Revolução Industrial gerou uma superprodução que culminaria numa crise em 1873 nos países europeus. Com um mercado interno instável, as economias europeias passaram a aplicar seus capitais nas economias periféricas, como as da América Latina. Os capitais eram destinados a empréstimos governamentais e à instalação de serviços de infraestrutura¹¹⁰. Houve um desenvolvimento do setor de serviços e de comércio e a cidade vai se ampliando para novos bairros.

1.3.1 – As contradições do Rio imperial

No início da década de 1870, a população da cidade chegava a quase 300000 habitantes, entre população livre e escravizada¹¹¹. Enquanto a elite, que tinha condições de locomoção projetava novos usos no espaço da cidade, a realidade da maioria da população era diferente. A cidade era reconhecida nas epidemias, no trabalho informal, nos ambulantes, nos escravos de ganho e forros descamisados pelas ruas, nos imigrantes portugueses, na economia da salvação diária, nas habitações coletivas superlotadas e em precárias condições de higiene.

Símbolos desse contraste, as habitações coletivas costumavam ser generalizadas como cortiços, embora existam algumas diferenças entre elas, que podem ser cortiços, estalagens ou casas de cômodo. Cortiço foi o termo que as autoridades sanitárias passaram a

¹⁰⁹ LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer, CARVALHO, Lia de Aquino & STANLEY, Myriam. *Questão habitacional e o movimento operário*, 1989. p. 26.

¹¹⁰ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, 2003. p. 60-61.

¹¹¹ Dados recolhidos do censo de 1872. IBGE – Conselho Nacional de Estatística. Recenseamento Geral do Brasil, 1872.

utilizar quando desejavam estigmatizar uma dessas habitações¹¹². Desde o surgimento dos primeiros casos de febre amarela, em 1850, os discursos das autoridades sanitárias e da imprensa relacionavam essa moléstia às condições insalubres dessas habitações. Em seus estudos sobre a urbanização do Rio Imperial, Lilian de Amorim Fritsch explica que a preocupação das autoridades com a presença frequente de doenças como a febre amarela, a varíola e a tuberculose, se devia não somente ao fato de estas colocarem em risco a existência humana, mas também por colocarem em risco outros fatores como a imagem da cidade, impedindo transações comerciais com outras províncias e outros países. Além disso, a presença dessas doenças caracterizava a cidade como insalubre, sendo um impeditivo para a atração de imigrantes para todo o Brasil. A imprensa assumia o papel de porta-voz dos grupos cujos interesses se achavam ameaçados com tal situação, exercendo pressão sobre as autoridades¹¹³.

Um exemplo dessa postura por parte da imprensa foi a publicação no jornal *Gazeta de Notícias*, em 1876, que mostra que o cortiço já era visto como um espaço de contágio e conseqüentemente um entrave à atração de imigrantes:

Mandarão dizer que a febre amarela tornou-se endêmica nesta capital; que além dessa há no verão outras febres de mau caráter; que tem sido apontadas ao governo algumas causas produtoras dessas moléstias (...); que os emigrados, uns por espírito de economia, outros por falta de recursos, moram amontoados em uns covis a que aquilo se dá o nome de cortiços. Segue a descrição do que é cortiço. Imagine a sociedade um quarto, sem soalho e só coberto de telha (...), sobre o chão úmido, no espaço de três, quatro indivíduos, às vezes uma família inteira (...). Essa gente deitou-se sem banho porque a água escasseia; comeu durante o dia uns gêneros deteriorados (...). Mas o quarto não é isolado; há cinquenta, cem outros em roda; no centro um pátio, onde se despeja a água servida, que não tem escoamento; sobre as poças esverdeadas que ela forma, dardeja o sol os seus raios que fazem subir miasmas que empestam tudo; as crianças definham (...), a tísica mata-as quase todas nas fachas; os homens que resistem à consumpção durante o inverno, sucumbem à febre no verão. (...)/ É isto pouco mais ou menos o que os correspondentes da Sociedade hão de mandar dizer para a Itália; é isto o que dentro em pouco todos os governos da Europa hão de saber e mandar repetir pelas mil bocas da imprensa por todas as cidades, por todas as vilas, por todas as aldeias de seus países; e quando o nosso governo mandar pedir colonos, eles hão de perguntar-lhe se já fizemos alguma coisa a bem de sua vida, se já conseguimos tornar a cidade do Rio de Janeiro habitável, porque é enganar-se, enquanto a capital conservar esta fama de insalubre, o Brasil não terá povoadores.¹¹⁴

¹¹²CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996. p. 40.

¹¹³FRITSCH, Lilian de Amorim. *Palavras ao vento: a urbanização do Rio Imperial*, 1986. p. 83.

¹¹⁴*Gazeta de Notícias, Assuntos do Dia*, 10/03/1876.

A publicação do jornal *Gazeta de Notícias* demonstra preocupação com a imagem da capital no exterior, por suas condições insalubres. O jornal diz que a má fama da cidade rapidamente se espalharia pelos países europeus através da imprensa local, atrapalhando assim a vinda de imigrantes ao país por imigrantes estrangeiros. A atração de imigrantes ao país indicava uma preocupação com a substituição da mão de obra escrava, cuja garantia ia diminuindo desde a proibição do tráfico negreiro em 1850. Além disso, nessa época as discussões sobre a abolição da escravidão estavam mais intensas e cujo fim já era concebido como uma questão de tempo.

Embora o discurso contra os cortiços fosse embasado na sua relação com as epidemias, a problemática ia além disso. O cortiço não simbolizava para o poder público, apenas o perigo de contágio, mas tudo o que a civilização abominava: representava o atraso, o ócio, a promiscuidade, a sujeira, a pobreza, a mestiçagem, o perigo. E ele estava ali, aos olhos de quem quisesse ver, na região com mais visibilidade da capital¹¹⁵.

Como pudemos observar, a cidade possuía muitos problemas sociais, e por mais ideais civilizatórios que tivesse a elite, os contrastes estavam ali, mostrando o verdadeiro Rio de Janeiro a quem quisesse ver. Lilian de Amorim Fritsch afirmou que, ao contrário de cidades em países como a França e a Inglaterra, não foi o crescimento industrial que desencadeou a crise urbana do Rio de Janeiro, mas foi justamente a sua condição como principal cidade do país. Sendo o centro comercial, financeiro e político do país, o Rio de Janeiro se tornou um polo de atração tanto de pessoas oriundas de outras províncias como de outros países, o que provocou um crescimento além dos quais a administração da cidade poderia suportar. O Rio era também a capital cultural do país, vitrine para atividades intelectuais e artísticas, atraindo de outras regiões, aqueles que pretendiam exercer tais atividades. E todos esses fatores, incluindo a expansão industrial, culminaram no crescimento populacional demasiado da cidade, fazendo da urbanização não apenas um problema de reorganização do espaço físico, mas um problema de saúde pública¹¹⁶.

¹¹⁵Não cabe nesse estudo fazer maiores análises sobre essa questão, mas indico a leitura do historiador Sidney Chaloub, *Cidade Febril – cortiços e epidemias na Corte Imperial*, que aborda a associação dos cortiços e dos pobres e negros ao perigo social (“classes pobres, classes perigosas”).

¹¹⁶FRITSCH, Lilian de Amorim. Op. Cit., p. 76.

Com o crescimento da cidade intensificaram-se também os debates em torno de projetos urbanos. Países como Inglaterra e França foram uma inspiração para o Brasil desde os tempos coloniais¹¹⁷. Os avanços urbanísticos de cidades inglesas e francesas inspirariam a elite brasileira anos antes da República, como por exemplo as reformas realizadas em Paris por seu prefeito Georges Eugène Haussmann em meados do século XIX¹¹⁸. O discurso do novo em detrimento do antigo também não era algo exclusivo da capital. Mas a urbanização se fez mais intensa no Rio de Janeiro, em relação a outras regiões brasileiras, por toda sua condição e representação enquanto sede do Império, e posteriormente capital da República.

Desde 1850 já se via posturas contra cortiços, comissões sendo criadas (na década de 1870), anúncios de jornais denunciando as mazelas da cidade e cobrando melhorias. Houve alguns avanços na urbanização, nos meios de transporte e nas comunicações, discussões sobre questões de mão de obra, surgimento de novos bairros. Havia também uma preocupação em como as epidemias e a insalubridade da capital poderiam afetar a atração de mão de obra estrangeira, como foi mostrado no jornal *Gazeta de Notícias* em 1876. O que não havia eram recursos disponíveis para uma grande transformação.

1.3.2 – A Comissão de Melhoramentos e a emergência da engenharia

Diante do agravamento desses problemas, criou-se em 1874 a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. A Comissão atenderia a questões de saneamento, circulação e à expansão de novas áreas, abrindo novas artérias e desafogando o Centro. Desenvolvida dentro do contexto de expansão urbana facilitada pela evolução dos meios de transporte, a Comissão de Melhoramentos se fundamentava em ideais de civilização com grande preocupação pela estética, condenando a construção colonial e a “velha forma artesanal de produção das casas”¹¹⁹. A Comissão emitiu dois relatórios: um em 1875 e outro em 1876. O segundo relatório foi uma resposta ao primeiro, que criticou a atenção dispensada

¹¹⁷NEEDELL, Jeffrey D. Op. Cit., p. 49.

¹¹⁸Jayme Larry Benchimol analisa a atuação de Pereira Passos no espaço urbano carioca, que segundo o autor, teria sido inspirada na gestão do prefeito francês Georges Eugène Haussmann em Paris, cidade que sofreu uma remodelação radical em meados do século XIX. Ver: BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: Um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*, 1992. Tal comparação foi questionada pelo historiador André Nunes de Azevedo como vimos anteriormente.

¹¹⁹PEREIRA, Sônia Gomes. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*, 1996. p. 136.

a outras áreas da cidade em vez de priorizar a região central. O relatório de 1875 solicitava uma intervenção urbanística na região central que arrasasse os morros do Castelo e de Santo Antônio, a fim de melhorar a circulação de ar. Francisco Pereira Passos foi membro dessa Comissão e defendeu a permanência dos morros, respondendo a médicos e engenheiros que desejavam o seu arrasamento. Para Pereira Passos, o Morro do Castelo possuía relevância histórica e deveria ser mantido¹²⁰.

Considerados utópicos, esbarrando em críticas e falta de verba, e com a queda do Ministro João Alfredo Correia de Oliveira¹²¹, que havia constituído a comissão, os planos não se configuraram. Entretanto, a Comissão de Melhoramentos representou um avanço nos debates sobre os problemas da cidade, debatidos de forma oficial, e com embasamento técnico¹²². Além disso, a comissão apontava para a emergência de um novo grupo: os engenheiros.

Em 1874, a Escola Central, antes Academia Real Militar, deixava de ser subordinada ao Ministério da Guerra e passava para a esfera civil, sendo transformada em Escola Politécnica¹²³. Seus alunos, futuros engenheiros e imbuídos do conceito positivista de ciência, começavam a tomar para si o “encargo de resolver os problemas da cidade”¹²⁴, se engajando em causas políticas como o abolicionismo e o republicanismo e discutindo assuntos relacionados às transformações que o Rio de Janeiro precisava.

No contexto das discussões em torno dos problemas de infraestrutura do Rio de Janeiro e de novos ideais de progresso material que iam se formando, foi fundado em 1880, o Clube de Engenharia, que exerceria grande influência na sociedade. A engenharia foi tomando cada vez mais o espaço do poderoso discurso higienista, se aproximando do Estado e se apresentando como a solução dos problemas da cidade. A aproximação do Clube de Engenharia com o Estado seria um interesse por parte dos engenheiros em receber concessões

¹²⁰AZEVEDO, André Nunes de. *A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana*. *Revista Rio de Janeiro*, 2003. p. 57. Apesar do posicionamento de Pereira Passos a favor de sua permanência, o Morro do Castelo teria passado por uma demolição parcial para a abertura da Avenida Central durante a própria gestão de Passos como prefeito, tendo desaparecido definitivamente no início da década de 1920, na gestão do então prefeito Carlos Sampaio (1920-1922).

¹²¹AZEVEDO, André Nunes de. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*, 2016. p. 60.

¹²²PEREIRA, Sônia Gomes. Op. Cit., p. 138.

¹²³A Academia Real Militar foi fundada em 1811 e passou a ser chamada Escola Central em 1858, sem perder o vínculo militar. Para um estudo mais aprofundado da história da Engenharia no Brasil, ver TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da engenharia no Brasil*, 1994.

¹²⁴ROCHA, Oswaldo Porto. Op. Cit., p. 42.

de obras públicas, antes feitas pelo capital externo. Uma vez reconhecida pelo Estado, a engenharia assumiria a demanda do setor público por obras, tendo em vista essa necessidade na capital. A busca de seu reconhecimento ocorria em um contexto de forte demanda da sociedade brasileira pelo saneamento da cidade, onde diversas epidemias grassavam, e em que a possibilidade de uma reforma urbana voltava à discussão¹²⁵. O Estado era, portanto, o principal campo de atuação profissional desses engenheiros, onde “se configurava o seu mercado de trabalho privilegiado”, com atuações em diversos serviços de infraestrutura, como ferrovias, portos, distribuição de água e saneamento; além da participação em comissões e consultorias¹²⁶.

A engenharia esteve estreitamente ligada aos grupos sociais dominantes no final do século XIX, ainda no Império, e mesmo diante das mudanças ocorridas, eles não só mantiveram como ampliaram sua esfera de influência. Além de ser um importante instrumento de modernização, a engenharia naquele momento constituía uma das ‘glórias’ do Brasil, diretamente ligada ao progresso e à própria construção da nação¹²⁷. A atuação dos engenheiros teria um peso grande dentro dos ideais do progresso que se instauraram na Primeira República, simbolizando tanto o “esplendoroso poder transformador e civilizatório” do conhecimento “positivo” quanto as aspirações de toda uma geração de politécnicos. Era preciso “fazer engenharia”, e de fato, ela foi feita¹²⁸.

1.3.3 – Um novo regime, novos e antigos problemas

Parte do Rio de Janeiro foi sendo urbanizada dentro do seu contraste histórico. Despontaram as casas de moda, as confeitarias e as livrarias. A rua do Ouvidor se afirmou como um espaço cultural e de circulação da elite. Entre suas lojas haviam cafés, casas de moda, livrarias e jornais, que foram se estabelecendo ali ao longo da segunda metade do século XIX.

¹²⁵AZEVEDO, André Nunes. Op. Cit., p. 63.

¹²⁶MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. Op. Cit., p. 19-20.

¹²⁷SILVA, Renata Augusta dos Santos. *O gigante e a máquina – Pão de Açúcar*, 1999. p. 52.

¹²⁸COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro. 1822-1930*, 1999. p. 219.

A abolição da escravatura em 1888, trouxe um novo cenário para a cidade, produzindo uma euforia cultural, civilizatória e econômica ¹²⁹, que legitimaria um caminho para mudanças. Em 1889, o Brasil se despedia do Império, seguindo rumo a um novo cenário, em um novo regime e livre da escravidão.

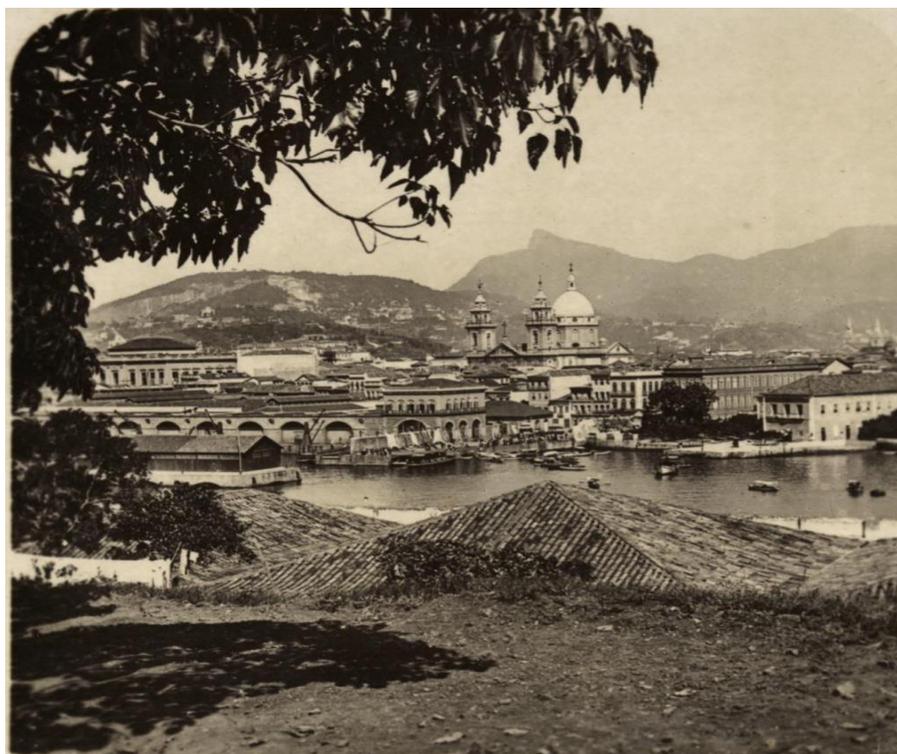


Figura 11 – Panorama da cidade, 1890 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)

¹²⁹RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins; MELLO, Juliana Oakim Bandeira de. Op. Cit., p. 24.



Figura 12 – Vista do Morro do Castelo, 1890 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)

Mas os primeiros anos da República foram conturbados, com conflitos políticos internos, e a necessidade de se criar símbolos que pudessem legitimar o regime¹³⁰. Apesar da recente condição de país livre da escravidão, havia o problema social de incorporação dos ex-escravizados não somente no mercado de trabalho, mas à identidade nacional¹³¹. Não houve investimentos em educação de base que tivessem proporcionado a inclusão das classes populares ao ensino primário e público de qualidade. Segundo Vanilda Paiva, “embora em outras áreas – como no ensino secundário e superior, e sobretudo no ensino pedagógico, técnico e profissional - tenha se observado um ligeiro desenvolvimento”, pouco se fez pelo ensino elementar nas primeiras décadas republicanas¹³². Além disso, as epidemias não cessaram e a população aumentou, assim como o número de pessoas vivendo em condições precárias de moradia, sobretudo na região central da cidade, que sofreu com o adensamento

¹³⁰Para um estudo mais aprofundado sobre a utilização de símbolos na legitimação do regime republicano no Brasil, ver CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*, 1990.

¹³¹CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. 1990. p. 23-24.

¹³²PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de adultos*, 1987. p.83-85. Apud CASTRO, César Augusto & LOPES, Kênia Gomes. *O Ensino Público no Brasil no final do século*, 2002. p. 3.

das habitações coletivas, somado à incapacidade dos serviços de abastecimento de água e de saneamento. Na complexa e agitada região central coexistiam a modernização e a miséria:

O Centro é o lugar do barulho e da multidão. Contudo, carrega em si a marca do trabalho, o encontro de todos os tipos que caracterizam sua complexa estrutura social. Isso porque convivem, lado a lado, as diversas dimensões de vida da cidade – miséria e esplendor moderno da riqueza –, maculando o esforço do progresso.¹³³

Não obstante os inúmeros empecilhos, a capital da República precisava se regenerar, e em meio a todas as contradições, foi começando a tomar novas formas, que se intensificariam no início do século XX com as reformas urbanas. Antes da virada do século verificam-se posturas como a proibição de hortas e capinzais no centro¹³⁴, e até planos de alargamentos de ruas que implicariam em desapropriações (dentro e fora do Centro). Em 1892 o governo já iniciava obras para a reforma do Porto e a construção do cais¹³⁵. O decreto municipal nº 6 de 15 de fevereiro de 1893, anuncia a desapropriação de diversos prédios e terrenos em diversas localidades, sob justificativa de alargamento, retificação e alinhamento de ruas e praças.

Decreto nº 6 de 15 de fevereiro de 1893, declara de utilidade pública a desapropriação de diversos prédios e terrenos. Intenção de alargar ruas: Artigo segundo – ficam aprovados os planos de alargamento, retificação e alinhamento das ruas e praças desta capital, para que se torna necessária a desapropriação dos prédios referidos: ruas Estácio de Sá, Haddock Lobo, São Cristóvão, Machado Coelho, Travessa de Santa Rita, Largo de Santa Rita e Rua São Bento.¹³⁶

O novo regime republicano, centrado nos interesses das oligarquias agrárias, também não via a capital como uma prioridade naquele momento, e sua transformação só se deu no início do século XX, depois de quase dez anos de instabilidade financeira, política e de agitações nas ruas. O Rio de Janeiro entrava no século XX com uma sensação de decadência após o abalo de sua capitalidade. Essa sensação só seria atenuada pelas políticas de Rodrigues

¹³³RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins; MELLO, Juliana Oakim Bandeira de. Op. Cit., p. 23.

¹³⁴AZEVEDO, André Nunes. Op. Cit., p. 79.

¹³⁵SEVCENKO, Op. Cit., p. 77.

¹³⁶AGCRJ – Códice 42-2-11.

Alves, que encontrou um campo de estabilidade, tanto político quanto econômico para realizar as reformas, agora conduzidas pelos ideais de progresso.

1.4 – A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro

No final de 1902, tomaram posse o presidente Rodrigues Alves e o prefeito Francisco Pereira Passos. O período dessa gestão marcaria a capital, representando um divisor de águas no cenário do Rio de Janeiro. As obras na capital foram divididas em duas gestões, a federal e a municipal. Cabia ao governo federal, que contava com uma equipe comandada pelos engenheiros Lauro Müller, Paulo de Frontin, e Francisco Bicalho; intensificar as obras de modernização do Porto e a abertura das avenidas que lhe auxiliassem, para os fins da circulação de suas mercadorias. Seriam a avenida do Cais (atual Rodrigues Alves), a avenida Central e o prolongamento do canal do mangue. Em 18 de setembro de 1903, Rodrigues Alves promulgou o decreto nº 4969, formando uma comissão, subordinada pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, chefiado por Lauro Müller. O decreto tinha por objetivo “aprovar planos, plantas e orçamentos para a execução das obras de melhoramentos do porto do Rio de Janeiro, declarar desapropriados os prédios e terrenos nelas compreendidos e criar uma caixa especial para esses serviços.”¹³⁷

A intervenção urbana do governo Rodrigues Alves foi concebida em função da circulação de mercadorias, tendo como foco o porto da cidade, pensado como porta de entrada das importações brasileiras. Tais importações tinham um papel decisivo no equilíbrio fiscal do governo federal¹³⁸. As demais intervenções do governo federal no sistema viário, também estariam relacionadas à circulação, sendo complementares às obras do Porto, como a avenida do cais (atual Rodrigues Alves) e o canal do Mangue. A construção da Avenida Central teria destoado desse planejamento voltado exclusivamente para fins de circulação, pois assumiu a função de embelezamento da cidade, principalmente em sua extremidade Sul.

Como complemento a esses objetivos do governo federal, as obras municipais, tratariam de questões de higiene, de abrir artérias e embelezar a cidade. Foi uma ação em conjunto, duas reformas com objetivos complementares, porém distintos. Ambos os projetos

¹³⁷Decreto nº 4969 de 18 de setembro de 1903.

¹³⁸AZEVEDO, André Nunes. Op. Cit., p. 178.

formariam uma grande reforma urbana, e não apenas a reforma Passos, como demonstra o próprio presidente Rodrigues Alves em sua mensagem presidencial.

Paralelamente à ação do governo e auxiliando-se reciprocamente, desenvolvendo-se a da administração do Distrito Federal, que se tem assinalado pelo firme propósito de modificar as condições materiais da Capital, embelezando-a e tornando melhores as condições de higiene.¹³⁹

1.4.1 – O prefeito Pereira Passos

O engenheiro Francisco Pereira Passos tomou posse em 30 de dezembro de 1902. O decreto 939 de 29 de dezembro de 1902, suspendia o Conselho Municipal, agente regulador, e concedera ao prefeito plenos poderes para efetuar suas obras. Como orientação de seus planos de remodelação, Passos nomeou a Comissão da Carta Cadastral, cujo projeto foi apresentado em 13 de abril de 1903 pelo engenheiro Alfredo Américo de Souza Rangel.



Figura 13 – Pereira Passos (acervo Arquivo Nacional – Fundo Correio da Manhã)

¹³⁹Francisco de Paula Rodrigues Alves. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional*. Rio de Janeiro. 03.05.1904. p. 8. - Obs.: a capital, antes Município Neutro passa a ser Distrito Federal na República.

Quando assumiu a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, e em meio à efervescência republicana, embasada por ideais de progresso por parte do poder público, Passos contava com 66 anos. Ele, que não era político e atuara como engenheiro no Império a maior parte de sua vida, era um homem de outro tempo, com uma mentalidade apegada às tradições. Ao mesmo tempo em que projetava a cidade para o futuro dentro do contexto de modernização do início do século XX, a gestão de Pereira Passos não se orientou somente pela noção de progresso material, mas se pautou por um projeto de civilização, atuando nos costumes e poupando das demolições alguns elementos que traziam à memória a história da cidade. Inclusive tal postura por parte do prefeito foi apontada por André Nunes de Azevedo em *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro*¹⁴⁰ como um diferencial entre a reforma municipal e a federal, esta última tendo como foco a circulação e atração de mão de obra e investimentos estrangeiros (embora também tenha se preocupado com o aspecto estético, que de certa forma estaria vinculado aos desejos da presença do capital e da mão de obra estrangeira no país). A atuação de Pereira Passos foi orientada por seus anseios civilizatórios em transformar o Rio de Janeiro em uma Europa nos trópicos, mostrando preocupação com o melhoramento estético da cidade e com a mudança nos hábitos da população. Pereira Passos tentava adequar a população àquilo que ele concebia como ser civilizado dentro de sua visão eurocêntrica. Essa visão inclusive, era inerente ao pensamento da sociedade brasileira.

O projeto de construção da nação no período imperial, que introduziu elementos que visavam construir a identidade cultural brasileira, não foi suficiente para a emergência de um sentimento nacional que valorizasse a cultura brasileira em detrimento da europeia¹⁴¹, pois durante o século XIX, a cultura europeia foi um referencial para a elite brasileira, que imitava seus hábitos e importava seus produtos. O Brasil possui sua própria cultura, com suas peculiaridades, mas o Império e o início da República não valorizavam esses aspectos¹⁴². O Brasil idealizado era o reprodutor da cultura europeia. Orientados por esse pensamento, os

¹⁴⁰AZEVEDO, André Nunes. Op. Cit., p. 221.

¹⁴¹Novas identidades eram delineadas obviamente incluindo os índios, negros e mestiços. O movimento romântico brasileiro, por exemplo, propôs a valorização de nossas raízes culturais. No entanto, tais movimentos não suprimiram os ideais de civilização aos moldes europeus, e a própria construção da história brasileira se orientou pela produção de uma historiografia branca, elitista e lusófila. Ver VAINFAS, Ronaldo. *Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira*, 1999.

¹⁴²GONÇALVES, Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*, 2002. p. 44.

agentes das reformas procuraram remodelar o Rio de Janeiro a partir de parâmetros europeus. Em 24 de março de 1905, o jornal *O Paiz* publicou uma matéria sobre a fachada do prédio da Caixa de Amortização, que seria construída na Avenida Central em esquina com a rua Marechal Floriano. Projetada pelo engenheiro Paulo de Frontin, as colunas do prédio foram inspiradas no Museu do Louvre, localizado em Paris:

O Dr. Paulo de Frontin está acabando o desenho das fachadas do novo edifício que para a Caixa de Amortização será construído na Avenida Central.

As fachadas para a avenida e rua Marechal Floriano obedecerão ao estilo Renascença em colunatas de mármore imitação do Louvre, com diferença que no Louvre as colunatas são dobradas e as do edifício da Caixa são singelas. (...) ¹⁴³

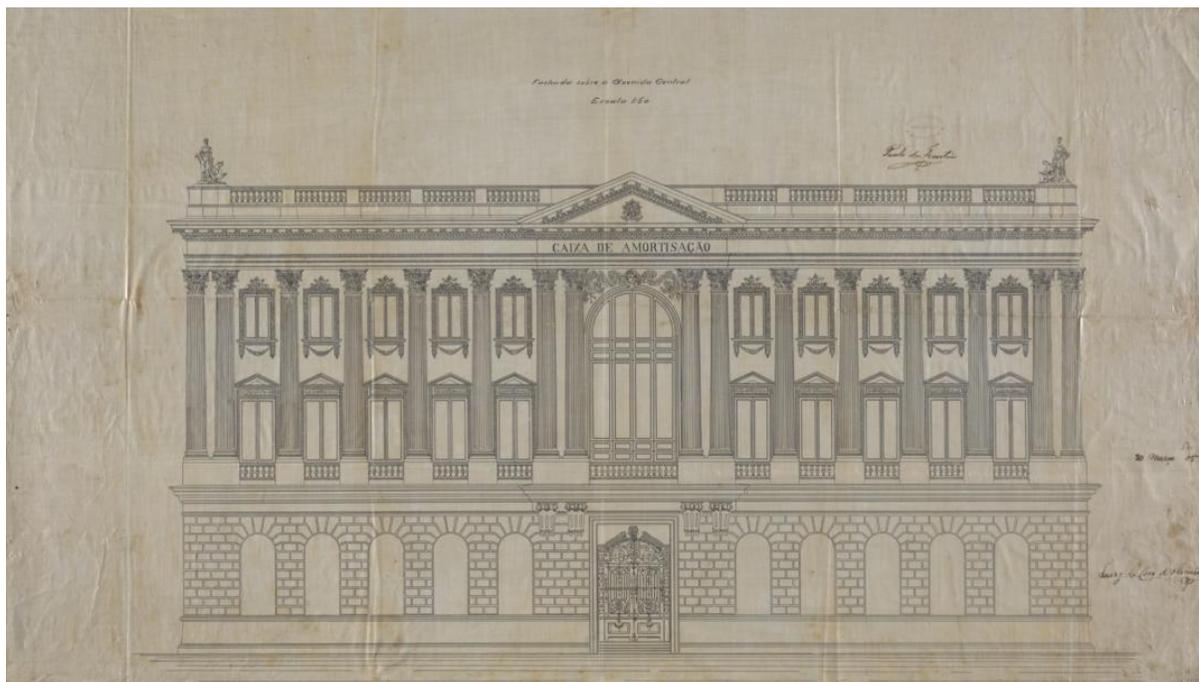


Figura 14 – Fachada da Caixa de Amortização, 1905 (acervo Arquivo Nacional – Fundo Comissão Construtora da Avenida Central)

Apesar do temperamento autoritário e de ter sido responsável por uma série de demolições, Pereira Passos tinha respeito pela tradição e foi um conservador que convidou também à integração, construindo praças, coretos, vilas operárias e mantendo certos aspectos históricos da cidade.

¹⁴³O Paiz, *A conspiração*, 24/03/1905.

As mensagens do prefeito Pereira Passos, lidas nas sessões do Conselho Municipal, fornecem algumas informações que mostram suas intenções sobre a cidade e a visão que ele tinha sobre o cotidiano da população. Tais mensagens mostram que o prefeito se incomodava com os hábitos dos cariocas e com o aspecto precário da cidade, e como via nisso um empecilho para o seu desenvolvimento como um lugar atrativo para o seu próprio habitante:

Velhas usanças se mantinham, que em muitos casos, lhe negavam foros de capital e mesmo de simples “habitat” de um povo civilizado. Deficiência de vias de comunicação para desafoço do intenso movimento urbano, calçamento geralmente péssimo, limpeza pública precária, carência quase completa de embelezamentos ou de quaisquer atrativos nos logradouros públicos, *afastando deles a população*, edificação antiquada, anti-higiênica, antiestética e uma infinidade de outros defeitos a atestarem o longo e contínuo descaramento das mais palpitantes necessidades públicas.¹⁴⁴

Os discursos de Pereira Passos apontavam os problemas da cidade, e as medidas que seriam ou teriam sido tomadas para resolvê-los. Enfatizando em seu discurso a necessidade de melhoramentos “de que a cidade é tão encarecedora”, Passos procurava mostrar que estava realizando tais melhoramentos, como a abertura de novas vias de comunicação, o alargamento de ruas, calçamento, arborização, ajardinamento das praças, e o embelezamento das diversões populares gratuitas. Criticando os aspectos que sob seu ponto de vista seriam contrários aos de uma sociedade civilizada, afirmava suas intenções de intervenção, segundo ele, “cuidando de extinção de males arraigados que davam a nota deprimente do atraso da nossa civilização.”¹⁴⁵

Em *Costumes em comum*, E.P. Thompson demonstra que até mesmo os costumes de uma sociedade estavam subordinados às relações de dominação. Thompson faz uma análise de como os costumes se manifestaram na cultura dos trabalhadores do século XVIII e início do XIX na Inglaterra. Os costumes direcionariam os homens nas novas relações de trabalho e estavam também relacionados ao controle. O corpo deveria ser habituado desde cedo à disciplina e ao trabalho. Segundo Thompson, “o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes.”¹⁴⁶

¹⁴⁴Mensagem do Prefeito do Distrito Federal lida na sessão do Conselho Municipal de 1º de setembro de 1903, Rio de Janeiro: Typografia da Gazeta de Notícias, 1903. p. 6. (*grifos nossos*)

¹⁴⁵Idem, p. 7.

¹⁴⁶THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, 1998. p. 11.

O povo estava sujeito a pressões para “reformatar” sua cultura segundo normas vindas de cima¹⁴⁷. Como observamos, Thompson realiza suas análises dentro do cenário da cultura da sociedade inglesa do século XVIII e início do XIX. Mas podemos aplicar parte de sua análise no cenário carioca do início do século XX no que diz respeito à intervenção nos costumes das classes populares pelo poder público. O próprio discurso sobre a adequação do Rio a uma cidade de aspecto civilizado era uma forma de dominação sobre as classes populares. Estas deveriam se adequar às mudanças, incluindo o seu próprio afastamento das áreas que seriam remodeladas e modernizadas.

Passos interferiu em uma série de usos que faziam parte do cotidiano da cidade, como ele mesmo diz em suas mensagens. Proibiu a venda de vísceras nas ruas por se tratar de um “espetáculo repugnante”; como também proibiu que se ordenhassem vacas leiteiras na via pública, que segundo ele “iam cobrindo com os seus dejetos, cenas estas que ninguém, certamente, achará digna de uma cidade civilizada”. Perseguiu os vendedores de bilhetes de loteria, cujo trabalho era visto como uma “praga” que dava à cidade o “aspecto de uma tavolagem”. Buscou retirar os mendigos das ruas, punindo os “falsos” mendigos e abrigando os realmente necessitados segundo a sua ótica¹⁴⁸.

A figura 15 mostra Pereira Passos na capa da revista ilustrada *Revista da Semana*, que pertencia ao *Jornal do Brasil*. A edição ironiza a postura do prefeito ao proibir que se soltassem fogos na cidade. Essa foi uma das muitas intervenções de Pereira Passos no cotidiano da população carioca, e que não passaram despercebidas pela *Revista da Semana*, que assim, como o *Jornal do Brasil*, muitas vezes assumia um posicionamento crítico em relação às reformas¹⁴⁹.

¹⁴⁷Idem, p. 13.

¹⁴⁸Mensagem do Prefeito do Distrito Federal lida na sessão do Conselho Municipal de 1º de setembro de 1903, Rio de Janeiro: Typografia da Gazeta de Notícias, 1903. p. 7-8.

¹⁴⁹Revista da Semana, N.267, ano VI, 25 de junho de 1905. O *Jornal do Brasil* será analisado no próximo capítulo.



Figura 15 – Pereira Passos na capa da Revista da Semana, 25 de junho de 1905

Em janeiro de 1905, ao fazer um balanço sobre os dois anos de gestão de Pereira Passos como prefeito, a revista *O Commentario* elogiou as suas atuações, entre elas, suas intervenções sobre os hábitos mencionados em seus discursos oficiais. A publicação, que foi reproduzida pelo jornal *O Paiz*, em 23 de janeiro de 1905, encerra seu discurso descrevendo Pereira Passos como o prefeito que entraria para a história por ter imprimido uma feição completamente nova à cidade. A publicação aponta as ações de Pereira Passos como um ato benéfico à população, ignorando as perdas daqueles que foram lesados em seus costumes e na garantia de sua sobrevivência, com as proibições do prefeito.

Estão concluídos dois anos de prodigiosa e fecunda administração exercida na cidade do Rio de Janeiro pelo prefeito, Dr. Francisco Pereira Passos.

Não há exemplo de um período assim movimentado, em que a população se viu surpreendida, admirada do quanto se fazia, e sentindo, então, quanto era necessário fazer-se.

Vivíamos numa cidade infecta, enviesada, sem arquitetura, sem edifícios para que se pudesse olhar com prazer; jardins poucos, feios e abandonados, costumes atrasadíssimos. (...)

(...)

A obra de saneamento e embelezamento do Rio de Janeiro, empreendida há dois anos, é uma obra imortal. *O Commentario*, no meio da luta pela existência, que é um sorvedouro de energias, tem conseguido acompanhá-lo com aplausos ditados pelo amor a esta cidade injustamente denegrada; e hoje comemorando o segundo aniversário da entrada do ilustre engenheiro para a prefeitura, que tanto elevou, tentará uma recapitulação dos serviços por ele executados, como quem tenta prestar um serviço à história do Rio de Janeiro..

(...)

Dispensou todos os funcionários demissíveis.

Proibiu a venda de bilhetes de loteria pelas ruas, praças e bondes.

Proibiu a saída de vacas à rua para o comércio de leite.

Proibiu a venda de miúdos de rezes em tabuleiros descobertos.

Proibiu a criação de porcos dentro do distrito.

Proibiu que nos açougues a carne fosse exposta, nos vãos das portas, sobre toalhas sujas ou esfarrapadas.

Proibiu que se cuspiasse no soalho dos bondes.

Proibiu que homens de opa e mendigos esmolassem pelas ruas.

(...)

Reformou e sistematizou a arborização de ruas e praças.

(...)

Tornou obrigatória a pintura, caiação, consertos e limpeza dos imóveis, nas faces visíveis da via pública.

(...)

Ajardinou o Alto da Boa Vista, na Tijuca.

Alargou as ruas de São Bento e Conselheiro Saraiva.

Ajardinou a praça da Glória, hoje Rio Branco.

Reformou o jardim da praça Tiradentes.

Embelezou o paredão do cais da Glória.

Providenciou para o ajardinamento de praças na Copacabana.

(...)

Levou a efeito a construção do Theatro Municipal.

Fez dragar e guarnecer de cais a enseada de Botafogo, conquistando uma superfície de 98000 m², que aformoseou de jardins, ligados à avenida Beira-Mar.

(...)

E ainda há quem não reconheça que é a primeira vez que esta cidade tem prefeito! A história fará justiça ao magnânimo administrador, que imprimiu uma feição completamente nova ao governo da cidade¹⁵⁰.

¹⁵⁰O Paiz. *Fecunda administração*. 23/01/1905. (extraído da revista *O Commentario*) (selecionei parte da publicação por buscar trabalhar somente com elementos relacionados ao embelezamento da cidade e à

A publicação acima mostra que Pereira Passos agiu de acordo com as palavras ditas em seu discurso, intervindo em alguns hábitos considerados por alguns como atrasados para uma cidade que estaria sendo moldada como o símbolo de um novo Brasil. Mostra também que ele se preocupou com o embelezamento de algumas áreas da cidade, privilegiando o Centro, a região da Tijuca e a Zona Sul.

Como fora discutido anteriormente, Pereira Passos valorizou fragmentos da história colonial e imperial, como o Morro do Castelo e o Colégio Pedro II. Apesar da inspiração europeia, Passos remodelou a sua própria cidade, que não se tornara uma Europa nos trópicos, mas um espaço de coexistência entre a modernização que surgia naqueles tempos com elementos de um passado valorizado pelo prefeito. Portanto, o apagamento do passado não aconteceu de maneira tão radical como parece ser mostrado por algumas produções historiográficas ou pela própria imprensa da época.

Mas apesar de ter respeitado algumas tradições da cidade, suas atitudes conferem certo autoritarismo, utopia e desconhecimento do cotidiano das classes populares. Passos condenava hábitos segundo a ótica de quem fazia parte de uma minoria privilegiada. Não compreenderia que a presença do ordenhador de vaca nas ruas era, acima do seu repúdio enquanto um homem que passou a vida viajando o mundo e tendo boa educação, a sobrevivência da população. Simplesmente porque a sua realidade era outra. O espaço urbano do centro estava marcado há décadas por usos que ele desejava eliminar em quatro anos, desconsiderando o abismo histórico da desigualdade social. E por mais que se tentasse, esses elementos resistiriam e não desapareceriam de cena. A imagem abaixo mostra a coexistência na Avenida Central, símbolo maior da renovação da capital, da elegância representada pela caminhada de um casal com a presença de um homem empurrando um carrinho de madeira. Uma duplicidade que reforma alguma conseguiria suprimir:

mensagem do prefeito no Conselho Municipal. Mas a listagem da publicação abrange outras ações da gestão de Pereira Passos, como o recolhimento de cães nas ruas, a demolição e alargamento de ruas, a construção de duas escolas, a regulamentação de impostos, do serviço de limpeza e da indústria de anúncios, etc. A publicação se encontra disponível para consulta na hemeroteca da Biblioteca Nacional).



Figura 16 – Avenida Central, 1906 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)

Da mesma forma, a apoio a tais medidas por parte da revista *O Commentario* e do jornal *O Paiz* demonstra que tais publicações refletiam o pensamento elitista de Pereira Passos, ignorando que a cidade possuía uma população diversa daqueles que produziram o discurso de apoio incondicional ao prefeito. São discursos como esse que seriam produzidos por boa parte da imprensa da época, indicando sua participação na legitimação do processo de mudanças que ocorriam na capital.

Neste capítulo tentamos apresentar o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX até o início do século XX, onde ocorreram as reformas, o que se pretendia com elas e como foram realizadas. No próximo capítulo discutiremos como foi a atuação por parte da imprensa durante a Grande Reforma Urbana. Para isso, analisaremos como a imprensa se desenvolveu no país, com a colaboração dos meios de comunicação, de transportes e a inserção de novas técnicas e de profissionais especializados. Tal desenvolvimento culminou no início do século XX em uma imprensa modernizada, de caráter capitalista, que buscava um maior alcance do público leitor, este também inserido nos ideais de modernização da época. E foi dentro desse contexto que jornais e revistas produziram

discursos sobre a Grande Reforma Urbana, descrita por parte da imprensa como uma intervenção essencial para a modernização da capital e da pátria, representada por ela. Tais discursos não se limitaram aos jornais da capital, mas eram produzidos e reproduzidos pela imprensa de outras regiões do país, como veremos adiante.

2 – O DESENVOLVIMENTO DA IMPRENSA NO BRASIL

2.1 – A imprensa brasileira no século XIX

Como instrumento ativo da construção da cultura de uma época, a imprensa pode nos dizer muito sobre o contexto histórico envolvendo uma sociedade no seu tempo. Segundo Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca em *História da imprensa no Brasil*, “a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se autoexplicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel¹⁵¹.”

A própria instalação da imprensa na Corte do Rio de Janeiro constituiu uma decorrência das medidas transformadoras que ocorreram com a chegada de D. João VI em 1808, que precisava de uma tipografia para imprimir as leis e os papéis das repartições reais, criando assim, a Imprensa Régia¹⁵². O Brasil se torna sede do Império Português até sua independência em 1822, e a imprensa surge oficialmente no país atendendo assim a demandas de impressão de material burocrático com a função de servir a esse Império que tinha outras possessões pelo mundo.

Utilizo o termo “oficialmente” porque durante o período colonial, houve algumas tentativas de se implantar e estabelecer tipografias no país. Porém, em *História da Imprensa no Brasil*, Nelson Werneck Sodré mostra que as condições da colônia constituíram um obstáculo ao advento da imprensa no Brasil. O autor cita como exemplo a tentativa do governo de Maurício de Nassau (1637-1644) em levar a imprensa a Pernambuco ainda no século XVII. Ainda segundo Sodré, no início do século XVIII, em 1706, fora instalada uma pequena tipografia em Pernambuco, que teria sido prontamente liquidada por Carta Régia em 08/06/1706¹⁵³. No entanto, em estudos mais recentes sobre a história dos jornais no país, Matías Molina em *História dos jornais no Brasil: da era colonial à regência (1500-1840)*, questiona tal hipótese, mostrando que não há provas efetivas sobre essa ocorrência. Para tal

¹⁵¹MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina. *História da Imprensa no Brasil*, 2011. p. 8.

¹⁵²RICCI, Angélica. *Impressão Régia*. MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira. Arquivo Nacional, 2016. Segundo Angélica Ricci, “a imprensa régia representou o fim da proibição da tipografia no país, que vigorou durante o período colonial”. Entre 1808 e 1821, cerca de mil títulos foram impressos (documentos oficiais, obras de jurisprudência, história, teologia, ciências, periódicos, livros destinados aos cursos de medicina e sobre a Academia Real Militar), além dos atos governamentais. Em 1821, a Imprensa Régia passa a se chamar Tipografia Nacional.

¹⁵³SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da Imprensa no Brasil*, 1966. p. 19-22.

questionamento, utiliza como referência as pesquisas realizadas por Wilson Martins no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Portugal. Martins, que expôs o resultado de suas pesquisas em *A palavra escrita*¹⁵⁴, não teria encontrado no acervo nenhuma referência a tal tipografia. Nessa obra, Molina analisa a formação da imprensa no país e os empecilhos quanto a seu estabelecimento no Brasil desde o início da colonização. Molina procura incluir o período colonial na história da imprensa brasileira justamente para explicar porque o Brasil precisou esperar por 300 anos para ingressar no universo da imprensa, tendo em vista que as colônias da América Espanhola já a possuíam muitos anos antes. Segundo Molina, “o Brasil não era um terreno fértil no qual podiam germinar facilmente as artes gráficas nos primeiros tempos da colônia. O território era enorme, a população era escassa e pouco alfabetizada e tinha poucos incentivos para aprender a ler e escrever.”¹⁵⁵ Além disso, havia o posicionamento contrário de Portugal quanto ao desenvolvimento intelectual da sociedade colonial, a exemplo da administração de Marquês de Pombal (1750-1777), que se opusera à difusão dos prelos, o que teria justificado o cerceamento ao estabelecimento dessas tipografias no Brasil¹⁵⁶. Portanto, somente quando o país se torna sede do Império Português que a imprensa começa a se efetivar no território nacional.

Até 1821 poucos jornais circulavam pelo país, e ainda assim, sob a supervisão de um censor, que analisava o conteúdo de suas publicações. Além disso, começavam a ser publicados anúncios de estabelecimentos mercantis no primeiro jornal a ser produzido no país, a *Gazeta do Rio de Janeiro*¹⁵⁷. O jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal oficial da administração portuguesa e patrocinado pela Impressão Régia, começou a circular em 10 de setembro de 1808, iniciando assim o jornalismo oficial no país¹⁵⁸. Segundo José Marques de Melo, além da Impressão Régia, foi autorizada a instalação do Jornal *Idade d’Ouro do Brasil*, em 1811 na Bahia¹⁵⁹, sob a supervisão de um censor que analisava as publicações do jornal antes de autorizá-las. *A Idade D’Ouro no Brasil* publicava diversos assuntos, entre eles, o

¹⁵⁴MARTINS, Wilson. *A palavra escrita*, 1957. Apud MOLINA, Matías M. *História dos jornais no Brasil: da era colonial à regência (1500-1840)*, 2015. p. 62.

¹⁵⁵MOLINA, Matías M. *História dos jornais no Brasil: da era colonial à regência (1500-1840)*, 2015. p.27

¹⁵⁶Idem, p.67. O autor cita a análise de Sérgio Buarque de Holanda sobre a relação da colonização de Portugal com o que seria visto como um atraso intelectual no Brasil. p.41. Ver HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*, 1995 (A 1ª edição data de 1936).

¹⁵⁷MELO, José Marques de. *Sociologia da imprensa brasileira*, 1973. p. 136-137.

¹⁵⁸Idem, p.87. José Marques de Melo faz menção ao jornal *Correio Braziliense*, que embora fosse produzido na Inglaterra, também circulava em terras brasileiras.

¹⁵⁹Ibidem, p. 90-91.

cotidiano da Cidade da Bahia (como era chamada a cidade de Salvador), mostrando tanto seu desenvolvimento urbano quanto suas mazelas, como pode-se observar na publicação do jornal, em 10 de setembro de 1811:

Já a nossa cidade vai tomando uma nova face. Algumas das casas, que tem reduzido as antigas sacadas com as suas gelosias a regular, e mais agradável forma de curtas varandas com gradaria de ferro, e vidraças fazem verdadeiramente o contraste com o resto, que, ainda que despojadas das rótulas, conservam a formatura antecedente. Agora é que se conhece a razão com que certa Personagem, que hoje reina na Europa, depois de passear as ruas, e os subúrbios da Bahia, disse que era semelhante a Argel. A Praia com efeito, ou Cidade baixa, não deixava de ter o seu tanto, ou quanto de Mourisca. Ruas estreitas e imundas, casas um tanto altas de 4 e 5 sobrados ou andares, as sacadas destes aumentando progressivamente, de sorte que as superiores quase se tocavam; e tudo isto resguardado pelas rótulas desagradáveis à vista, e incômodas à vivenda não pareciam na verdade obras, nem decoração de arquitetos do século 19, e ainda mesmo do século 16, em que este país foi descoberto.¹⁶⁰

Como pode ser observado nas palavras acima, o jornal elogiava as mudanças, o novo aspecto das casas, que representavam mudanças na cidade. Ao mesmo tempo, rejeitava o antigo, criticando o aspecto insalubre das ruas, a altura das casas, e comparando as construções que pareciam ser do século XVI e não do XIX. Tal postura mostra o papel crítico do jornal ao que se considerava velho e atrasado, já no período joanino.

Em 1815 também fora autorizada a instalação de uma tipografia na província de Pernambuco. No entanto, devido à ausência de tipógrafos, o material para impressão só começou a ser utilizado dois anos depois, em 1817, durante o movimento revolucionário pernambucano. Segundo Matías Molina, “o primeiro impresso que saiu do prelo foi a narrativa dos acontecimentos da revolução pernambucana”¹⁶¹.

Alguns dos principais estudos sobre a História da Imprensa analisam a formação e desenvolvimento da imprensa nas províncias brasileiras durante todo o século XIX, mostrando que a década de 1820 foi um momento em que surgiu um considerável número de jornais pelo país. O fim da censura em 1821 permitiu a ampliação do número de jornais em

¹⁶⁰Idade d’Ouro do Brasil, 10/09/1811. n. 35. Parte dessa publicação foi encontrada em: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Idade D’Ouro do Brasil e as formas de sociabilidade baianas*. In: FERREIRA, Tania Maria, MOREL, Marco, NEVES, Lúcia Maria Bastos P. (organizadores). *História e imprensa. Representações culturais e práticas de poder*, 2006. p. 157. A partir do uso da fonte nesse texto, fui em busca da publicação do jornal no acervo disponível na base de dados da Biblioteca Nacional.

¹⁶¹MOLINA, Matías M. Op. Cit., p. 256.

circulação, não somente na Corte, como em outras províncias, ainda que num país com poucas pessoas alfabetizadas. Nesse mesmo ano, foi fundado o jornal *O Diário do Rio de Janeiro*, considerado o primeiro jornal informativo do país¹⁶². Se até 1821 funcionaram regularmente tipografias em apenas duas cidades (Rio de Janeiro e Salvador), estas passam a funcionar em Recife, Belém, Ouro Preto e São Luís. E excetuando-se essas regiões que dispunham de um nível um pouco mais elevado de desenvolvimento urbano, a imprensa só muito lentamente se expandiria por todo o país¹⁶³. São dessa época a fundação de grandes jornais como o *Diário de Pernambuco* (1825) e o *Jornal do Commercio*, no Rio de Janeiro (1827).

Em *Os primeiros passos da palavra impressa*, Marco Morel aponta uma série de jornais que surgiram pelo território brasileiro logo após o fim da censura, na década de 1820, indicando os primeiros passos da imprensa nas províncias. *A Aurora Pernambucana*, *O Conciliador do Maranhão*, *O Compilador Mineiro*, *Diário do Governo do Ceará*, *Gazeta do Governo da Paraíba do Norte*, *Farol Paulistano* e *Diário de Porto Alegre*, foram, segundo o autor, jornais que surgiram nessa época. Morel explica também que certas províncias só viriam despontar sua imprensa em outros períodos do século XIX (Alagoas, Santa Catarina e Rio Grande do Sul no período regencial; e Amazonas e Paraná somente na segunda metade do século XIX)¹⁶⁴. Em *História Cultural da Imprensa*, Marialva Barbosa afirma que, apesar das dificuldades de se montar uma tipografia na época, em diversas províncias passaram a ser “impressos regularmente jornais semanais ou com periodicidade indefinida.”¹⁶⁵ E Matías Molina em *História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)*, também destaca a imprensa em outras províncias além do Rio de Janeiro (sede da Corte), principalmente na Bahia e em Pernambuco, que junto com o Rio de Janeiro, foram as primeiras regiões a instalarem uma tipografia no país, conforme foi visto anteriormente. Molina inclusive dispensa capítulos exclusivos à imprensa dessas duas províncias, destacando a origem da tipografia e os seus principais jornais até a primeira metade do século XIX, mais especificamente até o final do período regencial (1831-1840).

¹⁶²ROMANCINI, Richard e LAGO, Cláudia. *História do jornalismo no Brasil*, 2007. p. 32.

¹⁶³MELO, José Marques de. Op. Cit., p. 91.

¹⁶⁴MOREL, Marco. *Os primeiros passos da palavra impressa*, 2011. p.41. A publicação se encontra no livro *História da Imprensa no Brasil* organizado por Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, que reúne 11 (onze) artigos sobre a história da imprensa brasileira.

¹⁶⁵BARBOSA, Marialva Carlos. *História Cultural da Imprensa (1800-1900)*, 2010. p. 42-43.

Em *Imprensa em tempos de Império*, Ana Luiza Martins faz também um estudo do surgimento dos jornais nas províncias brasileiras, afirmando a hegemonia da imprensa de Salvador, Recife e principalmente do Rio de Janeiro, que concentrava as publicações de maior alcance. A autora justifica a consolidação da imprensa nessas três províncias por serem na época as de maior expressão econômica e política¹⁶⁶. Destaca também a efervescência das cidades mineiras Vila Rica e São João del Rey, que já possuíam uma vida urbana proporcionada pelos áureos tempos da mineração, abrigando desde o século XVIII uma elite letrada. Por último, aponta o potencial adquirido por São Paulo como centro promissor do jornalismo no Brasil a partir da instalação da faculdade de Direito em 1827; “propulsora de ideias, escritos e jornais”¹⁶⁷. A lei de 11 de agosto de 1827 deu origem às duas primeiras universidades de Direito, em Pernambuco e São Paulo, que passaram a funcionar em 1828. Propulsora de ideias, a presença de tais universidades impulsionaria uma maior produção intelectual, fazendo despontar a imprensa paulista a partir daquele ano. Ana Luiza Martins também descreve o atraso da imprensa na província do Amazonas, que surgiria apenas em 1850, com a publicação *Província do Amazonas*. Tal atraso teria sido uma decorrência da carência de leitores, pois a principal língua falada na região era o nheengatu, originária do tupi, o que inviabilizava o consumo de escritos em língua portuguesa¹⁶⁸.

Assim como Marco Morel, Marialva Barbosa, Matías Molina e Ana Luiza Martins, Nelson Werneck Sodré, em uma obra clássica sobre os estudos da imprensa brasileira, *A história da imprensa no Brasil*, também nos apresenta o surgimento dos primeiros jornais nas províncias brasileiras¹⁶⁹. Sua obra analisa a relação entre o desenvolvimento da imprensa e o contexto político da época, afirmando que, “o ano da Independência assinalou o aparecimento de numerosos periódicos, na Corte e nas províncias, caracterizando a tensão política vigente e assinalando as tendências”¹⁷⁰. Destaca a importância da imprensa pernambucana e a influência de Cipriano Barata, fundador da *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco* em 09 de abril de 1822, considerado por Nelson Werneck Sodré o

¹⁶⁶MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa em tempos de Império*, 2011. p. 57.

¹⁶⁷Idem, p. 59.

¹⁶⁸Ibidem, p. 58.

¹⁶⁹SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, 1966. A obra de Nelson Werneck Sodré analisa a história da imprensa brasileira, dividindo-a em Imprensa colonial, Imprensa da Independência, Imprensa do Império, a Grande Imprensa (iniciada na virada do século XIX para século XX) e A crise da Imprensa (em meados do século XX).

¹⁷⁰SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit., p. 74.

primeiro jornal republicano a circular no Brasil e que teria inspirado o surgimento de outras Sentinelas de caráter libertário pelo país¹⁷¹. Concordando com o ponto de vista de Nelson Werneck Sodré, Matías Molina em *História dos jornais no Brasil*, afirma que as publicações de Cipriano Barata tiveram grande influência mesmo fora de Pernambuco, e seu jornal fora o que teve maior repercussão no Rio de Janeiro entre todos os jornais de províncias¹⁷². A imprensa de Pernambuco teve um considerável desenvolvimento nas primeiras décadas do século XIX, concomitante às agitações políticas que envolviam a província na época. Segundo Matías Molina, “o Recife foi o polo irradiador a partir do qual se fundaram várias tipografias e se lançaram jornais nas províncias nordestinas durante o Primeiro Reinado”¹⁷³.

Entretanto, Nelson Werneck Sodré procura esclarecer as dificuldades das províncias em geral em estabelecer a sua imprensa local, mostrando que a maior produção se dava mesmo na Corte, palco dos principais acontecimentos políticos. Segundo Sodré, apesar do fim da censura em 1821, logo após a independência, em 1822, a imprensa passou por um período que cerceou sua liberdade de expressão. As forças conservadoras se sentiram ameaçadas pelo aprofundamento do processo de independência, correndo o risco de perderem o domínio de classe¹⁷⁴. O país era menos independente do que parecia e isso refletiria na imprensa, tanto na Corte quanto nas províncias, que precisaram se esforçar para ter uma imprensa em condições de liberdade de expressão¹⁷⁵. Ainda assim, os jornais e revistas foram surgindo, e em 1827 a imprensa começou a se difundir pelas províncias, principalmente no Rio de Janeiro, em Pernambuco, Bahia e por último São Paulo, que publicou seu primeiro jornal, *Farol Paulistano*, em fevereiro de 1827¹⁷⁶.

A partir do turbulento período regencial, o jornalismo sofre uma lenta e gradual transformação, que passaria pelo Segundo Reinado, até atingir um padrão industrial a ser consolidado na República¹⁷⁷. O período regencial, marcado por intensas agitações políticas, num período em que se desenvolvia um projeto de nação, teria na imprensa um canal formador de opinião pública. Segundo Marcello Basile em *Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)*, “a imprensa tornou-se o principal espaço

¹⁷¹Idem, p. 77-78.

¹⁷²MOLINA, Matías M. Op. Cit., p. 233.

¹⁷³Idem, p. 256.

¹⁷⁴SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit., p. 99.

¹⁷⁵Idem, p. 100.

¹⁷⁶Ibidem, p. 101.

¹⁷⁷ROMANCINI, Richard e LAGO, Cláudia. Op. Cit., p.45.

desse confronto, veiculando concepções e propostas as mais diversas acerca da nação que se pretendia construir”¹⁷⁸. Porém, segundo o autor, os antagonismos não teriam ameaçado efetivamente esse projeto, que contou com a contribuição da imprensa na difusão de seus valores entre as províncias¹⁷⁹. A imprensa teria sido um lugar privilegiado em um processo que envolvia uma disputa de opiniões antagônicas, porém com debates orientados por um objetivo em comum, o de construção da nação brasileira.

A relação entre a imprensa e a formação da nacionalidade foi analisada pelo historiador Benedict Anderson em sua obra *Comunidades Imaginadas*. Para Anderson, as identidades nacionais são construídas, como sugere o título de sua obra, como comunidades imaginadas. Há uma identificação com a comunidade onde se vive, construída socialmente e historicamente e não por uma relação vertical de imposição. E a imprensa assume um importante papel em tal construção, à medida que torna possível a comunicação entre os indivíduos, conectando-os uns aos outros, imersos em um sentimento de inserção em uma comunidade única, onde compartilham ideais, linguagens e costumes em comum. Uma nação imaginada como comunidade, segundo Anderson, porque “independente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal”¹⁸⁰. Marcello Basile toma a análise de Benedict Anderson como referência, ao dizer que a imprensa foi um dos elementos que “afigurou-se como um dos eixos do longo e tortuoso processo dessa e de outras ‘comunidades imaginadas’”.¹⁸¹ Jornais e panfletos circulavam pelo território brasileiro, conectando as províncias, trocando informações e ideias acerca dessa nova nação que se pretendia construir:

(...) havia intensa troca de assinaturas entre jornais de diferentes províncias, que ainda costumavam reproduzir e comentar matérias publicadas por folhas de outras províncias, sobretudo da Corte, e vice-versa, criando uma rede nacional de debates. Sem falar no grande número de publicistas que saíam de suas regiões de origem para publicar jornais em outros pontos do Império, especialmente no Rio de Janeiro.¹⁸²

¹⁷⁸BASILE, Marcello. *Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)*, 2006. p. 60.

¹⁷⁹Idem, p. 61.

¹⁸⁰ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, 2008. p.34.

¹⁸¹BASILE, Marcello. Op. Cit. p. 91.

¹⁸²Idem, p. 91.

Em *Imprensa em tempos de Império*, Ana Luiza Martins mostra que os avanços técnicos foram modestos no Império e que os primeiros equipamentos de 1808 só seriam substituídos em 1845 pelo prelo mecânico. Por outro lado, afirma que os números de tipografias aumentaram consideravelmente desde sua instalação em 1808, chegando a 25 em 1850 que se tornariam incontáveis no início do século XX¹⁸³. Segundo Nelson Werneck Sodré, o período entre 1830 e 1850 foi praticamente a “infância” da imprensa brasileira, “fraca em técnica, artesanal na produção, com distribuição restrita”¹⁸⁴. Após esse período, o jornal começa a se desenhar como uma empresa - “pequena empresa de início” -, para se chegar às proporções de grande empresa no final do século XIX¹⁸⁵. Foi nesse período que surgiram as primeiras revistas ilustradas¹⁸⁶, o *Museu universal: jornal das famílias brasileiras* (1838-1844), e a *Lanterna Mágica* (1844-1845)¹⁸⁷. Alguns anos depois, em 1853, chegaria ao Brasil o alemão Henrique Fleuss, que lançaria a revista *Semana Illustrada* em 1860, um marco no formato das revistas ilustradas e que inspiraria as produções posteriores, com um formato maior que os jornais e contendo oito páginas, sendo metade delas com ilustrações litografadas. Além disso, Henrique Fleuss formou profissionais qualificados, entre desenhistas e artistas gráficos¹⁸⁸.

Na segunda metade do século XIX, a imprensa ampliou sua influência na sociedade. Os prelos (máquinas tipográficas) já haviam se estabelecido na Corte e em algumas províncias, e foram avançando pelo país. A modernização nas máquinas permitiu maior rapidez e conseqüentemente maior tiragem¹⁸⁹. Além disso, surgiram profissionais dedicados exclusivamente à imprensa, como jornalistas, editores e tipógrafos¹⁹⁰. O desenvolvimento urbano e o crescimento da classe média permitiram a ampliação das atividades culturais

¹⁸³MARTINS, Ana Luiza. Op. Cit., p. 57.

¹⁸⁴SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit., p. 206.

¹⁸⁵Idem, p. 207.

¹⁸⁶Segundo Ana Luiza Martins, a primeira caricatura a ser publicada na imprensa brasileira foi um desenho de Rafael Mendes Carvalho no *Jornal do Commercio* em 1837. No entanto, a presença de ilustrações não foi uma constante nos jornais durante o século XIX. Ver MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa em tempos de Império*. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina (organizadoras). *História da Imprensa no Brasil*, 2011. p. 65.

¹⁸⁷CARDOSO, Rafael. *Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado*, 2011. p. 20. Essas teriam sido as primeiras revistas ilustradas, ou seja, a incluírem imagens em suas páginas. A primeira revista a surgir no Brasil teria sido a revista *Varietades*, em 1812 na província de São Salvador, Bahia. No entanto, essa, assim como outras que surgiram antes da *Museu Universal* e da *Lanterna Mágica*, não possuía ilustrações.

¹⁸⁸COSTA, Carlos Roberto da. *A revista no Brasil, século XIX*, 2007. p. 214.

¹⁸⁹ROMANCINI, Richard e LAGO, Cláudia. Op. Cit., p. 53.

¹⁹⁰KNAUSS, Paulo. *Revistas Ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*, 2011. p. 20.

ligadas à imprensa, como o livro e o jornal¹⁹¹. Como a distribuição de jornais era dificultada pela escassa rede de comunicações da primeira metade do século XIX, o desenvolvimento dos correios, dos telégrafos e dos meios de transporte (como as ferrovias), favoreceram a comunicação e a expansão da imprensa no país. O desenvolvimento do sistema de telégrafos foi fundamental para a circulação de notícias e o estreitamento das comunicações entre as regiões brasileiras.

Em 11 de maio de 1852 foi implantada a primeira linha telegráfica no país. Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), o telégrafo alcançou uma dimensão maior, ampliando a comunicação entre as regiões Sul e Sudeste do país, “quando o governo decidiu expandir as linhas da capital até o front”¹⁹². As preocupações militares desempenharam um papel importante na evolução dos meios de comunicação, e a guerra deu ao telégrafo um sentido de utilidade estratégica, de comunicação a distância.

Em meados do século XIX, o telégrafo foi apresentado aos brasileiros como uma tecnologia engenhosa capaz de transportar o pensamento humano através do ar, por meio da eletricidade. Levadas por fios metálicos e condutores, as ideias poderiam circular rapidamente pelos lugares mais distantes impulsionadas pelo “fluido elétrico”. Surgia um invento técnico que prometia encolher o mundo e transportar mensagens através de continentes e oceanos, numa velocidade de 25 mil quilômetros por segundo.¹⁹³

Em abril de 1869, o governo forneceu a concessão para a exploração de uma linha telegráfica entre o Rio de Janeiro e Ouro Preto, respectivamente a capital do país e a capital de Minas Gerais na época¹⁹⁴. Daí em diante as linhas vão se expandindo por vários estados. Segundo Mauro Costa da Silva, o governo brasileiro investiu de várias maneiras na expansão do telégrafo, construindo linhas terrestres através da Repartição Geral dos Telégrafos – RGT, dando concessão a uma companhia privada para construção da linha entre as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais; e fazendo a ligação entre as capitais das províncias via cabo submarino. Esse conjunto de medidas, tomadas a partir de 1869, mostra a relevância que o

¹⁹¹SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit., p. 237.

¹⁹²SILVA, Mauro Costa da. *A telegrafia elétrica no Brasil Império – ciência e política na expansão da comunicação*. Apud GABLER, Louise. *Repartição dos Telégrafos*. Arquivo Nacional, 2016.

¹⁹³MACIEL, Laura Antunes. *Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil*. 2001.p.128

¹⁹⁴Cabe lembrar que em 1869, ainda não existia a cidade de Belo Horizonte, que viria a ser a capital de Minas Gerais após a sua construção, em 1897.

telégrafo adquiriu para o governo brasileiro, assumindo um papel de um serviço “estratégico”¹⁹⁵.

Em 1874, chegava ao Brasil a agência de notícias Havas, estreitando a comunicação internacional. Apesar das burocracias e da lentidão em expandir o seu sistema telegráfico, o Brasil aos poucos foi ampliando a comunicação entre suas províncias. Em 1877, o *Jornal do Commercio* publicou os primeiros telegramas distribuídos por agência de notícias, aumentando a agilidade da informação¹⁹⁶. Em 1879, treze das vinte províncias imperiais já haviam sido contempladas com a rede telegráfica. E em 1889, com a implantação da República, a maior parte do território brasileiro possuía telégrafos, com exceção de Goiás, Mato Grosso e Amazonas¹⁹⁷. O século XIX assistiu à introdução de diversas tecnologias e parte delas utilizou como fonte de energia a eletricidade. Tais avanços dinamizaram setores como a imprensa, as correspondências e o comércio mundial, com o impacto sofrido pela comunicação, que passou a contar com a tecnologia do telégrafo elétrico. A troca de mensagens entre lugares distantes, que normalmente levava semanas ou meses, passa a ser realizada em horas¹⁹⁸.

O mapa abaixo¹⁹⁹, produzido em 1883, mostra o desenvolvimento dos meios de comunicação (telégrafos, ferrovias e linhas de navegação a vapor) no Brasil no final do século XIX, ainda no Império. Analisando o mapa, percebe-se a movimentação dos portos brasileiros, sendo os mais movimentados os do Rio de Janeiro, Salvador e Recife. O sistema ferroviário era mais amplo em Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e no entorno da então capital de Minas Gerais, Ouro Preto. As cidades que possuíam os meios de comunicação mais avançados eram as que possuíam maiores investimentos em infraestrutura. Nota-se também o desenvolvimento telegráfico, que ia de Norte a Sul do país.

¹⁹⁵SILVA, Mauro Costa da. *A telegrafia elétrica no Brasil Império – ciência e política na expansão da comunicação*. 2011. p. 52. A Repartição Geral dos Telégrafos, criada em 1855.

¹⁹⁶CARDOSO, Rafael. Op. Cit., p. 10

¹⁹⁷SILVA, Mauro Costa da. Op. Cit., p. 53-55.

¹⁹⁸SILVA, Mauro Costa da. *Tecnologia, Ciência e Sociedade: a telegrafia submarina no século XIX e a pesquisa em eletricidade*, 2017. p. 3.

¹⁹⁹O mapa citado pertence ao fundo documental Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, sob guarda do Arquivo Nacional. Tal fundo possui 22 documentos cartográficos entre plantas de cidades brasileiras, linhas telegráficas e projetos de estradas de ferro, produzidos entre 1869 a 1892.



Figura 17 – Carta do Império do Brasil com a designação das ferrovias, colônias, engenhos centrais, linhas telegráficas e navegação a vapor, 1883. (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos)

O próximo mapa mostra o alcance do telégrafo no país no início do século XX, onde pode-se observar que no ano de 1900, grande parte do território nacional já havia sido contemplada com tal tecnologia, aproximando os estados brasileiros através da comunicação.

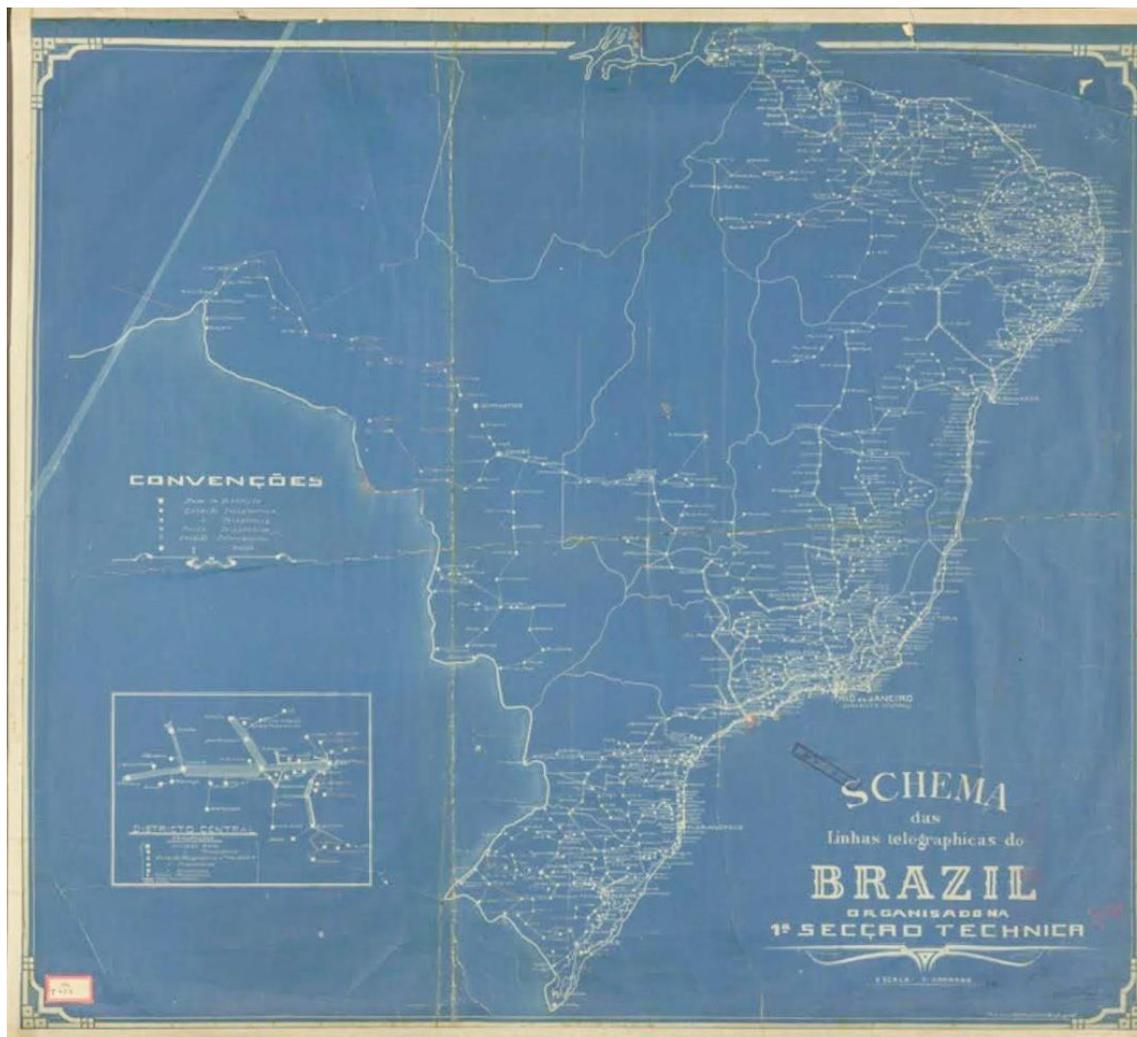


Figura 18 – Mapa Telegráfico do Brasil em 1900 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Francisco Bhering)
200

O desenvolvimento dos correios e dos meios de transporte também estreitaram as comunicações entre as regiões e expandiram o acesso às informações. Em *Uma História Social da Mídia. De Gutenberg à internet*, Asa Briggs e Peter Burke mostram que não há sentido em separar a narrativa histórica do desenvolvimento dos transportes (onde estaria inserida a ferrovia) e o da mídia (onde estaria inserido o telégrafo) porque o desenvolvimento do telégrafo e das ferrovias estava intimamente associados e os fios telegráficos costumavam

²⁰⁰O fundo documental Francisco Bhering, sob a guarda do Arquivo Nacional, possui um acervo com cerca de 680 documentos cartográficos referentes a correios, telégrafos, ferrovias, urbanismo, estados e municípios do Brasil. Tal acervo constitui uma ampla fonte documental cartográfica sobre a urbanização do país.

seguir os trilhos ferroviários²⁰¹. A malha ferroviária foi atingindo lugares longínquos, possibilitando que os periódicos chegassem aos leitores²⁰² e reduzindo o tempo de comunicação entre as províncias. Jornais da capital partiam rumo a outras cidades através das agências dos Correios, que por sua vez, utilizavam os trens e bondes para distribuí-los pelas regiões mais distantes da capital.

Assim, nos matutinos, por volta das cinco horas da manhã, começava a última etapa desse circuito da comunicação, que permitia o encontro dos jornais com os leitores: a distribuição. Em *O Paiz*, 18 entregadores levavam os maços do jornal para as agências dos Correios do Distrito Federal e daí, seguiam pelos trens e bondes, das primeiras horas da manhã, tanto para os lugares mais afastados da Capital, como para outros estados.²⁰³

As figuras abaixo são plantas de estradas de ferro, em 1875, 1890, 1900 e 1904, respectivamente. Tais plantas mostram como as regiões se aproximam e se conectam através da expansão das ferrovias. A primeira planta mostra a Estrada de Ferro São Paulo x Rio de Janeiro, que em 1875 já conectava várias cidades do interior paulista. A segunda planta mostra as estradas de ferro no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, em 1890. A terceira planta mostra como a partir da estação Central do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro não apenas se expandiu para novos bairros (desde meados do século XIX) como também podia se conectar com cidades mais distantes. E a última planta, de 1904, mostra como as estradas de ferro se ampliaram, abrangendo cada vez mais regiões.

²⁰¹BRIGGS Asa; BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia. De Gutenberg à internet*, 2006. p. 137. Segundo os autores, alguns fios telegráficos seguiam o curso dos canais, mas estes não eram maioria.

²⁰²BARBOSA, Marialva Carlos. Op. Cit., p. 117.

²⁰³Idem, 1996. p. 296.

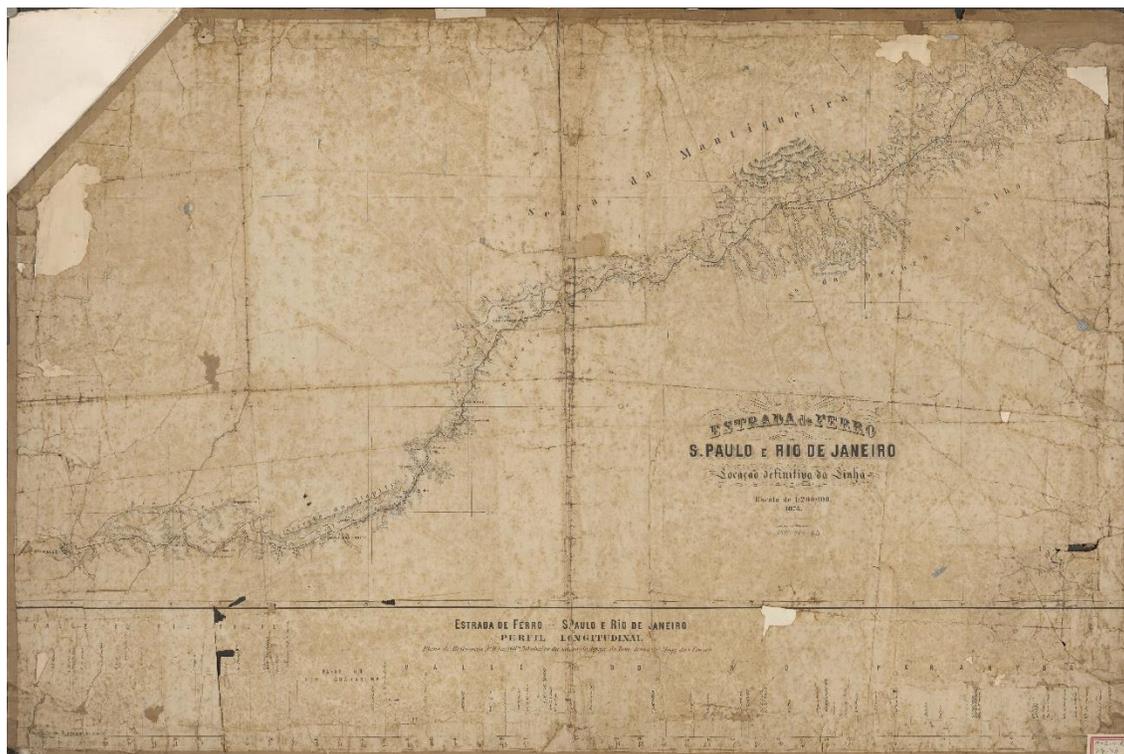


Figura 19 – Estrada de ferro São Paulo x Rio de Janeiro, 1875 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Francisco Bhering)



Figura 20 – Planta Geral da Estrada de Ferro Central do Brasil e da dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, 1890 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Academia Brasileira de Letras)

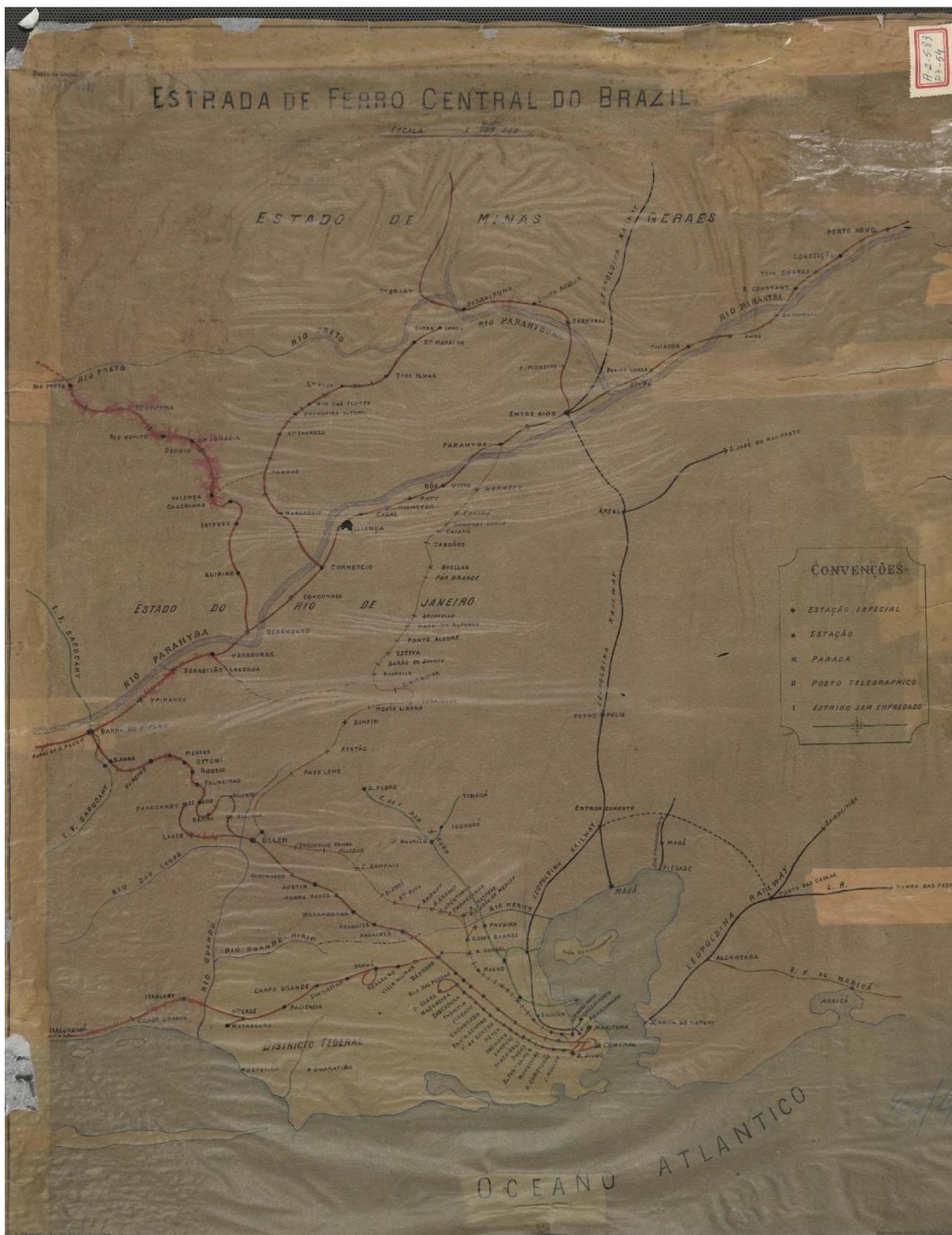


Figura 21 – Estrada de Ferro Central do Brasil, 1900 (Acervo do Arquivo Nacional – fundo Francisco Bhering)

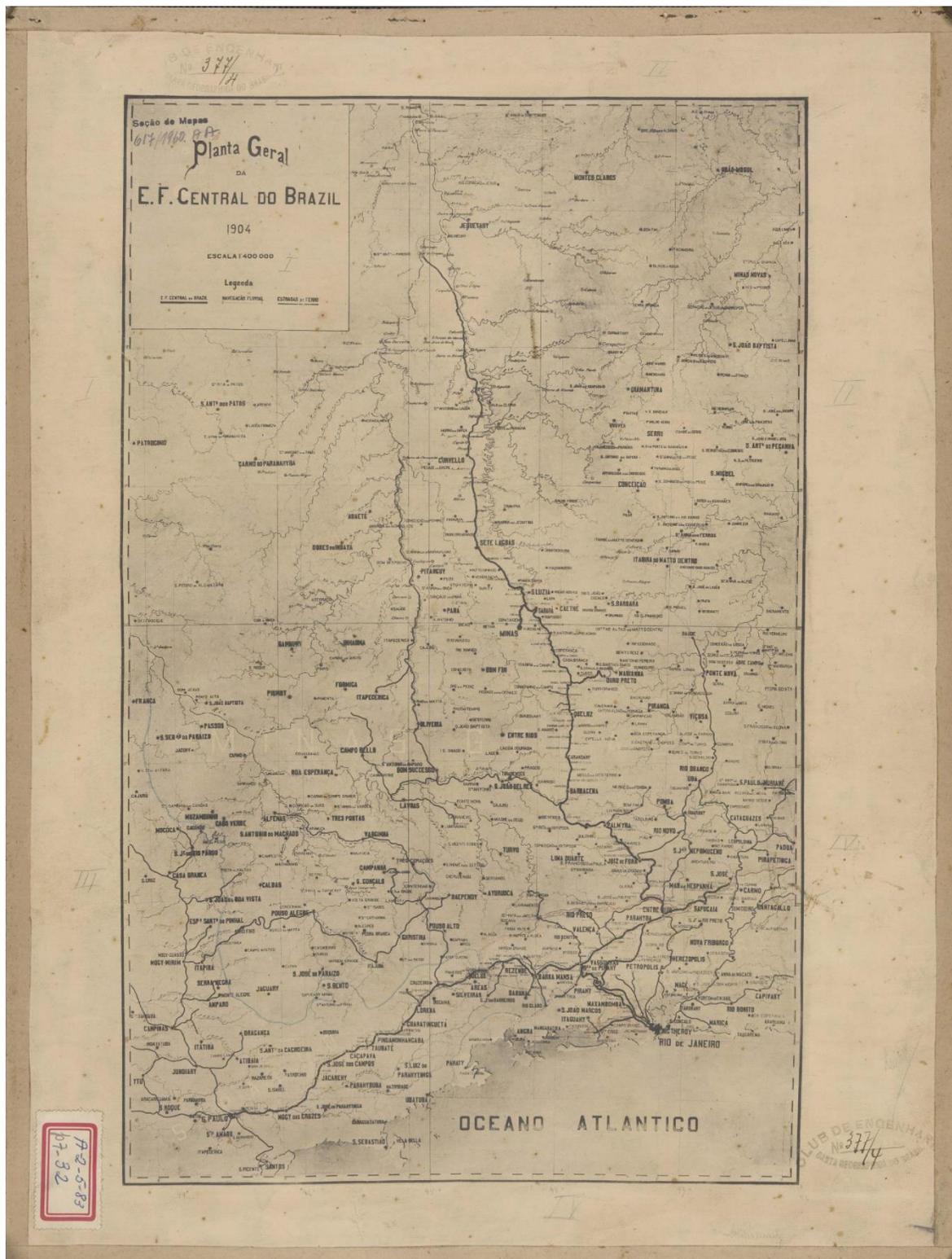


Figura 22 – Planta Geral da E.F. Central do Brasil, 1904 (Acervo do Arquivo Nacional – fundo Francisco Bhering)

O próprio desenvolvimento da imprensa também fazia parte do contexto de modernização. Para o jornal *O Vulgarizador*, dedicado à divulgação da ciência, a imprensa era considerada um artefato de modernidade, junto com o vapor e a eletricidade²⁰⁴. “O jornal era ‘moderno’ não apenas por divulgar novas ideias, ou seja, por ser um veículo de civilização, mas também por ser produto das inovações tecnológicas de sua época”²⁰⁵.

Na segunda metade do século XIX, principalmente a partir da década de 1870, surgem jornais mais estáveis e de grande circulação, dotados de tipografias mais desenvolvidas e amplo quadro de profissionais²⁰⁶. Nas províncias, foram criados os jornais *Correio Paulistano* (1854), *Estado de São Paulo* (fundado como Província de São Paulo, em 1875), *Gutenberg* de Alagoas (1881), *O Pharol* de Juiz de Fora (1871), entre outros jornais pelo Brasil. Na Corte, o *Jornal do Commercio* já havia se estabelecido, e surgiram o *Jornal do Brasil* (1891), *O Paiz* (1884), *Gazeta de Notícias* (1875)²⁰⁷. Além dos jornais, surgiram diversos periódicos literários e mais revistas ilustradas, como a *Revista Illustrada* em 1876, fundada pelo italiano Angelo Agostini, e que teria se tornado, segundo as palavras de Ana Luiza Martins, “um órgão de intensa divulgação da causa republicana e abolicionista”²⁰⁸.

Às inovações tecnológicas, somaram-se novas técnicas e novos comportamentos da sociedade. A década de 1880 assistia a mudanças no jornalismo, que se colocava como um importante elemento na construção de uma representação ideal da sociedade, intensificando o seu papel ordenador²⁰⁹. O jornalismo foi assumindo um caráter empresarial e passou a buscar mais leitores, aumentando assim o seu poder de influência. Para isso, assumiu novas técnicas, permitindo impressões mais rápidas e eficientes, maior tiragem e reprodução de

²⁰⁴BONDIVENNE, L. *A imprensa*. O *Vulgarizador*, n. 11, p. 82-84, 1877. O jornal circulou na corte e nas províncias entre 1877 e 1881. Apud VERGARA, Moema de Rezende. *Modernidade e Imagens de objetos de ciência e tecnologia em jornais ilustrados do final do século XIX*. MAST, 2009. p. 25.

²⁰⁵VERGARA, Moema de Rezende. *Modernidade e Imagens de objetos de ciência e tecnologia em jornais ilustrados do final do século XIX*, 2009. p. 25.

²⁰⁶Alguns jornais existentes desde o início do século chegaram na segunda metade do século XIX com credibilidade e se consolidaram como jornais de grande circulação, a exemplo do *Diário de Pernambuco* e do *Jornal do Commercio*.

²⁰⁷Os três jornais citados (*Gazeta de Notícias*, *Jornal do Commercio* e *O Paiz*), entraram o século XX como um dos jornais mais populares da capital, junto ao *Jornal do Brasil* (fundado em 1891) e *Correio da Manhã* (fundado em 1901). Esses dois últimos tinham um caráter mais popular, especialmente o *Jornal do Brasil*, que publicava críticas além de reclamações e reivindicações dos leitores.

²⁰⁸MARTINS, Ana Luiza. Op. Cit., p. 77-78. Angelo Agostini chegara ao Brasil em 1854 e teria iniciado sua carreira em São Paulo, produzindo os periódicos *O Diabo Coxo* e *O Cabrião*, em 1866. No ano seguinte, inicia sua produção no Rio de Janeiro na revista *O Arlequim* em 1867, passando pelas revistas *Vida Fluminense* e *O Mosquitom*, até fundar a *Revista Illustrada* em 1876.

²⁰⁹BARBOSA, Marialva Carlos. Op. Cit., p. 121.

fotos e ilustrações. A venda avulsa cresceu, impulsionada por vendedores ambulantes, gazeteiros, bancas e charutarias²¹⁰.

Os anúncios sempre se fizeram presentes nos jornais, como apontou Gilberto Freyre ao escrever sobre o número e a influência de produtos importados pelo Brasil no início do século XIX, tanto do Oriente quanto de países ocidentais como Inglaterra e França²¹¹. Mas os espaços dedicados aos anúncios foram ampliados no final do século XIX, o que poderia indicar uma relação com o processo de urbanização e modernização nessa época, especialmente no Rio de Janeiro²¹². As revistas ilustradas, as caricaturas e a introdução de fotografias nas publicações, foram também elementos de uma imprensa mais moderna e com uma linguagem mais simples e atraente.

As mudanças materiais introduzidas no jornalismo brasileiro, como as inovações técnicas no campo da impressão, da informação e também comerciais (com o maior uso de anúncios), marcaram uma ruptura entre a imprensa de caráter artesanal e a imprensa marcada por uma organização capitalista. Surgiram diversos periódicos na capital e nas províncias (que viriam a ser os estados a partir de 1889). Os ideais de progresso, somados à técnica, à tecnologia e a um novo público caracterizariam esse novo jornalismo. No entanto, a imprensa não se desenvolveu de maneira uniforme no país, acompanhando assim o próprio ciclo de modernização e urbanização de cada região ou província (e posteriormente, estado). Mas apesar das diferenças, as notícias iam chegando em todo o país, “encurtando” as distâncias territoriais e propagando os novos usos da capital.

Diversos fatores ilustram o “processo de expansão que converteu o jornal em uma grande empresa industrial, cuja sobrevivência dependia da mobilização de novas estratégias comerciais”²¹³. As inovações técnicas, como a modernização dos maquinários e o uso de ilustrações, transformaram os métodos de impressão. Houve um crescimento das tiragens e mais rapidez na distribuição, encurtando o tempo e a distância nas comunicações. Somaram-se a esses fatores, “o surgimento de uma nova categoria de jornalistas profissionais –

²¹⁰ROMANCINI, Richard e LAGO, Cláudia. Op. Cit., 2007. p. 79.

²¹¹FREYRE, GILBERTO. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano*, 2004. p. 571-583.

²¹²VERGARA, Moema de Rezende. *A divulgação da Botânica no século XIX: o caso do jornal O Vulgarizador*, 2011. p. 106. Em análise do jornal O Vulgarizador, Moema de Rezende Vergara relaciona a massificação dos anúncios de tipografias, livrarias e serviços de profissionais liberais como médicos e advogados, ao processo de urbanização e modernização da cidade do Rio de Janeiro na época.

²¹³MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*, 1977. p. 72.

sobretudo, os caricaturistas e ilustradores –, a introdução de novas fórmulas no tratamento da informação e de novas seções de entretenimento”²¹⁴.

Segundo Miriam Dolhnikoff, a imprensa foi uma importante forma de manifestação cultural e política ao longo da monarquia, como um veículo que influenciou costumes, difundiu cultura e discutiu política; intervindo assim na vida política e social do país. Muitos jornais foram também porta-vozes dos movimentos republicanos e abolicionistas ²¹⁵. De acordo com a autora, “nas últimas décadas da monarquia, já existia uma imprensa bem estruturada, diversificada, com periodicidade, diária ou semanal, com independência financeira”²¹⁶.

Na capital do Império, os jornais escreviam sobre o cotidiano da cidade e produziam discursos onde expunham as mazelas, as necessidades de mudança e exaltavam as novidades. Todos os melhoramentos da cidade eram anunciados nos principais jornais da Corte. Mas em uma cidade com as contradições do Rio de Janeiro, eram também expostos os principais problemas como a febre amarela e os cortiços. Na segunda metade do século XIX, especialmente a partir de 1880, já veiculavam na imprensa, ideias que exaltavam a modernização, presentes em várias partes do mundo e almejadas pelas elites brasileiras, que criticavam o atraso colonial.

Essa postura da imprensa, que além dos jornais, incluía as revistas ilustradas, se intensificou com o novo regime republicano, especialmente na época das reformas, no início do século XX. Como porta-voz dos ideais de progresso material da “nova” capital, a imprensa atuou na produção de um discurso que rejeitava o “aspecto colonial” da cidade, justificando assim a urgência da remodelação desta. Jornais e revistas alimentavam o imaginário da elite desejosa de mudanças, publicando diversas matérias sobre o cotidiano da capital, contribuindo assim para que essas pessoas acreditassem estar a caminho de viver em uma cidade requintada e civilizada.

²¹⁴MICELI, Sérgio. Op. Cit., p. 72.

²¹⁵DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. Editora Contexto, 2017. p. 83.

²¹⁶Idem. p. 85.

2.2 – Novos tempos, nova imprensa

Como pudemos observar, os estudos sobre a história da imprensa no Brasil nos trouxeram muitos esclarecimentos sobre como a imprensa se desenvolveu na maior parte do território nacional no decorrer do século XIX. Foram mostrados como muitos jornais surgiram nas diversas províncias brasileiras, a posição precursora das imprensas de Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, a efervescência da imprensa mineira e o atraso na província do Amazonas. No entanto, quando os estudos alcançam o novo século XX, o foco se volta para a imprensa do Rio de Janeiro, capital do novo regime republicano e sede de mudanças que seriam pauta constante na imprensa da capital e no imaginário não só de parte da população carioca como também de outras regiões do país. Portanto, as reformas na capital também ocupavam páginas de jornais das antigas províncias, que se tornaram estados na República.

As principais referências historiográficas dispensam ao Rio de Janeiro maior atenção em suas análises sobre a imprensa brasileira no início do século XX, ainda que o Brasil possuísse cerca de 20 estados nessa época. Um exemplo é o livro *História Cultural da Imprensa (1800-1900)*, de Marialva Carlos Barbosa. Apesar de analisar a imprensa de várias regiões do Brasil nas primeiras páginas de sua obra, aos poucos o leitor percebe que a imprensa dessas regiões vai perdendo espaço até que os jornais do Rio de Janeiro passam a ter destaque absoluto à medida que sua análise vai se aproximando do final do século XIX. Mas tal destaque é justificado pela autora pelo fato do Rio de Janeiro ser a capital federal, lócus dos projetos de modernização, o que envolvia também uma maior concentração de jornais e circulação de ideias. A autora descreve que “o Rio de Janeiro se cobre não apenas de cenários de concreto que anunciam o novo tempo, como também dos ecos dos jornais e revistas que disseminam pelos quatro cantos o discurso da modernização.”²¹⁷ Por outro lado, observa-se que o foco voltado para o Rio de Janeiro acaba ignorando a análise sobre a imprensa de outros estados, ainda que seja para justificar a ausência de avanços nessa imprensa. Nelson Werneck Sodré por sua vez, justifica o destaque dispensado à capital na análise sobre a imprensa do início do século XX, chamada por Grande Imprensa, ao afirmar que “nos outros estados, a imprensa estava ainda na transição da fase artesanal para a fase

²¹⁷BARBOSA, Marialva Carlos. Op. Cit., p. 119.

industrial, no início do século XX”²¹⁸. A modernização da imprensa do Rio, segundo Sodré, teria se antecipado às das demais províncias.

No início do século XX, a imprensa foi uma grande incentivadora das mudanças que ocorriam na capital, e uma das maiores disseminadoras dos ideais de modernização no país. Agente do processo de renovação do espaço urbano desde os tempos do Império, a imprensa associou às inovações técnicas implementadas no final do século XIX, um caráter empresarial voltado para interesses capitalistas de ampliação de vendas, consagrando-se como grande empresa:

(...) a chegada do século XX se impôs com seu cortejo sedutor de novidades prontamente trazidas para a criação da grande imprensa e a ampliação do parque gráfico. Luz elétrica, telefone, cinematógrafo, bondes elétricos, automóvel, máquina de escrever, zepelins, além de estruturas de ferro pré-fabricadas que resultavam em edificações de impacto na paisagem e maquinário gráfico agilizado, otimizaram uma imprensa que se pretendia missionária na pregação do Brasil Civiliza-se! O telégrafo submarino e sem fio aproximou-nos dos jornais europeus, pois passou a ocorrer uma simultaneidade na publicação de informações. Houve uma ampliação de títulos e os jornais diários – já conformando a grande imprensa – figuravam como conglomerados poderosos, definindo os rumos do país. Nesse momento a profissionalização do setor se confirma.²¹⁹

Assim como o país, a imprensa também se modificava, atuando em um novo cenário, somado às conquistas técnicas que transformaram os métodos de impressão. Se iniciava no país o processo da moderna comunicação em massa²²⁰. “A sociedade, ávida de informações, e o uso político da imprensa, visando a manter a direção das mudanças, ampliaram a importância dos jornais e fizeram surgir um número cada vez maior de revistas”²²¹.

Os principais periódicos brasileiros que circulavam no início do século XX, já haviam surgido na segunda metade do século XIX, em tempos de aspirações republicanas. Porém, os que não acompanharam as modernizações da imprensa não conseguiram se estabelecer. Além

²¹⁸SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit., p. 372.

²¹⁹MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina. *História da Imprensa no Brasil*, 2011. p. 11.

²²⁰VELLOSO, Mônica Pimenta. *Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro*, 2006. p. 312. John B. Thompson alerta sobre o conceito de “comunicação de massa”, que não deveria ser reduzido a uma questão de quantidade de indivíduos que recebem um produto (a mensagem). Segundo Thompson, o que importa na comunicação de massa não é a quantidade mas o alcance, a capacidade de disponibilizar o produto a múltiplos destinatários. Ver: THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia*, 2012. p. 50-54.

²²¹RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *João do Rio: a cidade e o poeta – o olhar de flâneur na Belle Époque Tropical*, 2000. p. 21. Nesse trabalho, Antônio Edmilson Martins Rodrigues analisa a trajetória de João do Rio no início do século XX.

disso, muitos não sobreviveram devido aos seus ideais e foram empastelados nos primeiros anos republicanos. O *Jornal do Brasil*, que já nascera com a estabilidade de uma grande empresa em 1891²²², sofrera atentados e precisou se reinventar e assumir uma posição moderada, sem provocar atritos com a República.

A consolidação dos jornais foi sendo moldada aos poucos, assim como fora o regime republicano, marcado por agitações, conflitos internos e crise econômica em seus instáveis anos iniciais. O então novo século também apresentava uma sociedade mais diversificada, com mais imigrantes alfabetizados, sem pessoas escravizadas (mas ainda marginalizadas); com muitos analfabetos, mas também com mais leitores e pessoas em busca de informações. A população crescia cada vez mais, demandando mais modernização, em todos os sentidos. Isso refletiria na ampliação dos meios de transporte e das comunicações e também na produção dos jornais, e conseqüentemente em maior conexão e circulação de informações.

A passagem do século, assim, assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é assim afetado o plano de produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. Essa transição começara antes do fim do século, naturalmente, quando se esboçara, mas fica bem marcada quando se abre a nova centúria. Está naturalmente ligada às transformações do país.²²³

Com a administração do governo Campos Sales o país alcançou um crescimento econômico com o arrocho fiscal, beneficiando seu sucessor Rodrigues Alves, que tomou posse tendo à sua disposição, condições financeiras para implementar uma “política de modernização material, na qual se destacariam as reformas urbana e sanitária”²²⁴ na capital da República.

O Rio de Janeiro assistiu a uma intensa campanha da imprensa em favor de sua modernização. Envolvidas no processo de consolidação do regime republicano, os jornais procuraram construir uma representação ideal da sociedade. Para terem credibilidade, precisavam também atrair leitores e convencer o público a apoiar suas ideias. Sendo assim,

²²²ROMANCINI, Richard e LAGO, Cláudia. Op. Cit., p.76.

²²³SODRÉ, Nelson Werneck. Op.Cit., p. 315.

²²⁴LESSA, Renato. *Campos Sales e a rotinização da República*, 2019. p. 42.

os jornais enfatizavam as maravilhas da modernização em detrimento das mazelas dos tempos idos, especialmente na capital. “Aproveitando-se da atmosfera de modernização, de regeneração e de mudanças, os jornais promovem campanhas contra os velhos hábitos e pela introdução de novos costumes, sempre sob a égide de um discurso pretensamente científico, de forma a implantar uma nova ordem”.²²⁵

Parte da imprensa buscava convencer o leitor de que tudo se justificava em favor do progresso. Dessa forma, assim como as novas construções ganhavam destaques nas páginas dos jornais, as demolições e arrasamentos também. Toda atuação dos agentes das reformas foi retratada como indispensável ao desenvolvimento da capital, e conseqüentemente do Brasil²²⁶, tanto as intervenções relacionadas ao progresso material quanto as relacionadas aos costumes da população.

2.2.1 – As revistas ilustradas no contexto da modernização da capital

O número de revistas ilustradas ampliou consideravelmente no início do século XX. Tais revistas funcionaram como publicações alternativas aos jornais, que estavam se tornando empresas²²⁷. As revistas ilustradas se inseriam no contexto da modernização da capital, apresentando um formato atraente, com ilustrações e matérias sobre o cotidiano. Segundo Ana Maria Mauad, revistas como *Fon-Fon*, *Careta*, *Kosmos*, *Revista da Semana*, *O Malho*, *Avenida*, entre outras, compuseram o perfil de uma época em que as imagens fotográficas tinham nas revistas ilustradas seu principal veículo de divulgação; um veículo que, assumindo a estética burguesa, criava modas e impunha comportamentos²²⁸. Os artigos dessas revistas ultrapassaram as fronteiras da capital, e foram reproduzidos em jornais de outros estados. Além disso, algumas dessas revistas circulavam pelo país através de assinaturas ou eram disponibilizadas para venda, a exemplo da revista *Kosmos*, que possuía

²²⁵BARBOSA, Marialva Carlos. Op. Cit., p. 129.

²²⁶AZEVEDO, André Nunes. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*, 2016. p. 167.

²²⁷LINS, Vera. *Em revistas, o simbolismo e a virada de século*, 2010. p. 15.

²²⁸MAUAD, Ana Maria. *O olho da história: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo*, 2006. p. 371-372.

representantes em diversos estados e podia ser comprada em livrarias de Norte a Sul do país²²⁹.

A utilização da fotografia nas revistas ilustradas foi importante para a divulgação da modernização da cidade. Segundo Maria de Lourdes Eleutério, “coube à fotografia fazer da cidade a matriz ideal para percepção do propalado progresso, ilustrações que confirmavam graficamente a transformação da cidade”²³⁰. Charges e caricaturas também ilustravam as publicações, não perdendo a oportunidade de mostrar o cotidiano ou fazer críticas sociais em forma de humor. Em *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*, Cláudia de Oliveira estuda a representação do urbano através das revistas ilustradas, e relata a importância do uso de fotografias nessas revistas a fim de promover a identificação do público leitor com os novos aspectos da cidade. Cláudia de Oliveira afirma que “ao tornarem-se celebrações da nova arquitetura da cidade, as imagens fotográficas associavam as transformações da capital a um certo ‘heroísmo’ da burguesia republicana”²³¹.

²²⁹Informações obtidas na edição da revista *Kosmos*, que publicava a lista com as livrarias que vendiam os exemplares. Ver revista *Kosmos*, ano 1, n. 11, novembro de 1904.

²³⁰ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Imprensa a serviço do progresso*, 2011. p. 91.

²³¹OLIVEIRA, Cláudia de. *A Iconografia do Moderno: a representação da vida urbana.*, 2010. p. 133.

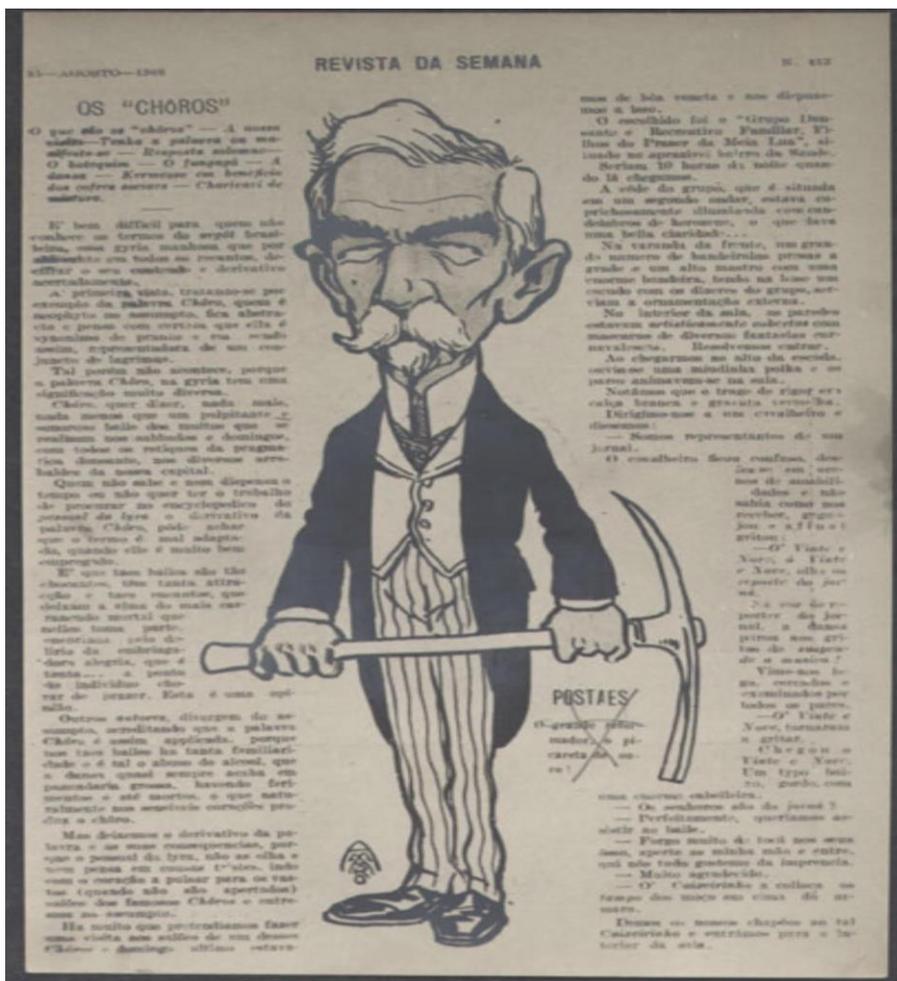


Figura 23 - Charge do Prefeito Pereira Passos (acervo Arquivo Nacional – Fundo Correio da Manhã)

Essas publicações ocuparam lugar marcante na história editorial brasileira, ajudando a moldar as percepções cotidianas e a nossa própria cultura política. Situando-se entre os jornais e os livros, as revistas desempenharam o papel de mediadoras de saberes, de práticas sociais e de linguagens. Nem tão imediata quanto a matéria trazida pelos jornais, nem tão reflexiva quanto a sugerida pelos livros, elas conseguem trilhar esse caminho singular, combinando notícias, reflexão e entretenimento, além de serem, é claro, instrumento imprescindível de atualização. Por todos esses atributos, elas vão angariar enorme popularidade.²³²

Além disso, as imagens eram vistas como uma forma agradável e de fácil leitura sobre as reformas, pois “diante de uma população de pouca capacidade de leitura, para qual os textos tornam-se em geral enfadonhos, as gravuras são eloquentes e de percepção imediata,

²³²OLIVEIRA, Cláudia de. *O moderno em revistas: representação do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*, 2010. p. 12.

ou seja, muito mais eficientes que a palavra”²³³. Segundo Mônica Pimenta Velloso, as revistas ilustradas se caracterizavam como uma espécie de “obra em movimento”, assumindo uma capacidade de intervenção bem mais rápida e eficaz, articulada à vida cotidiana. Sendo assim, as revistas desempenhavam um papel estratégico e de grande impacto social²³⁴.

Embora já estivessem utilizando ilustrações em suas edições, nos jornais as imagens não são encontradas com a mesma frequência, pois a proposta do jornal era diferente, mais voltada para os textos informativos, enquanto a revista tinha um caráter mais contemplativo. Além disso, tendo em vista que a periodicidade dos jornais era geralmente diária, a publicação de imagens encareceria a produção. Um jornal que possuía um número considerável de ilustrações na época, era o *Jornal do Brasil*, que pertencia ao mesmo grupo editorial da *Revista da Semana*, conforme a própria capa da revista fazia questão de informar. Tal parceria funcionou até 1915, quando a revista foi vendida pelo jornal, passando a adotar matérias voltadas para o público feminino²³⁵. Ambos com discursos formadores de opiniões, jornais e revistas foram essenciais na divulgação da modernização da cidade. Segundo Ana Maria Mauad, “a entrada da fotografia no periodismo diário traduz uma mudança significativa na forma de o público se relacionar com a informação, mediante a valorização do que é visto”²³⁶.

Jornais e revistas anunciavam as transformações da capital e as notícias iam atingindo um alcance cada vez maior, ultrapassando as fronteiras do Rio de Janeiro. As mudanças na capital contagiaram todo o país, e a Grande Reforma Urbana passava a ter cada vez mais destaque nas páginas de jornais de vários estados. O Rio de Janeiro aparecia nos jornais de várias formas: através de telegramas, por correspondentes que viviam na capital, ou também por matérias escritas pelos próprios jornalistas locais, que mesmo vivendo longe da capital, se mantinham informados pela facilidade de comunicação.

²³³GONÇALVES, Denise. *A construção de um imaginário urbano: historiografia e imagens da cidade em Ostensor Brasileiro*, 2011. p. 82. A Revista *Ostensor Brasileiro* circulou entre 1845 e 1486. A análise da autora foi feita a partir de gravuras utilizadas em uma revista de meados do século XIX. Porém, tal análise pode ser aplicada a imagens em geral, como as fotografias, que foram mais utilizadas no século XX.

²³⁴VELLOSO, Mônica Pimenta. *As distintas retóricas do moderno*. IN: *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*, 2010. p. 43.

²³⁵MOURA, Ranielle Leal. *História das revistas brasileiras*, 2011. p. 5.

²³⁶MAUAD, Ana Maria. *Op. Cit.*, p. 366.

2.3 – O papel do jornalista na produção dos discursos sobre a capital

Segundo Marialva Barbosa, “ao jornalista cabe difundir ideias, visões de mundo e representações da sociedade”²³⁷. O jornalista teve um papel primordial na formação do consenso a partir da produção de seus discursos. Pensando em como as condições históricas cercam a realidade do autor, o seu posicionamento, ao mesmo tempo em que influenciava, era influenciado pela cultura da qual fazia parte²³⁸. Suas ações não são discursos neutros, que nascem de um vazio, mas são cheios de significados e representam suas intenções, e sua maneira de pensar, moldadas pela realidade em que estavam imersos. Sendo assim, sua produção não representava necessariamente a realidade, mas como ele via os acontecimentos. Tal perspectiva vai ao encontro à análise de Robert Darnton sobre a história da leitura e dos circuitos de comunicação. Segundo Robert Darnton, “notícias não são o que aconteceu, mas uma história sobre o que aconteceu”²³⁹.

Dentro desse contexto, também é importante analisar a metodologia de Quentin Skinner sobre a relação entre o autor e o contexto histórico. Segundo Quentin Skinner, estudar o contexto ajudaria a entender o que o autor estava fazendo e o que ele queria dizer²⁴⁰. Por isso, sua metodologia enfatiza a importância de analisar o contexto da produção textual. O homem é produto de seu tempo, de seu meio, e Quentin Skinner vai além do homem que está falando; ele analisa as sociedades na qual o autor vivia na época e como isso influenciou a sua produção. O jornalista era influenciado por seu meio, seus ideais e interesses; e sua atuação estava intimamente ligada ao contexto histórico em que estava inserido. Não se entende o autor e seus discursos sem compreender o contexto histórico no qual eles foram produzidos.

Os jornalistas foram elemento fundamental na produção dos discursos sobre as mudanças que ocorriam no Rio de Janeiro. Suas palavras traduziam não apenas os fatos em si, de que a cidade estava passando por transformações, mas também seus sentimentos e interesses, o seu olhar sobre aqueles acontecimentos. Por mais que suas palavras por algumas

²³⁷BARBOSA, Marialva Carlos. Op. Cit., p. 194.

²³⁸Ver CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*, 1988. p. 16-17.

²³⁹DARNTON, Robert. *A questão do livro. Passado, presente e futuro*, 2009. p. 37.

²⁴⁰SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*, 1996. p. 10.

vezes reproduzissem os interesses de seus empregadores, dos editores, dos dirigentes de jornais ou mesmo dos políticos envolvidos com as reformas, não podemos afirmar que existia uma dominação total pois havia também por trás os seus anseios, a sua realidade. E havia também a sua interação com o público leitor, alvo de seu discurso ao mesmo tempo em que também determinava aquilo que o jornalista iria escrever, de acordo com a demanda da publicação. Portanto, seu discurso poderia também ser direcionadas ao que o público desejaria “ouvir”.

Roger Chartier propõe reflexões sobre a questão da representação e os interesses por trás das palavras. Segundo o autor, “as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam”²⁴¹. Chartier mostra que os discursos não são algo neutro, pois produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade sobre o outro, menosprezado, e às custas desse outro.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas²⁴².

Como vimos, não há como separar a realidade do jornalista de seu posicionamento. Uma das intencionalidades de seu discurso ao publicar notícias sobre uma outra cidade, poderia ser a reivindicação. Os jornais poderiam publicar notícias sobre os feitos conquistados na capital como uma forma de comparação com sua cidade, pedindo assim por algum tipo de melhoria, pressionando as autoridades e estimulando a população a fazer o mesmo. Pois não seria o progresso um projeto de âmbito nacional? A partir das notícias dos jornais, podemos observar algo da intencionalidade dessas publicações, que por vezes refletiam em suas palavras, os sentimentos do próprio jornalista ou do redator, sua indignação com o “atraso” de sua cidade em relação aos progressos da capital, o desejo que este também chegasse ali. Afinal, os jornalistas escrevem para o público mas também escrevem para si mesmos.

²⁴¹CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*, 1988. p. 17.

²⁴²Idem, p. 17.

Alguns jornalistas possuíam a formação de bacharel (geralmente em Direito). Apesar do poder simbólico de um diploma em uma sociedade em que poucos conseguiam aquela formação,²⁴³ a maioria dos jornalistas, e os homens de letras em geral (entre os quais eles se incluíam), lutavam por reconhecimento e melhores condições de trabalho. Os jornalistas em geral, eram mal remunerados e não possuíam estabilidade, tendo que trabalhar em vários periódicos, mesmo sob pseudônimos, para conseguirem uma renda razoável²⁴⁴.

Olavo Bilac, Guimarães Passos e Pedro Rabelo, conhecidos por suas refinadas poesias e crônicas nos jornais cariocas, chegaram a escrever, sob pseudônimos, textos encomendados de pouca qualidade e contos pornográficos, na tentativa de driblar suas constantes dificuldades financeiras. Coelho Neto, em parceria com Olavo Bilac, certa vez escreveu, a convite de uma editora carioca, um almanaque obscuro em troca de módica remuneração.²⁴⁵

Os escritores tinham que realizar as mais diversas tarefas, inclusive a elaboração de textos para publicidade. Olavo Bilac fez uma quadrinha para a promoção de uma marca de fósforos, Emílio de Menezes redigia anúncios em versos para uma marca de cerveja, entre outros exemplos que foram citados por Nelson Werneck Sodré em *A história da imprensa no Brasil*²⁴⁶.

Tanto Alessandra El Far, em *A encenação da imortalidade*, quanto Sérgio Miceli em *Poder, Sexo e Letras na República Velha*, desmistificam o peso simbólico do diploma, associando a atuação dos jornalistas mais ao desenvolvimento da imprensa²⁴⁷ e às suas relações com os interesses das oligarquias²⁴⁸, do que propriamente pelo fato de possuírem ou não um diploma de bacharel. Alessandra El Far em *A encenação da imortalidade*, aponta um levantamento da formação acadêmica dos homens de letras, e mostra que, “embora 70% dos acadêmicos fossem diplomados em direito, medicina ou engenharia, 12.5% haviam

²⁴³Ver Pierre Bourdieu: o diploma é visto como uma propriedade distintiva. Jornalistas e dirigentes possuíam o capital simbólico da formação acadêmica, que conferia a tais bacharéis, prestígio, autoridade e distinção. Em sua obra *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*, Bourdieu considera a classificação escolar como um ato de ordenação, que detém o poder de instituir uma diferença social, onde aqueles que chegam a determinadas posições estariam separados dos “comuns mortais” e assim, legitimados a dominar. p. 38.

²⁴⁴EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)*, 2000. p.15-16. Segundo Alessandra El Far, foi justamente a busca pelo reconhecimento que impulsionou os homens de letras (entre os quais se incluíam os jornalistas) a fundarem a Academia Brasileira de Letras, em 1897.

²⁴⁵Idem, p. 16.

²⁴⁶SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit., p. 322.

²⁴⁷EL FAR, Alessandra. Op. Cit., p. 35.

²⁴⁸MICELI, Sérgio. Op.Cit., p. 69.

abandonado a faculdade antes de completar o último ano, e 17,5% nem tinha chegado a fazer curso superior.”²⁴⁹ Ainda que a maioria dos literatos descendesse de camadas sociais abastadas, pois muitos chegaram ao ensino superior (o que era um privilégio das elites), havia também quem sequer havia chegado a ingressar na universidade. Muitos dos que ingressaram não deixaram de passar por privações em suas carreiras de jornalistas e escritores, devido à baixa remuneração oferecida pelos jornais e à instabilidade do mercado editorial²⁵⁰.

No início do século XX, os jornalistas alcançariam melhores condições de trabalho, com o crescimento das tiragens dos jornais (o que provavelmente lhes proporcionou maior estabilidade), fato impulsionado pelos avanços gráficos das últimas duas décadas do século anterior²⁵¹. E o aumento das tiragens e da circulação dos periódicos proporcionava também maior visibilidade e reconhecimento de seus trabalhos na esfera pública.

Seria ingênuo dizer que os dirigentes da maioria dos jornais não se posicionavam de acordo com interesses elitistas e que os jornalistas enquanto seus subordinados, não escrevessem de acordo com a ideologia dos jornais onde trabalhavam. Muitas vezes na caminhada rumo à conquista de uma posição na política, dirigentes de jornais fortaleciam seu prestígio na sociedade se tornando porta-vozes da classe em que eles mesmos pertenciam, representando o pensamento da elite dominante²⁵². Mas é preciso cautela ao confundir as condições do jornalista com as condições privilegiadas de seus patrões ou mesmo de sua origem. Como se pôde observar, os jornalistas costumavam trabalhar em várias redações, assumiam várias funções e até mesmo pseudônimos para complementarem sua renda; num trabalho instável, mal remunerado e exaustivo.

Até o momento discutimos como a imprensa se desenvolveu no Brasil ao longo do século XIX, passando por um processo de modernização que se deu na década de 1880 até a sua transformação em Grande Imprensa no início do século XX. Tal transformação se deu em consonância com o próprio processo de modernização por qual passavam os meios de comunicação. E isso se deu também em um momento em que novos projetos de modernização emergiam na capital do país. Portanto, as mudanças que ocorriam na capital,

²⁴⁹EL FAR, Alessandra. Op. Cit., p. 66.

²⁵⁰Idem, p. 66-67.

²⁵¹Ibidem, p. 36.

²⁵²BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, Poder e Público. Os diários do Rio de Janeiro – 1880-1920*, 1996. p.92.

principalmente através das reformas urbanas (1903-1906), foram um assunto constante na imprensa brasileira.

2.4 – A Grande Reforma Urbana nos jornais brasileiros

Os assuntos concernentes às reformas na capital estampavam diariamente as páginas dos jornais. No Rio de Janeiro, os jornais mais populares no início do século XX eram os conservadores *O Paiz*, a *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Commercio*, e os populares *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*. Localizados na capital, esses jornais, cada qual com suas peculiaridades, publicavam diariamente os mais diversos assuntos relacionados à modernização da cidade, seja em forma de elogios, incentivos, ou até críticas. A modernização da capital acontecia num momento em que a própria imprensa se reinventava, buscando novos leitores e se estabelecendo como grande empresa.

Alguns jornais, como o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*, direcionados a um público menos elitista, não poupavam críticas às reformas, principalmente à reforma municipal, que segundo esses jornais, privilegiavam algumas áreas da cidade, enquanto os subúrbios seguiam abandonados²⁵³. O conservador *Jornal do Commercio*, mesmo voltado a um público mais restrito, também publicava críticas, indo na contramão da *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*, que incentivavam as reformas, descritas por eles como “melhoramentos”.

Em 02 de abril de 1905, o *Jornal do Brasil*, fundado em 1891 e detentor do melhor mercado gráfico da época²⁵⁴, deu início à publicação de uma série de artigos denunciando, segundo as palavras de seus redatores, o “ultrajante estado de abandono” em que se encontram, pelo descuido da administração municipal, os “outrora” fartos e salubres arrabaldes suburbanos²⁵⁵. Os bairros suburbanos não usufruíram de embelezamento, nem de infraestrutura nem de outros benefícios dispensados à área Central ou à crescente Zona Sul. Além das críticas ao abandono dessa região, descrita por Lima Barreto como “o refúgio dos

²⁵³FREIRE, Américo. *Uma capital para a República. Poder Federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*, 2000. p. 145.

²⁵⁴SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit., p. 325.

²⁵⁵BRENNNA, Giovanna Rosso del. *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*, 1985. p. 332.

infelizes”²⁵⁶, o *Jornal do Brasil* chamou atenção para o número de famílias desabrigadas com a reformas e criticou o descaso da administração com as condições materiais das classes subalternas, apontando “a carestia de gêneros de primeira necessidade, a falta de moradias decentes, as doenças endêmicas, as violências da polícia, etc.”²⁵⁷ A série *Vida e Miséria* foi outra campanha lançada pelo *Jornal do Brasil* para denunciar as mazelas das classes subalternas. O primeiro artigo da série foi publicado em 09 de junho de 1905, onde o jornal deixa claro o público para o qual se destinavam as publicações: o operariado e a classe média. Antes mesmo dessas séries, o *Jornal do Brasil* já publicava críticas ao descaso do poder público com os menos abastados. Entretanto, isso não significava que o jornal publicasse somente críticas às reformas. Por vezes o *Jornal do Brasil* publicava artigos elogiando a renovação da capital, incorporando o discurso a favor do progresso. Mas isso não impedia que também questionasse os impactos sociais sobre a cidade.

O caráter popular do *Jornal do Brasil* ascendeu no final do século XIX, quando reabriu em 1894 após um período de empastelamento por conta de seu posicionamento crítico ao então presidente Floriano Peixoto. O jornal, que nascera como um projeto monarquista de resistência aos ideais republicanos, não sobreviveria sem um posicionamento no mínimo moderado, num regime novo e que não abria espaço à oposição. O jornal diminui o tom monarquista ao passar para as mãos do líder republicano Rui Barbosa, que passa a ser editor-chefe em maio de 1893. No entanto, com os embates entre Rui Barbosa e o então presidente Floriano Peixoto (1891-1894), o jornal endossou a oposição a seu governo. Com a eclosão da Revolta da Armada em setembro de 1893, Rui Barbosa, considerado por Floriano Peixoto um dos mentores intelectuais do conflito, precisou se exilar no Chile, e o *Jornal do Brasil* fechou suas portas, reabrindo em 15 de novembro de 1894 (data da posse da presidência de Prudente de Moraes) com numeração reiniciada e considerando esta a data de seu aniversário²⁵⁸. A nova direção iniciou uma nova fase e passou a publicar matérias sobre o cotidiano carioca, incluindo a divulgação das mazelas e reivindicações das classes populares.

²⁵⁶O escritor Lima Barreto faz essa referência em sua obra *Clara dos Anjos*, escrita em 1922 (ano de seu falecimento), e publicada em 1948.

²⁵⁷*Jornal do Brasil*, *Vida e Miséria*, 16/06/1905. In: BRENNA, Giovanna Rosso del. Op.Cit., p.358. *Vida e Miséria* foi outra série de publicações lançadas pelo *Jornal do Brasil* para denunciar as mazelas das classes subalternas. O primeiro artigo da série foi publicado em 09 de junho de 1905.

²⁵⁸BRASIL, Bruno. *Jornal do Brasil*. Biblioteca Nacional, 2015.

O jornal, que ocupava um prédio de dois andares na rua Gonçalves Dias, iniciou em 1905, a construção de um edifício próprio na Avenida Central. Em *O Rio de Janeiro do meu tempo*, Luis Edmundo descreve o prestígio do *Jornal do Brasil*, apontando a riqueza de sua oficina e comparando o seu novo edifício a um “palácio encantado” de “múltiplos andares”²⁵⁹, do primeiro jornal a ter edifício próprio na época. Ao mesmo tempo em que o *Jornal do Brasil* se enquadrava nas mudanças ocorridas na capital, ocupando um imponente edifício na Avenida Central, também criticava o custo social dessa modernidade. Tal postura como porta-voz das classes menos abastadas da cidade, endossou sua popularidade, e lhe rendeu o apelido de *popularíssimo*²⁶⁰.

A *Revista da Semana*, que conforme foi mostrado no capítulo anterior, trabalhava em parceria com o *Jornal do Brasil*, publicou em sua edição de 24 de outubro de 1904, a cerimônia de lançamento da pedra fundamental do edifício que seria ocupado pela redação do jornal na Avenida Central. A publicação fez questão de demonstrar proximidade do *Jornal do Brasil* com as classes populares, apontando as seções, descritas pelo artigo como “verdadeiras válvulas para as aflições do povo, humilde e vilipendiado, nas quais se trata de protegê-lo, avisá-lo, servi-lo”²⁶¹. O popularíssimo estava à disposição do povo. Outro detalhe aponta para a publicação do título *O “Jornal do Brasil”* com artigo definido e entre aspas, o que provavelmente demonstra que a revista buscou fazer uma referência que colocava o jornal em uma posição privilegiada, de principal jornal do país.

²⁵⁹EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo*, 2003. p. 593 (A edição original foi publicada em 1938).

²⁶⁰Idem, p. 583.

²⁶¹Revista da Semana, N.232, ano V, 23 de outubro de 1904.

REVISTA DA SEMANA

Edição semanal ilustrada do JORNAL DO BRASIL

Anno V — N. 232

DOMINGO, 23 DE OUTUBRO

Numero: 300 réis



O lapçamepto da primeira pedra do edificio do JORNAL DO BRASIL na Avenida Central, «Croquis» de Bargino

O "JORNAL DO BRASIL"

Só quem já tenha feito parte de uma empreza jornalística ou vivido intimamente na imprensa, poderá saber o quanto custa firmar-se um jornal. Quando menos se espera, lá vem a descabida e logo após o desanimo, e assim vão porterra todo um contingente de esforços, todo um accumululo de trabalhos.

Para um jornal impor-se no conceito publico, principalmente se se apresenta sem ligação de especie alguma, sem estar unido a camarilhas politicas, sem ter o bafejo official, sem ser bandeira de partidos, querendo manter-se impolluto, defendendo causas sãs e justas, batendo-se por ellas, não olhando pretensões filhotescas, só com grande somma de actividade e de criterio poderá conseguil-o.

E muito podem a actividade e o criterio, secundados pela tenacidade e pelo talento. O *Jornal do Brasil* deve a sua

crescente prosperidade a estes quatro elementos; conhecendo-os, avaliando-os, tendo delles provas exuberantes e inconcussas, foi que o povo, este que está sempre prompto a applaudir e sustentar quem o serve desinteressadamente, quem o defende, estando a seu lado nos momentos acerbos e batendo-se pelo seu interesse, trouxe-lhe todo o apoio, fazendo-o eco de suas aspirações.

Estas palavras nos vieram á mente, agora que presenciámos o comparecimento do povo á cerimonia do lançamento da primeira pedra do novo edificio do *Jornal do Brasil*, que vae ser construido na Avenida Central.

Todas as camadas sociaes fizeram-se representar neste acto por demais tocante. Para todos nós, que trabalhamos debaixo do mesmo tecto, que procuramos seguir as pegadas luminosas dos directores desse orgão, um facto extraordinario na imprensa brasileira, para todos,

redactores e typographos, desenhistas e impressores, esse acontecimento foi motivo de immenso jubilo, calou-nos na alma, parecendo-nos que era tambem um pouco do nosso esforço, da nossa actividade, que estava sendo recompensado, cujo fructo tomaria proporções gigantescas, pelo futuro em fóra.

O *Jornal do Brasil* obedece a um programma vastissimo, firme e bem delineado, tendo secções que são verdadeiras valvulas para as afflicções do povo, humilde e villipendiado, nas quaes se trata de protegel-o, avisal-o, servil-o, tendo como recompensa o seu apoio franco e leal.

E, os que tão devotadamente, tão sinceramente servem o povo, trabalhando em favor das causas santas da humanidade, terão por certo as benções do grande Deus, do Deus de todas as crenças, do Deus do bem ou do mal, do Deus que existe ou que não existe, sob todos os nomes e todas as fórmãs.

João Rito.

O *Correio da Manhã*, fundado em 1901, já nasceu dentro do contexto empresarial do jornalismo da virada do século XIX para o XX. Em busca de popularidade, procurou atrair um público eclético, formado por todas as classes sociais. O jornal costumava apresentar a seus leitores textos de forte carga emocional, e valorizava o uso de fotos e ilustrações, demonstrando certa preocupação estética²⁶². Apesar do caráter oposicionista, o *Correio da Manhã* também publicava alguns elogios às ações modernizadoras na capital federal. Suas publicações demonstravam que o jornal apoiava algumas mudanças, considerando a modernização uma necessidade para a capital; mas o fazia com ressalvas, criticando reformas desnecessárias e o contraste social. Um exemplo foi o artigo publicado em 10 de agosto de 1904, *Avenida e Porto*, onde o jornalista e redator-chefe Gil Vidal (Leão Veloso Filho) criticava os gastos destinados à abertura da Avenida Central em detrimento das obras do porto, que segundo o jornalista, seria mais importante e deveria ser prioridade do governo:

Dos melhoramentos iniciados no governo Rodrigues Alves, nenhum se justifica como as obras do porto do Rio de Janeiro; são verdadeiramente úteis e, como, tais, instantaneamente reclamadas há longos anos

(...)

Da Avenida Central nunca se cogitou nos estudos dos melhoramentos do porto. Só depois de contraído o empréstimo é que surgiu a lembrança de incorporá-la naqueles melhoramentos, sob pretexto de que se fazia preciso alargar a comunicação entre o projetado cais e o centro da cidade; até que por fim a proclamaram indispensável ao saneamento da cidade.

Seja, porém, como for, a avenida é um acessório; o principal é o porto. No entanto, tem se transformado o acessório em principal; e o que é pior, vai ela consumindo, com vertiginosa rapidez, o produto do empréstimo destinado às obras do porto.²⁶³

O *Correio da Manhã* muitas vezes se mostrou crítico à importância dispensada à Avenida Central e às desapropriações que foram feitas para a sua abertura:

Que incluir a avenida central entre as obras do porto é um caso de violação da lei e do bom senso; assim como fazer as desapropriações para ela, conforme a lei que as regulou, é atentar contra direito de propriedade e a Constituição da República.²⁶⁴

²⁶²BRASIL, Bruno. *Correio da Manhã*. Biblioteca Nacional, 2020.

²⁶³Correio da Manhã, *Avenida e Porto*, 10/08/1904.

²⁶⁴Correio da Manhã, *O Guarda-Sol*, 23/09/1903.

A Avenida Central não foi o único alvo do jornal, que também se mostrava crítico ao contraste entre a modernização da cidade e o abandono de outros bairros, e o descaso com serviços essenciais à população:

Ressurgem as queixas contra a escassez de água em vários bairros e, assim, continua o contraste entre as grandes transformações por que está passando o Rio de Janeiro, os extraordinários embelezamentos de que está sendo dotada, e a falta da primeira condição de vida e saúde numa cidade populosa.²⁶⁵

Um jornal conservador que não demonstrou apoio às ações do governo foi o *Jornal do Commercio*. Fundado em 1827, o *Jornal do Commercio* era um dos jornais mais tradicionais e respeitados do país. Segundo Nelson Werneck Sodré, era um jornal “sisudo e conservador, lido pelos homens da classe, pelos políticos, pelos funcionários graduados”²⁶⁶. Era uma empresa sólida e de prestígio, localizada na Rua do Ouvidor. Anos depois, em 1908, ocuparia um imponente prédio de seis andares na Avenida Central em esquina com a rua do Ouvidor, um endereço privilegiado na cidade. O terreno fora reservado pelo prefeito Pereira Passos em sua gestão, indicando o prestígio que o jornal possuía²⁶⁷.

Mesmo com esta concessão por parte de Pereira Passos, o *Jornal do Commercio* não demonstrou apoio a sua gestão. Sua posição conservadora nem sempre o fazia um jornal governista em todas as situações. O jornal que demonstrava foco em assuntos relacionados ao comércio e à economia, não poupava elogios aos governantes que o subsidiavam, tendo sido inclusive denunciado pelo *Correio da Manhã* por sua intimidade com as instituições públicas²⁶⁸. No entanto, durante a gestão de Pereira Passos, o jornal publicou uma série de críticas às reformas, tendo em vista a defesa dos interesses de comerciantes que estavam se sentindo lesados pela perda de seus estabelecimentos com as demolições. Outro fator que pode ter motivado a postura do jornal foi a perda do posto de agente oficial das publicações da prefeitura para a *Gazeta de Notícias* em 1901²⁶⁹. Soma-se a isso um episódio, que de acordo com Marialva Carlos Barbosa teria proporcionado perda financeira ao *Jornal do*

²⁶⁵Correio da Manhã, *Sem água*, 11/08/1905. In: BRENNNA, Giovanna Rosso del. Op. Cit., p. 500.

²⁶⁶SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit., p. 324.

²⁶⁷BRASIL, Bruno. *Jornal do Commercio*. Biblioteca Nacional, 2015.

²⁶⁸MOREIRA, Paulo Renato Menezes. *O que se disse do que se fez: os jornais e a Grande Reforma Urbana. Rio de Janeiro 1903-1906*, 2016. p. 74.

²⁶⁹Idem, p. 75.

Commercio, que foi a escolha da prefeitura por outra firma fornecedora de diplomas para as escolas primárias da cidade²⁷⁰. As relações de poder refletem os interesses das partes envolvidas, e os fatores apontados acima teriam justificado o posicionamento do *Jornal do Commercio*, que manifestou sua insatisfação através de discursos que criticavam as reformas. Tendo em vista que o jornal era tradicionalmente governista e se orientava pelas vantagens que recebia de autoridades, seu discurso muito provavelmente teria sido diferente se seus privilégios tivessem sido mantidos.



Figura 25 – Prédio do Jornal do Commercio na Avenida Central, 1906 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)²⁷¹

Em contrapartida às críticas, outros jornais de grande circulação fizeram intensa campanha a favor das reformas. A *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* eram jornais conservadores, governistas e de prestígio na sociedade carioca desde os tempos do Império. Esses jornais foram os que mais elogiavam as reformas e os que mais contribuíram para a afirmação de

²⁷⁰BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, Poder e Público. Os diários do Rio de Janeiro – 1880-1920*, 1996. p. 246. Apud FREIRE, Américo. *Uma capital para a República. Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*, 2000. p. 227.

²⁷¹A data atribuída à fotografia foi o ano de 1906, mas segundo Bruno Brasil, a inauguração de tal prédio ocorreu em 1908. Ver BRASIL, Bruno. *Jornal do Commercio*. Biblioteca Nacional, 2015.

Pereira Passos como símbolo das mudanças projetadas na capital. Mesmo com a publicação de algumas críticas nos jornais mais populares como o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*, e no consagrado e tradicional *Jornal do Commercio*, em geral, a imprensa da capital teve um papel fundamental na legitimação das reformas.

A forma de apresentar as reformas evidenciam as diferenças de posturas entre os jornais de situação e os de oposição. Enquanto, por exemplo, o *Correio da Manhã* questionava a relevância dispensada à Avenida Central e o impacto social das desapropriações, *A Gazeta de Notícias* minimizava esses impactos:

Muito se disse e se escreveu contra a lei de desapropriações e contra a avenida central e obras do porto. Pensava-se que haveria inúmeras reclamações por parte dos proprietários e inquilinos. Felizmente, até hoje tem tudo corrido em paz e harmonia, parecendo que estão todos satisfeitos por verem garantidos os seus interesses.²⁷²

A Gazeta de Notícias foi um dos veículos de maior apoio à Grande Reforma Urbana. Segundo Nelson Werneck Sodré, tal jornal reunia os “melhores elementos das letras e do jornalismo brasileiro”²⁷³. Seu colunista mais conhecido, Olavo Bilac²⁷⁴, produziu uma série de discursos enaltecendo as mudanças que ocorriam no Rio de Janeiro. Apesar de apresentar um caráter conservador, a *Gazeta de Notícias* era um jornal barato e de fácil acesso, sendo vendido em vários pontos da cidade, nas ruas, nas esquinas, bondes, estações ferroviárias, etc²⁷⁵. Desde sua fundação em 1875, o jornal demonstrava preocupação com a imagem do Rio de Janeiro, e apontava os males e a necessidade de melhoramentos da cidade. No período da Grande Reforma Urbana o jornal publicou vários artigos enaltecendo a renovação urbana do Rio de Janeiro:

Aqui te venho trazer, querida cidade minha, uma braçada de rosas frescas, ainda úmidas da chuva que, durante os últimos dias de 1903, encharcou os teus jardins.

Todos os teus filhos devem dar-te agora parabéns pela animação, pela saúde, pelo brilho desusado com que entraste um novo ano de vida: a Sorte, de ordinário

²⁷²Gazeta de Notícias, 24 horas, 06/09/1904.

²⁷³SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit., p. 303.

²⁷⁴Conhecido como príncipe-poeta, Olavo Bilac teve seu prestígio assegurado ao ser escolhido como o substituto de Machado de Assis como cronista da *Gazeta de Notícias*. ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Imprensa a serviço do progresso*, 2011. p. 95.

²⁷⁵VIDIPÓ, George. *A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro e os momentos decisivos (1888-1889)*, 2016. p. 2.

tão dura e cruel, abrandou desta vez o teu rigor, e deu-te um ano de renascimento, de trabalho e de progresso... Foram doze meses cheios, tiveste novos jardins, novos calçamentos, mais vassouradas nas ruas, mais desinfecções nas casas; e o ano que começa vai dar-te coisas ainda mais belas e preciosas, porque vai dar-te o início das obras do teu grande cais e da tua grande avenida. Não te podes queixar de 1903, e com certeza não te poderia queixar de 1904. (...)

O que é preciso, amada cidade, é que confies em quem te quer salvar, e desconfie dos amigos ursos (...). Esses advogados do diabo não deixarão de te soprar ao ouvido que os trabalhos de saneamento são um atentado à tua autonomia e à tua dignidade... Deixa-os falar, e tapa os ouvidos: autonomia e dignidade não são sujeira, nem relaxamento, nem desídia! Só um problema, um só, tem que ser resolvido para tua glória e prosperidade: o de teu saneamento. Pouco importa que sofra um pouco o teu comércio, que sofra um pouco a tua indústria, e que cada um de teus filhos, ricos ou pobres, tenha também um pouco de sofrimento passageiro: no dia em que não tiveres peste nem febre amarela, tendo ao contrário, ar puro, ruas largas, belas construções, porto decente, nesse dia, a tua riqueza será tão grande, que pagará com juros tresdobrados os sacrifícios feitos! (...)²⁷⁶

Analisando a publicação acima, podemos conhecer um pouco sobre a postura da *Gazeta de Notícias* quanto aos melhoramentos da capital. Refletindo a mentalidade elitista dos representantes do poder público, percebe-se uma preocupação com os aspectos estéticos e civilizatórios e com o progresso material. Outro ponto é o apelo para o discurso de carga emocional. Tal característica pode ser vista em vários pontos, desde o início do discurso, quando o jornalista diz que traria uma “braçada de rosas frescas” que encharcariam os jardins da cidade. Outro ponto foi o uso da expressão idiomática “amigo urso” e “advogados do diabo”, em referência àqueles que estavam criticando os melhoramentos, o que incluiria os jornais de oposição. O jornalista recorre à ênfase, ao apontar o saneamento como o elemento fundamental e único para a “glória e prosperidade” da cidade (*Só um problema, um só, tem que ser resolvido para tua glória e prosperidade: o de teu saneamento*). Ao contrário do que ocorria nos jornais de oposição, o discurso minimiza o impacto social dos melhoramentos, descrevendo-os como algo passageiro e que atingiria todas as classes. Segundo a publicação, todo sofrimento seria compensado pela renovação, que beneficiaria a todos.

Fundado em 1884, *O Paiz* foi um jornal “conservador e de grande expressão, considerado o mais robusto órgão *governista* da República Velha e que assumiu uma posição *governista*”²⁷⁷. Forte defensor dos ideais republicanos, *O Paiz* foi um dos maiores formadores de opinião na política e na sociedade brasileira entre o final do século XIX e o início do XX

²⁷⁶Gazeta de Notícias, *A cidade*, 03/01/1904.

²⁷⁷BRASIL, Bruno. *O Paiz*. Biblioteca Nacional, 2015.

e se orgulhava de ser o jornal de maior tiragem e com maior circulação na América do Sul na época, e fazia questão de estampar na capa de suas edições esta informação, buscando legitimar assim o seu prestígio. O jornal se consolidou como uma das maiores influências na política nacional, firmando-se como um dos periódicos mais vendidos na capital. Tal mudança materializou-se também em seu formato, que fora ampliado de quatro para seis páginas, sempre em formato standard e com alto número de vendas²⁷⁸.



Figura 26 – Avenida Central, edifício d’ O Paiz, 1906 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)

²⁷⁸BRASIL, Bruno. Op. Cit.

Neste jornal, também eram publicadas intensas campanhas a favor dos melhoramentos da capital. Como foi apontado no capítulo anterior, *O Paiz* reproduziu em 23 de janeiro de 1905, o artigo *Fecunda Administração*, originalmente publicado pela revista *Commentario* no mesmo mês. O artigo, que elogiava e listava os feitos do prefeito Pereira Passos mostra o apoio desses veículos à gestão do prefeito, refletindo ideais semelhantes.

Em 03 de fevereiro de 1905, o jornal fez uma publicação a respeito de uma homenagem feita a Pereira Passos na inauguração de um trecho na rua Marechal Floriano.

Um grande coreto marcava o começo do novo trecho da rua e nele um escudo verde e amarelo ostentava essa justa homenagem ao homem extraordinário que, sem vacilações nem fraquezas, tem realizado, em grande parte, a transformação desta cidade. (...)

Tratava-se, pois, de uma dupla festa: a da entrega oficial do trecho da nova rua ao trânsito público e a homenagem prestada pelos negociantes do largo de Santa Rita, gratos ao S. Ex. Pelos benefícios que com esse notável melhoramento lhes acaba de prestar, associando-se a esse merecido preito os operários, cerca de duzentos, que trabalharam nas demolições.

Não pode haver festa mais justa do que essa, que é, devemos dizê-lo, apenas um reflexo das que toda a população deveria fazer ao administrador eminente, cuja energia, cujo talento, cuja têmpera inflexível, tem feito do velho covil que era antigamente o Rio de Janeiro uma bela cidade, rasgada para o mar e para a luz em avenidas, em belas praças, de aprazíveis jardins, que darão a quem de aqui se tiver afastado há cinco anos e regressar agora, a impressão de que se acha numa outra terra, *em país estrangeiro, tantas e tão radicais têm sido as transformações realizadas.* (...) ²⁷⁹

A notícia publicada acima descreve uma homenagem prestada a Pereira Passos na inauguração de um trecho reformado na rua Marechal Floriano, no centro do Rio. Além de enaltecer o prefeito como um *homem extraordinário* que realizou grande parte das transformações da cidade *sem vacilações*, a publicação incentiva a população a reconhecer e prestar homenagens a ele, assim como foi feito pelos homens de negócios do largo de Santa Rita.

Pereira Passos recebeu muitas homenagens ao longo de sua gestão, e parte da imprensa fez questão de registrar esses momentos. A cidade também assistiu a diversas inaugurações de trechos de ruas e avenidas, e lançamentos de pedras fundamentais de edifícios como o Theatro Municipal e a Caixa de Amortização, ambos localizados na

²⁷⁹O Paiz. *A rua Marechal Floriano. Manifestação ao dr. Passos*, 08/02/1905. (grifos nossos)

Avenida Central. As homenagens e cerimônias de inaugurações eram uma oportunidade para esses jornais enaltecereem a renovação da cidade e seus agentes responsáveis. O poder desses agentes se fazia representar não apenas por meio das mudanças físicas mas também por meio desses rituais²⁸⁰, e a imprensa se empenhava em legitimar esse poder através da autoridade seus discursos.

A matéria do jornal *O Paiz* mostra que a homenagem a Pereira Passos foi marcada com símbolos como um coreto e um escudo verde e amarelo. A proposta de um coreto é servir como um espaço de atração para que a população possa contemplar apresentações políticas e culturais. Visto como um espaço “democrático” na sociedade, o próprio Pereira Passos teria investido em coretos no centro da cidade a fim de atrair a população de toda a cidade, incluindo o subúrbio, para que pudesse contemplar essas apresentações²⁸¹. O coreto se mostra então como um espaço de apelo popular, que buscava “ganhar” setores que ficavam afastados daquela região beneficiada pelas reformas urbanas. Quanto ao escudo verde e amarelo, sua utilização durante a homenagem representa a associação que se fazia entre o prefeito e a Pátria. Por ser considerado o maior agente transformador da capital, Pereira Passos estaria prestando um serviço à nação, esta representada pelo Rio de Janeiro.

Os avanços nos meios de transporte e de comunicação estreitaram as distâncias do vasto território brasileiro, e as notícias sobre os melhoramentos ultrapassaram as fronteiras da capital e se espalharam pelo país. Através dos jornais locais, os estados brasileiros foram contagiados por essas notícias, e se sentiram representados pelas transformações da capital, cujos discursos oficiais e da imprensa costumavam descrever como o progresso do Brasil. A circulação das notícias era intensa. Jornais de outros estados reproduziam notícias dos jornais cariocas como também produziam seus próprios discursos sobre os “melhoramentos”, vistos como um benefício para todo o país e que deveriam servir de inspiração às gestões de seus estados.

As notícias da capital ocupavam quase sempre as primeiras páginas dos jornais desses estados. Nas sessões chamadas de telegramas, onde os jornais recebiam ou reproduziam mensagens telegrafadas de outras localidades, o Rio de Janeiro tinha grande destaque. Alguns

²⁸⁰KNAUSS, Paulo. *O homem brasileira possível – Monumento da Juventude Brasileira*. In: KNAUSS, Paulo. *Cidade Vaidosa. Imagens urbanas do Rio de Janeiro*, 1999. p. 41.

²⁸¹AZEVEDO, André Nunes. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*, 2016. p. 259.

jornais possuíam colunas exclusivas sobre a cidade, chamadas *Cartas do Rio*, como *O Estado de São Paulo*, *A Notícia*, do Paraná; o *Gutenberg*, de Alagoas. Além das publicações sobre as reformas nos jornais locais, os leitores de outros estados podiam acompanhar os noticiários através dos principais jornais da capital, pois estes disponibilizavam assinaturas para todo o país.

Alguns jornais de outros estados também reproduziam as notícias dos jornais da capital, como por exemplo, os jornais *O Commercio de São Paulo* (com a coluna *Imprensa do Rio*) e *O Estado de São Paulo* (com a coluna *Jornais do Rio*). Nessas colunas eram selecionadas pelo menos uma notícia de cada um dos principais periódicos cariocas, tanto os mais elitistas como *A Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Comércio* e *O Paiz*; quanto os mais populares como o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*.

A imagem abaixo do jornal *O Estado de São Paulo*, é um exemplo do destaque do Rio de Janeiro nos jornais de outros estados do Brasil. Há apenas um telegrama da cidade de Santos e de nenhuma outra cidade brasileira além do Rio de Janeiro. Na parte inferior se encontra à direita, a coluna “Jornais do Rio”, com notas de jornais cariocas. O destaque da primeira página do jornal é o artigo “Viagem ao Prata”, que acaba por fazer comparações entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro. O artigo mostra que a Avenida Central além de sua representação enquanto moderna avenida, também destacava a beleza natural do Rio de Janeiro em suas extremidades. E que mesmo após o fim da gestão de Rodrigues Alves e Pereira Passos (encerradas em 1906), o legado da Grande Reforma Urbana continuaria a ser motivo de orgulho nacional. Ao comparar Buenos Aires e Rio de Janeiro, compara-se Argentina e Brasil, cada nação representada por sua capital, o que afirma a posição da cidade como representante do país, e a necessidade de se afirmar frente a capital argentina, sua concorrente sul-americana na atração de investimentos estrangeiros.

Na primeira capa de um dos mais importantes jornais de São Paulo, a cidade mais rica do país e que tinha endossado seu poder com a política dos governadores no final do século XIX, o Rio de Janeiro ocupa praticamente todo o espaço.

Cabe ainda comentar sobre a seção diária “Jornais do Rio”, encontrada nas edições de 1900 e em toda a amostragem posteriormente analisada. Tratava-se de um espaço dedicado a comentar ou reproduzir assuntos ou trechos de matérias publicadas pelos principais jornais do Rio de Janeiro. Em 1900, os jornais citados nessa seção eram o *Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *Jornal do Brasil* e *A Imprensa*; e a partir de 1905, este último não era mais mencionado, sendo substituído pelo *Correio da Manhã*, que havia sido fundado quatro anos antes.²⁸²

Mesmo em anúncios comerciais o Rio de Janeiro obtinha destaque, como no jornal *O Pharol*²⁸³, de Juiz de Fora, cujo número de anúncios de produtos e serviços do Rio de Janeiro era praticamente o mesmo de sua própria cidade. A proximidade de Juiz de Fora com o Rio de Janeiro justificaria a postura do jornal, que teria sido fundado em 1866 na cidade de Paraíba do Sul, no estado do Rio de Janeiro, e cerca de quatro anos depois, fora transferido para Juiz de Fora²⁸⁴, onde permaneceu até o encerramento de suas atividades em 1939²⁸⁵. Albino Esteves, redator do jornal *O Pharol*, descreveu a proximidade entre Juiz de Fora e o Rio de Janeiro, como um fator que trazia ares cosmopolitas à cidade mineira desde os tempos do Império:

Uma cidade de Juiz de Fora, que era próxima à antiga “Côrte”, em oposição ao “sertão afora”, aonde ficava a velha capital Vila Rica, e que no início do século XX, se mostrava febril e “máscula” simbolizava, segundo Albino Esteves, o desejo daqueles que se aglomeram no centro urbano e se deleitam com a ideia do futuro promissor. Novidades não faltam, o jornal está repleto de anúncios que vendem roupas, remédios e máquinas. Muitas desses “reclames” são do comércio do Rio de Janeiro, especialmente as lojas da rua do Ouvidor, o que denota a forte

²⁸²FONSECA, Leticia Pedruzzi. *A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX*, 2008. p. 185.

²⁸³O jornal *O Pharol* foi o principal representante da imprensa informativa e consistente em Minas Gerais no final do século XIX e no início do século XX. Tendo em vista que a construção de Belo Horizonte só se deu em 1897, as principais cidades mineiras no século XIX eram Ouro Preto (que se chamava Vila Rica até ser rebatizada para Ouro Preto em 1823, e era principal cidade mineira até a mudança da capital para Belo Horizonte) e Juiz de Fora, cuja proximidade com o Rio de Janeiro teria “contagiado” os anseios de progresso e favorecido o dinamismo cultural da cidade.

²⁸⁴JUNIOR, James William Goodwin. *A Luz do progresso em Juiz de Fora: o jornal Pharol nas décadas de 1870-1880, 1997*. p. 195-218.

²⁸⁵MUSSE, Christina Ferraz. *A imprensa e a memória do lugar: Juiz de Fora (1870/1940)*, 2007. p. 3-4.

conexão entre os dois centros urbanos, sintetizada na expressão “carioca do brejo”.²⁸⁶

Ainda que Belo Horizonte tenha crescido rapidamente desde sua construção, em 1897, e recebido um grande número de pessoas oriundas de Ouro Preto (que experimentaria um considerável esvaziamento no final do século XIX), a imprensa da capital mineira ainda estava se consolidando, enquanto a imprensa de Juiz de Fora se encontrava alguns passos à frente. Além disso, além da própria posição geográfica em que a cidade se encontrava, próxima à capital, Juiz de Fora também era conhecida pelo seu dinamismo cultural (escolas, teatro, etc.). Segundo Christina Ferraz Musse, em Juiz de Fora, os jornais tiveram “expressivo papel para a consolidação do modelo capitalista, inserido no ideário republicano”²⁸⁷. De acordo com as palavras da autora, os jornais enquanto espaço de informação e opinião, “reuniriam, no período, o melhor da intelectualidade da cidade, sendo os principais responsáveis pela configuração social de progresso e refinamento cultural, que renderam a Juiz de Fora o título de Manchester Mineira”²⁸⁸.

A figura 4 demonstra como era elevado o número de anúncios de produtos e serviços oferecidos no Rio de Janeiro, no jornal *O Pharol*, mostrando a proximidade entre as cidades e a relevância dada à capital.

²⁸⁶MUSSE, Christina Ferraz. Op. Cit., p. 4. Albino Esteves foi um crítico literário, teatrólogo, poeta e membro da Academia Mineira de Letras. Trabalhou como redator do jornal *O Pharol* e foi autor de produções sobre Juiz de Fora, como *O álbum do município de Juiz de Fora*, publicado em 1915 pela Imprensa Oficial do Estado de Minas; e *O Theatro em Juiz de Fora*, publicado em *O Pharol*, em 1910.

²⁸⁷Idem, p.1.

²⁸⁸Ibidem, p.1.

Um exemplo é o artigo publicado pelo jornal piauiense *O Monitor* em 07/01/1909, na qual o jornalista ao apresentar o novo intendente de Teresina, capital do Piauí, demonstra o desejo de uma administração tão eficiente quanto teria sido a de Pereira Passos no Rio de Janeiro.

Assume hoje o exercício do importante cargo de intendente desta capital o distinto cidadão Emilio Burlamaqui (...). Verdadeiro júbilo da população acolhe este acontecimento promissor de uma *era de prosperidade*. (...). Calçamento, iluminação, esgotos, avenidas arborizadas, arrampamento do porto, ajardinamento de praças, saneamento dos terrenos devolutos e a fiel execução de muitas outras medidas urbanas já introduzidas até nas cidades de segunda ordem dos grandes Estados da União (...).

Entretanto, a par disto que aí fica lembrado num largo esboço, vemos que nas fontes de receita nos fornecem apenas uma centena de contos de reis, o que significa uma migalha para prover a tantas necessidades.

O pleno conhecimento dessas lacunas e imperfeições, a solicitude, a honestidade e o *patriotismo* do novo intendente são, apesar dos enormes embaraços financeiros com que vai lutar, a salvaguarda dos interesses que em boa hora lhe foram confiados.

Ninguém sofreu maiores invectivas que Pereira Passos quando iniciou a remodelação do Rio de Janeiro. Ele teve, no entanto, uma verdadeira apoteose ao entregar a prefeitura em mãos do seu sucessor. Oxalá no fim da melindrosa jornada, hoje empreendida pelo nosso eminente patricio, chovam sobre a sua cabeça as bençãos do povo teresinense.²⁸⁹

A publicação do jornal piauiense indica um olhar que via na gestão de Pereira Passos um legado que serviria de exemplo para as administrações de outros municípios. Isso reforça a posição do Rio de Janeiro como um modelo de cidade. Observa-se os anseios para a nova administração: calçamento, iluminação, ajardinamento de praças, entre outros feitos, que embelezariam a cidade, assim como também a preocupação com o saneamento. Embelezamento e saneamento foram uma das metas da Grande Reforma Urbana. Segundo a publicação, Teresina recebeu seu novo prefeito com a esperança de seguir esse fluxo, iniciado pelo Rio de Janeiro e já introduzido em alguns estados. O artigo mostra a empolgação com o novo momento do país; além de depositar no novo administrador da cidade as suas expectativas, quando diz “*verdadeiro júbilo da população acolhe este acontecimento promissor de uma era de prosperidade*”. Outra passagem mostra a problemática da desigualdade entre os estados em relação aos recursos disponibilizados. Apesar dos desejos

²⁸⁹O Monitor, *O Novo Intendente*, 07/01/1909 (*grifos nossos*).

de renovação, Teresina contava com uma verba reduzida para a realização de tais melhoramentos, mostrando que, por mais que os estados se inspirassem na capital, nem todos teriam investimentos suficientes para implementarem uma remodelação como a do Rio de Janeiro.

Os jornais também estavam atentos à forma como os prefeitos de suas cidades, conduziam os “melhoramentos”, criticando certas prioridades e mostrando que nem sempre demolir era sinal de competência e compromisso. O jornal pernambucano *A Província*, publicou em 1905, o artigo *Os planos do Prefeito*, denunciando que o então prefeito de Recife teria utilizado verbas em demolições desnecessárias, se preocupando mais em se comparar com a campanha positiva de Pereira Passos no Rio de Janeiro do que com os problemas de Recife:

Os males dos serviços do Sr. Martins de Barros produzem desde já os seus efeitos. As circunstâncias obrigavam a um regime de medidas econômicas, o corte de todos os dispêndios, de modo a corrigir os erros ou as vergonhas de seus antecessores. Esse criterioso sistema de governo não chama a atenção pública e o senhor Martins de Barros deseja pôr em evidências o seu mérito de reformador de cidades.

(...)

Os louros do doutor Pereira Passos no Distrito Federal tirava o sono do senhor Martins de Barros e s.s. em vez de esforçar-se para limpar o Recife, em vez de fazer o calçamento de muitas ruas de pó sufocante no verão e de lamaçais nojentos na época a das chuvas, s. s. preferiu demolir dois sobrados na rua da Imperatriz, um na rua do Hospício, preferiu o acréscimo da largura da rua do Cabugá.

Admita-se a hipótese de que as demolições melhorem uma insignificante parte de Recife; admita-se a duvidosa utilidade pública desses trabalhos: o sr Martins de Barros não nos dará as razões de sua escolha, preferindo um luxo adiável a muitos serviços de urgência.²⁹⁰

Um dos grandes problemas na virada do século XIX para o XX, pauta de muitas discussões na época, foi a questão da habitação, cujas condições eram associadas à disseminação de doenças. As habitações coletivas eram vistas como um empecilho aos avanços do país, por serem consideradas um espaço de ócio, perigo, promiscuidade e principalmente, foco de epidemias. Eram, portanto, duramente criticadas pelo poder público, não pela preocupação com seus habitantes, mas pelo prejuízo com a imagem da capital, vista

²⁹⁰A província, *Os planos do Prefeito*. 03/03/1905.

como uma cidade insalubre. Pereira Passos edificou algumas vilas operárias como uma alternativa para a crise habitacional, mas a dimensão do problema era muito maior e não se resolveria com tais construções. Porém, tal alternativa teria sido vista com bons olhos pelo *Jornal de Recife*, que também sofria com a problemática dos cortiços e da insalubridade há muitos anos. Gilberto Freyre inclusive atenta para a possibilidade de o cortiço ter se originado no Brasil a partir da capital pernambucana no século XVII. O “Recife holandês”, enquanto primeiro ponto colonial a amadurecer em cidade moderna no Brasil, teria sido precursor na verticalização da arquitetura e na compressão da população em suas habitações²⁹¹.

Já uma vez, em ligeiras considerações, fizemos notar a necessidade de serem acabados esses *cortiços* que na cidade pululam e nos quais se aglomeram os desprotegidos da fortuna, sem ar e sem luz, em suma em desacordo as mais rudimentares imposições de higiene. O problema é tanto urgente quanto, dadas as condições de péssima salubridade desta capital, é indispensável eliminar uma causa permanente de moléstias a grassarem com intensidade, aumentando numa progressão crescente e coeficiente da mortalidade entre nós. (...) O que não pode continuar é a existência de tão imundas habitações, onde quase sempre aglomeram-se, homens, mulheres e crianças numa revoltante promiscuidade. (...) Na Capital Federal o dr. Pereira Passos cogita da edificação de casas para operários, o que de certo é uma boa medida, capaz de resolver ali o problema. Entre nós se a Municipalidade e mesmo o Estado, não dispõem de meios para levar a efeito tão útil quanto grandioso melhoramento, não é menos verdade que feitas certas concessões, estimular-se-á a iniciativa particular habilitando-a a enfrentar o problema, dando-lhe uma solução em benefício dos pobres condenados a morarem em imundas pocilgas.

Esses cortiços não podem continuar a existir, devendo quanto antes estudar se o meio de fazê-los desaparecer.²⁹²

Mais uma vez observamos que, embora o Rio de Janeiro representasse uma cidade modelo para outros estados, estes tinham a limitação de recursos para realizar seus melhoramentos, enquanto a capital, vitrine do país, havia sido agraciada com maiores investimentos do governo federal.

Assim como a imprensa carioca utilizou o discurso do progresso e legitimou as ações do poder público como algo necessário à sociedade, justificando ações como as desapropriações e a vacina obrigatória, isso também se deu em outras cidades, a exemplo do artigo do *Jornal do Recife*, que criticava os cortiços utilizando o mesmo discurso dos jornais

²⁹¹FREYRE, GILBERTO. Op. Cit., p. 299.

²⁹²Jornal do Recife, *Notas e impressões*, 10/06/1905. (*Grifos nossos*)

da capital, de busca pela salubridade e preocupação com a população, quando na verdade não se sabe com o que eles realmente estavam preocupados.

O discurso que fazia do Rio de Janeiro um exemplo, foi usado não só para deixar o leitor a par dos acontecimentos, mas também como incentivo a mudanças, em “nome da nação”, de um Brasil integrado. Como mostra o artigo do jornal paranaense *A Notícia*, depois da remodelação da capital, outros municípios buscaram iniciar melhoramentos, cada qual com seus recursos. O artigo demonstra expectativa com os melhoramentos pelos quais passaria a cidade de Antonina, inspirada na capital:

É possível que o exemplo haja partido desse singular septuagenário, dr. Pereira Passos, prefeito da capital da União. O caso é que depois da arrojada iniciativa da remodelação completa da capital federal, as municipalidades deitaram mãos a obra e cada qual, de acordo com os respectivos recursos, iniciou uma série de melhoramentos. (...) A edilidade antoniense também não se deixou ficar de braços cruzados: os leitores já sabem que a graciosa cidade marinha vai passar por grandes reformas, graças ao espírito empreendedor do ilustre prefeito, sr: coronel Theophilo Soares Gomes.(...) Novos mercados, calçamento de diversas ruas, ajardinamento de praças, iluminação elétrica, etc. São os importantes melhoramentos que breve Antonina possuirá e que darão a essa cidade um aspecto de uma city, pequena mas muito progressista e gentil. (...) O empreendimento das reformas que acabamos de referir, não pode deixar de nos encher de satisfação e bom seria que as outras municipalidades seguissem esse belo exemplo cooperando intensamente pela prosperidade de todo o Estado.²⁹³

2.5 – Os representantes da remodelação da capital

A imprensa contribuiu para o reconhecimento a nível nacional daqueles que atuaram direta ou indiretamente na Grande Reforma Urbana. Retratados como verdadeiros heróis nacionais, os jornais não cansavam de mostrar aspectos positivos desses agentes, elogiando sua dedicação ao trabalho e descrevendo suas posturas como um favor à pátria:

Não há neste momento um só habitante do Rio de Janeiro, com um pouco de vibração intelectual, que não sinta ao redor de si o que quer que seja de estranho, o que quer que seja de novo, o que quer que seja de desconhecido para os nossos hábitos, para os nossos modos, para os nossos costumes. Já chega a faltar vocabulário para exprimir admiração e surpresa. A velha senzala, o feio labirinto de ruas tortas e de becos sujos, temida pela fama que as epidemias lhe

²⁹³A Notícia, *Notas do Dia*, 01/07/1906. Antonina é uma cidade litorânea do estado do Paraná, na região Sul do Brasil.

propagavam, desprezada pela imigração inteligente e pelos excursionistas dinheirosos, transformou-se rapidamente, e atrai a atenção do mundo inteiro. (...)

Começamos vida nova. O Brasil aparece, enfim. Nós mesmos não sabíamos senão da existência individual de cada um de nós, cada um preocupados com seus negócios pessoais. (...)

A República deu-nos a consciência da liberdade, e peso da responsabilidade, e abriu-nos o grande livro do mundo, que o Império selava respondendo pela sua sabedoria pelo seu conteúdo.

(...)

Rio Branco é uma notabilidade sul-americana. A sua educação diplomática, a sua erudição histórica, o seu talento observador e fino tato de que dispõe para conhecer os interesses próximos ou remotos em volta de um caso internacional deram-lhe meios extraordinários de servir o Brasil como ninguém melhor o serviria. (...)

Lauro Müller surpreendeu os que melhor o conheciam. (...) No ministério assumiu a função de administrador, e administrou, realmente. As obras do Porto desta capital e Rio Grande, Bahia, Pernambuco, Pará; a avenida Central, o Palácio da Exposição, atestam o seu imenso valor (...)

Francisco Pereira Passos não surpreendeu ninguém. Todos lhe conheciam as qualidades de administrador, e esperavam todos que ele administrasse bem o Município. Sem surpreender, porém, foi além da mais avisada expectativa

A sua obra de transformador da Cidade, essa obra colossal empreendida em 1903, e operada, dia a dia, incessantemente, inabalavelmente, infatigavelmente. (...)

O Dr. Rodrigues Alves deve sentir-se feliz.

Nenhum de seus antecessores teve a fortuna de organizar um governo com os elementos que S. Exa. soube escolher. O Dr. Rodrigues Alves deu da República notícias novas ao povo brasileiro (...).²⁹⁴

O relato acima é uma reprodução no jornal catarinense *O Dia*, de uma matéria publicada na revista carioca *O Commentario* sobre a boa reputação do Rio de Janeiro por sediar o Terceiro Congresso Pan-Americano, em 1906. Segundo tal matéria, a capital teria dado um grande passo e se inserido de vez no “mundo civilizado”, recebendo estadistas e diplomatas de todas as nações da América, sendo o Congresso acompanhado inclusive por europeus. O artigo comemora a boa imagem que a capital teria alcançado após sua remodelação, e cita alguns dos responsáveis por esse feito: o Ministro das Relações Exteriores, Barão de Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos Júnior); o Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Müller; o prefeito Pereira Passos e o presidente Rodrigues Alves.

²⁹⁴O Dia, *Notas do Dia*, 17/08/1906. Reprodução pelo jornal O Dia, de Santa Catarina, de matéria publicada na revista carioca *O Commentario*.

Os agentes das reformas seriam o espelho dos ideais republicanos do início do século XX. A publicação não economiza elogios ao dizer que a mudança de regime teria sido responsável por mudanças não somente em termos materiais mas também na mentalidade, despertando um sentimento de brasilidade nos indivíduos (*Nós mesmos não sabíamos senão da existência individual de cada um de nós, cada um preocupados com seus negócios pessoais. (...) A República deu-nos a consciência da liberdade, e peso da responsabilidade, e abriu-nos o grande livro do mundo*). Tais ênfases teriam a intencionalidade de legitimar a República como a melhor forma de governo possível e a única que alçaria o Brasil no mundo civilizado. E para legitimar um sistema político havia também de produzir seus heróis. A imprensa teria um papel fundamental nessa produção, pois além do alcance possibilitado pela difusão da publicação, tão importante quanto os feitos do “herói” era a forma como ele era retratado.

Os jornais e discursos oficiais, dentro de seu poder ordenador aos moldes da elite, procuraram construir uma representação ideal do seu meio. Atuando como produtora de bens simbólicos, muitas vezes a Imprensa apresentou os agentes da Grande Reforma Urbana como os “salvadores da pátria”, responsáveis pela mudança positiva e radical de uma capital que era sinônimo de epidemias, de sujeira, de atraso colonial. Enfatizar os aspectos negativos do passado da cidade ao mesmo tempo em que se enaltecia os feitos desses agentes, colaborava para o seu reconhecimento. A população se sentiria representada e esperançosa, acreditando que, graças ao bom trabalho desses homens na capital, em breve desfrutariam de um lugar melhor para se viver também em suas cidades, pois as transformações urbanas do Rio de Janeiro contagiariam todo o país.

Apesar de estarem vivendo no Rio de Janeiro, trabalhando a serviço da capital, a maioria dos políticos que integravam o governo na época da Reforma Urbana não era carioca. Nem mesmo Pereira Passos havia nascido na capital, mas em Piraí, no interior do Estado do Rio de Janeiro. O Ministro do Interior e Negócios Interiores J.J Seabra e o Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas Lauro Müller foram exemplos de forte representatividade em suas terras natais, Bahia e Santa Catarina, respectivamente.

Os jornais catarinenses (principalmente o jornal *O Dia*, porta-voz do governo republicano catarinense²⁹⁵) faziam questão de mostrar aos seus leitores que eles tinham como

²⁹⁵FERNANDES, Mario Luiz. *Primeiros passos da imprensa catarinense*, 2018. p. 9.

conterrâneo um representante do progresso: o Ministro Lauro Müller, um dos responsáveis pela reforma federal e de obras como a Avenida Central e os melhoramentos do Porto do Rio de Janeiro²⁹⁶.

(...) só hoje posso dar início a estas cartas para as quais tão bondosamente se abriram as colunas de O Dia. (...) Falar do Rio agora que ele se vai despindo da velha roupagem colonial e começa a enfeitar-se de palácios ao longo das extensas avenidas, sem falar no nome do ilustre catarinense que foi o ativo iniciador desses melhoramentos, seria uma feia ingratidão que não nos permite sentimento de patriotismo.

(...)

Todos nós que aqui moramos e que por aqui que infelizmente temos que atravessar a impiedosa quadra estival, falamos todos os dias, a todos os momentos, em qualquer lugar e sob o mais fútil pretexto, contra a nossa cidade de vilas sujas, mal calçadas e intransitáveis, sem luz e sem ar.

Todos falávamos.

(...) já não há quem se possa prestar a um certo sentimento de confiança, satisfação e reconhecimento pelo homem de não pouca vontade que conseguiu vencer 200 anos de rotina e atraso.

(...)

O dr. Pereira Passos também por seu lado vai sem dó nem piedade derrubando a casaria velha, (...) dilatando só estreitos corredores urbanos; e em todo o Rio de Janeiro, o que se vê hoje é todo (...), um envolver de atividades de cujo selo despontará naturalmente as mais fecundas transformações os nossos atrasados moldes.

(...)

Primeiramente releva observar que o dr. Lauro Müller não dissertou o seu carinho e a sua atenção ao círculo da cidade carioca. Homem de estado de ampla visão administrativa e política, o seu olhar abrangeu, num conjunto, todas as necessidades da pátria (...) - D. Morgado.²⁹⁷

Pelo que se pode observar na publicação, o jornalista, que assina a matéria como D. Morgado, era um correspondente que residia no Rio de Janeiro e prestava serviços para o jornal catarinense *O Dia*. Como a atuação dos ministérios abrangiam o território nacional, Lauro Müller foi lembrado por ações que foram além da Grande Reforma Urbana. Além disso, foi considerado pelo jornalista como aquele que iniciou os “melhoramentos” da capital, se sobrepondo até mesmo ao prefeito Pereira Passos (citado brevemente). Nas palavras do jornalista, Passos foi um agente municipal, enquanto Lauro Müller foi um agente a serviço da nação. Santa Catarina tinha o seu herói, estaria “bem representada”. Outra publicação, de

²⁹⁶Lauro Müller, assim como os outros agentes, foi ovacionado também em jornais cariocas, chegando a ser chamado de “gênio progressista”. Ver AZEVEDO, André Nunes. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progress*, 2016. p. 167.

²⁹⁷O Dia, *Do Rio*, 09/07/1905 (grifos nossos).

09 de julho de 1911, mostra que mesmo anos após a Grande Reforma Urbana, a imprensa catarinense continuaria enaltecendo Lauro Müller como aquele que seria o grande nome das transformações da capital:

(...) E isso compreendeu o benemérito governo Rodrigues Alves, quando pela ação fecunda desse extraordinário estadista que é o orgulho do povo catarinense, o sr. dr. Lauro Müller, transformou, secundado por Pereira Passos e Oswaldo Cruz, completa e radicalmente a Capital da República.²⁹⁸

O jornalista, que não assina a matéria, está escrevendo para o jornal *O Dia*, de Santa Catarina, e coloca as ações dos outros agentes da reforma em segundo plano em relação ao destacado papel do catarinense Lauro Müller. Suas palavras mostram que quem está por trás do discurso, escreve para si mas também para os outros. Não que o jornalista devesse enaltecer Pereira Passos acima de qualquer outro, como muitas vezes foi mostrado em diversos jornais pelo país. Mas ele sabia para quem escrevia e o que deveria escrever, afinal, o leitor era catarinense assim como o seu “patrão”. Portanto, o peso do seu discurso parecia estar medido pela intenção de legitimar Lauro Müller como representante de Santa Catarina no cenário nacional, produzindo a imagem de herói no imaginário da população catarinense. Essa análise serve para nos fazer refletir sobre a intencionalidade do discurso, pois este nunca é neutro; ele sempre está a serviço de algo, ainda que sejam os sentimentos de quem o produz. Roger Chartier analisa a importância da noção de representação na análise dos discursos. É importante refletir sobre o que eles representam, por que e para quem eles são produzidos.²⁹⁹

Assim como o jornal catarinense produziu seu herói, o jornal baiano *Correio do Brazil*, também tratou de prestigiar o seu representante, o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, José Joaquim Seabra, conhecido como J. J. Seabra. O Ministério chefiado por J.J. Seabra era responsável pela manutenção da ordem e segurança pública, além de atuar na educação e na saúde.³⁰⁰ O maior destaque do Ministério da Justiça e Negócios Interiores nas transformações da capital foi a atuação da Diretoria-Geral de Saúde Pública, subordinada a

²⁹⁸O Dia, *O Dia*, 22/11/1911.

²⁹⁹CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*, 1988. p. 17.

³⁰⁰Angélica Ricci esclarece que, “embora as áreas de educação e saúde fossem de responsabilidade dos estados, de acordo com a Constituição de 1891, muitas vezes se levantaram a favor da intervenção do governo federal, que, por meio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, acabou por responder a algumas dessas demandas”. Ver CAMARGO, Angélica Ricci. *Ministério da Justiça e Negócios Interiores: um percurso republicano (1891-1934)*, 2015. p. 21.

esse Ministério. Chefiada pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz (indicado por J.J. Seabra ao presidente Rodrigues Alves), a Diretoria-Geral de Saúde Pública atuou no combate às epidemias que há anos assolavam a capital e lhe rendiam uma péssima imagem no exterior. Apesar das polêmicas (que culminaram em diversos protestos, sendo o maior deles a resistência à vacina obrigatória contra a varíola, que culminou na Revolta da Vacina em novembro de 1904), as campanhas sanitárias de Oswaldo Cruz obtiveram resultados positivos no combate à varíola, à peste bubônica e à febre amarela na capital, que consagraram sua eficiência no cenário da capital e conseqüentemente do Brasil.

José Joaquim Seabra recebeu diversas homenagens na imprensa baiana. O jornal baiano *Correio do Brasil* foi inaugurado no dia do 48º aniversário de J. J Seabra, em 23 de agosto de 1903. Nesta primeira edição, Seabra foi retratado como “um baiano digno” e “baiano distinto”, “sacerdote da justiça”. ocupou toda a primeira página do jornal, recebendo várias homenagens, e entre elas estavam elogios que o apontavam como representante do povo baiano na luta contra as oligarquias³⁰¹. Apesar do posicionamento crítico do jornal ao regime republicano e sua declarada oposição aos interesses oligárquicos, que eram um dos pilares do cenário da República Velha (1889-1930), as publicações do *Correio do Brasil* foram tinham uma visão positiva do governo Rodrigues Alves.

O destaque da primeira página desta edição era uma foto de J.J Seabra com um poema dedicado ao ministro, elogiado com adjetivos grandiosos como “eminente”, “grande”, “digno”, entre outros. Tanto a fotografia quanto o poema apresentam-se como um recurso dotado de carga na construção da imagem do ministro na imprensa baiana. Segundo Ana Luiza Martins, a imprensa republicana atuava como agente do processo civilizador, e fez uso de propaganda e publicidade a serviço da República³⁰². O uso de fotografias e a representação da imagem dos agentes do poder, poderia servir como forma de legitimar sua imagem e atrair a atenção dos leitores, especialmente em um país com alta taxa de analfabetismo.

³⁰¹Correio do Brasil, 21/08/1903.

³⁰²MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa em tempos de Império*. IN: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina. *História da Imprensa no Brasil*, 2011. p. 79.

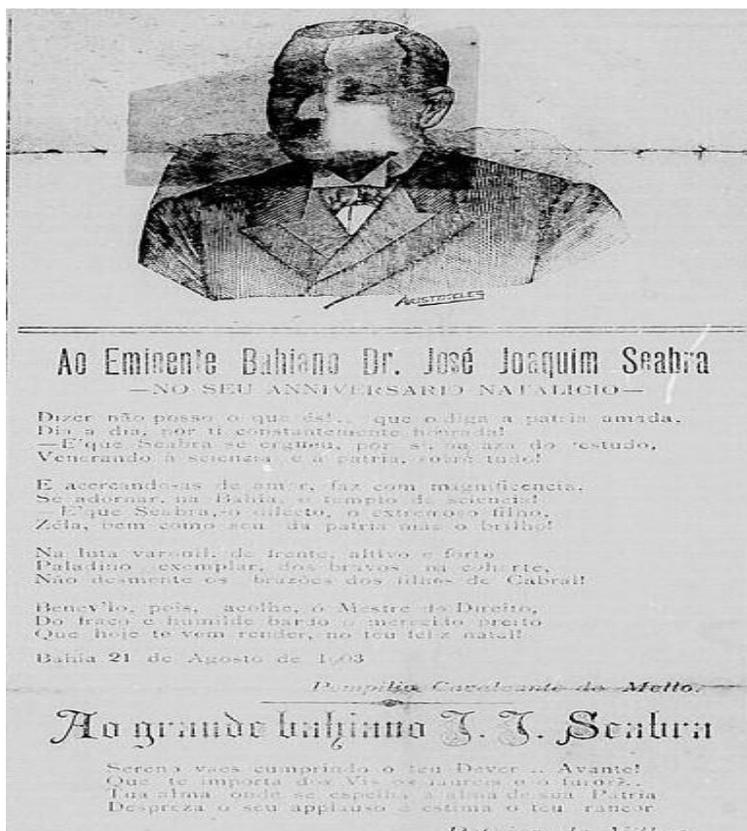


Figura 29 – Reprodução do jornal Correio do Brazil, *Ao bahiano distinto Dr.J.J. Seabra*. 21/08/1903

As homenagens a J.J. Seabra continuavam nas outras páginas da edição de 21 de agosto de 1903, demonstrando o orgulho que o Ministro representava para a Bahia:

Salve 21 de Agosto! Não sou quem vos saúda, não, é a Bahia. Que eleva e glorifica em brilhantes cintilações de amor maternal um dos filhos que a fez maior entre as maiores!

(...)

Espírito superior, tribuno independente e invencível, eminente ministro, continue a pugnar pela justiça, sempre altaneiro, estadista democrata.

A Bahia, dr, Seabra, terra que tem a felicidade de ser o vosso berço regozija-se e congratula-se pela data de hoje; ela sabe venerar os seus filhos ilustres³⁰³

Como se pode observar, J.J. Seabra é visto como um “espírito superior”, “invencível” e “eminente ministro”, entre outras características. A força empregada nas palavras dá ênfase à construção do aclamado herói baiano, que seria também um herói do Brasil.

³⁰³Correio do Brazil, *Ao eminente sacerdote da justiça Dr. Seabra*. 21/08/1903.

Em edição de 03 de setembro de 1903, o jornal reproduz uma matéria publicada no município baiano de Amargosa, na qual diz que o aniversário do Ministro J.J. Seabra foi celebrado pela imprensa de todo o país, buscando demonstrar que o mesmo era admirado não somente pelo povo baiano. Graças à expansão e à circularidade das informações, facilitada pela imprensa e pelos avanços nas comunicações, todo o país poderia “comemorar” o aniversário de J.J. Seabra através dos jornais:

Lê-se em *A Evolução*, que se publica em Amargosa:

No dia 21 do fluente, por entre as alegrias dos inúmeros amigos e admiradores do honrado ministro da justiça, passou o aniversário natalício do preclaro baiano, o exmo. sr. dr. José Joaquim Seabra.

Ministro do governo da República, sob a presidência do grande brasileiro dr. Rodrigues Alves, s. exa. tem se revelado um administrador emérito.

(...)

A imprensa do país, em brilhantes e vigorosas manifestações, lembrou desvanecidamente a gloriosa data do aniversário natalício do conspícuo auxiliar do governo, salientando os luminosos predicados cívicos e morais do nosso querido patrício, que tanto sabe enaltecer o nome da Bahia.³⁰⁴

Assim como os cariocas tinham Pereira Passos e os catarinenses tinham Lauro Müller, os baianos também tinham o “seu herói”, o Ministro Joaquim José Seabra., mostrando que nem tudo se resumia aos feitos do prefeito carioca. No entanto, Pereira Passos teve uma gestão com muitos reconhecimentos pela imprensa, sendo muitas vezes retratado como o grande transformador da nova capital.

2.5.1 - Pereira Passos: o grande nome da mudança

Pereira Passos foi o grande destaque na imprensa como o transformador da capital. Devido à forte representação do Rio de Janeiro no cenário nacional, as notícias sobre o prefeito iam se espalhando pelo país. Pereira Passos foi notícia desde sua posse, e isso se estendeu durante todo o seu mandato e até depois dele. Sua reforma municipal muitas vezes se confundia com a Grande Reforma Urbana. Retratado como herói, os jornais atribuíam a Passos a transformação do Rio de Janeiro, e muitas cidades desejavam um prefeito como ele. Segundo Américo Freire, “certas publicações tenderam também a reforçar (voluntariamente

³⁰⁴Correio do Brazil, *Dr.J.J. Seabra*. 03/09/1903.

ou não) uma imagem mítica do prefeito em que aparece como alguém enviado pelas alturas para cumprir uma missão salvadora.”³⁰⁵

Mesmo atuando na esfera municipal, no Rio de Janeiro, a imagem de Pereira Passos circulando em jornais de outros estados fez aumentar a sua popularidade como o grande benfeitor a serviço da pátria, afinal, as aspirações pelo progresso foram estimuladas nacionalmente e não apenas na capital. A assimilação das mudanças por parte da população deveria ser colocada não de forma arbitrária, mas de maneira sutil, utilizando discursos que trabalhariam com a ideia de patriotismo, de limpeza, de modernidade, de civilização, de progresso. A imprensa buscou estimular em todos o desejo de fazer parte de uma nova nação, e o uso daqueles que atuavam nas reformas como representantes do patriotismo num momento em que se vendia o discurso de necessidades de mudança, de substituição do velho colonial pelo moderno republicano, facilitou o seu trabalho.

José Murilo de Carvalho, em *A formação das almas*, analisa a utilização de símbolos na legitimação do regime republicano no Brasil. Segundo José Murilo de Carvalho, a criação de símbolos não é arbitrária e nem se faz no vazio social, respondendo às aspirações coletivas de determinado momento. Dentre as análises feitas por José Murilo de Carvalho, encontra-se a representação do herói, este também utilizado como um símbolo para a consolidação do regime republicano³⁰⁶. Um herói não é imposto, ele é criado dentro da produção de um consenso, em um contexto de mudanças e desejos que vão sendo trabalhados no imaginário da sociedade. E os discursos produzidos pela imprensa ou reproduzidos por ela, tinham uma atuação expressiva na produção desse consenso, anunciando as novidades, enaltecendo o moderno em detrimento do antigo aspecto colonial (tanto em relação ao desenvolvimento urbano quanto em relação às mudanças de costumes nas ruas), dimensionando as atuações na capital como uma conquista a nível nacional.

Raoul Girardet sugere que todo processo de heroificação implica em uma certa adequação entre a personalidade do salvador e as necessidades de uma sociedade em um dado momento de sua história. A atuação do salvador seria uma resposta a uma certa expectativa³⁰⁷. O discurso da imprensa enaltecendo o moderno em detrimento do antigo, apontando as mazelas da cidade – como as epidemias, as ruas estreitas, as habitações

³⁰⁵FREIRE, Américo. Op. Cit., p. 138.

³⁰⁶CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*, 1990. p. 55.

³⁰⁷GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. 1987. p. 82.

insalubres, etc. – e a cada dia publicando as novidades, mostrando que as mudanças eram possíveis, ajudou a produzir essa expectativa no imaginário de parte da população. As ações de Pereira Passos eram acompanhadas constantemente pelos jornais. Apesar dos elogios não terem sido uma unanimidade, a maioria expressava reconhecimento ao prefeito pela modernização da capital. Sua personalidade como um homem enérgico e comprometido com o cargo também costumava ser elogiada nos jornais, embora muitas vezes o prefeito fosse visto como uma pessoa autoritária e inflexível. Mas em geral os aspectos positivos de sua gestão sobressaíram nos periódicos, o que enfatizava a sua escolha como prefeito um acerto do governo federal. Nas páginas da maioria dos jornais e revistas, Pereira Passos correspondeu às expectativas de transformar o Rio de Janeiro numa capital moderna.

Pereira Passos seguiu sendo a personalidade mais comentada nos jornais do país na época até os últimos dias de seu mandato:

Consta de uma carta esta notícia sobre a estima que merece o ativo reformador da capital:

- Sabemos que os acadêmicos desta capital pretendem quando o dr. Afonso Penna voltar da excursão pelo Norte, pedir a s. exc^a a conservação no posto de prefeito deste distrito do eminente e insubstituível dr. Francisco Pereira Passos.³⁰⁸

A matéria acima foi publicada no *Jornal do Maranhão*. A reprodução de uma carta publicada na capital, produz os seus efeitos no imaginário do leitor, pois Pereira Passos continua sendo retratado como um prefeito que todos gostariam de ter, como um gestor insubstituível e “ativo reformador da capital”. E a credibilidade do discurso se dava também porque o emissor tem a propriedade de vivenciar os acontecimentos de perto, pois os jornalistas se mostram como elementos da cidade, pela intimidade com o cotidiano e com a paisagem urbana. O nome de Pereira Passos foi amplamente divulgado nos jornais do país, o que gerou a “universalidade” de sua posição enquanto principal agente da civilização e do progresso no imaginário mesmo de pessoas que viviam distantes da capital.

É importante acompanhar todos os processos que envolvem o discurso, desde sua produção e emissão até sua recepção. Assim como o local de sua produção lhe confere credibilidade, também a forma como o discurso é divulgado e recebido, possui igual

³⁰⁸Jornal do Maranhão, *O Prefeito do Rio*, 1906 (*grifos nossos*). Afonso Pena sucedeu a Rodrigues Alves na presidência, governando de 1906 a 1909.

relevância. O fato de a Grande Reforma Urbana aparecer em jornais do Maranhão, ou de São Paulo, ou da Bahia, entre outros estados da federação, reflete o peso da capitalidade do Rio de Janeiro e também a intenção de mostrar as transformações da capital como símbolo de um novo Brasil.

Foram muitas as vezes que Pereira Passos apareceu de forma laudatória nos jornais do Brasil, indicando a preocupação da imprensa em atestar a sua popularidade. No recorte abaixo, extraído do jornal paranaense *Diário da Tarde*, observamos os elogios a um “escrupuloso” Pereira Passos, representante de um “povo progressista”.

O plano de reforma para o saneamento e embelezamento da capital, sendo executado com o escrúpulo que é de esperar o dr. Pereira Passos, cujos serviços estão orçados em menos da metade desse empréstimo, ora coberto, é um benefício muito maior do que se supõe, nem só para as condições de salubridade pública, como para comprovar os nossos foros de *povo progressista*.³⁰⁹

Os jornais de São Paulo reproduziam muitas matérias de jornais cariocas, e como foi mencionado, tinham até colunas voltadas aos principais jornais da capital. Abaixo, na reprodução feita pelo jornal *Correio Paulistano* do artigo do jornal carioca *O Paiz*, podemos ver como foi valorizada a peculiaridade de Pereira Passos como um homem de tradição a serviço do progresso.

Publicou o seguinte *O Paiz* de ontem:

(...)

A confiança que os cariocas têm na ação do dr. Pereira Passos não é derivada de simples simpatia ou de uma espécie de superstição: é resultado de trabalho feito, de melhoramentos que aí estão, à vista de toda a gente, a afirmar de quanto é capaz a energia extraordinária *desse homem de têmpera antiga e alma aberta a todos os progressos*.

Felizmente, a capital da República não será privada da capacidade administrativa e da vontade inquebrantável que o dr. Pereira Passos reúne à sua comprovada competência profissional.³¹⁰

No alto de seus 70 anos, Passos tinha uma personalidade extemporânea àquele momento. E a maior parte de sua atuação como engenheiro se deu na época do Império. No

³⁰⁹Diário da Tarde, *Pelo Rio*, 18/08/1904 (*grifos nossos*). Os empréstimos citados na matéria foram aqueles contraídos pela Prefeitura para melhoramentos na cidade.

³¹⁰Correio Paulistano, 10/10/1906. Lançado em 1884, *O Paiz* se consolidou como um dos maiores porta vozes republicanos na capital, e uma das “maiores influências na vida política nacional”. Fonte: BRASIL, Bruno. *O Paiz*. Biblioteca Nacional, 2015.

entanto, isso não impediu que fossem depositadas confianças em seu trabalho. Segundo Américo Freire, Pereira Passos representaria a ponte entre a tradição da busca pela civilização (almejada desde a segunda metade do século XIX), e o progresso dos novos tempos, atendendo a uma dupla expectativa³¹¹. “Inegavelmente, a imprensa teve um papel fundamental na afirmação da liderança de Passos na capital”³¹².

Pereira Passos faleceu em 12 de março de 1913, sete anos após o fim de sua jornada como prefeito da capital, mas os quatro anos de sua gestão não foram suficientes para tantas homenagens recebidas. E ainda que alguns jornais cariocas tivessem se posicionado em críticas ao prefeito e que algumas dessas críticas tivessem ultrapassado as barreiras geográficas e chegado a alguns jornais de outros estados, isso foi consideravelmente inferior ao número de elogios. Muitos aspectos negativos das reformas foram ignorados naquele período em que casas foram demolidas e pessoas se deslocaram de suas residências graças não somente a um prefeito ativo e visionário, mas também intolerante. Tal descaso com essa considerável parcela da população não se deu somente pela negação ou ignorância de quem vivia um outro padrão de vida. Se deu também pela intencionalidade da imprensa em legitimar os anseios republicanos de progresso, provocando no imaginário da população os ânimos e a expectativa de viver em um novo Brasil.

Um exemplo de que Pereira Passos continuou sendo notícia mesmo depois de cumprir seu mandato como prefeito, foi a matéria do jornal baiano *Diário de Notícias*. A notícia sobre a passagem de Pereira Passos pela Bahia rumo ao Rio de Janeiro, em 1909, mostra a admiração pelo prefeito, o “reformador da Capital Federal”.

A bordo do paquete inglês Araguaya, passou, para o Rio de Janeiro, o provector profissional sr. dr. Francisco Pereira Passos, ex-prefeito e reformador da Capital Federal.

O ilustre brasileiro regressa da Europa, onde fora descansar dos serviços prestados à capital da União, que deve à sua atividade e energia o destaque e melhoramentos materiais que hoje possui.

Administrador perseverante, o sr. dr. Pereira Passos não encontrou obstáculos que não fossem removidos pelo seu plano de melhoramentos, merecendo a sagração de benemérito, no benemérito governo do eminente estadista cons. Rodrigues Alves³¹³.

³¹¹FREIRE, Américo. Op. Cit., p. 139-140.

³¹²Idem, p. 135.

³¹³Diário de Notícias, *Dr. Pereira Passos*, 09/08/1909.

❖ Dr. Pereira Passos ❖



Passou hontem, por este porto, á bordo do «Araguaya», com destino á Europa, onde vae tratar de sua saúde, o dr. Pereira Passos, o illustre e benemerito remodelador da grande capital da Republica, que lhe deve os mais extraordinarios serviços, a sua completa modernisação.

Fomos até ao bello transatlântico levar-lhe os nossos cumprimentos conseguindo travar com o ex. mais ou menor, o dialogo seguinte:

—Dr. Passos, apesar de todos sabermos que v. ex. vae ao velho mundo, por necessidade, a bem de sua saúde, ouvimos dizer que leva, tambem, autorisação do governo federal para firmar um importante contracto. E' exacto?

—Não. Na minha idade, meu joven amigo, já não se pode mais assumir essas grandes responsabilidades, principalmente quando se vae viajando...

Não sabemos até que ponto nos levará a vida... Os serviços que pude prestar ao meu paiz já os prestei, com a maior dedicação. Agora, todo o descanso é pouco. Estou velho... estou cansado...

A Bahia illuminada erguia-se ao longe, sobre a montanha, pomposamente, e s. exa. olhando-a com especial carinho, disse:

—Bella terra!... E' a primeira vez que a vejo illuminada. Na volta hei de saltar para levar os seus parabens ao dr. Seabra, que a está levantando, não é verdade?

—Sim, é verdade, doutor, e então creio que encontrará a velha Bahia completamente remodelada.

—E' o que desejo do fundo do coração a vocês todos, porque são dignos de um grande futuro.

—E o dr. Seabra?

—Sempre o tive no melhor conceito e quero acreditar que os destinos do estado não poderiam estar em melhores mãos.

—Bem, muitissimo obrigado. Optima viagem, e que volte restabelecido, para satisfação de todos os brasileiros.

Figura 30 - Reprodução do jornal *Gazeta da Bahia*, em 22/02/1913

A imagem acima é uma reprodução de outro jornal baiano, o *Gazeta da Bahia*. Mais uma vez, Pereira Passos passa pela Bahia a bordo de um navio, dessa vez, indo à Europa para realizar um tratamento de saúde, em 22 de fevereiro de 1913 (Passos morreria menos de um mês depois, em 12 de março). O jornalista conseguiu encontrar pessoalmente o ex-prefeito, e teve com ele um breve diálogo, perguntando se Pereira Passos trabalharia em um novo projeto do governo federal, o que foi descartado pelo ex-prefeito da capital. Passos é também informado que, quando retornasse, encontraria uma nova Bahia. O recorte mostra também o orgulho baiano em se ter o Ministro J.J. Seabra como representante de seu estado.

Sete anos após o fim de gestão, Pereira Passos ainda era lembrado e condecorado até mesmo em outros estados. Como fora colocado no início desse capítulo, a renovação do Rio de Janeiro enquanto capital e detentor de um papel simbólico, despertaria em várias partes do país os anseios e a esperança de se inserirem nos anseios de progresso e civilização. Isso pode ser observado no diálogo reproduzido no jornal, quando é dito a Pereira Passos que ele encontraria uma nova Bahia (que se renovaria assim como o Rio de Janeiro se renovou). Graças ao “sucesso” de sua gestão, o prefeito estaria “imortalizado” e respeitado em todo o país.

Apesar de ter recebido inúmeros elogios, Pereira Passos não foi uma unanimidade na imprensa. Passos muitas vezes atuou de forma autoritária, desconsiderando os antigos usos da cidade. Além disso, sua administração “pautou-se por uma estratégia agressiva na cobrança de impostos para manter o ritmo das obras e atender aos demais gastos da municipalidade.”³¹⁴ Tal postura foi criticada em jornais de oposição da capital, conforme foi mencionado nesse capítulo. Mas não eram só os jornais da capital que publicavam críticas ao prefeito. Mesmo que em proporção inferior em relação aos elogios³¹⁵, alguns jornais de outros publicaram críticas à sua gestão, mostrando a face autoritária do prefeito e criticando a cobrança de impostos de sua administração.

As críticas publicadas nesses jornais geralmente eram reproduções de jornais cariocas ou matérias escritas por alguns correspondentes que viviam na capital, como veremos a seguir em três publicações do jornal *O Commercio de São Paulo*:

O leitor paulista há de ter ouvido falar no prefeito desta cidade, o sr. Pereira Passos; talvez mesmo o conheça e, naturalmente, só lhe chegaram aos ouvidos elogios a esse funcionário, diretor material do Rio de Janeiro. Pois, meu caro leitor, sentimos prevenir-te de que deves pôr de quarentena as boas entoadas ao sr. Passos. É pura e simplesmente um medalhão, espalhafatoso e atordoante com as suas maneiras de querer levar tudo à valentona.

(...)

Pois esse início, sem dúvida brilhante e auspicioso, não teve seguimento. O s. Passos fatigou-se com essas vitórias e está dormindo, sem alusão, sobre os louros colhidos. Os pobres reapareceram como tocadores de realejos, o que aumenta a tortura à paciência do próximo, os pequenos dos bilhetes voltaram em maior número; os novos trechos das ruas do Sacramento e 13 de maio são uns formidáveis depósitos de poeira ou lamaçais intoleráveis numa cidade.

³¹⁴FREIRE, Américo. Op. Cit., p.144.

³¹⁵O número de críticas encontradas nos jornais foi muito inferior ao de elogios, e poucas vezes foram mostrados os ônus da reforma, fortalecendo a sua imagem positiva pelo Brasil. Das pesquisas realizadas, alguns poucos jornais publicavam essas críticas.

(...)

Do que atualmente o nosso prefeito cuida é de aumentar exageradamente todos os impostos, como se a população não estivesse mais que sobrecarregadas. A cidade está duma imundície incrível; mesmo nas ruas mais centrais, a falta de asseio é notável, e nos arrabaldes é absoluta, servindo as ruas de pasto, a animais de várias espécies.

(...)

Tudo isto nos robustece a convicção de que o Rio de Janeiro é a cidade mais salubre do mundo, pois com o abandono em que vive por parte dos poderes municipais era para apresentar terríveis estatísticas demográficas, se não fossem as excelentes condições naturais.

Do que esta cidade carece antes de tudo é de limpeza – limpeza material e limpeza moral. E aí tens, leitor, uma nota essencialmente fluminense.³¹⁶

A publicação acima alerta o leitor a procurar olhar o outro lado da gestão de Pereira Passos, e não se iludir com as notícias parciais que mostravam apenas os elogios ao prefeito. Segundo correspondente do *Correio Paulistano*, Pereira Passos era uma pessoa autoritária e teria se acomodado após um início de gestão promissor. Como já foi discutido, em seus anseios civilizatórios, Passos procurou intervir em alguns hábitos da população, e teria planejado diversas atuações para embelezar e sanear a região central da capital. No entanto, o jornal denuncia que algumas partes da região estariam abandonadas, e aspectos que deveriam ter sido erradicados, estariam voltando. Ainda assim, o prefeito não teve pudores em aumentar os impostos da cidade em abandono. O jornalista chama atenção para o leitor paulista, pois este recebia boas novas sobre a capital, mas não estaria conhecendo a realidade de perto. Essa distância poderia provocar no leitor a ilusão de que a capital estaria totalmente reformulada e que Pereira Passos estaria realizando uma gestão impecável, quando na verdade, o Rio de Janeiro continuava marcado por aspectos de atraso e insalubridade.

A manifestação que a bela capital paulista realizou em homenagem ao seu ilustre prefeito o dr. Conselheiro Antonio Prado encontrou aqui grande repercussão e – porque não dizê-lo francamente? - despertou invejas e ciúmes, traduzidos em frases significativas

A própria Notícia de ontem se fez veladamente eco desses queixumes e, sem indicar o nome do nosso prefeito, o dr. Prefeito Passos, apontou os melhoramentos que a esta já deve a cidade. (...) Sem dúvida o sr. Passos tem realizado mais em dois anos do que todos os seus antecessores. (...)

E porém, incontestável que o atual prefeito podia ter conseguido maior soma de benefícios e sem o alarde inútil de que faz cercar todos os seus atos.

³¹⁶O Commercio de São Paulo, *Notas Fluminenses*, 08/12/1903 (notas escritas por R.A em 06/12/1903).

Violento, arbitrário, às vezes submisso, dócil, meigo, em outras, o sr. Passos tem dispendido grandes quantias que não correspondem às obras produzidas
(...)

Quem só sabe governar pela violência demonstra principalmente que ignora o que seja governo.

A administração do sr. Prado, por isso, representa, nos dias atuais, uma nota dissonante, chegando a causar pasmo aos céticos, e despertando a cólera mesquinha dos enfezados regedores que pululam do extremo norte ao extremo sul.³¹⁷

Nesta segunda publicação, o jornalista procura descrever a personalidade contraditória de Pereira Passos, enfatizando seu caráter autoritário. Embora reconheça que Pereira Passos tenha feito mais pela capital que seus antecessores, o jornalista destaca que isso foi feito às custas de autoritarismo e gastos excessivos. E dentro desse contexto, compara a postura “desnecessária” do prefeito do Rio de Janeiro à postura do prefeito de São Paulo, Antônio Prado, este último apontado como um grande administrador capaz de despertar a inveja de outros prefeitos do Brasil.

O jornalista, que assina como Davi, também escreveu uma matéria parecida, meses depois, mantendo o mesmo posicionamento crítico em relação a Pereira Passos, e comparando o prefeito da capital ao prefeito de São Paulo, Antônio Prado, que teria um temperamento oposto ao autoritário Passos:

(...)

Sem dúvida, o dr. Passos tem executado muitas obras úteis nesta capital, algumas dignas de completo aplauso, mas a maioria de seus atos reveste uma forma agressiva, intolerante, iníqua, sem atender aos embaraços do contribuinte.

Ha quem procure colocar no mesmo nível administrativo os srs. Antonio Prado e Pereira Passos. Para nós, a distinção é profunda. O prefeito de S. Paulo, que nos conste, nunca exerceu a ditadura municipal, jamais decretou medidas de caráter opressivo. O seu trabalho tem sido fecundo, justamente porque repousa nos textos da lei e da tolerância, sem cair no abuso.

O prefeito do Rio procede diversamente; a sua gestão parece um vendaval.³¹⁸

De todos os jornais pesquisados, o *Commercio de São Paulo* foi um dos poucos que, durante praticamente toda a gestão de Pereira Passos (as matérias analisadas foram publicadas em 1903 e 1905), publicou críticas ao prefeito que não fossem notas reproduzidas de jornais da capital. Na verdade, poucas coisas negativas a respeito da Grande Reforma

³¹⁷O *Commercio de São Paulo*, *Notas Fluminenses*, 13/01/1905. Escrita por Davi em 11/01/1905.

³¹⁸O *Commercio de São Paulo*, *Notas Fluminenses*, 24/05/1905. Escrita por Davi em 22/05/1905.

Urbana eram publicadas nos jornais pelo Brasil, e até mesmo os jornais cariocas publicavam muito mais elogios do que críticas.³¹⁹ Como o jornalista era um produtor do modo de pensar, cabia a ele construir no imaginário do leitor a imagem da capital. Se os jornais trabalhavam a serviço do poder público e seus ideais de progresso, não fazia sentido instigar a população contra a Grande Reforma Urbana, sendo ela a representação do progresso da capital, e conseqüentemente, do país (já que a capital se configurava como o símbolo nacional desse progresso). Se isso não ocorria na maioria dos periódicos do Rio de Janeiro, dificilmente ocorreria nos jornais de outros estados, uma vez que a intenção era “contagiar” todo o país pelo discurso unificado do progresso.

Os jornalistas da coluna *Notas Fluminenses*, que escreveram críticas a Pereira Passos, denunciaram a sua postura autoritária, as cobranças excessivas de impostos e o ônus para as classes mais pobres. Nos mesmos artigos, o prefeito de São Paulo, Antônio Prado, que também realizava melhoramentos na cidade, era enaltecido, em detrimento de Pereira Passos. Pelo que observa nos artigos, os jornalistas eram cariocas, viviam no Rio de Janeiro e produziam matérias para o jornal paulista. Enaltecer o prefeito São Paulo poderia ser também uma forma de mostrar insatisfação com o “seu” prefeito Pereira Passos, enxergando os dois lados da moeda de sua administração por meio da comparação. E tal comparação entre os prefeitos ganhava sentido por se tratar de um jornal de São Paulo, o que de certa forma, poderia agradar o leitor paulista.

Apesar das críticas, o jornal, dirigido pelo conservador Plínio Barreto, não tinha uma postura de oposição e nem levantara campanha contra a Grande Reforma Urbana, tanto que publicou um artigo do escritor Coelho Neto, um dos maiores admiradores do Rio de Janeiro³²⁰, enaltecendo Pereira Passos no final de seu mandato:

O dr. Pereira Passos criou verdadeiramente o cargo de prefeito, que não existia senão em título. (...) Com tal programa, blindado de energia, impulsionado por uma iniciativa formidável, fez a maravilha que todos louvam. (...) É um forte. (...) Não é fácil seguir no rastro de tão poderoso homem e, para não cair no desagrado do povo, é preciso, pelo menos, ser tão grande como ele foi e isso, hão de convir, não é fácil.³²¹

³¹⁹O livro organizado por Giovanna Rosso del Brenna, *O Rio de Janeiro de Pereira Passos – uma cidade em questão* faz um intenso levantamento dos jornais do período da reforma.

³²⁰É atribuída a Coelho Neto a criação da expressão “Cidade Maravilhosa” em 1908, em referência à cidade do Rio de Janeiro.

³²¹Commercio de São Paulo, *Instantaneos*, 28/11/1906. Escrita por Coelho Neto em 26/11/1906.

O jornal *O Estado de São Paulo*, o principal jornal de São Paulo e um dos principais do país, também publicou algumas críticas ao prefeito, como pode ser observado na edição de 14/12/1906, quando o prefeito já havia deixado seu mandato³²². Na primeira publicação analisada, o comportamento autoritário do prefeito é duramente criticado. Pereira Passos é chamado de violento, arbitrário, despótico. Mas apesar das críticas, o jornalista reconhece, que se Pereira Passos não tivesse tido um comportamento enérgico, não teria concluído os planos de melhoramentos da capital, deixando assim, de cumprir sua missão.

Eu detesto a violência e o dr. Passos não me agrada por completo porque é um administrador violento, arbitrário, despótico. (...) todavia que se outro fosse o seu feitiço, se recuasse diante de alguma resistência, acabando por sucumbir sob uma onda de interesses contrariados e perderia, sem deixar obra nenhuma, o tempo e a oportunidade feliz que teve para iniciar, a par do governo federal, o embelezamento da capital da República.³²³

A segunda publicação chama atenção para os gastos excessivos da reforma feita pro Pereira Passos. Mas o jornalista demonstra que os custos foram ignorados pela população, que estaria satisfeita com a nova capital. A remodelação da cidade teria gerado uma grande empolgação no imaginário dos cariocas.

Gastou muito? Mal? Escandalosamente? Os cariocas encolhem os ombros e riem-se dos censores. E antes? Gastava-se menos; mas fazia-se coisa nenhuma...E hoje? Ah! Hoje graças a este safanão do dr. Passos, poder-se-á gastar mais, muito mais; (...)

O sr. Passos foi um aperitivo caro. Deixá-lo! Quem nos compensa desse luxo é o apetite que ele nos restituiu. Acabou-se o nosso velho fastio e, agora, com a boca doce, queremos acepipos finíssimos. Pois não se havia de pagar caro tão rico remédio?³²⁴

O sentimento de parte da população demonstra que muitas vezes o custo social da modernização é ignorado. Mas o jornalista também generaliza a reação da população como se todos os cariocas estivessem satisfeitos e teriam ignorado o ônus da reforma. Segundo a

³²²A gestão de Pereira Passos como prefeito terminou em 15 de novembro de 1906.

³²³O Estado de São Paulo, *Cartas do Rio*, 14/12/1906.

³²⁴O Estado de São Paulo, *Cartas do Rio*, 14/12/1906.

publicação, os cariocas estariam felizes, apesar do preço que “pagaram”. No entanto, parte considerável da população se sentiu prejudicada pelas reformas, que modificaram o seu cotidiano. E uma outra parte estava alheia às mudanças, por viverem em locais onde a remodelação não havia chegado. Mas o jornalista muitas vezes usa de generalizações para facilitar a produção de um consenso. Ainda que em relação a Pereira Passos esse jornalista tenha mostrado um lado negativo e outro positivo de sua gestão, ele fala por todos os cariocas, enquanto muitos estavam excluídos das benesses das reformas. Como o jornal é direcionado ao leitor paulista, essa generalização acaba reforçando no imaginário desse leitor que todos os cariocas estavam felizes, independente dos custos.

Em uma única edição, é possível que o leitor tenha acesso a duas críticas repletas de ironia contra a “tirania” de um prefeito cheio de defeitos e que realizara mudanças a altos custos para a população. O autor dos artigos assina como Figaro, e escreveu vários artigos na coluna *Cartas do Rio* sobre a situação da capital no fim da gestão de Pereira Passos. Mais uma vez o jornalista se coloca como uma autoridade para leitores paulistas, mostrando firmeza em suas críticas, que foram escritas na capital (o próprio nome da coluna já indica).

Essas foram uma das poucas críticas publicadas pelo jornal Estado de São Paulo à Grande Reforma Urbana. Representante de um estado que figurava como um dos mais importantes do Brasil e o mais próspero economicamente no início do século XX, o Estado de São Paulo também ecoava as vozes do progresso. O progresso da capital não representava apenas um incentivo progressista para São Paulo, mas também a “reivindicação” de uma oligarquia que dependia da boa imagem da capital para atrair investimentos e mão de obra. E o próprio jornalista que assinava por Figaro, também não deixou de admitir que a gestão de Pereira Passos possuía benesses. O mesmo jornalista que escrevera inúmeras críticas a Passos foi o mesmo que no mesmo dia, em outra nota, enalteceu a avenida Beira Mar entre outras mudanças oriundas de seu governo.

Essa incomparável coisa, que se chama Avenida Beira-Mar; essas ruas alargadas e prolongadas para comunicação folgada dos bairros comerciais; esses passeios decentes das vias públicas, que, mesmo mal calçadas, eram de melhor piso do que os antigos passeios; esses calçamentos novos, que podem estar-nos pelos olhos da cara mas representam um progresso indiscutível e uma experiência de que teremos de aproveitar grandemente; esses largos embelezados; e finalmente a transformação de hábitos, que decorreu das festas

populares e das ruidosas solicitações de gente na rua promovidas pelo ex-prefeito (...).³²⁵

Mais uma vez se faz presente a duplicidade da gestão do prefeito Pereira Passos, exímio representante do Rio de Janeiro, uma cidade igualmente dúplice.

2.6 – O legado da Grande Reforma Urbana

A Grande Reforma Urbana teria deixado um legado que a faria estampar as páginas dos jornais mesmo após o fim do governo de Rodrigues Alves, em 1906, procurando demonstrar que as ações executadas geraram mudanças que foram além de seu tempo, projetando a capital e conseqüentemente o país para o futuro. Assim como construíram no imaginário da população a necessidade de se buscar o progresso, os jornais continuaram investindo numa realidade moldada pelos interesses da República Velha. O Rio de Janeiro como cartão-postal e cidade modelo do Brasil foi uma construção dessa fase da República brasileira, e os investimentos simbólicos da qual os discursos da imprensa faziam parte, não se encerrariam após o fim da Grande Reforma Urbana.

A obra executada pelo sr. Rodrigues Alves muito o recomenda à gratidão nacional. (...) A isso, cumpre juntar o extraordinário desenvolvimento da viação férrea e dos telégrafos, a que o dr. L. Müller deixa ligado ao seu nome.

Mas não ficou somente adstrito aos melhoramentos materiais o governo passado:(...) E assim foi que, por sua vez, o sr. dr. Oswaldo Cruz, diretor da Saúde Pública, fez alguma coisa, que ainda se não tinha visto: extinguir uma epidemia, que se instalara na Capital Federal durante meio século, descreditando-nos aos olhos do estrangeiro. Para sua obra meritória, é forçoso convir que precisou do apoio decidido do dr. Seabra. (...)

A esses nomes cumpre acrescentar o do egrégio engenheiro F. Pereira Passos como o do administrador que transformou uma grande cidade, reformando-a quase completamente. (...)

Assim, ao lado dos srs. Rio Branco, Lauro Muller, Oswaldo Cruz, dr. Pereira Passos e José Seabra, o sr. Rodrigues Alves pode ficar na certeza absoluta que o futuro lhe há de fazer justiça, de um modo altamente honroso, perfulgindo seu nome como um dos mais extremosos patriotas brasileiros.³²⁶

³²⁵O Estado de São Paulo, *Cartas do Rio*, 14/12/1906.

³²⁶Gutenberg, *Um governo fecundo*, 20/11/1906 (*grifos nossos*). O jornal Gutenberg foi um dos jornais de maior circulação no Estado de Alagoas. Membro da Associação Typográfica de Socorros Mútuos, o jornal surge em Maceió em 1881, com viés abolicionista. Segundo Ricardo Alves da Silva Santos, o jornal Gutenberg foi “um dos jornais mais ácidos em seus editoriais”. p. 9. SANTOS, Ricardo Alves da Silva. *Algumas interfaces da imprensa abolicionista alagoana (segunda metade do século XIX)*. Artigo apresentado no IX Encontro Estadual de História na Bahia. História e Movimentos Sociais. ANPUH. 2018.

Na matéria publicada em 20 de novembro de 1906, época em que terminava a gestão dos agentes da Grande Reforma Urbana, o jornal alagoano *Gutenberg* exalta os seus feitos, que seriam lembrados para sempre (“... o sr. Rodrigues Alves pode ficar na certeza absoluta que o futuro lhe há de fazer justiça, de um modo altamente honroso”). Segundo parte da imprensa, as mazelas do Rio de Janeiro passariam a ser coisa do passado, e não faltaram comparações do Rio de antes e depois, a fim de legitimar os melhoramentos como uma das melhores coisas feitas em prol da cidade e da nação. A comparação também fortalece, enfatiza as mudanças realizadas. É sempre conveniente para a imprensa, enquanto agente produtora de bens simbólicos³²⁷, enfatizar tal dualidade, de atraso no passado versus progresso no futuro. Os jornais mostravam que a cidade condenada ao fracasso fora salva pela República e seus representantes, e que a partir daquele momento, representaria um novo Brasil. Isso mostra a continuidade da estratégia da produção do discurso por parte da imprensa de enaltecer e até superdimensionar os aspectos positivos das reformas, ignorando os impactos sociais e o abandono do poder público sobre a maior parte da cidade. Afinal, a República, que deveria ser um regime que atendesse às demandas da população, na realidade não foi feita para o povo. Portanto, seguiam-se as produções de discursos enaltecendo “melhoramentos” cuja maioria não servia às classes populares. Até mesmo as medidas contra as epidemias tiveram como principal incentivador a saúde do imigrante e não a de quem já habitava o espaço urbano carioca.

O Rio de Janeiro, uma das mais belas e pitorescas cidades do mundo, até bem pouco tempo era uma cidade quase inabitável, não era simplesmente a capital do Brasil; era-o também da febre amarela. (...)

Surgiu o abençoado governo de Rodrigues Alves; surgiram um Pereira Passos e um Oswaldo Cruz... E aos gritos e protestos da rotina se foram introduzindo melhoramentos; abatendo os velhos prédios, guardiães de quanta moléstia havia; E eis que, qual numa história de fadas, de um momento para outro, o Rio de Janeiro ergueu-se altivo e coroadado com os louros de cidade moderna e de cidade em que se pode viver, sem receio de epidemias: a Capital Federal é hoje, uma cidade salubre.³²⁸

³²⁷FREIRE, Américo. Op.Cit. p.137. Aqui, Américo Freire se refere à imprensa carioca, mas a ideia pode ser aplicada à imprensa em geral. Em nota, Freire indica a leitura de Pierre Bourdieu, *Economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 1992, pp.102-104 (em *apud* à obra *Imprensa, poder e público. Os diários do Rio de Janeiro - 1880-1920*, tese de doutorado em História Social das Ideias apresentada à UFF em 1996, por Marialva Carlos Barbosa).

³²⁸Diário da Manhã, *Palestrando*, 16/03/1911.

O jornal *Diário da Manhã* da cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, publicara a matéria acima em 1911, cinco anos após o fim da Grande Reforma Urbana. Isso mostra que as notícias sobre os melhoramentos na capital estampariam as páginas dos jornais brasileiros por anos. Quanto maior o alcance, em tempo e espaço, de uma ação, mais força ela tem para se legitimar, e nada como o poder da imprensa para imortalizá-la.

Como foi mostrado nesse capítulo, a imagem da Grande Reforma Urbana foi muito além de 1906 e ultrapassou as fronteiras da capital, afinal, representantes de uma “causa nacional” não estampariam apenas páginas de jornais do Rio de Janeiro. O papel da imprensa foi fundamental para a legitimação dos ideais republicanos no conjunto da população brasileira, à medida que produziam discursos que procuravam mostrar que a remodelação da capital teria elevado o país a um novo patamar. Por isso, os investimentos na “regeneração” do Rio de Janeiro, a renovação de seu espaço urbano, o resgate de sua capitalidade, foram essenciais, pois a cidade foi o ponto de partida de aceitação do regime pelo país e do país pelo mundo. No próximo capítulo será discutida essa representação do Rio de Janeiro como símbolo do país, justificando assim os investimentos sobre a cidade.

3 – O RIO DE JANEIRO COMO SÍMBOLO DO BRASIL

A capital é espelho das demais partes componentes do Estado. O seu desenvolvimento, o seu progresso, se refletem sobre este, de modo que, impulsionar o aproveitamento de suas energias, embelezá-la, dotá-la de vantajosas condições materiais e econômicas, é promover o engrandecimento do todo.³²⁹

As palavras do jornal catarinense *O Dia*, são uma demonstração da importância simbólica que o Rio de Janeiro tinha para o país. No artigo, a capital é vista como um espelho para outros estados brasileiros. Tal metáfora nos remete a uma reprodução idêntica da imagem daquilo que é colocado diante do espelho. No entanto, nossa visão se limita apenas ao que está dentro do campo visual do espelho, e o que está por trás dele possui uma dimensão maior daquilo que enxergamos. O Rio de Janeiro foi colocado muitas vezes pela imprensa e pelos discursos oficiais como o espelho da nação, como se os demais estados se enxergassem na capital. No entanto, cada região do país possui seus próprios aspectos culturais, política local e recursos. Embora não se rejeite a influência do Rio de Janeiro sobre outras regiões, e sua posição como referência nacional, estas não eram uma cópia. E quando se falava em “espelho da nação”, fazia-se referência a apenas uma parte da cidade que se pretendia usar como exemplo de modernidade que representava novos tempos a contagiar o país. Mas os discursos da imprensa e do poder público tendiam a superdimensionar a renovação da capital para outras regiões que não estavam presentes para ver que as mudanças não foram tão radicais quanto pareciam. A propagação de ideias, a formação do senso comum, muitas vezes provoca um efeito mais forte do que a própria mudança material, do que o próprio evento, no caso as reformas implementadas na capital. Através da formação de um senso comum, foi sendo construído um imaginário acerca da modernização da capital e sua influência sobre o restante do país.

O investimento simbólico em obras grandiosas como a Avenida Central, a arquitetura, a valorização de regiões integradas à natureza e o papel da imprensa, entre outros, foram essenciais na construção desse imaginário, contribuindo com o poder público na construção de uma memória que exaltava as renovações em detrimento do antigo aspecto colonial. Melhoramentos, civilização, renovação, essas eram algumas das palavras proferidas por parte

³²⁹O Dia, *O Dia*, 22/11/1911.

de uma imprensa que ignorava os custos sociais, e que, pelo poder de seu discurso, buscava construir um imaginário que fizesse com que todo o país acreditasse ter alcançado um novo estágio de progresso e civilização. Além disso, tal imprensa mostrava somente o que lhes convinha mostrar, superdimensionando as mudanças na capital, dando-lhe um alcance maior do que realmente teve. Embora alguns jornais reproduzissem as críticas de correspondentes que viam de perto os dois lados das reformas, na maioria dos jornais pelo país, o que o leitor recebia eram as novidades de uma capital “regenerada”, simbolizando um novo Brasil e que serviria de inspiração para o desenvolvimento de outros estados.

No entanto, a mudança para a República não demonstrou em seus primeiros anos, essa preocupação com a capital, priorizando inicialmente a aceitação do regime pelas oligarquias agrárias. Embora já se discutisse as necessidades de renovação da capital, tais discussões seriam postas em prática apenas no início do século XX, quando se formularam projetos da renovação desta como um atrativo no cenário internacional e no interior do país.

3.1 – O federalismo e o esvaziamento político da capital

Em 1889, o Brasil deu adeus ao Império e um novo regime político entrou em vigor no país: a República. Os primeiros anos republicanos foram conduzidos num cenário de incertezas, principalmente durante o período do governo provisório, governado pelos militares Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894). Segundo Marcos Napolitano, depois da implantação do regime republicano em 1889, e com o isolamento político dos republicanos mais radicais, as propostas políticas se tornaram cada vez mais pautadas por valores conservadores e oligárquicos. Não foram levantadas pautas de teor social, como a incorporação dos libertos, o voto universal ou projetos na área de educação³³⁰. A discussão se pautava em como incorporar a política do novo regime aos interesses das poderosas oligarquias da época.

A Constituição de 1891 mudaria a representação política da capital ao introduzir o federalismo, que descentralizou o poder das mãos do governo federal e fortaleceu as oligarquias agrícolas que já há algum tempo almejavam maior participação política em favor de seus interesses, principalmente Minas Gerais, São Paulo e em menor escala, o Rio Grande do Sul. Minas Gerais era o segundo maior produtor de café e concentrava o maior número de eleitores

³³⁰NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República: da queda da Monarquia ao Estado Novo*, 2016. p. 17.

do país enquanto São Paulo a essa altura já teria alcançado um relevante poder econômico devido ao lucro obtido com a cultura do café, cuja produção despontara como a maior do Brasil³³¹. A relevância do Rio Grande do Sul se dava principalmente por sua integração econômica com outras regiões brasileiras devido à produção e distribuição de charque no território nacional³³² e à sua força militar, concentrando os maiores efetivos do Exército no país.

As províncias foram transformadas em estados, com maior poder administrativo e teriam também a vantagem de deter a renda dos impostos de exportação dos produtos, enquanto o governo federal ficaria com as rendas dos impostos de importação. Para o Brasil enquanto economia agroexportadora, eram mais vantajosos os impostos sobre exportação, o que favoreceu estados como São Paulo, que exportava café para o exterior³³³. Outra medida da Constituição seria a transferência da capital para a região central do Brasil, fato que se concretizaria apenas muitos anos depois, com a criação de Brasília. A Constituição de 1891 determinou uma área de 14400 km² para a construção da nova capital, dez vezes o tamanho da Capital Federal no Rio de Janeiro³³⁴. Segundo Moema Vergara, as discussões sobre a transferência da capital para a região central do Brasil, passaram por questões como o clima (a região central, de clima temperado, seria mais salubre e agradável ao imigrante), a integração da região central, a vulnerabilidade marítima do Rio de Janeiro (por ser uma cidade litorânea e mais propícia a ataques e epidemias); e o fato da cidade ser palco de constantes agitações políticas (podendo prejudicar as relações do governo com banqueiros internacionais, além das próprias questões envolvendo a relação entre a população e o governo)³³⁵.

A Lei Orgânica do Distrito Federal, aprovada em 20 de setembro de 1892, redefiniu a configuração política da capital, fortalecendo a autonomia do Senado, na qual incluía o poder de aprovação da nomeação do prefeito (que seria nomeado pelo presidente) e de veto sobre suas

³³¹Segundo Marieta de Moraes Ferreira, o Rio de Janeiro foi o principal polo econômico do país durante a maior parte do período imperial, graças à prosperidade da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba. Porém, na década de 1880, a província entrou em declínio econômico provocado por problemas na produção do café. O Rio de Janeiro então, assistia à instauração da República em meio a uma grave crise política, que se refletiu em “considerável perda de influência no conjunto da federação recém-criada”. Ver FERREIRA, Marieta de Moraes. *Política e poder no Estado do Rio de Janeiro na República Velha*. 1985 p. 117.

³³²LOVE, Joseph. *O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha*, 1997. p. 103-104. Segundo Joseph Love, o Rio Grande do Sul era responsável por cerca de 80% da produção nacional de charque.

³³³NAPOLITANO, Marcos. Op. Cit., p. 25.

³³⁴VERGARA, Moema de Rezende. *Ciência e história no relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central na Primeira República*, 2006. p. 911.

³³⁵Idem, p. 919.

decisões. A Lei Orgânica provocou a fragmentação do campo político carioca, que ficou marcado por uma série de disputas a nível federal, estadual e municipal. No entanto, essa fragmentação não conteve a politização da sociedade carioca. Segundo Marly Motta, “no Rio de Janeiro, havia excesso de política”³³⁶.

Não havia a pretensão de deixar o governo do país nas mãos dos militares por muito tempo. Além do projeto de fortalecimento das oligarquias, a presença militar na capital incomodava por representar a supressão da ordem. Havia a presença de um forte contingente da Marinha e do Exército na capital, e muitos militares se envolviam em agitações políticas e até mesmo em greves operárias. Segundo José Murilo de Carvalho, “nas greves, tumultos, revoltas, tentativas de golpes, havia sempre militares ao lado de elementos civis”³³⁷.

Após quase dez anos de crises nos governos anteriores, tanto por parte dos militares, que deixaram uma herança de desordem financeira e de déficits crescentes³³⁸, quanto do governo civil de Prudente de Moraes (1894-1898), marcado por intensas agitações nas ruas; o regime republicano foi se consolidando a partir do governo Campos Sales (1898-1902). Prudente de Moraes já havia feito um programa de ajustes fiscais e de estabilização econômica³³⁹, iniciando a recuperação econômica do país. No entanto, tais programas não foram suficientes para superar a instabilidade e seu governo foi marcado por impopularidade e protestos. Da longa crise de sua gestão, saiu vitoriosa a burguesia agrária paulista, que já se organizava para se instalar definitivamente no poder durante a fase militar da República³⁴⁰. Segundo Maria de Lourdes Mônaco Janotti, havia um projeto da burguesia paulista antes mesmo do primeiro governo civil, com base na cafeicultura e nas relações de produção com os interesses do capitalismo internacional. Segundo Janotti, tal projeto:

(...) revestia-se de conservadorismo da dominação oligárquica e do predomínio do poder civil sobre o militar. Suas bandeiras também eram o federalismo, a ordem e o progresso, mas incluía a continuidade dos vínculos do Brasil com as nações européias, reconhecidas como fonte de cultura e civilização e parceiras preferenciais nas relações econômicas³⁴¹.

³³⁶MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*, 2004. p. 23.

³³⁷CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados e a República que não foi*. 2010. p. 32.

³³⁸LESSA, Renato. *A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina*, 2001. p. 36.

³³⁹FRITSCH, Winston. *A estabilização conservadora*, 2019. p. 48.

³⁴⁰JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *A República – oposições e consolidação*, 1990. p. 52.

³⁴¹Idem. p. 59-61.

Prudente de Moraes significava o prosseguimento desse projeto de poder, que se consolidaria com a política de governadores instaurada por Campos Sales³⁴². Logo, o governo republicano tinha como metas governamentais, adequar o país às exigências do capitalismo internacional e fortalecer o poder federal e estadual, neutralizando as oposições³⁴³.

A ideia da permanência da capital no Rio de Janeiro não agradava o presidente Campos Sales, que procurou reduzir o poder político da capital, satisfazendo os anseios das oligarquias, que já há alguns anos reclamavam por mais representatividade política. Como foi dito, a Lei Orgânica fragmentou mas não havia esvaziado o cenário político carioca. O Rio de Janeiro possuía um tradicional núcleo político-partidário, com força no Congresso, o que ameaçava a livre atuação do governo federal, localizado na cidade³⁴⁴. Essa forte estrutura política local precisava ser desmontada. Outro fator que incomodava era o caráter agitado da população carioca; uma população heterogênea e vista como indisciplinada e inclinada a conflitos políticos. A cidade foi palco de diversos protestos e conflitos durante todos os governos republicanos anteriores, e até antes deles. Para Campos Sales, era preciso neutralizar as agitações nas ruas da capital, o local que representava a identidade nacional e que deveria ser sinônimo de ordem. Os intensos ataques da população a Prudente de Moraes e a baixa popularidade de Campos Sales, o presidente menos votado da então curta história republicana³⁴⁵, também contribuíram para o seu receio em atuar nesse cenário politizado. Portanto, a capital não possuía características que a permitissem dar sustentação a um governo voltado para os interesses das oligarquias e não da população. Preocupado com a estabilidade de seu governo, o presidente se viu diante de um duplo desafio: controlar a cidade tanto no interior das instituições como nas ruas.³⁴⁶ A neutralização da participação do poder político carioca seria essencial para a liberdade de atuação do poder central. Para Campos Sales, a capital não era local de política, isso caberia aos estados, pois segundo ele, “é de lá [dos estados] que se governa a República, por cima das

³⁴²Idem, p. 62. A política dos governadores garantia a autonomia dos estados em troca de apoio destes ao governo federal. Tal medida garantiu uma concentração de poder nas mãos de oligarquias estaduais. São Paulo e Minas Gerais foram os maiores beneficiários dessa política.

³⁴³Ibidem, p. 64.

³⁴⁴FREIRE, Américo. *República, cidade e capital: o poder federal e as forças políticas do Rio de Janeiro no contexto da implantação republicana*, 2000. p.25.

³⁴⁵MOTTA, Marly. Op. Cit., p. 28.

³⁴⁶FREIRE, Américo. Op. Cit., 2000. p. 26.

multidões que tumultuam, agitadas, nas ruas da capital da União”³⁴⁷. Sua função seria administrar e garantir a ordem e a harmonia entre os estados e o governo federal.

A cidade era lugar de anarquia, de identidade política difusa e espaço arredo ao controle governamental. Os anos de governo de Prudente de Moraes foram marcados, principalmente na capital, por intensa “política de rua”. Os estados, ao contrário, guardariam a verdadeira “opinião nacional”, resultante da “soma dessas unidades autônomas”, cada uma definida pela reunião de vários atributos, a saber: costumes, tradições, línguas, coloração moral, grandes aspirações, solidariedade étnica. Distinguiam-se sobretudo por seus “interesses particulares” ...³⁴⁸

Campos Sales introduziu um arranjo político conhecido como política dos governadores, que proporcionaria maior autonomia aos estados em troca de apoio às decisões presidenciais no congresso. Por meio dessa política, Campos Sales desnacionaliza os conflitos políticos, remetendo-os para o interior dos estados³⁴⁹, e não interferindo nestes. A autonomia dos estados não significou o enfraquecimento do poder central, ao contrário, os estados teriam liberdade de atuação dentro de suas regiões, mas quem mandava nas decisões de âmbito nacional era o presidente. Com essas medidas, Campos Sales conseguiu finalmente consolidar o regime republicano.

Com o estabelecimento do rodízio político entre São Paulo e Minas Gerais, a política do café com leite, não houve naquele momento, a necessidade de retirada física da capital da cidade do Rio de Janeiro, o que ocorreria somente em 1960. Diante do contexto da política dos governadores e das demais medidas tomadas pelo governo Campos Sales, o Rio de Janeiro perdia representatividade política. Tal situação abalou a sua capitalidade, mas, por outro lado, o progresso material almejado pelo novo regime republicano, estava condicionado aos melhoramentos urbanos da capital. O Rio precisou ter sua política local esvaziada para se tornar o lócus da ordem que conduziria o progresso.

³⁴⁷CARVALHO, José Murilo de. *Os três povos da República*, 2001. p. 62.

³⁴⁸LESSA, Renato. *Campos Sales e a rotinização da República*, 2019. p.40.

³⁴⁹FREIRE, Américo. Op. Cit., p.114

3.1.2 – A ascensão de São Paulo na gestão de Campos Sales

A política dos governadores não beneficiou por igual todos os estados da federação mas privilegiou os mais fortes e capazes de apoiar as suas decisões no Congresso. O estado de São Paulo foi o maior beneficiado com as políticas de Campos Sales. Segundo Jeffrey Needel, os fazendeiros paulistas viram na República uma redistribuição de poder mais favorável a seus interesses regionais. Essa elite rural almejava uma federação descentralizada, onde cada unidade federativa desfrutaria da receita que gerasse e seria governada por representantes eleitos pela elite local³⁵⁰.

No decorrer da segunda metade do século XIX, São Paulo despontava para uma forte economia devido à prosperidade gerada com a produção de café. O crescimento da produção cafeeira dinamizou a economia estadual e impulsionou a urbanização da capital paulista, fazendo de São Paulo uma província menos dependente do poder central. As necessidades de escoamento da produção do interior para os portos no litoral tornaram fundamentais a construção e expansão da linha férrea para o desenvolvimento e expansão do café³⁵¹. Portanto, na virada do século XIX, São Paulo contava com uma eficiente rede ferroviária e com a dinamização do porto de Santos, cujo desenvolvimento se dava em consonância com a produção, transporte e exportação do café.

São Paulo esperava relativamente pouco do governo federal, e preocupava-se principalmente em manter abertos os portos do Brasil a europeus e asiáticos que quisessem trabalhar nos cafezais. A crise de mão de obra em fazendas de café cultivadas por escravos em 1886-87 fora solucionada com a chegada de imigrantes italianos às plantações, e a Província de São Paulo já subsidiava a imigração antes do fim do Império, e continuou a fazê-lo até os anos 20. A intenção desse programa era a obtenção de mão de obra barata para a agricultura.³⁵²

O crescimento da produção cafeeira demandou a abertura de novas áreas para o cultivo no interior do estado. Com o declínio da mão de obra escrava na segunda metade do século XIX, os cafeicultores paulistas iniciaram a sua substituição pela mão de obra imigrante, que

³⁵⁰NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século, 1993*. p. 23.

³⁵¹Assunção, Paulo de. *São Paulo Imperial: a cidade em transformação*, 2004. p. 126.

³⁵²LOVE, Joseph. *Autonomia e interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira, 1889-1937*, 1997. p. 69.

passou a ter um crescimento progressivo ao longo dos anos. A Segunda Revolução industrial (1850-1870), se por um lado impulsionou a urbanização das cidades europeias, também gerou crises, oriundas do crescimento populacional, das condições de trabalho, alimentação e moradia. Essas transformações levaram alguns europeus a migrarem em direção à América.

No Brasil, à medida que o declínio da escravidão ganhava mais força, entrando definitivamente em crise na década de 1880, a elite rural se inclinava para a absorção da mão de obra do imigrante europeu. Dentro desse contexto, foi criada, em 1885, a Sociedade Promotora de Imigração, um projeto organizado pela elite cafeeira cujo objetivo era promover a imigração estrangeira em maior escala para o estado de São Paulo. A predisposição em receber famílias inteiras, incluindo idosos e recém-nascidos, era uma estratégia para vencer a concorrência com países vizinhos, como a Argentina, que priorizava a contratação de imigrantes solteiros. Isso evitava também a itinerância do imigrante e tentativas de retorno à Europa por razões afetivas. Esse projeto foi responsável pela vinda de mais de 250.000 imigrantes, sobretudo do Norte da Itália³⁵³.



Figura 31 – Mapa da Província de São Paulo mandado organizar pela Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, 1886 (Acervo do Arquivo Nacional – fundo Francisco Lobo Leite Pereira)

³⁵³SANTOS, Iverson Poletto. *A sociedade Promotora de Imigração: formação e influência, 1886-1895*, 2007. p. 6. Segundo Paulo de Assunção, as políticas de subsídio da imigração europeia datam de 1870. Mas a Sociedade Promotora de Imigração, criada em 1885, intensificou esse processo, aumentando consideravelmente o número de imigrantes no Estado de São Paulo. Ver Assunção, Paulo de. *São Paulo Imperial: a cidade em transformação*. p. 91.

A relação entre o café e a mão de obra imigrante foram fundamentais para o desenvolvimento da província e para a modernização da cidade de São Paulo. Com uma economia em constante desenvolvimento, São Paulo pôde intensificar o investimento em indústrias, especialmente a indústria têxtil, que também absorvia a mão de obra imigrante. A capital da província absorvia parte da mão de obra dos imigrantes insatisfeitos com as condições desfavoráveis a que estavam sujeitos nas fazendas³⁵⁴. Tal fator gerou um aumento populacional da cidade e contribuiu para a sua dinamização.

A prosperidade do café também disseminou o desenvolvimento dos negócios na capital paulista, e muitos fazendeiros investiram em serviços como bancos e comércios. “A cidade de São Paulo no fim do século XIX já despontava como um centro comercial, intelectual, bancário e burocrático da província”³⁵⁵.



Figura 32 – Avenida Paulista, 1900 (FERREZ, Gilberto. *Fotografia no Brasil, 1840-1900*)

³⁵⁴Assunção, Paulo de. *São Paulo Imperial: a cidade em transformação*, 2004. p. 92.

³⁵⁵Idem, p. 93.

Todos esses fatores fizeram com que São Paulo despontasse como a província mais rica da segunda metade dos oitocentos, e era essa a sua condição quando a República foi proclamada. Segundo Bóris Fausto, “a oligarquia paulista soube organizar o Estado de São Paulo com eficiência, tendo em vista os interesses mais gerais da classe dominante”³⁵⁶. Sua prosperidade econômica fez com que a elite paulista desejasse a sua autonomia do Rio de Janeiro. Nos tempos imperiais, essa elite acusava a monarquia de usufruir de sua receita em prol de interesses da capital do país, sediada no Rio de Janeiro³⁵⁷, ou seja, para a elite paulista, São Paulo sustentava os investimentos e os “caprichos parasitários” da Corte. Além disso, os paulistas desejavam ter mais poder de decisão dentro de seu próprio estado, sem a interferência do governo federal.

A ascensão de Campos Sales à presidência em 1898 consolidou os desejos de autonomia da oligarquia paulista, pois este, enquanto paulista e ex-presidente do estado de São Paulo (1896-1897), era um ferrenho defensor do federalismo. O esvaziamento político da capital foi a resposta positiva de Campos Sales aos interesses dessa poderosa oligarquia, que o tinha como seu representante. No entanto, apesar de sua preponderância econômica, São Paulo não podia sustentar todas as suas demandas sem recorrer ao governo federal, pois precisava que a União assegurasse uma política monetária e cambial que fosse favorável aos seus interesses econômicos, pautados na valorização do café³⁵⁸.

São Paulo chegava ao início do século XX como uma cidade dinâmica e apta a todos os tipos de negócios. Assim como o Rio de Janeiro, a capital paulista também havia entrado na era da “*belle époque*”, e sua elite procurou consolidar a sua modernização dentro dos parâmetros europeus:

O processo de transformação da cidade tinha como meta exteriorizar a riqueza que fora conquistada com a economia cafeeira. A elite paulistana estava desejosa de aproximar-se dos símbolos de civilização. Os novos edifícios deram sinais de distinção da cidade, na medida em que os proprietários de terras tenderam a consolidar suas moradias em São Paulo. A ocupação do Oeste Paulista, com a expansão da lavoura cafeeira, tornou possível o processo de urbanização da cidade, na medida em que os proprietários de terras tenderam a consolidar suas moradias em São Paulo.³⁵⁹

³⁵⁶FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*, 2015. p. 225.

³⁵⁷NEEDELL, Jeffrey D. Op. Cit., p. 28.

³⁵⁸FAUSTO, Bóris. Op. Cit., p. 228.

³⁵⁹ASSUNÇÃO, Paulo de. Op. Cit., p. 93.

Durante a gestão do prefeito Antônio Prado (1899-1911), que administrou a capital paulista por doze anos, São Paulo passou por uma remodelação, obedecendo à lógica de eliminação dos traços coloniais em vista da europeização da cidade. O prefeito realizou uma série de reformas, como a abertura da estação da luz³⁶⁰, a construção do Theatro Municipal (finalizado em 1911), o alargamento de ruas, construção de praças e abertura de avenidas, como a Tiradentes, que ligava os eixos Norte e Sul da cidade. A larga e planejada Avenida Paulista, aberta em 1891, tornava-se o local privilegiado onde os Barões do Café edificavam seus casarões na capital do estado.



Figura 33 – Estação da Luz, 1900 (FERREZ, Gilberto. *Fotografia no Brasil, 1840-1900*)

São Paulo procurou atrair investimentos estrangeiros e ampliar o seu projeto de imigração, que agora se delineava no contexto de implantação de uma civilização europeia em

³⁶⁰A estação da Luz começou a funcionar em 1867, mas sua edificação se deu na gestão do prefeito Antônio Prado, sendo inaugurada ao público em 1º de março de 1901.

seu território, onde se incluía a importação de costumes e o embranquecimento da população. Além disso, a elite considerava a mão de obra imigrante mais qualificada do que a brasileira, considerada em grande parte, indisciplinada. O poder público, tanto em São Paulo quanto no Rio, preferia atrair imigrantes a investir na educação e na profissionalização da população. Essa visão preconceituosa ia além de uma visão eurocêntrica, refletindo um pensamento racista, que via o negro e o mestiço como seres inferiores e inclinados à desordem. Em *Trabalho, lar e botequim*, Sidney Chalhoub aborda essa questão ao afirmar que o preconceito contra o negro se combinava com a obsessão das elites em promover o progresso do país, e que uma das formas de promover esse “progresso” era tentar branquear a população nacional:

A tese do branqueamento tinha como suporte básico a ideia da superioridade da raça branca e postulava que com a miscigenação constante a raça negra acabaria por desaparecer do país, melhorando assim a nossa “raça” e eliminando um dos principais entraves ao progresso nacional – a presença de grande contingente de população de cor, pessoas pertencentes a uma raça degenerada³⁶¹.

Campos Sales consolidou o regime republicano estabilizando a política e a economia do país. No entanto, deixou a presidência sob vaias, devido à baixa popularidade com a população carioca, insatisfeita com o descaso de sua gestão, que privilegiou os interesses paulistas. Foi nesse cenário de impopularidade que Rodrigues Alves (1902-1906) assumiu a presidência em 15 de novembro de 1902. Rodrigues Alves também era paulista como seu antecessor, e havia sido presidente do Estado de São Paulo (1900-1902)³⁶² pouco antes de assumir a presidência da República. Seu perfil representava a continuidade de um governo que privilegiava os interesses paulistas, e por isso foi recebido com “extrema frieza” pela população da capital³⁶³. Apesar da baixa popularidade do governo Campos Sales, que governou o Brasil entre 1892 e 1902, o mesmo entregara a seu sucessor Rodrigues Alves um quadro econômico relativamente estabilizado. Rodrigues Alves tomou posse em 15 de novembro de 1902 e os principais objetivos de seu governo seriam a atração de mão de obra imigrante, a reforma do porto, a circulação de mercadorias e o saneamento e embelezamento da capital, ambos relacionados um ao outro.

³⁶¹CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*, 2001. p. 113.

³⁶²O cargo de presidente de estado correspondia ao atual cargo de governador do estado.

³⁶³SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*, 1984. p. 41.

A capital por sua vez, passava a ter novos usos dentro desse contexto de mudanças. O Rio de Janeiro, que sempre foi o polo de atração do país, costumava atrair para a cidade mão de obra, intelectuais e investimentos. Com a emergência de estados como Minas Gerais e São Paulo após a Constituição de 1891, e principalmente com a política dos governadores instituída por Campos Sales, as melhorias na capital passaram a ser também um projeto dessas poderosas oligarquias.

Minas Gerais também promoveu uma intensa campanha de atração de imigrantes. Em meados do século XIX, houve um incentivo à vinda de estrangeiros para a produção de café na Zona da Mata, incluindo a construção da Rodovia União e Indústria, ligando Juiz de Fora a Petrópolis, e aberta em 1860³⁶⁴. Em 1887, a elite mineira organizou a Sociedade Promotora de Imigração em Minas Gerais, com sede em Juiz de Fora, promovendo o estabelecimento de imigrantes na província. Em meados do século XIX, a campanha foi endossada com a construção da nova capital mineira Belo Horizonte, fundada em 1897. A própria imprensa italiana promoveu a ida de italianos para a ocupação de terras na região do Curral del Rei, onde estava sendo construída a nova capital mineira. Portanto, a presença de imigrantes também foi fundamental para impulsionar o desenvolvimento de Minas Gerais no século XIX, justificando seu interesse na penetração de estrangeiros, que partiam para a região após desembarcarem no porto do Rio de Janeiro³⁶⁵.

³⁶⁴PEREIRA, Ligia Maria Leite. *Imigração italiana e desenvolvimento em Minas Gerais*, 2011. p. 1.

³⁶⁵As pesquisas sobre imigrantes podem ser feitas nos arquivos públicos de cada estado, além do Arquivo Nacional. O Arquivo Nacional possui um dos maiores acervos sobre imigração do país, incluídos nas bases de dados sobre entrada de estrangeiros no porto do Rio de Janeiro entre 1875 e 1900, as listas de passageiros que chegaram nos portos do Rio de Janeiro (1875-1963) e Santos (1891-1982); além dos fundos documentais *Departamento Nacional de Povoamento* (1877-1932) com registros de imigrantes em hospedarias e na agência Central de imigração; *Inspetoria Geral de Terras e Colonização* (1819-1890) e *Polícia da Corte* (1808-1866).



Figura 34 – Antigo Curral del Rei, 1896 (*Histórias de bairros de Belo Horizonte*. Produzido pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte)

Pela forte representatividade, um Rio de Janeiro moderno e sem riscos de epidemias, significaria a atração de mão de obra e investimentos para esses estados, pois a visão do país seria modificada com as mudanças da capital. As transformações também estariam inseridas num contexto de novas conexões entre o Rio de Janeiro e essas oligarquias, principalmente a oligarquia paulista, que tinha mais poder econômico para investir na atração de mão de obra e no desenvolvimento de seu estado.

Mas a economia do Rio de Janeiro não se pautava apenas pela decadência de sua cafeicultura, que contribuiu para a emergência de São Paulo na economia do cenário nacional. Apesar do crescimento de São Paulo, o Rio de Janeiro concentrava as instituições nacionais e um intenso comércio, cujos anúncios se destacavam até mesmo em jornais de estados vizinhos, como foi mostrado no capítulo anterior. Possuía também indústrias, que atraíram migrantes de diversas regiões, contribuindo para o povoamento tanto da área central como dos subúrbios. Todas essas questões, somadas à histórica representatividade da capital, justificavam os investimentos na sua remodelação.

Apesar de as plantações esgotadas do interior do estado terem sido superadas pela expansão da lavoura no Oeste paulista, cresceram as necessidades e a importância nacional da capital. Ela não só manteve, como ampliou seu papel como centro administrativo, comercial, financeiro e industrial da República. Após um século de

reformas parciais e esperanças frustradas, o Rio precisava desesperadamente das reformas urbanas que seriam a marca registrada de sua *belle époque*³⁶⁶.

Jeffrey Needel justifica o interesse dos paulistas nas reformas da capital federal explicando que, com a consolidação política e econômica, o governo Campos Sales reafirmou a necessidade da presença europeia e seu propósito de encorajá-la. “Além de empréstimos e investimentos, incentivou-se a imigração, crucial para a elite paulista desde 1888, pois era considerada fundamental para um desenvolvimento nos moldes europeus”³⁶⁷.

O manifesto inaugural de Rodrigues Alves mostra a importância dispensada à imigração, apontando-a como fator fundamental para o desenvolvimento do país. Seu discurso de posse deixa claros tais objetivos, como mostram os trechos extraídos de seu pronunciamento ao Congresso Nacional, em 1902:

As grandes conveniências da produção e da riqueza prendem-se a esses importantíssimos serviços aos quais é mister adicionar o que se refere aos instrumentos de transporte para a circulação fácil dos produtos do comércio e da indústria.

Confio grandemente na ação do *trabalhador estrangeiro*, que nos tem trazido a energia de sua atividade e em várias zonas da República é conhecida e louvada a influência do seu concurso fecundo para o desenvolvimento de nossas variadas produções.

Aos *interesses da imigração*, dos quais depende em máxima parte o nosso desenvolvimento econômico, prende-se a *necessidade do saneamento desta capital*, trabalho, sem dúvida, difícil porque se filia a um conjunto de providências, a maior parte das quais de execução dispendiosa e demorada.

Os serviços do *melhoramento do porto desta cidade* devem ser considerados como elementos de maior ponderação para esse empreendimento grandioso.

(...)

A capital da República não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de *atração de braços*, de atividades e de capitais nesta parte do mundo³⁶⁸.

Rodrigues Alves realizou pronunciamentos anuais ao Congresso Nacional, durante toda a sua gestão. Tais mensagens mostram quais eram as prioridades de seu governo:

³⁶⁶NEEDEL, Jeffrey D. Op.Cit., p. 54.

³⁶⁷Idem, p. 54.

³⁶⁸Manifesto inaugural de Francisco de Paula Rodrigues Alves. Rio de Janeiro. 15.11.1902. p. 11-12 (*grifos nossos*).

Em documentos anteriores tenho aludido ao serviço do *saneamento desta Capital* e cada vez me sinto mais convencido de que *aí se encontrará o elemento primordial para o reerguimento da vida econômica do país*. Parece-me, porém, que *o serviço deve começar pelas obras do porto*, que tem de constituir a base do sistema e hão de concorrer não só para aquele fim utilíssimo, como evidentemente para melhorar as condições do trabalho, as do comércio, e o que não deve ser esquecido, as da arrecadação de nossas rendas³⁶⁹.

Como é mostrado acima nos pronunciamentos do então presidente, o saneamento da capital, conhecida por suas constantes epidemias, seria primordial para a prosperidade econômica de todo o país. Os investimentos na modernização do porto também seriam essenciais, pois o porto era um dos maiores elementos simbólicos do Rio de Janeiro, além de ser essencial para a movimentação financeira³⁷⁰. O progresso de oligarquias como São Paulo também contava com as melhorias no Rio de Janeiro. As palavras de Rodrigues Alves em seu discurso de posse mostram que o governo federal buscava aumentar a credibilidade no país e atrair investimentos e mão de obra. Dentro desse contexto, houve um forte interesse da elite paulista em reforçar a importância da capital no cenário internacional, pois seria a partir da imagem do Rio de Janeiro no exterior, que São Paulo atrairia essas benesses. Os interesses paulistas, ao mesmo tempo em que contribuíram para o esvaziamento político da capital, contribuíram também para o fortalecimento de seu caráter representativo enquanto vitrine da nação.

Antônio Prado realizou reformas na cidade de São Paulo seguindo a mesma ótica de Pereira Passos, de embelezamento, saneamento e progresso material. Ambos procuraram substituir o que consideravam ter um aspecto colonial de suas cidades com ruas mais largas, praças e uma arquitetura inspirada em Paris. Essas ações, sem dúvida modernizaram e embelezaram a capital paulista. Mas São Paulo não possuía a mesma representatividade do Rio de Janeiro nacionalmente e internacionalmente.

³⁶⁹Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves. 03.05.1903 (*grifos nossos*).

³⁷⁰AZEVEDO, André Nunes. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*, 2016. p. 130.

3.1.3 – Mudanças na capital, mudanças para o Brasil

Ao abordar o cenário do país na virada do século XIX para o século XX, Margarida de Souza Neves levantou a seguinte questão: “de que forma a suntuária e caríssima reforma urbana do Rio de Janeiro orquestrada pelo prefeito Pereira Passos se justifica, uma vez que, como foi visto, a capital havia sido esvaziada de seu potencial político?”³⁷¹

Apesar do esvaziamento político da capital, o Rio de Janeiro possuía um poder simbólico muito forte e tradicional: era a vitrine da nação. Essa característica foi desenvolvida e legitimada ao longo de sua história. Portanto, no imaginário da população brasileira, a nação era representada pelo Rio de Janeiro, e seu caráter cosmopolita embasava a construção dessa imagem no exterior. Para o estrangeiro, o Rio já era consagrado pelo conjunto do país e era lá que tudo acontecia. Dessa forma, a visibilidade do Brasil estava condicionada à reputação da capital, não somente porque era a capital burocrática, mas porque era a capital cultural. O progresso invocado pelo novo regime não precisava apenas de uma nova jogada política, precisava também ser visto e materializado na modernização de sua porta de entrada para o exterior: o Rio de Janeiro. Sua modernização interessava a todos que queriam prosperar, atrair mão de obra e investimentos, incluindo o estado que mais se destacava economicamente na federação: São Paulo.

Mas as reformas não visavam apenas a reputação do país, representado pela capital no exterior, mas também a reputação do regime republicano no interior do país, representado pelo progresso. Apesar da impopularidade de Campos Sales, Rodrigues Alves encontrou um campo mais estabilizado para governar. A elite política carioca havia sido neutralizada e não interfeririam em suas decisões. A população, apesar das vaias a Campos Sales, estava menos agitada, e a crise econômica havia sido controlada. Mas ainda assim, a República não havia alcançado a aprovação popular. Se Campos Sales legitimou a República entre as elites, coube a Rodrigues Alves legitimá-la diante da população brasileira, ainda apegada afetivamente a décadas de tradição monárquica³⁷².

³⁷¹NEVES, Margarida de Souza. *Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*, 2003, p. 27. Conforme foi discutido ao longo dessa dissertação, as reformas não foram empreendidas apenas por Pereira Passos.

³⁷²AZEVEDO, André Nunes. Op. Cit., p. 129.

Após um século de investimentos simbólicos que reforçaram o poder centralizado; a monarquia e a figura do imperador, não desapareceriam da memória do brasileiro tão facilmente. Além disso, a mudança para a República não incluiu demandas sociais da população em seus projetos, tendo sido um regime que beneficiou as oligarquias mais poderosas do país. A República conquistou as elites agrárias, mas não havia conquistado a população. O investimento no progresso material foi a estratégia escolhida pelo poder público a fim de efetivar essa legitimação a nível do conjunto da população. Rodrigues Alves efetiva os investimentos na remodelação da capital do país também dentro desse contexto.

Os discursos da época atribuíam às mudanças a regeneração, condenando o “aspecto colonial” e insalubre da capital, inimigos do progresso. Ao publicar notícias sobre as reformas na capital, os jornais dos outros estados do Brasil contribuíam para esse projeto de legitimação, produzindo um consenso em favor deste regime político. Os jornais que mais produziam artigos sobre as reformas foram aqueles que estavam diante dos acontecimentos, ou seja, os jornais da capital. Além disso, boa parte da reforma que cabia a Pereira Passos era voltada para os usos dos habitantes da cidade, o que gerava uma ampla produção de discursos sobre a renovação da capital em jornais e revistas locais. Entretanto, os jornais de outras regiões do país também endossaram os discursos sobre as reformas, repercutindo em suas páginas os acontecimentos da capital, associando-as a uma conquista não apenas carioca, mas nacional.

Rodrigues Alves deixou claro que era preciso investir na modernização e na salubridade da capital como pré-requisito ao progresso nacional, que, aliado aos projetos civilizatórios de Pereira Passos, levaria à regeneração da sua capitalidade. Ano após ano de seu governo, o presidente enfatizava que os defeitos da capital seriam sentidos por todos os brasileiros, e por isso era de extrema urgência que esta fosse restaurada. Isso foi explicitado em todos os seus pronunciamentos ao Congresso Nacional como mostram os discursos selecionados abaixo (*grifos nossos*):

- “Os *defeitos da Capital* afetam e perturbam todo o desenvolvimento nacional. A sua restauração no conceito do mundo será o início de vida nova, o incitamento para o trabalho na área extensíssima de um país que tem terras para todas as culturas, climas para todos os povos e explorações remuneradoras para todos os capitais”.³⁷³
03 de maio de 1903.

³⁷³Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves. 03.05.1903.

- “Tornou-se porém, em meu espírito inabalável a crença, felizmente generalizada, de que *as forças econômicas do país não poderão ser eficazmente ativadas enquanto a Capital da República não reunir as condições indispensáveis* para constituir um centro poderoso de atração de braços e capitais, sem as suspeitas de insalubridade que, exageradas por uns e exploradas por outros, vão, sem sentirmos, entorpecendo o nosso desenvolvimento”.³⁷⁴ 03 de maio de 1904.

- “Além das grandes obras iniciadas nesta cidade e do trabalho, que não tem tido interrupção, para *transformá-la higienicamente em uma capital digna de nosso vastíssimo território*”.³⁷⁵ 03 de maio de 1905.

- “O problema econômico continua a interessar-me vivamente. As grandes obras, corajosamente empreendidas, como necessárias para eliminar as causas que estavam alimentando a *má fama de insalubridade desta capital*, foram consideradas a base de um sistema de saneamento geral, que tem sido estrita e rigorosamente observado”.³⁷⁶ 03 de maio de 1906.

A materialização desse e de outros discursos presidenciais através das reformas da capital foi recebida pela imprensa como uma ação que traria benefícios para todo o Brasil. A remodelação da capital seria uma demanda que atenderia a interesses de outras regiões, pois os investimentos, trabalhadores e produtos que chegariam ao país, seriam atraídos por uma capital que fosse exemplo de prosperidade. Segundo as palavras de Nicolau Sevchenko, “não bastava que a nação estivesse pacificada sob o poder civil, como o conseguiu Prudente de Moraes, ou que estivesse com as finanças recuperadas, conforme o esforço de Campos Sales, para que os capitais e recursos estrangeiros afluíssem abundantemente ao Brasil”³⁷⁷. A capital ainda apresentava muitos problemas que seriam vistos como empecilhos à vinda de estrangeiros ao nosso meio, e eles precisavam ser extirpados. Além da presença estrangeira no território nacional, o regime buscava aceitação e prestígio na capital, e além dela, nos estados da federação.

O Estado passou a usar todos os meios para legitimar um projeto de renovação da capital da república, o “centro convergente da vida social, política e cultural do país”³⁷⁸. Segundo Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo, matérias pagas em jornais e revistas da época

³⁷⁴Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves. 03.05.1904.

³⁷⁵Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves. 03.05.1905.

³⁷⁶Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves. 03.05.1906.

³⁷⁷SEVCENKO, Nicolau. Op. Cit., p. 45-46.

³⁷⁸AZEVEDO, André Nunes. Op. Cit., p. 167.

propagavam o embelezamento da cidade.³⁷⁹ Uma crônica publicada pela revista *Renascença* em maio de 1903, mostra como os discursos da imprensa enfatizavam o papel simbólico do Rio de Janeiro como o conjunto da nação. O artigo incentiva a transformação do Rio de Janeiro, enfatizando que seu atraso desmoralizava todo o país, pois era a capital que estava inserida no imaginário do estrangeiro quando este pensava no Brasil. Mais uma vez observamos como era valorizada a penetração estrangeira no país, tanto pela atração de investimentos quanto de mão de obra:

Entretanto o *Rio de Janeiro é o Brasil*. O estrangeiro que aqui desembarca, de passagem num transatlântico, leva sua rápida visita à nossa desprovida cidade uma triste ideia de todo o nosso país. E esse estrangeiro, como os milhares de outros que por aqui passam, é uma voz a proclamar nos serões de família e nas rodas de amigos o nosso descrédito.

Ora, essa é uma questão vital para nós, país que antes de tudo precisa do auxílio do estrangeiro, do sangue, do braço e do capital estrangeiro.

Procurar tornar o Rio de Janeiro, pois, uma cidade moderna, é a necessidade indeclinável e inadiável do nosso problema econômico (...).

A transformação da cidade do Rio de Janeiro não pode deixar de ser o início de nossa reabilitação econômica. Quando isto aqui for uma bela e saudável cidade, aparelhada para a vida mundana com todos os elementos de comodidade e conforto, a população há de crescer, o comércio se desenvolverá, e a população e o comércio são condições de prosperidade.

(...)

E quando o Rio de Janeiro deixar de ser a cidade que ainda hoje é, eu lhes direi o que será o Brasil³⁸⁰.

Com a atenção voltada para a vida efervescente da capital, as revistas ilustradas, como a citada acima, estavam inseridas no contexto de modernização, integravam a vasta paisagem cultural da nacionalidade e seus textos, geralmente complementados por imagens, revelavam o Rio de Janeiro como o coração do Brasil, a cidade que representava o país³⁸¹.

Como polo de atração e difusão de valores, o Rio de Janeiro, cidade-capital, modela em grande parte o discurso dessas publicações cujas páginas mostram uma fina sintonia com a panorâmica da metrópole. Através dessas publicações, o leitor consegue percorrer as páginas da cidade. Tais experiências passaram a evocar as principais características da cidade-metrópole no século XX³⁸².

³⁷⁹FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*, 1995. p. 68.

³⁸⁰BARRO, João de. *Chronicas*. Revista *Renascença*. Edição 003 maio de 1904. p. 83-86. (*grifos nossos*)

³⁸¹OLIVEIRA, Cláudia de. *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*, 2016. p.14.

³⁸²Idem, p. 13.

Detentor de grande representatividade como cidade formadora de opinião, devido a sua importância como capital e polo cultural do país; no imaginário da população, se o Rio de Janeiro progredia, o Brasil progredia. Tal situação justificava a atenção dispensada pelos jornais brasileiros, acompanhando o seu processo de modernização. A Grande Reforma Urbana despertaria em outros estados os anseios e a esperança de se inserirem numa nova era. Para eles, as mudanças na capital, seriam o pontapé de um progresso que alcançaria o país inteiro. As reformas inseriam o Rio numa nova atmosfera, que haveria de atingir todo o país.

(...) é preciso lembrar o papel que o Rio assume como cidade-capital: reformada, iluminada, saneada e modernizada a capital permitia aos estrangeiros que nela aportavam, aos que circulavam pelas calçadas da grande Avenida vestidos pelo último figurino parisiense e aos líderes da república acreditar que o Brasil – nela metonimizado – havia finalmente ingressado na era do progresso e da civilização. Para o país como um todo, os estados – para utilizar a fórmula de Campos Sales -, a capital modernizada antecipava um futuro que imaginavam que um dia seria o seu³⁸³.

Através de seus jornais, os outros estados, mesmo os mais distantes do Rio de Janeiro, iam ficando a par da Grande Reforma Urbana, que seria o principal agente transformador da capital. O prefeito Pereira Passos ficou conhecido pelos quatro cantos do país como um herói nacional. Além dele, outros agentes da Grande Reforma Urbana, como o então Ministro da Viação e Obras Públicas Lauro Müller; o presidente Rodrigues Alves, o médico sanitário Oswaldo Cruz, entre outros, também foram retratados nos jornais como agentes do progresso. Apesar da publicação de algumas críticas (especialmente contra a postura autoritária do prefeito Pereira Passos), em geral, as reformas do Rio de Janeiro eram mostradas nesses jornais como um motivo de orgulho nacional e um exemplo a ser seguido. Além disso, essas mudanças foram utilizadas pelos jornais como uma forma de comparar o progresso da capital com a situação em que se encontravam. Isso de certa forma poderia ser utilizado como uma maneira de reivindicar ou demonstrar implicitamente o desejo de melhorias para suas cidades, e despertar na população o mesmo sentimento.

A imprensa intensificou a posição hegemônica ocupada pelo Rio de Janeiro. Por todo o país, sua “grande avenida” e os feitos de seu prefeito eram notícia, e o jornal foi o grande responsável por isso, assumindo a “missão” de levar por todo o país a “agitação” que envolvia

³⁸³NEVES, Margarida de Souza. *Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*. 2003, p. 27.

um novo Brasil representado pela capital. O discurso do progresso estampado nos jornais se tornava mais forte pelas mudanças estarem acontecendo no Rio de Janeiro, detentor de poder simbólico enquanto cidade-capital. Essa função a colocava em primeiro plano no projeto de legitimação do regime republicano³⁸⁴. As mudanças na cidade encontraram nessa nova imprensa um espaço perfeito tanto para a difusão de notícias, pelos avanços técnicos; quanto para a formação de um consenso. Ao mesmo tempo em que destacava o Rio de Janeiro por seu destaque no cenário nacional, a imprensa reforçava essa representação.

(...) apesar de sua heterogeneidade, mantém uma coesão bastante clara no plano das representações: como capital de fato, como portadora simbólica do signo da capitalidade ou como espelho das graças e mazelas do país, o Rio carrega em si o paradigma da nacionalidade³⁸⁵.

Como já foi comentado, a Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro representava não somente a mudança na cidade, mas significava uma nova era para o Brasil, que acabara de abolir a escravidão, de derrubar o Império e de instaurar o novo Regime Republicano. As conquistas do Rio eram para outros estados, as suas conquistas; e as derrotas foram muitas vezes ignoradas pela imprensa e nem sempre chegavam em todos os lugares com a intensidade em que se fizeram presentes na capital. Afinal, pra que mostrar o ônus se o “povo” queria ver progresso? Jornais de outros estados enalteciam a posição da capital, e apontavam sua grandeza como o polo cultural de um país vasto e que tinha muito a crescer e aprender com o seu exemplo:

(...) Agora que um novo ciclo de transformações grandiosas vem de ser iniciado, com entusiasmo, *na culta capital do ainda inculto e vastíssimo território do país*, é de esperar que o novo mercado seja inaugurado com a máxima brevidade, isto é, que não exceda do prazo dos 3 anos convencionados³⁸⁶.

O poder simbólico que o Rio de Janeiro tinha era tamanho que a cidade era confundida com o Brasil, como mostra o *Jornal do Recife* em matéria publicada no ano de 1904. O jornal aponta um novo Brasil, que não deixava a desejar para a “rival Argentina”. Percebe-se como o Brasil era metaforizado pelo Rio de Janeiro, pelas palavras do jornalista, que aponta a rivalidade não entre Brasil e Argentina ou Rio de Janeiro e Buenos Aires, mas entre Rio de Janeiro e

³⁸⁴BARBOSA, Marialva Carlos. *História Cultural da Imprensa (1800-1900)*, 2010. p. 119.

³⁸⁵COSTA, Frederico Lustosa; O'DONNELL, Julia Galli; MENDES, Pedro Barbosa. *Rio de Janeiro, uma cidade na história*. 2010. p. 43.

³⁸⁶O Dia, *O novo mercado do Rio*, 07/07/1903. (*grifos nossos*)

Argentina. Analisando as palavras do jornalista, já se subentendia que o Rio de Janeiro era o Brasil.

O tempo, o eterno tempo, que tudo modifica e que tudo transforma, de já começa a afastar as espessas colunas de fumo que envolveram sufocantes e densas a ideia desse Prefeito da capital do país, que num arrojo hercúleo, vencendo ódios e derrubando barreiras, afrontando embaraços e sofrendo injurias, fez rolar com as potentes picaretas do operariado, inúmeros casarões sem estética e sem luz, antevendo na sua obra, que a turbamulta apedrejava, *um Rio de Janeiro estético e limpo, belo e salubre, rival da Argentina*, digno de ser visitado pelos elementos estranhos (...).³⁸⁷

Como vimos, a mudança de regime político trouxe para o cenário brasileiro a emergência de outras cidades. São Paulo se agigantava, a recém-fundada Belo Horizonte já havia sido planejada dentro dos ideais progressistas republicanos. Tais ideais aos poucos iam contagiando outras cidades enquanto outras caminhavam em passos mais curtos. Porém, com o desenvolvimento da comunicação, o Brasil se conectava, as cidades “encolhiam”. E os outros estados refletiam em seus periódicos as conquistas materiais da capital, que eram também uma conquista deles enquanto representados por ela:

Nota-se nos primeiros atos da administração municipal um ardente e sincero desejo, uma nobre e patriótica aspiração de imprimir à nossa capital um desenvolvimento que a coloque à frente dessas manifestações de progresso que se nota nos principais municípios do Estado.

É digno de louvor esse movimento, para cujo bom êxito devem convergir os esforços dos que realmente amam esta terra e a desejam próspera, gozando de avantajada posição na federação brasileira.

A Capital é o espelho das demais partes componentes do Estado, o seu desenvolvimento, o seu progresso se refletem sobre este, de modo que, impulsionar a aproveitamento de suas energias, embelezá-la, dotá-la de vantajosas condições materiais e econômicas é promover o engrandecimento do todo.

E isso compreendeu o benemérito governo – Rodrigues Alves, quando pela ação fecunda desse extraordinário estadista que é o orgulho do povo catarinense – o sr. dr. Lauro Muller, transformou, secundado por Pereira Passos e Oswaldo Cruz, completa e radicalmente a Capital da República.³⁸⁸

Ainda que tivessem seus representantes conterrâneos, os jornais de outros estados prestigiavam o prefeito do Rio, Pereira Passos. Um exemplo é a matéria abaixo, publicada no

³⁸⁷Jornal do Recife, *Chronica*, 11/09/1904. (*grifos nossos*)

³⁸⁸O Dia, *O Dia*, 22/11/1911. Um recorte dessa matéria foi utilizado anteriormente ao analisar a representatividade de Lauro Muller em Santa Catarina. Sendo um jornal catarinense e porta-voz oficial, *O Dia*, procurava sempre enaltecer Lauro Muller como um herói daquele estado.

jornal paranaense *A Notícia*. Santa Catarina tinha seu representante na Grande Reforma Urbana, o engenheiro e Ministro Lauro Müller. Mas Pereira Passos também era digno da gratidão nacional pelos serviços prestados à capital:

A imponente manifestação que o povo carioca acaba de prestar ao benemérito dr. Francisco Pereira Passos, prefeito municipal da *adiantada capital brasileira*, no governo Rodrigues Alves, é um belo prenúncio de que se levanta o *sentimento de gratidão nacional* aos que vão concorrendo na sua esfera e na altura de suas forças pelo desenvolvimento material do nosso meio

(...)

Não há quem vendo o atual Rio de Janeiro, com suas ruas largas, amplamente cortadas, com os arrasamentos dos morros que a enfeavam, com as suas praças e jardins, com todos os aperfeiçoamentos de hoje, não sinta uma admiração, pasmosa até, pela rapidez com que foram planejados e executados, graças ao ânimo viril, a vontade de ferro, a coragem cívica, desse *extraordinário servidor do nosso engrandecimento*, que concorrendo para as belezas da capital a libertou, além do mais, da febre amarela e outros morbus que além de ser um entrave ao nosso progresso, era uma arma de desprestígio dos nossos desafetos.³⁸⁹

3.2 – Os investimentos simbólicos na capital

A memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade possa existir.³⁹⁰
(Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*)

Em *As cidades invisíveis*, Ítalo Calvino faz uma homenagem às cidades. Esse espaço social, “carregado invólucro de símbolos”³⁹¹, e que segundo Calvino, “contém o passado como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas,(...), nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras”.³⁹² A cidade vai além de seu espaço físico, é um mundo de representações.

O Rio de Janeiro é uma cidade repleta de símbolos que se inserem no que Pierre Nora chama de “lugar de memória”. A centralidade do Rio de Janeiro lhe conferia o poder de disseminar ideias e agregar uma memória coletiva como sendo a memória nacional³⁹³. Segundo

³⁸⁹A Notícia, *Prefeito Passos*, 28/11/1906. (*grifos nossos*)

³⁹⁰CALVINO, Ítalo, *As cidades invisíveis*, 2002. p. 17.

³⁹¹Idem, p. 14.

³⁹²Ibidem, p. 12.

³⁹³CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*, 1990. p. 10.

Pierre Nora, um lugar só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica³⁹⁴. E o Rio de Janeiro, privilegiado por sua capitalidade e por suas paisagens naturais, era o lugar onde mais se investia nessa aura simbólica. Os investimentos simbólicos na construção da nação durante o século XIX foram muito intensos, e visaram a criação de uma forte unidade nacional, centralizada na figura dos imperadores (ainda que tenha havido a tripla regência durante quase uma década), baseada em rituais, instituições, tudo o que pudesse construir uma memória que fortalecesse aquele projeto político. Os anos iniciais da República, pautados por interesses elitistas e da busca pela estabilização política e econômica, não tiveram apelo popular suficiente para apagar da memória afetiva da população toda a representação do Império. Mas o regime precisava ser legitimado no país, e o ponto de partida seria a capital federal. Era preciso naquele momento investir em uma memória representada pelo progresso.

Segundo José Murilo de Carvalho em *A formação das almas*, “a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político, pois é do imaginário que se pode atingir a cabeça e o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo”³⁹⁵. José Murilo de Carvalho aponta para a importância que a manipulação do imaginário social possui em momentos de mudança política e social. Tal ação é orientada por interesses de grupos dominantes, a fim de conquistar afetivamente as demais esferas da população, convencendo-os a aceitar as aspirações de tal grupo dominante bem como as mudanças instituídas.

As reformas construiriam um novo imaginário, orientado por novos usos da capital, apagando da memória as representações que tivessem afinidades com o período imperial. Esses projetos trariam uma nova significação para a cidade, fazendo surgir novas imagens em detrimento de imagens antigas, que deveriam ser extirpadas. A produção desse novo imaginário atingiria primeiramente a população carioca, para em seguida “conquistar” a população brasileira. Dessa forma, o regime republicano iria penetrando na sociedade através do progresso da capital. Molda-se um novo imaginário através do contato com esse novo espaço urbano, tanto de seus habitantes quanto de outros estados, que mantinham esse contato através das notícias dos jornais. De acordo com Roger Chartier, “as representações do mundo social assim

³⁹⁴NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, 1993. p. 21.

³⁹⁵Idem, p. 21.

construídas, (...) são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que a as forjam”³⁹⁶, e tal discussão vai além de suas análises sobre a produção do discurso. Nesse caso, cabe a todos os investimentos simbólicos aplicados na capital, da qual os discursos da imprensa fizeram parte, assim como a própria edificação material das avenidas, ruas e prédios e a remodelação do porto.

Os anseios pelo progresso material da capital do novo regime republicano, teve na imprensa, inserida no contexto dos avanços dos meios de comunicação e de uma sociedade ávida pelas novidades, o apoio fundamental para reforçar a sua representação como vitrine do progresso. E os jornais de todo o Brasil refletiam e fortaleciam o imaginário de um país que se enxergava na capital.

Para o conjunto do país, o Rio de Janeiro é capital na medida em que as províncias e as cidades provincianas veem a cidade como uma projeção do que ainda está por vir: o sonho de reproduzir, talvez em escala menor, os jardins franceses da capital, os prédios imponentes, os monumentos, o bonde, a iluminação elétrica, o "progresso" enfim, sonhado apenas como uma espécie de parusia imanente³⁹⁷.

Num cenário paradoxal, o Rio que tem a sua autoridade como símbolo nacional reforçada pela tradição, seria também a cidade do futuro, projetada por uma elite que almejava o progresso. E os plenos poderes concedidos a Pereira Passos, e sua atuação junto às obras empreendidas pelo governo federal, confirmam esse papel simbólico que, segundo Marly Motta, costuma caber às cidades-capitais³⁹⁸.

Em *Cidade Vaidosa*, livro com uma série de análises sobre as representações dos monumentos da cidade do Rio de Janeiro, Paulo Knauss explica que a cidade se define como território simbólico, resultado de disputas simbólicas que são transfigurações de disputas de poder da sociedade. O espaço é um produto social, não um elemento natural ou físico³⁹⁹. O investimento simbólico sobre a cidade é visto como uma promoção da mesma, onde se destacavam aspectos considerados positivos para a sua imagem; e anulados os que eram considerados um empecilho à mesma. Estes últimos, eram fadados ao esquecimento.

³⁹⁶CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*, 1988. p. 17.

³⁹⁷NEVES, Margarida de Souza. *Brasil! Acertai vossos ponteiros!*, 1992. p. 10.

³⁹⁸MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*, 2004. p. 29-30.

³⁹⁹Idem, p. 21.

3.2.1 – A Avenida Central: o carro-chefe da Grande Reforma Urbana

O maior símbolo da Grande Reforma Urbana foi a Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), descrita pelos jornais como a imagem do Brasil renovado e civilizado. A extensão da avenida, banhada pelo mar em suas extremidades, foi toda planejada para mostrar uma capital elegante e que inspirava ares de modernidade e salubridade. Segundo Afonso Carlos Marques dos Santos, a arquitetura eclética das edificações erigida ao longo da avenida fora adotada como símbolo da modernidade⁴⁰⁰. Embora os prédios de toda a avenida chamassem a atenção, a imaginação popular era dominada pela extremidade Sul da avenida.

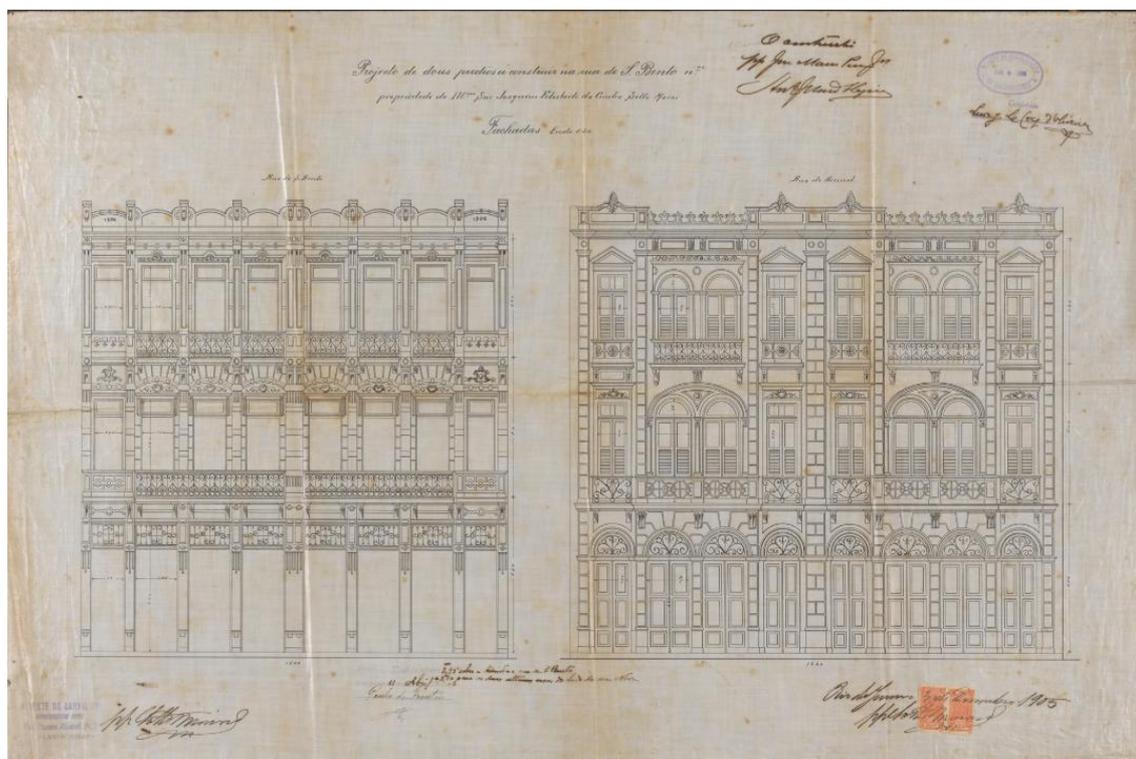


Figura 35 – Projeto de dois prédios na Avenida Central, 1905 (acervo Arquivo Nacional – Fundo Comissão Construtora da Avenida Central)

⁴⁰⁰SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *Ciudad, civilización y proyecto em Rio de Janeiro (1808-1906)* In: *Estudios Sociales* 21 [revista universitaria semestral]. Rosario Centro de Publicaciones: Universidad Nacional del Litoral, 2001. p.63. Apud OLIVEIRA, Cláudia de. *A iconografia do moderno: a representação da vida urbana*, 2010. p. 119.



Figura 36– Extremidade Sul da Avenida Central, 1910 (FERREZ, Marc. *O álbum da Avenida Central. Um documento fotográfico da construção da Avenida Rio Branco*)

A Avenida Central ligaria a Prainha de um lado (atual praça Mauá), e a praia da Ajuda do outro (onde fica hoje o Passeio Público). Mesmo sendo um empreendimento do governo federal, a Avenida Central foi além da questão material de circulação. Ela se tornaria o grande símbolo da “Era Passos”, o que talvez gere certa confusão quanto a terem sido duas reformas e não uma. Pereira Passos interferiu e contribuiu para a representatividade da Avenida Central, em especial no trecho da praia da Ajuda. Passos fez daquele espaço, ao redor do Largo da Mãe do Bispo (nas imediações da Cinelândia), o espaço cultural da cidade, que abrigaria suntuosos edifícios, como o Theatro Municipal (erguido por ele), a Escola de Belas Artes e a Biblioteca Nacional. Por toda a extensão da avenida o que se via agora era uma avenida larga, ampla, arejada, com prédios suntuosos. Ainda que projetada em complemento às obras de modernização do Porto, a Avenida Central também atenderia a outra questão, baseada nos planos de embelezamento da capital, a fim de provocar no outro um olhar agradável sobre o Rio de Janeiro⁴⁰¹.

⁴⁰¹BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: Um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*, 1992. p. 227.



Figura 37 – Theatro Municipal, 1906 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)



Figura 38 – Avenida Central, trecho do Clube de Engenharia, 1906 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)

Jeffrey Needel afirma que as construções da Avenida Central visavam promover um efeito de encantamento, e cita como exemplo o álbum iconográfico *Avenida Central*, lançado em 1906 pelo fotógrafo Marc Ferrez. O fotógrafo, contratado por Paulo de Frontin, realizou seu trabalho consciente do simbolismo e impacto que se desejava obter e oferecer. Em 1903, Augusto Malta foi contratado por Pereira Passos para assumir um cargo criado especialmente para ele, o de fotógrafo documental da Prefeitura. A Augusto Malta foi delegada a função de mostrar através das fotografias, a evolução das reformas, registrando o antes e o depois dos locais remodelados. Dessa forma, suas fotografias eram investidas de um forte significado de regeneração da cidade, através da comparação entre um Rio antigo e decadente e um Rio regenerado e esteticamente agradável. Os investimentos nas fotografias dentro do contexto das reformas visavam também a promoção da cidade no exterior. Segundo André Nunes de Azevedo, o governo “mandou emitir um grande número de cartões-postais do Rio de Janeiro reformado, a fim de distribuí-los no exterior com o fito de reordenar a imagem da capital da República”⁴⁰².

Fotografias “cartões-postais” como estas da avenida apresentam uma imagem do Rio de Janeiro que marcou um novo padrão de elegância e riqueza material. Exibiram a cidade como uma capital moderna que se desejava em sintonia com os ideais culturais ocidentais. Tomando como principais objetos o magnífico da nova edificação, o ordenamento da paisagem e também os novos grupos sociais emergentes, a objetivo do fotógrafo centrava-se nos “melhoramentos urbanos” como expressões tanto da riqueza material da cidade quanto do público leitor da revista. Este último é inserido na paisagem cenário e sua imagem é associada à nova capital.⁴⁰³

⁴⁰²AZEVEDO, André Nunes. Op.Cit., p. 136.

⁴⁰³OLIVEIRA, Cláudia de. *A iconografia do moderno: a representação da vida urbana*, 2010. p.132



Figura 39 – Avenida Central, trecho do Rua da Ajuda, 1906 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)

A construção da Avenida Central serviu de inspiração, como foi o exemplo da cidade de Maceió, que construiu na cidade uma nova avenida, chamada de Nova Avenida de Maceió e orgulhosamente apresentada ao público pelo jornal alagoano *Gutenberg*:

O chefe de nossa edilidade é um homem às direitas e não quer que a sua passagem pela administração seja como a do vento dos desertos. Depois de ter elevado a platibanda à altura de um princípio, mete mãos às obras da nova avenida, cujo plano se não é tão grande como o da Avenida Central do sr. Pereira Passos, é pelo menos hors-concours, para nós outros, provincianos habituados a tortuosa irregularidade de algumas de nossas vias públicas.⁴⁰⁴

A simbologia da Avenida Central a transformou no carro-chefe da Grande Reforma Urbana. Segundo Cláudia de Oliveira, a abertura de avenidas foi uma das principais estratégias na política de construção da cidade moderna, devendo encarnar o progresso e se sobrepôr às

⁴⁰⁴Gutenberg, *A Nova Avenida*, 29/03/1905.

antigas ruas, simbolizadoras de uma imagem degenerativa da cidade⁴⁰⁵. Para uma cidade a quem o próprio jornalista alagoano se referiu como provinciana, ter feito algo parecido com a Avenida Central foi uma conquista grandiosa e motivo de orgulho para Alagoas.

Pela publicação do jornal *Gutenberg*, nota-se a comparação que se fazia com a capital. As comparações que as outras capitais estaduais faziam com a capital federal quando realizavam intervenções urbanas em seu espaço, eram reflexo da influência que o Rio de Janeiro tinha sobre as demais regiões do Brasil. E cabia aos jornais instigar no imaginário da população local a sensação de estarem inseridos num projeto civilizatório de teor nacional, iniciado pela “cabeça” e “mãe” do país. Marialva Barbosa aponta o papel do Rio de Janeiro como polo agregador e de circulação de ideias, sendo não somente o elemento central no sentido de agregar as regiões nacionais mas também representando o elo com as capitais de outros países:

O fato de o Rio de Janeiro ser capital produz, por outro lado, uma atmosfera urbana singular. Os monumentos e edifícios imponentes devem representar a soberania do povo ou a prosperidade do poder público, e a cidade, como centro administrativo, deve tornar-se polo agregador das várias regiões nacionais e elo de ligação com as capitais de outros países.⁴⁰⁶

A Avenida Central foi alçada a novo símbolo da República, capital “europeia” nos trópicos. Jornais do Brasil inteiro acompanharam todo o período de sua construção e celebravam a sua inauguração, símbolo do progresso e da civilização de uma moderna capital que se fazia insurgir. O artigo publicado no *Jornal do Brasil* descreve o momento da inauguração do primeiro trecho da Avenida Central, em 07 setembro de 1904:

A data da nossa independência, o Glorioso 7 de Setembro, (...) teve ontem a mais graciosa das comemorações, foi este ano festejado da mais brilhante das maneiras, com a inauguração oficial do eixo da Avenida Central.

Para o país representa a data magnífica o início da sua vida de povo livre, para a Capital fica ela significando desde ontem o início de realização da sua reforma física, do seu renascimento estético, do qual já o dissemos bastas vezes, decorrerão fatalmente melhoramentos intelectuais, aperfeiçoamentos morais.

Não é preciso estar a repisar aqui o valor das grandes obras que vão sendo feitas neste período febril de trabalho, de reconstrução, de guerra ao carrancismo, de propaganda prática, eficaz do elegante, do gracioso, do útil, do

⁴⁰⁵OLIVEIRA, Cláudia de. Op. Cit., p. 115.

⁴⁰⁶BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*, 2010. p. 119.

higiênico e do cômodo em matéria arquitetônica, em aproveitamento das naturais belezas da velha cidade de Mem de Sá.⁴⁰⁷

O artigo acima mostra a força simbólica da Avenida Central, cuja inauguração (de seu eixo) representava “*a mais graciosa das comemorações da Independência na Capital*”, com letra maiúscula, da “*velha cidade de Mem de Sá*”, e que representava, para o país “*o início da sua vida de povo livre*”. A carga emocional presente nessas palavras não foi empregada ao acaso, mas tinha uma intencionalidade: fortalecer o discurso que enaltecia o projeto burguês de revitalização da capital. Dando continuidade a seu discurso, o artigo diz também que a partir daquela data, o país assistiria a um “*renascimento estético*”, que levaria a aperfeiçoamentos intelectuais e morais. O discurso mostra também que a mentalidade da elite republicana era a de que o progresso material conduziria à civilização – “*... decorrerão fatalmente melhoramentos intelectuais, aperfeiçoamentos morais*”.

O jornalismo endossou o poder simbólico da avenida, ao se referir a ela como um milagre, um símbolo de reabilitação da cidade e conseqüentemente do país. “Os novos signos de civilização da cidade foram eficientemente manipulados de modo a causar o maior impacto possível sobre os contemporâneos”⁴⁰⁸.

(...) Que milagre é este? Será possível que se faça a Avenida? Exclamava-se então. É possível sim! Fez-se a Avenida. Ei-la aí está. Ei-la aí está, reabilitando a cidade tantos anos vilipendiada pelo mau gosto e pela má fama. Ei-la aí está imortalizando uma administração, honrando um nome, felicitando um povo (...).⁴⁰⁹

3.2.2 - A Avenida Beira-Mar e a valorização da área Sul da cidade

O prefeito Pereira Passos dispensou também grande atenção ao aspecto estético da cidade e à sua integração com a natureza privilegiada. A expansão para os bairros da Zona Norte como Andaraí, Vila Isabel e a região da atual Tijuca (que foi contemplada por se tratar

⁴⁰⁷Jornal do Brasil, *A Avenida Central*, 08/09/1904. Apud BRENNNA, Giovanna Rosso del. *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*, 1985. p. 216.

⁴⁰⁸NEEDEL, Jeffrey D. Op. Cit., p. 67.

⁴⁰⁹Ferreira da Rosa, Kosmos, *Avenida Central*, novembro 1905. Apud BRENNNA, Giovanna Rosso del. Op. Cit., p. 402.

de um exemplo de salubridade e beleza de sua floresta) conotava anseios de urbanidade e salubridade aos moldes dos subúrbios europeus. Apesar de estarem localizados na Zona Norte da cidade, tais bairros possuíam uma noção de subúrbio diferente do proletário, e ali se vislumbrava a oportunidade de executar um novo projeto de cidade. A nova região que emergia, com ruas largas e arborizadas e construções regulamentadas e asseadas, deveria ser diferente da região central do Rio de Janeiro⁴¹⁰. Observa-se uma preocupação com a estética e com o ambiente aprazível.

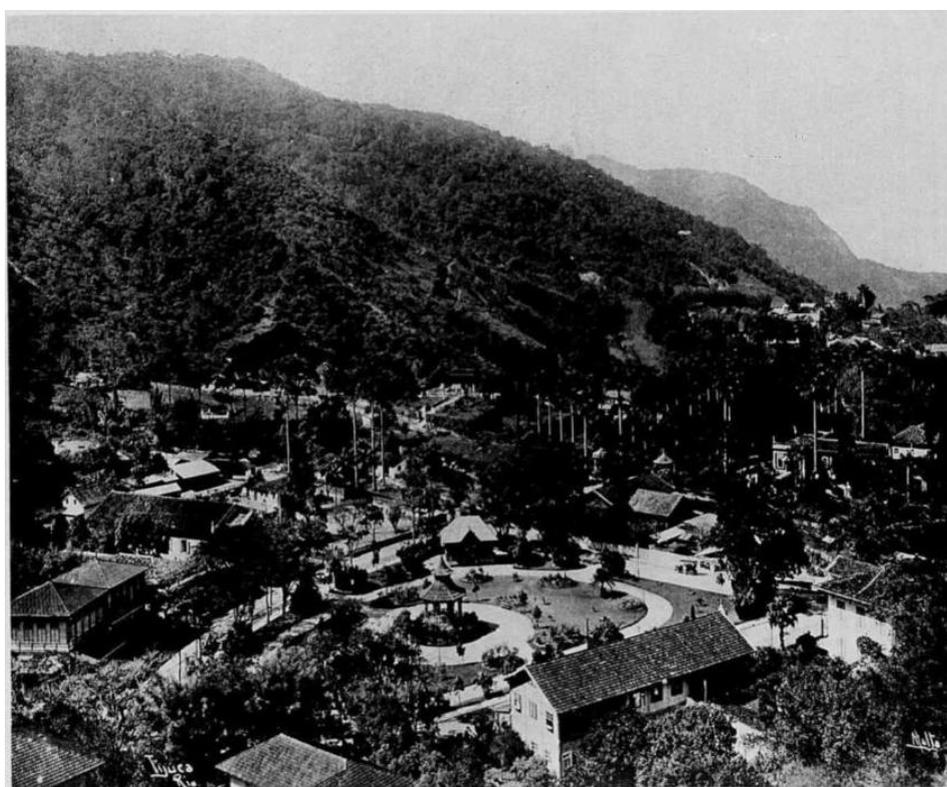


Figura 40 – Alto da Boa Vista - Tijuca (Revista Kosmos, dezembro de 1906)

Na Zona Sul, seria aplicada a mesma ideologia, onde também se ampliava a busca pela região pitoresca e salubre, onde as epidemias não chegavam. A ideia de urbanidade não condizia com um local onde coexistiam a miséria, a doença, a agitação. Ao contrário, era relacionada ao sossego e à tranquilidade⁴¹¹. A mensagem citada abaixo, lida pelo prefeito nas sessões do

⁴¹⁰AZEVEDO, André Nunes. Op.Cit., p. 58.

⁴¹¹RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins; MELLO, Juliana Oakim Bandeira de. *As reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro. Uma história de contrastes*, 2015. p. 24.

Conselho Municipal, demonstram que as intervenções de Pereira Passos uniam a preocupação estética com questões inerentes ao saneamento. A “esplêndida avenida” porque bonita e arejada, representou uma vitória da cidade sobre o antigo espaço insalubre que ali se encontrava. Essa avenida foi a Avenida Beira-Mar, outro símbolo das reformas que será analisado adiante.

A construção do grande cais da Praia de Botafogo, que transformou aquele local, há bem pouco tempo infecto, em esplêndida avenida, o aterro de todo o litoral, desde Botafogo até a Avenida Central, fazendo desaparecer a vasa marítima de aspecto repugnante e de efeitos perniciosos, é certamente um dos fatores mais importantes do saneamento da cidade.⁴¹² - *Mensagem do Prefeito, 1906*

A parte Sul da Avenida Central seria a de maior destaque pela imponência de seus prédios e pela sua beleza e por sua representação como espaço cultural da cidade. E ela termina justamente onde começa a avenida Beira-Mar, um dos símbolos da integração da cidade ao mar, característica que se tornaria uma marca da cidade, enfatizada ano após ano com o surgimento de novos símbolos, como o Pão de Açúcar, o Cristo Redentor e a Praia de Copacabana, entre outros, que surgiriam nas décadas posteriores. A integração da natureza aos aspectos urbanos da cidade, foram, segundo Sônia Gomes Pereira, um projeto que visava fazer do Rio de Janeiro uma cidade única:

O centro do Rio de Janeiro instituído pela reforma urbana de 1902 / 1906 remetia, portanto, diretamente a essas três instâncias: o negócio, o Estado e a fruição da natureza – tudo isto incorporado numa única cidade, capital do país e do estado, nitidamente tratada como uma cidade especial.⁴¹³

⁴¹²Mensagem do Prefeito. 1906. p.101. In: PAOLI, Paula de. *Entre relíquias e casas velhas. A arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro*. FAPERJ. Rio de Janeiro, 2013. p. 72.

⁴¹³PEREIRA, Sônia Gomes. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*, 1996. p. 219. Consideramos como marco cronológico da reforma de Pereira Passos, o período compreendido entre 1903 e 1906, tendo em vista que o prefeito toma posse em 30 de dezembro de 1902.



Figura 41 – Obelisco, trecho inicial da Avenida Beira-Mar, 1906 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo



Fotografias Avulsas)

Figura 42 – Passeio Público, 1906 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)



Figura 43 – Avenida Beira-Mar, trecho do Passeio Público, 1906 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)

Já havia uma necessidade de desafogar o Centro em direção ao Sul, e a opção seria o alargamento das ruas da Lapa, Catete e Marquês de Abrantes. No entanto, essa opção foi descartada devido ao dispendioso número de demolições. Foi planejada então a construção de uma avenida à beira-mar, que além de desafogar o trânsito, também seria uma porta de entrada para visitantes⁴¹⁴. Investia-se cada vez mais numa cidade que se tornaria sinônimo de balneária, como se o Rio de Janeiro se resumisse àquele espaço privilegiado que se estenderia por todo o litoral Sul. O desenvolvimento da Zona Sul envolveria também interesses financeiros de construtoras imobiliárias e de serviços de infraestrutura. A atuação dessas empresas era integrada à nova simbologia investida naquela região, que uniria aspectos valorizados como a beleza, o aprazível e a saúde, em uma cidade marcada por epidemias nos últimos 50 anos. Jayme Larry Benchimol chama a atenção para a tendência à especulação e ao enriquecimento privado

⁴¹⁴MOREIRA, Paulo Renato Menezes. *O que se disse do que se fez: os jornais e a Grande Reforma Urbana. Rio de Janeiro 1903-1906*, 2016. p. 36.

propiciada pelo Estado, que estimularia o investimento em áreas que seriam privilegiadas e ocupadas pelas classes dominantes.

A construção da Avenida Beira-Mar e a ampliação da infraestrutura de serviços articulava-se aos empreendimentos imobiliários em bairros já construídos (Flamengo, Botafogo, etc.) e em bairros emergentes, como Copacabana. Aqui havia uma declarada aliança entre o Estado que investia recursos em favor destas zonas privilegiadas, as classes que delas desfrutavam e o capital, que tirava proveito da valorização proporcionada pelo Estado.⁴¹⁵

A expansão para a Zona Sul já se delineava desde meados do século XIX, com a ocupação pelas classes abastadas que procuravam por um lugar mais aprazível que o insalubre centro da cidade. Porém, essa ocupação era ainda discreta e ainda assim só em alguns pontos da Zona Sul, como Botafogo, Catete e Glória. No final do século XIX, a Companhia Jardim Botânico planejava estender suas linhas ao pitoresco arrabalde de Copacabana⁴¹⁶.

Foi a introdução dos bondes, na década de 1870, que impulsionou a expansão para a Zona Sul. Porém, com Pereira Passos a campanha se intensificou, tornando Copacabana uma referência da cidade, símbolo de saúde e beleza, ou seja, aquilo que se esperava da capital. Pereira Passos tratou de estender suas ações até o arrabalde, abrindo um túnel ligando Botafogo a Copacabana. O prefeito investiu no engrandecimento de Copacabana, realizando obras na Avenida Atlântica, a fim de fazer ali um passeio, que segundo suas palavras, se tornariam um dos encantos da cidade:

Foram iniciados os trabalhos de aterro e construção do passeio da Avenida Atlântica, em toda a extensão da praia de Copacabana, passeio que constituirá de futuro um dos encantos da cidade.⁴¹⁷ - *Mensagem do Prefeito -1906*

Dali em diante, as ocupações seriam estendidas por todo o litoral Sul, até o Leblon (que teve sua ocupação efetivada na década de 1920), e mesmo que na época da gestão de Pereira Passos, Copacabana ainda estivesse caminhando para uma ocupação que só se acentuaria alguns anos mais tarde, foi questão de tempo o Rio de Janeiro se tornar sinônimo de Copacabana,

⁴¹⁵BENCHIMOL, Jaime Larry. Op. Cit., p. 244.

⁴¹⁶ABREU, Maurício de. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, 1988. p. 47.

⁴¹⁷Mensagem do Prefeito do Distrito Federal lida na sessão do Conselho Municipal de 05 de Setembro de 1906, Rio de Janeiro: Typografia da Gazeta de Notícias, 1906. p. 27.

Ipanema e Leblon no imaginário de quem não vivia na cidade ou até de quem lá vivia, mas não conhecia as agruras da maioria da população. As duas imagens a seguir mostram trechos de Copacabana em 1908 e 1921, e como o bairro foi se desenvolvendo em pouco mais de uma década:



Figura 44 – Copacabana, 1908 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)



Figura 45 – Copacabana e Leme, 1921 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)

Todos os leitores conhecem bem aquele pedaço do céu que se chama Copacabana, que se está tornando uma *encantadora cidade*. Com os melhoramentos já projetados pela Prefeitura e pela Companhia do Jardim Botânico e com os que ontem ficaram assentados pelo Dr. Passos – o que vale dizer que serão realmente executados no mais curto prazo – à Copacabana ficará reservado futuro grandioso, tanto mais quanto será essa a única praia de banho que nos poderemos servir, porque as atuais desaparecerão com os melhoramentos que se estão fazendo na cidade (...).⁴¹⁸

Pereira Passos soube aproveitar essa integração entre terra e mar e transformou a Avenida Beira-Mar em símbolo da cidade, elogiada em todos os jornais do país. Foram publicados diversos elogios em jornais de outros estados, enaltecendo a sorte do Rio de Janeiro por possuir essa integração com a natureza e por ter um prefeito que soube investir nesse privilégio. Após os planejamentos de Pereira Passos, parte da cidade⁴¹⁹ se transformaria esteticamente, com ruas mais largas e calçadas, prédios mais suntuosos, praças e jardins, destaca sua beleza natural e torna-se também um símbolo de salubridade. Tal característica foi mencionada, com admiração, nos jornais de outros estados como a publicação do jornal *A Notícia*, do Paraná:

O dr. Pereira Passos está fazendo a cidade passar por uma transformação radical. Alargamento de ruas como a de Uruguaiana, abertura de novas vias de comunicação com as avenidas Passos e Treze de Maio, e a que da estação da estrada de ferro Central vem à Saúde e Prainha; ajardinamento de praças; construção de um novo teatro municipal, obra monumental, que por si só, bastava para perpetuar o nome do grande administrador.

Mas o maior padrão de glória do dr. Passos é, sem contestação, a vasta e belíssima Avenida Beira Mar, quase concluída, e em parte já inaugurada. (...).

E não fica nisso o trabalho do dr. Passos: - todo dia surgem novas reformas como se o infatigável prefeito tivesse a varinha mágica da fábula, a cujo toque tudo se transforma em maravilhas indescritíveis.⁴²⁰

O *Jornal de Recife* fez questão mostrar a diferença entre o antes e o depois da Grande Reforma Urbana e destaca a Avenida Beira Mar não apenas como um símbolo de beleza mas de um horizonte de um futuro promissor:

⁴¹⁸Gazeta de Notícias. *Copacabana*. 06.06.1904. Apud BRENNNA, Giovanna Rosso del. Op. Cit., p. 190.

⁴¹⁹A cidade a qual os jornais se referiam era a área central do Rio de Janeiro. Aos poucos a Zona Sul também foi inserida no discurso que legitimava o Rio de Janeiro como a Cidade Maravilhosa, expressão lançada por Coelho Neto em 1908 e utilizada até hoje. A extensão territorial do Rio de Janeiro ia muito além dessas áreas, mas não receberiam os mesmos investimentos e tampouco o mesmo destaque na imprensa.

⁴²⁰A Notícia, *Cartas do Rio*, 23/11/1905.

Por muitos e brilhantes motivos, a prefeitura do Distrito Federal, de cinco anos a esta parte, se impôs à gratidão de todo o país. (...) O Rio é hoje das mais belas capitais do mundo em que para isso o país tivesse atirado à ruína, sem que a bancarrota nos atire ameaças: pelo contrário, da Avenida Beira-Mar, por exemplo, a visão se pode espalhar melhor e se ela alcança a linha do horizonte, para o futuro desse país de tão grandes destinos não sabe onde ele acaba. Que nós somente nos deslumbramos, não: quando outros por ali passam abrem os olhos de espanto, se uma vez de cinco anos para trás ali passaram, com a beleza dessa cidade de tantos anos, mas que lhes aparece nova e de beleza original.(...)Com ele e com isto aquela Prefeitura desafiava o reconhecimento nacional.⁴²¹

A Avenida Beira-Mar foi uma das realizações mais elogiadas de Pereira Passos, pelo encantamento que provocava em todos os que chegavam na cidade. O Rio mudava de ares e de costumes e era agora visto com admiração, como mostra o jornal *O Estado de São Paulo*, que elogia tanto as mudanças na aparência como nos hábitos da cidade, descritos como elementos do progresso e civilização:

Essa incomparável coisa, que se chama Avenida Beira-Mar; essas ruas alargadas e prolongadas para comunicação folgada dos bairros comerciais; esses passeios decentes das vias públicas, que, mesmo mal calçadas, eram de melhor piso do que os antigos passeios; esses calçamentos novos, que podem estar-nos pelos molhos da cara mas representam um progresso indiscutível e uma experiência de que teremos de aproveitar grandemente; esses largos embelezados; e finalmente a transformação de hábitos, que decorreu das festas populares e das ruidosas solicitações de gente na rua promovidas pelo ex-prefeito (...).⁴²²

O jornal *Correio Paulistano* elogia a ampliação do acesso ao Campo de Santana e demonstra admiração pela integração do mar à cidade na capital, e aproveita para chamar a atenção sobre a escassez de áreas verdes na cidade de São Paulo:

Os jornais do Rio noticiaram há dias que o dr. Pereira Passos, prefeito municipal, tinha franqueado os portões do formoso parque do Campo de Santana a veículos e cavalheiros. Essa medida, há muito tempo reclamada, foi jubilosamente acolhida pela imprensa e pela população carioca (...). Verdade é que o fluminense, apesar de suas queixas ultimamente atendidas pela prefeitura, ainda tinha o recurso de percorrer aquela linda praia de Botafogo.

⁴²¹Jornal do Recife, *Um Exemplo*, 10/04/1907 (grifos nossos).

⁴²²O Estado de São Paulo, *Cartas do Rio*, 14/12/1906 (grifos nossos).

Lendo essa notícia lembramo-nos de que São Paulo está em idênticas, senão em piores condições: a mesma vida febril e agitada nas ruas estreitas e a mesma ausência de doces e amplos refúgios de sombra.⁴²³

O artigo do *Correio Paulistano* considerou a Avenida Beira-Mar um alento que os paulistas não tinham ao dizer “que o fluminense, apesar de suas queixas ultimamente atendidas pela prefeitura, ainda tinha o recurso de percorrer aquela linda praia de Botafogo”⁴²⁴, ao contrário de São Paulo, que sofria das mesmas mazelas de uma cidade grande para a época, mas não tinha o privilégio desse refúgio.

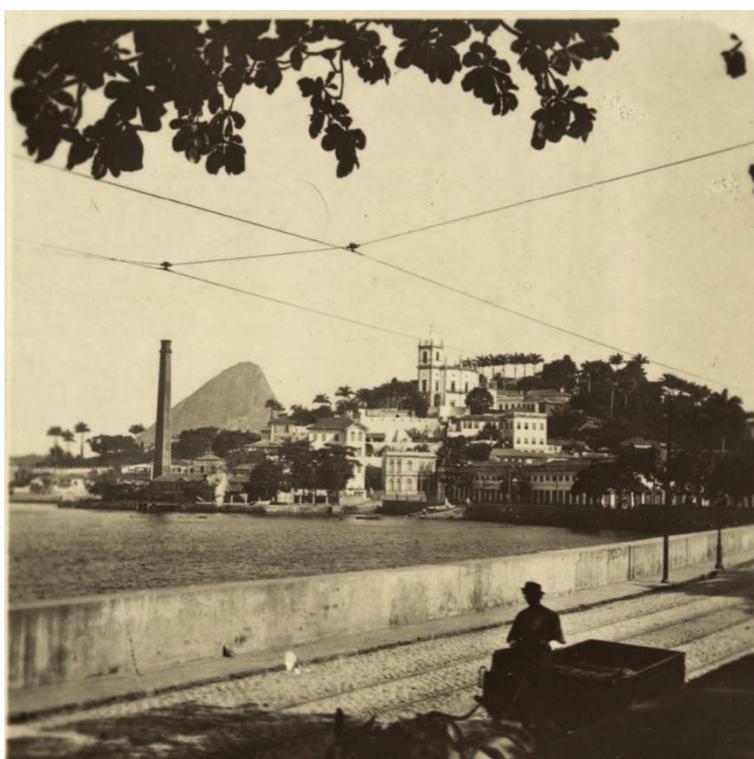


Figura 46 – Praia da Glória, 1890 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)

⁴²³Correio Paulistano, *Actualidades*, 08/08/1904. Entre os jornais de São Paulo que foram pesquisados para esse trabalho, o único onde não encontrei críticas à Grande Reforma Urbana ou a seus agentes, foi o Correio Paulistano. Tal postura por parte do jornal pode ter sido devido ao seu caráter conservador (e defensor do sistema oligárquico), o que justificaria a ausência de questionamentos.

⁴²⁴Idem.



Figura 47 – Avenida Beira-Mar, trecho da Glória, 1906 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)

As mudanças ocorridas na capital serviram de exemplo e admiração, principalmente porque pouco se mostrava o ônus, tanto pela distância quanto pelo discurso. Porém, quando os jornalistas de outras regiões do país comparavam suas cidades com o Rio de Janeiro e seus prefeitos com Pereira Passos, queriam expor também suas reivindicações, insatisfações, desejo de mudanças. Os discursos representavam os sentimentos de quem estava por trás daqueles artigos. Quando o jornalista diz que sua cidade não possui uma área verde para seus habitantes, e que o Rio de Janeiro, mesmo sendo uma cidade balneária, vai receber um maior acesso ao Campo de Santana, ele está reivindicando espaços semelhantes para a cidade onde vive. E suas palavras não são vazias, elas pretendem chegar a algum lugar; chegar nas autoridades para que façam algo, chegar nos leitores para que concordem com sua ideia.



Figura 48 – Avenida Beira-Mar, trecho da Rua do Russel, 1906 (Acervo Arquivo Nacional – Fundo Fotografias Avulsas)

O Rio de Janeiro é até hoje conhecido por sua relação entre a natureza e a cidade edificada. Cláudia de Oliveira, em *A iconografia do moderno: a representação da vida urbana*, faz uma análise sobre como os textos e principalmente as ilustrações, atuaram como discursos que contribuíram para a construção dessa relação no imaginário popular. Tanto as palavras escritas, chamados pela autora de “textos pitorescos” quanto as imagens fotográficas, iam construindo uma “beleza pitoresca”, que se iniciaria na avenida Beira-Mar e se estenderia pelos bairros da Zona Sul, “sustentando uma enorme expansão imobiliária”.⁴²⁵ Mesmo sem conhecer pessoalmente a capital, o leitor tinha acesso a essa transformação estética através das imagens das revistas, o que mostra o papel destas na construção do imaginário desses leitores.

⁴²⁵OLIVEIRA, Cláudia de. Op. Cit., 2010. p. 147.

Escritos à época dos melhoramentos, estes “textos pitorescos” colocavam em foco áreas renovadas, apresentando-as como “natureza cultivada”. Cidade e indivíduo moderno conformavam a ideia de uma “vida pitoresca”, (...) O pitoresco, nesse contexto, vai se tornando sinônimo de vida graciosa e cultivada, e evoca um espaço urbano construído para ser apreciado. Nestes percursos, as novas áreas da cidade, e especialmente os caminhos em direção ao mar, vão naturalmente se constituindo em itinerários pictóricos que descrevem sensações aprazíveis: são viagens que falam para os olhos e se tornam parte de uma apresentação escrita visual da cidade moderna.⁴²⁶

Em *República Católica - Cristo Redentor*, publicado no livro *Cidade Vaidosa*, Lucia Grinberg relembra o escritor francês Victor Hugo, ao dizer que “a cidade é uma escrita, e quem se desloca por ela um leitor”⁴²⁷. O Rio de Janeiro sempre foi lido através de seus relevos, contados através de poesias, pinturas, relatos de viagens, álbuns fotográficos, memórias. O poder público soube aproveitar os aspectos da natureza privilegiada da cidade e sua integração com o remodelado espaço urbano na produção da cidade como cartão-postal do país.

Assim como as palavras escritas, a fotografia não está isolada de seu contexto de produção e circulação. Dotadas de forte carga emocional, tendiam a provocar um forte impacto no imaginário da população, utilizadas como um recurso importante na produção da memória de uma capital onde só se interessava mostrar o que era belo, moderno e aprazível e apagando da memória aquilo que remetia ao feio, ao atraso, ao desconforto. O investimento estético era uma estratégia de penetração nesse imaginário e as imagens, que investiam na valorização do belo e aprazível, legitimavam o papel restaurador do poder público. Segundo Françoise Choay em seus estudos sobre o urbanismo, a importância atribuída à impressão visual indica o papel da estética na concepção da ordem progressista⁴²⁸.

As fotografias não exaltavam apenas as transformações urbanas, mas também a natureza privilegiada da cidade e a integração entre ambos. A junção da natureza espetacular com a beleza de uma cidade urbanamente renovada caracterizaria um novo Rio de Janeiro:

Fotógrafos e ilustradores saem em deambulações pelo espaço urbano. Assim, a natureza paradisíaca das enseadas, o recorte luminoso das montanhas, contrastando com as florestas, povoam de sentido o imaginário dos leitores, cativando-os com a

⁴²⁶Idem, p. 139.

⁴²⁷GRINBERG, Lucia. *República católica – Cristo Redentor*, 1999. p. 71.

⁴²⁸CHOAY, François. *Urbanismo. Utopias e realidades. Uma antologia*, 2003. p. 9.

ideia de pertencimento a uma brasilidade inaugural, fortemente sintetizada pela cidade do Rio de Janeiro. Essa vai se metaforizando em discursos infinitos (...).⁴²⁹

Muitas fotografias também registravam a cidade do alto, fornecendo uma visão panorâmica que ocultava os contrastes. Segundo Michel de Certeau, esse tipo de visão apaga as diferenças sociais⁴³⁰. As imagens vão sendo construídas para adequar a cidade à imagem de seus planejadores, representantes da elite. Neste tipo de representação, a beleza urbana deve sustentar-se na ideia de ordenamento⁴³¹. As mazelas da cidade e as classes populares, não se inserem nesses ideais, e por isso são ocultadas por uma representação que toma certa distância da realidade, evitando qualquer tipo de problematização da paisagem social. A imagem da cidade é uma construção que não desce às particularidades, oferecendo sempre uma conotação rasa e positiva ao receptor. Paulo Knauss explica que o símbolo se torna metáfora do poder; reduzindo a complexidade real da dinâmica da sociedade. “No plano simbólico, complexidade, multiplicidade e diversidade são características rejeitadas da vida urbana”⁴³². Ao mesmo tempo em que as representações simbólicas surgem por e para interesses de uma minoria privilegiada, essas conferem a essas representações foros de universalidade, pois é dessa forma que irão se legitimar e produzir no outro o consenso e a sensação de inclusão. É esse caráter universal que descreve a capital como um todo homogêneo e renovado, ignorando a maior parte da cidade, que não fora contemplada pela remodelação. É essa imagem que será promovida pelos jornais cariocas e que vai ultrapassar as fronteiras, aparecendo nas páginas de jornais de todo o Brasil, criando na imaginação do leitor a sensação de estar vivendo num país modernizado, metaforizado na capital.

⁴²⁹OLIVEIRA, Cláudia de. *O modern em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*, 2010. p. 13.

⁴³⁰CERTEAU, Michel de. Practices of Space. In: BLONSKY, Marshall (ed.). *On signs*. Oxford: Basil Blackwell, 1985. p. 75. Apud OLIVEIRA, Cláudia de. *A iconografia do moderno: a representação da vida urbana*, 2010. p. 129.

⁴³¹OLIVEIRA, Cláudia de. *A iconografia do moderno: a representação da vida urbana*, 2010. p. 135.

⁴³²KNAUSS, Paulo. *O homem brasileiro possível – Monumento da juventude brasileira*, 1999. p. 42.



Figura 49 – Entrada da Barra, bairro de Botafogo – Vista tomada do Pico do Corcovado (Revista Kosmos, dezembro de 1906)

O estilo de vida de quem habitaria a Zona Sul da cidade seria idealizado como o estilo de vida ideal, cujo habitante teria o privilégio de usufruir das mais belas paisagens ao mesmo tempo em que se sentia protegido das mazelas da cidade, desfrutando da sensação de bem-estar tão almejada pelos cariocas. Os melhores investimentos foram construídos em torno desse litoral, promovendo uma rápida e ao mesmo tempo restrita expansão imobiliária.

Enquanto isso, aquilo que era considerado um entrave ao projeto de construção da nova capital, ficou relegado ao esquecimento. Com intervenções discretas, o subúrbio seguiu, e segue até hoje, abandonado pelo poder público. O “refúgio dos infelizes” de Lima Barreto não usufruiu de embelezamento, nem de infraestrutura nem de outros benefícios dispensados à área Central ou à crescente Zona Sul. O exemplo abaixo mostra a preferência dispensada pelo poder público aos loteamentos na Zona Sul, ainda que o número de habitantes no subúrbio fosse muito maior:

Em 1901, a Jardim Botânico estenderia seus trilhos até Ipanema, onde a Cia. Vila Ipanema, de propriedade do Barão de Ipanema, incorporava novos loteamentos já valorizados pelos serviços. Ipanema já tinha luz elétrica [...] O mais curioso é que Ipanema só não tinha muitos habitantes – 96 prédios – enquanto áreas mais populosas como Inhaúma (3,5 % da população da cidade em 1899), Campo Grande (3%) e Santa Cruz (2,5%) não recebiam nem a rede de qualidade inferior ⁴³³.

A imagem da capital promovida pelos discursos de poder, na qual se incluíam principalmente os jornais e revistas, se associava a uma categoria de sociedade urbana harmonizada, mas o Rio não é assim. A cidade representada pela parte privilegiada da região central (que possuía pelo menos 7 freguesias com níveis socioeconômicos desiguais) e cada vez mais pela Zona Sul, não era o Rio de Janeiro real, da desigualdade, dos cortiços, do Morro do Castelo. Mas não era esse o Rio de Janeiro que importava para a elite local e para o restante do Brasil, e sim a representação daquilo que eles queriam ter como capital de seu país.

3.3 – Uma capital remodelada pelos discursos

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. ⁴³⁴

Em *A ordem do discurso*, Michel Foucault mostra a importância de não se ter um olhar ingênuo sobre o discurso, pois este é uma produção relacionada ao desejo e ao poder. Foucault afirma que a produção do discurso é algo controlado e organizado, atendendo aos anseios dos que dominam as relações de poder na sociedade ⁴³⁵. O discurso atua como a materialização de ideologias, onde muitas vezes é usado para criar verdades ou mascarar uma realidade, representando assim interesses de classes e servindo de dominação ⁴³⁶, podendo ser utilizado para heroicizar ou marginalizar, dependendo dos interesses envolvidos. Foucault atenta para essa questão: o discurso pressupõe uma escolha, que não é neutra. Portanto, não se deve olhar

⁴³³SOLIS, Sidney Sérgio F. e RIBEIRO, Marcus Venício T. Op. Cit., p. 49-50.

⁴³⁴FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*, 1996. p. 9.

⁴³⁵Idem, p. 8-9.

⁴³⁶SOUSA, Simone Aparecida. *Discurso, autor e sujeito dentro da obra A Ordem do Discurso de Michel Foucault: uma análise metadiscursiva*, 2010. p. 4.

um discurso como portador de uma verdade incontestável, mas como uma representação dos interesses de seus autores.

Como foi discutido nesse trabalho, a imprensa foi o veículo que permitiu a repercussão da Grande Reforma Urbana pelo país. Seu papel difusor e de formação de consenso foram fundamentais para o fortalecimento da função simbólica do Rio de Janeiro enquanto vitrine do progresso nacional. Mas como falar em progresso nacional se até mesmo dentro do limite territorial da capital essa remodelação atingiu poucos espaços privilegiados?

A Grande Reforma Urbana foi a maior intervenção no espaço urbano que a capital, metaforizada na sua região central, tinha visto até então. Tais mudanças também interviam na vida de boa parte dos que ali viviam, deslocando-os para outros locais de moradia ou interferindo em seu sustento, como foi o caso da intervenção do prefeito Pereira Passos nos hábitos de trabalhadores informais que atuavam nas ruas do Centro da cidade. No entanto, assim como o Rio de Janeiro era visto como o espelho do Brasil, as reformas na região central também eram tomadas como uma mudança na cidade como um todo. Pereira Passos realizou algumas intervenções na região suburbana, mas estas ficaram longe de cumprir com a demanda daquelas regiões distantes.

As mudanças efetuadas na cidade visavam melhorar a circulação de mercadorias e transformar o Rio de Janeiro num cartão-postal para o estrangeiro. Segundo Margarida de Souza Neves, a reforma urbana da capital foi muito setorizada e esteve longe de efetivamente modernizar a capital⁴³⁷. A intenção era fazer da cidade um “documento” da nova ordem⁴³⁸, a capital do progresso, que não era para todos. Os desejos de mudança também não eram recentes ou parte efetiva do novo regime. Nicolau Sevcenko explica que Rodrigues Alves reuniu interesses de uma elite que já tinha presença de decisões desde os tempos imperiais, que eram as oligarquias paulistas⁴³⁹. Como foi explicado no primeiro capítulo, o momento em que houve a Grande Reforma Urbana foi o momento em que se reuniram as condições para efetuá-las.

Certamente houve mudanças e elas tiveram impacto sobre a cidade, mas quem deu a dimensão da reforma foram os discursos sobre ela. Todo o investimento na cidade ganhava uma

⁴³⁷NEVES, Margarida de Souza. *Brasil! Acertai vossos ponteiros!*, 1992. p. 7.

⁴³⁸NEVES, Margarida de Souza, HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso. O Brasil de 1870 a 1910*, 1993, p. 56.

⁴³⁹SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões culturais e criação cultural na Primeira República*, 2003. p. 65.

dimensão nacional, e isso foi facilitado pelo papel difusor e formador de opinião de uma imprensa que se enquadrava em uma política de poder, dominada por uma minoria. De fato, houve escritores que tinham um posicionamento mais crítico, como Lima Barreto, que se distanciava do Rio de Janeiro da *belle époque*, mostrando os contrastes da cidade. Mas em geral, as classes populares, em sua maioria analfabeta, era silenciada, pelo menos no âmbito formal da produção do discurso escrito.

Durante todo o período da Grande Reforma Urbana, parte da imprensa recorreu a discursos que enalteciam as mudanças, minimizando os impactos sociais. Tais discursos também promoviam os agentes das reformas e elogiavam os novos aspectos estéticos da cidade (com a publicação de homenagens, inaugurações, concursos de fachadas, etc.). A imprensa situacionista atuou como aliada da elite republicana, ao amplificar as múltiplas falas dos grupos dominantes, construindo uma unidade discursiva em torno de um só projeto político⁴⁴⁰, que era a Grande Reforma Urbana.

Em seus escritos sobre o jornalismo, Antônio Gramsci aponta para o poder do discurso na produção do senso comum. Ao analisar algumas revistas italianas, Gramsci constatou que elas pertenciam à esfera do senso comum, já que sua finalidade era “modificar a opinião média de uma determinada sociedade, criticando, sugerindo, ironizando, corrigindo, renovando, e, em última instância, introduzindo novos ‘lugares-comuns’”⁴⁴¹. Para Gramsci, essas publicações poderiam ter grande difusão e exercer profunda influência.

Da mesma forma, os discursos da imprensa brasileira na época das reformas, foram recursos utilizados na produção de um consenso a favor da modernização da cidade. Traduzindo um pensamento elitista, por muitas vezes Pereira Passos era apresentado como um representante do povo, quando boa parte da população não só não usufruiu das mudanças como tiveram prejuízos com elas. Mas essa questão não costumava ser problematizada nas revistas ilustradas, que com o uso de imagens pretendia atingir um imaginário positivo sobre a cidade. Tampouco nos jornais, salvo os de oposição, e até esses se revezavam entre elogios e críticas. O discurso é investido de uma força simbólica capaz de convencer as pessoas sobre uma causa, e para isso, não era conveniente por parte da imprensa problematizar.

⁴⁴⁰BARBOSA, Marialva Carlos. Op. Cit., p. 119.

⁴⁴¹GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo, Volume 2, caderno 24*, 2001. p. 208. O caderno 24 foi escrito em 1934.

Um recurso utilizado no discurso pela imprensa foi enfatizar o antagonismo entre o velho e o novo. A maioria dos discursos que defendiam as reformas, procurou enaltecer a renovação da cidade. A partir da modernização que teria sido atribuída à Grande Reforma Urbana, a capital, e conseqüentemente a nação representada por ela, teria alcançado um novo patamar civilizatório. A análise feita sobre os discursos presentes nos jornais da capital a fim de legitimar as reformas urbanas como algo essencial para o progresso e a civilização, também cabe aos discursos feitos pelos jornais de outros estados. A utilização de dicotomias como velho, feio, sujo e atrasado versus novo, bonito limpo e moderno; no discurso da imprensa, é um artifício para facilitar a aceitação das mudanças por parte do receptor da notícia, no caso o público leitor, e conseqüentemente, a população.

Na obra *Entre relíquias e casas velhas: a arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro*, Paula de Paoli, que analisou a arquitetura no Centro da cidade no momento da Grande Reforma Urbana, coloca em questão o discurso que enfatizava um Rio de Janeiro atrasado e colonial a fim de engrandecer a necessidade de uma renovação na capital. Paula de Paoli, reconhece que a reforma de Pereira Passos foi uma intervenção mais profunda sobre os “tecidos edificados”, mas procura esclarecer que essas mudanças já vinham ocorrendo há um século e que no início do século XX, a arquitetura da cidade já estava consideravelmente transformada em relação ao período colonial. Afinal, houve quase um século de um período imperial que já proporcionara algumas mudanças na capital. Logo o “Rio colonial” que deveria ser eliminado pelas novas necessidades de progresso era mais um discurso, usado na produção de um consenso do que uma prática em si.

(...) as reformas urbanas do início do século XX vieram acompanhadas de um aparato de propaganda maciço... Isso ocorria porque era preciso convencer os habitantes da cidade de que aqueles espaços, que eles conheciam desde sempre, seriam radicalmente transformados em poucos anos, e também construir um consenso social em torno da transformação. Por este motivo, o discurso de exaltação da produção do novo (e de depreciação da cidade “velha”, que era sua parte integrante e fundamental) teve um papel preponderante naquelas intervenções.⁴⁴²

Para os jornais que faziam a propaganda da Grande Reforma Urbana, era preciso enfatizar um Rio de Janeiro atrasado, insalubre, epidêmico e de cortiços e ruas estreitas para

⁴⁴²PAOLI, Paula de. *Entre relíquias e casas velhas. A arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro*, 2013. p. 33.

convencer de que era preciso um novo Rio. Nesses jornais não havia uma integração entre o velho e o novo, ao contrário, para alcançar o progresso e um novo patamar civilizatório era preciso acabar com o passado. Não à toa muitos jornais se referiam à Grande Reforma Urbana pela expressão “melhoramentos”. A conotação dessa palavra era a de salvar, recuperar a cidade de algo degradante, velho e atrasado, embora a realidade é que tais melhoramentos foram limitados e inseridos dos anseios de uma minoria.

Em *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*, Lynn Hunt enfatiza a importância do uso de símbolos e da força do discurso na produção da propaganda de massa a fim de legitimar a Revolução Francesa. A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro não foi um acontecimento revolucionário, e mesmo que tenha assistido a transformações mais radicais em termos de urbanização, suas mudanças foram pautadas na renovação, o que só foi possível porque havia condições materiais para tal naquele momento. Mas alguns pontos discutidos em seu livro podem ser aplicados na análise da Grande Reforma Urbana e da própria legitimação do regime republicano, que se inspirou na Revolução Francesa na criação de seus símbolos. Lynn Hunt descreve os jornais como símbolos políticos, tanto quanto os rituais, as bandeiras e a indumentária. Esses símbolos tinham como função a conversão da população às causas revolucionárias⁴⁴³. Além disso, o Estado Revolucionário não se expandiu só pela movimentação dos líderes, mas porque teve adesão e contou com a movimentação da população, de pessoas de várias camadas sociais, à medida que elas mesmas contribuíram para a normalização de rituais simbólicos, a partir de suas práticas⁴⁴⁴. Essa adesão popular formaria uma nova sociedade, pois segundo Lynn Hunt, pessoas agindo juntas produzem cultura⁴⁴⁵, e foi o que aconteceu com grande participação de investimento simbólico onde a imprensa estava incluída. Mas esse fenômeno tomou formas diferentes em cada região. A recepção e o desenvolvimento do Estado Revolucionário nessas regiões variaram de acordo com os aspectos políticos, econômicos e culturais de cada uma delas.

Os líderes republicanos da Revolução Francesa atribuíam extraordinária significância às palavras. Investidos de significado, os discursos e textos asseguravam a continuidade da experiência revolucionária.

⁴⁴³HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*, 2007. p. 96-97.

⁴⁴⁴Idem, p. 96-97.

⁴⁴⁵Ibidem, p. 153.

Os líderes republicanos esperavam muito mais das palavras; elas eram os signos e a garantia da liberdade, mas também um meio de disciplinar por interpretação. Festividades populares espontâneas não requeriam proclamações, mas cada um dos festivais parisienses organizados era acompanhado por programas impressos, cartazes de identificação e imagens gravadas com palavras.⁴⁴⁶

O autor do discurso, é também o detentor de um poder simbólico capaz de convencer o receptor a apoiar as suas causas. Segundo Pierre Bourdieu, as relações de comunicação são, de modo inseparável, relações de poder que dependem do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes ou instituições envolvidos nessas relações⁴⁴⁷. O jornalista pode ser inserido nessa abordagem à medida que se torna um especialista da produção simbólica, legitimando por meio dessa produção, a sua dominação, representando seus interesses ou daqueles a quem está a serviço (políticos, empregadores, etc.). A imprensa tem um papel difusor das práticas e das ideias, e na época da Grande Reforma Urbana, o fato dos jornais e revistas serem o único meio de comunicação em massa⁴⁴⁸ fortalecia sua autoridade e ampliava o seu poder de persuasão.

Conforme foi visto nesse trabalho, para os brasileiros do século XIX e início do XX, a França, assim como outros países europeus, era um exemplo de civilização. Segundo Jeffrey Needel, as mudanças ocorridas em Paris em meados do século XIX, com a reforma de Hausmann, foram um exemplo de como refazer uma cidade antiga de modo a torná-la prática e bonita. O embelezamento e as paisagens se fixavam na imaginação popular. Paris era ao mesmo tempo simbólica e prática⁴⁴⁹. E assim como em Paris, no Rio de Janeiro os investimentos em embelezamento e na valorização da paisagem da cidade, como a abertura da Avenida Beira-Mar, foram recursos utilizados pensando não somente em questões práticas mas também simbólicas. Coube à imprensa fazer a propaganda desse novo Rio de Janeiro, projetado para ser a Europa nos trópicos.

Ávidos, curiosos, seguíamos por essa longa Avenida encantadora, despertados, aqui, ali, pelo fom-fom moderno dos automóveis, pelo guisalhar novo da alimária dos fiacres, Márcio exultava:

-Vês? Tudo moderno: tudo civilização. São os autos que passam na inconsciência vertiginosa do seu mecanismo, no seu desgracioso feitio de fogões...

⁴⁴⁶HUNT, Lynn. Op. Cit., p. 99.

⁴⁴⁷BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, 1989. p. 11.

⁴⁴⁸ALBERT, Pierre e TERROU, Fernand. *História da Imprensa*, 1990. p. 51.

⁴⁴⁹NEEDELL, Jeffrey D. Op. Cit., p. 51-52.

a gasolina. É o engenho humano vencendo a elegância animal. Olha. Agora são os flacres. É Paris, puro Paris, até na cor das lanternas e na posição desanimada dos cavalos. Tudo novo, tudo civilização. (...) ⁴⁵⁰

Para Lewis Mumford, os meios de comunicação de massa possuem um importante papel difusor a fim de padronizar comportamentos em torno de uma metrópole, essa a detentora dos costumes a serem copiados pelas demais cidades. Embora sua análise esteja relacionada à difusão da propaganda de produtos para consumo em uma sociedade que já utilizava canais de comunicação de maior alcance como a televisão e o rádio, ela pode ser aplicada nessa pesquisa pela importância dada por Mumford à metrópole como o centro irradiador de modas e costumes. Segundo Mumford, os meios de comunicação, onde se incluem os jornais, trabalhavam para um fim comum: “dar a marca da autenticidade e de valor ao estilo de vida que emana da metrópole, fazendo com que cada afastamento do padrão metropolitano pareça deploravelmente provinciano, rude, desatualizado” ⁴⁵¹. A meta final desse processo seria uma população homogênea e padronizada, segundo o molde metropolitano. Esse tipo de influência, típica de cidades dotadas de capitalidade como o Rio de Janeiro, era propagada pelos jornais dos estados brasileiros por meio desse discurso de ode à modernização da capital. O Rio de Janeiro já era considerado um padrão para outras regiões desde sua época como Corte Imperial, e sua influência não só continuaria no início do século XX como seria intensificada pela comunicação de massa e sua capacidade de difusão generalizada de bens simbólicos ⁴⁵².

Por fim, não se pode pensar no discurso sem pensar na sua relação com o leitor. Afinal, como diz Roger Chartier, “um texto só existe se houver um leitor para lhe dar um significado” ⁴⁵³. Os discursos sobre o projeto republicano de revitalização da capital surgiram num momento em que o público leitor demandava por mais informações num tempo cada vez mais curto. E tais informações eram absorvidas independente do baixo nível de alfabetização no país na época, que, conforme será mostrado na tabela abaixo, possuía pouco de 25% de alfabetizados.

⁴⁵⁰Mario Paderneiras. *Tradições*. Kosmos. outubro.1906. In: BRENNNA, Giovanna Rosso del. Op. Cit., p. 520-521. A crônica mostra o diálogo dois amigos passeando pela Avenida Central, que seria símbolo da modernidade, do progresso e da civilização.

⁴⁵¹MUMFORD, Lewis. *A cidade na história. Suas origens, transformações e perspectivas*, 1991. p. 580.

⁴⁵²THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia*, 2012. p. 53.

⁴⁵³CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*, 1994. p. 11.

Independente do baixo número de pessoas alfabetizadas no início do século XX ⁴⁵⁴, as notícias se espalham. Em *A ordem dos livros*, Roger Chartier explica que as taxas de alfabetização não fornecem uma justa medida da familiaridade com o escrito, pois a relação do leitor, analfabeto ou não, com o discurso vai além da palavra escrita, estando presente em outras formas simbólicas⁴⁵⁵. A leitura pode se dar através de leituras em voz alta ou participação em conversas, ainda mais numa sociedade que fora durante anos regida pela oralidade⁴⁵⁶. A imagem também é uma forma de leitura e compreensão da realidade, e sua representação como meio de comunicação se fazia cada vez mais presente.

Analfabetismo em diversos Estados do Brasil*

Recenseamento de 1906

ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	DE 1.000 HABITANTES	
	SABIAM LER	ERAM ANALFABETOS
ALAGOAS	200	800
AMAZONAS	321	679
BAHIA	228	772
CEARA	218	782
DISTRITO FEDERAL**	519	481
ESPIRITO SANTO	269	731
GOIAS	218	782
MARANHAO	254	746
MATO GROSSO	270	730
MINAS GERAIS	256	744
PARA	300	700
PARAIBA	168	832
PARANA	239	761
PERNAMBUCO	193	807
PIAUI	173	827
RIO DE JANEIRO	231	769
RIO GRANDE DO NORTE	204	796
RIO GRANDE DO SUL	326	674
SANTA CATARINA	257	743
SÃO PAULO	247	753
SERGIPE	247	753
TOTAL	254	746

Tabela 2 - Analfabetismo em diversos Estados do Brasil – Recenseamento de 1906.⁴⁵⁷ Fonte: BOMENY, Helena M.

Chartier explica que a leitura é algo ilimitado, e que não pode ser deduzida dos textos dos quais ela se apropria⁴⁵⁸. Há, portanto, uma dialética entre a imposição e a apropriação, ou seja, entre o discurso (materializado no texto) e o seu leitor. Assim, não é possível generalizar a forma como as notícias da capital eram recebidas, pois cada leitor, e isso inclui aqueles que

⁴⁵⁴Segundo o recenseamento de 1906, a taxa de analfabetismo no Brasil era de cerca de 74,6 %. Apud BOMENY, Helena M. *Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira.*, 2003. 29f. p.2.

⁴⁵⁵CHARTIER, Roger. Op. Cit., p.26-27

⁴⁵⁶ROMANCINI, Richard e LAGO, Cláudia. *História do jornalismo no Brasil*, 2007. p.32. Nessa obra, os autores se referem à oralidade presente no Brasil do início do século XIX. Mas a oralidade continuou fazendo parte da cultura do país durante todo o século, e ainda no início do século XX, se fazia presente, devido ao alto índice de analfabetos que ainda existiam no país, conforme mostra a tabela do recenseamento de 1906.

⁴⁵⁷BOMENY, Helena M. Op. Cit., p. 2

⁴⁵⁸CHARTIER, Roger. Op. Cit., p. 27

nem sequer pegaram num jornal, recebia as notícias de acordo com as suas particularidades. Nenhuma recepção é passiva, e a repercussão das reformas na imprensa interagiam com a realidade do seu receptor. Apesar de terem sido um recurso de unificação do regime republicano no coração da população, as transformações da capital foram absorvidas de acordo com as realidades de cada estado, regiões que por maior encantamento que tivessem em relação ao progresso da capital, também possuíam sua própria cultura.

A repercussão da reforma da capital federal no país não significava que os outros estados tivessem que ser necessariamente uma cópia da capital, até porque cada um deles possuía suas peculiaridades, sua administração e sua história. Possuem também sua cultura, com suas músicas, seu sotaque, sua culinária... houve muitos movimentos sociais em diversas regiões brasileiras ao longo da história do país. Estados como Pernambuco, Minas Gerais, Bahia, São Paulo, fundaram suas universidades e formavam sua elite intelectual no século XIX, ainda como províncias. Todas essas características fazem de cada um desses estados um lugar único e que não precisava e nem poderia absorver toda a suposta modernidade da capital como era descrita nos jornais.

Segundo Paul Ricoeur, o universo projetado pela narrativa se encontra com o universo do leitor, sua realidade e suas expectativas⁴⁵⁹. Há portanto, uma dialética entre esses dois universos, onde a ação do leitor não deve ser resumida à simples absorção, pois este dialoga com o discurso, que é apresentado como uma representação da realidade, quando não é nada menos que uma representação das circunstâncias que envolvem o seu autor.

O jornal mostrava fatos: a capital estava passando por uma reforma, a Avenida Central possuía prédios elegantes, os bairros da Zona Sul desfrutavam de uma paisagem privilegiada. Mas sobre esses fatos, eram sobrepostos interesses e pontos de vista. Os heróis da reforma foram construídos pelo discurso. A condição do Rio de Janeiro como conjunto da nação, construída ao longo de sua história, foi reforçada naquele momento pelo discurso. E a forma como a população de outros estados brasileiros recebia isso variou de leitor para leitor, de classe para classe, de cultura para cultura.

⁴⁵⁹BARBOSA, Marialva Carlos. *Percursos do olhar: comunicação, narrativa e memória*, 2007. p. 19-20. No capítulo *O "filósofo do sentido" e a comunicação*, a autora analisa a abordagem teórica de Paul Ricoeur sobre a questão da narrativa, exposta em sua obra *Tempo e narrativa*, publicada pela primeira vez na década de 1980 e dividida em três volumes.

São inúmeras as formas de recepção de um discurso. Os discursos sobre a Grande Reforma Urbana podem ter penetrado na mente de um leitor curioso, imaginando como estaria a capital de seu país, cada vez mais apresentada como um cartão-postal. Ou provocado questionamentos do leitor desconfiado, que sabe que tudo tem um preço. Pode ter incitado um leitor a fazer comparações, reclamando e cobrando melhorias à gestão de sua cidade. Pode ter apresentado ao poder local um modelo de “melhoramentos” para as capitais de seus estados. Era também um meio de manter informadas as oligarquias interessadas nas mudanças da capital. Todas essas trocas se inseriam no contexto de legitimação do regime republicano.

As notícias que circulavam pelo país foram produzidas por olhares que nem sempre coincidiam com os olhares de seu receptor. Provavelmente esses discursos civilizatórios representavam mais os anseios dos jornalistas, dos editores e do poder público do que os anseios da população local, envolta em seu cotidiano. Mas o que se percebe é que, independente da relação da população desses estados com a Grande Reforma Urbana, as notícias cada vez mais frequentes dessas mudanças na capital, destacando os seus aspectos positivos, pretendiam penetrar na sua imaginação como algo da qual ele se sentia parte, enquanto brasileiro. Lançando mão desse investimento simbólico, seria mais fácil convencê-lo a “abraçar” o regime.

Como disse Carlos Lessa, em *O Rio de todos os Brasis*, o Rio de Janeiro como cidade maravilhosa foi uma produção da República Velha (1889-1930). Sua construção como cartão-postal do país ao longo de sua história foi cada vez mais legitimada pelos meios de comunicação por todo o território nacional. Essa construção foi implantada no imaginário nacional de maneira tão profunda, que mesmo após a transferência da capital federal para Brasília em 1960, o Rio não perdeu sua representação como a vitrine do país, ainda que tenha entrado em decadência década após década.

O Rio é, a partir do início do século, a capital federal, assumida com muito orgulho. O Rio de Janeiro passa a ser para o Brasil um início de absolvição. O passado brasileiro nos condena, porém o futuro nos pertence. A cidade é a credencial desta promessa.⁴⁶⁰

⁴⁶⁰LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis. Uma reflexão em busca de autoestima*, 2001. p. 211.

Quanto à circulação dos discursos sobre a capital, esta alcançou uma enorme amplitude, e por fim, assistiam-se jornais cariocas reproduzindo artigos de jornais de outros estados sobre a Grande Reforma Urbana. Um exemplo foi a *Gazeta de Notícias*, que reproduziu um artigo publicado dez dias antes pelo jornal catarinense *Gazeta de Joinville*, cuja coluna “*Do Rio a Joinville*”, apresentava um panorama dos acontecimentos da capital.

Abençoada renovação esta do Rio de Janeiro! Mil vezes abençoada! Dizer que o Rio se transforma é dizer quase o impossível, quase um absurdo: é dizer que sobre as ruínas desta capital velha e pestilenta vai erguer-se uma capital nova e sadia.

Já as obras se dividiram por toda a parte: obras no porto, no seio das águas, nas praças, nas ruas, nas avenidas, obras debaixo da terra, minando, e obras mesmo no ar, atando fios e esticando arames. Arrasam-se pardieiros tristes, colados de anúncios rotos, desmoram-se tavernas de portais gordurentos e um renque inteiro de antigos palacetes, arruinados e podres, vem abaixo com sua fidalguia colonial.

Abrem-se novas ruas, alargam-se outras; as praças arborizam-se, os jardins florescem e em qualquer canto de terra tem-se luz, tem-se ar e uma nesga de céu para ver.

Benefícios incalculáveis faz o Sr. Passos ao povo carioca... tanto mais incalculáveis quanto de desinteresse ele tem em suas ações. E porque ele, embora viva no governo, anda com o espírito no povo, adivinhando-lhe os desejosos, sondando-lhes as necessidades, prescrutando-lhe os males. Homens como este existem poucos, muito poucos. Este é um carioca de nervos vibrantes e um honrado (...).⁴⁶¹

Este último capítulo procurou mostrar a importância que os investimentos simbólicos tiveram na produção de um senso comum em favor da República a partir da remodelação do Rio de Janeiro, então capital federal. A capital remodelada era a materialização da inserção do país em novos tempos, tempos modernos, que estariam em consonância com o novo regime. E a imprensa teve um papel fundamental nessa produção simbólica produzindo seus discursos, favorecendo a exposição da cidade no cenário internacional e a aceitação do regime republicano em dimensão nacional. Mesmo com o abalo sofrido por seu esvaziamento político, principalmente no governo Campos Sales, o Rio de Janeiro foi o palco das reformas, das mudanças superestimadas pela imprensa. Sua escolha como palco dos dessas mudanças se deu por sua imensa representação, construída ao longo de sua história, uma capitalidade que se desenhava nos anos iniciais da colonização e que foi se desenvolvendo até se intensificar ao

⁴⁶¹Gazeta de Notícias, *Do Rio a Joinville*, 27/06/1905. O artigo foi publicado originalmente no jornal *Gazeta de Joinville* em 17/06/1905.

longo do século XIX. Mesmo o seu abalo não tirou o posto do Rio de Janeiro de cidade mais conhecida do Brasil no cenário nacional e internacional. E isso foi reforçado com a Grande Reforma Urbana, com o apoio da imprensa.

CONCLUSÃO

A cidade do Rio de Janeiro foi a protagonista desse trabalho, que contou com abordagens que se conectam entre si: a Grande Reforma Urbana, a imprensa, a capitalidade do Rio de Janeiro, sua representação enquanto vitrine do país. Uma não seria a mesma sem a outra. A Grande Reforma Urbana não teria tido o alcance que teve, não apenas no Rio como a nível nacional, se não fosse reforçada pela imprensa. Ao mesmo tempo, a condição da capital enquanto vitrine da nação foi reforçada pela Grande Reforma Urbana e pelos discursos dos jornais e revistas da época. Discursos que ultrapassaram as fronteiras da cidade, sendo recebidos e também produzidos por jornais de todo o país. E as mudanças na imprensa, incluídas no contexto de modernização na época, se conectam com a própria história do país, que vivia um momento em que os ideais republicanos de ordem e progresso precisavam ser legitimados. Os discursos produzidos e divulgados pela imprensa, que passava por um momento de avanços na comunicação, foram fundamentais. Portanto, “não há como escrever sobre a história da imprensa sem relacioná-la com a trajetória política, econômica, social e cultural do país”⁴⁶².

A Grande Reforma Urbana englobou as duas grandes reformas vigentes na época, uma da alçada federal, comandada por uma equipe que incluía os engenheiros Paulo de Frontin, Lauro Muller e Francisco Bicalho; e outra da alçada municipal, comandada pelo prefeito Pereira Passos, nomeado com plenos poderes de intervenção na malha urbana carioca. Embora alguns trabalhos sobre a história do Rio de Janeiro tenham abordado tais eventos como um único projeto, comandado por Pereira Passos, na verdade havia com projetos distintos, mas complementares. No entanto, a construção da Avenida Central, foi um episódio que efetivamente uniu os dois projetos, pois planejada como um projeto federal, acabou recebendo a intervenção de Pereira Passos, principalmente em sua extremidade Sul, transformada em polo cultural.

A extremidade Sul da “grande avenida” (assim chamada por muitos discursos da imprensa na época) terminava onde começava outra avenida, que também remodelada, se tornou outro símbolo da Grande Reforma Urbana: a Avenida Beira-Mar. A partir dessa avenida o Rio de Janeiro seguia em direção à região que se tornaria a área mais privilegiada da cidade, e a de maior atração de turistas no Brasil: a Zona Sul. A urbanização da Zona Sul foi marcada

⁴⁶²MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. *História da Imprensa no Brasil*, 2011. p.8.

por investimentos ao longo da primeira metade do século XX, tornando essa região o símbolo do glamour, da beleza e do modo de vida aprazível. Essa foi a cidade apresentada nos jornais de todo o país como a nova capital, modernizada, livre das epidemias e que ainda tinha o privilégio de agregar a isso uma esplêndida beleza natural.

Tais regiões privilegiadas da cidade receberam um alto investimento material e simbólico, e sua transformação foi promovida e divulgada pela imprensa. As fotografias, muito presentes em álbuns, revistas ilustradas e alguns jornais, também tiveram um papel importante na produção de uma imagem idealizada da cidade, onde os contrastes iam sendo anulados. Tanto palavras quanto imagens eram discursos utilizados estrategicamente a fim de produzir um consenso sobre a importância dos melhoramentos. Tais discursos penetraram no imaginário e no coração da população de todo o país, afinal, as mudanças na capital eram vistas como o ponto de partida para as mudanças em outros estados.

Ironicamente, a capital que precisou ter sua política esvaziada para reforçar a emergência das oligarquias agrárias, recebeu também um forte investimento para sua revitalização. Marcada por epidemias, agitações e um aspecto considerado colonial pelo poder público, o Rio de Janeiro precisaria se “reinventar” para cumprir as metas do governo federal e se tornar um exemplo de progresso e civilização. Cabe lembrar que, dentro dos ideais republicanos, o progresso conduziria à civilização e não o contrário, como era na época do Império.

A imprensa, que surge oficialmente no país em 1808, e que após o fim da censura em 1821, vai se desenvolvendo ao longo dos oitocentos, reforçou a posição de destaque do Rio de Janeiro frente a outras regiões brasileiras. A cidade já apresentava um caráter de abertura ao mundo desde as primeiras incursões europeias em suas terras, despontando então como um espaço de intensa movimentação e circulação de ideias, e conseqüentemente aberto a trocas comerciais e culturais. Essa capitalidade foi reforçada pela centralidade adquirida com a chegada da Família Real Portuguesa em 1808. D. João VI instalou um aparato burocrático na cidade, além de promover uma remodelação cultural aos moldes europeus. Ao longo do século XIX, a elite imperial projeta no Rio de Janeiro, que se torna Corte Imperial a partir da independência de Portugal em 1822, um modelo de civilização visando afastar cada vez mais a cidade do aspecto provinciano. A Corte Imperial tornava-se um modelo para outras províncias do país e o Rio vai se firmando como cidade-capital.

A imprensa se desenvolve em consonância com as mudanças no país, representado pela capital, palco dos principais acontecimentos políticos e culturais, absorvendo intelectuais de várias regiões do Brasil, tornando-se o lócus das “cabeças pensantes”. Em finais do século XIX, novas técnicas são introduzidas na imprensa, proporcionando maior número de tiragens e facilitando a circulação dos jornais e das ideias. Esse momento coincide com momentos decisivos na história do país, como a abolição da escravidão e o advento da República. A imprensa torna-se um instrumento de divulgação de ideias republicanas, e promove uma forte campanha por mudanças na “capital pestilenta, de ruas estreitas e arquitetura colonial”, segundo seus discursos. A discussão sobre tais mudanças, chamadas pelo poder público de “melhoramentos” (promovendo a dicotomia velho x novo), ganharam força após o fim do governo provisório, representado pelos militares, sendo finalmente implantadas após a estabilidade política e econômica conquistada pela gestão do então presidente Campos Sales (1898-1902).

Atendendo aos interesses das poderosas oligarquias, especialmente a paulista, com a qual estava relacionado, Campos Sales promoveu o esvaziamento político da capital, marcada pela agitação política nas ruas e pela interferência da elite política local. Ao mesmo tempo, a capital era o local com maior poder de atração aos olhos estrangeiros. Esta posição foi conquistada ao longo de toda a sua história, e sua representação como vitrine da nação demandava um investimento a fim de atrair mão de obra imigrante e investimentos estrangeiros, não somente para o estado do Rio de Janeiro, mas também para outros estados, especialmente São Paulo e Minas Gerais. Além disso, havia a necessidade de legitimar o regime republicano no conjunto da população, ainda apegada à memória da monarquia e à figura central do Imperador D. Pedro II. Com a economia estabilizada e a agitação da população carioca controlada, o sucessor de Campos Sales, Rodrigues Alves (1902-1906), assumiu a presidência em 15 de novembro 1902 com condições de realizar os “melhoramentos” necessários à capital. O presidente escalou uma equipe representando o governo federal e nomeou o engenheiro Pereira Passos como prefeito. Passos contava com quase 70 anos na época de sua posse, cuja gestão fora orientada por mudanças no aspecto material da cidade mas também nos costumes da população.

Entre 1903 e 1906, o Rio de Janeiro assistiu à maior intervenção em seu espaço urbano até então. Graças à divulgação da imprensa sobre a remodelação da capital, o Rio de Janeiro era

notícia em todo o país. As matérias publicadas em jornais e revistas pretendiam expandir ideais de um novo Brasil representado pelo Rio de Janeiro. A capital federal, palco de agitações políticas, da efervescência cultural, dos contrastes de uma população vasta e heterogênea; e agraciada por uma encantadora beleza natural, foi marcada por investimentos simbólicos que a transformaram em cartão-postal do país. Cerca de 400 anos após as primeiras incursões europeias, o Rio de Janeiro continuava sendo uma cidade aberta ao mundo e a mais conhecida do Brasil, mesmo com a emergência de outros portos e outras economias no cenário nacional.

Um acontecimento tão relevante para a sua história como a Grande Reforma Urbana não ficaria de fora das páginas de jornais de outros estados do país, especialmente pela ampliação dos ideais republicanos pelo país. Esses jornais reproduziam e produziam artigos sobre a cidade, em consonância com os interesses republicanos de progresso. Tais discursos reforçaram a sua capitalidade e ao mesmo tempo foram produzidos e reproduzidos por causa dela. O Rio de Janeiro ocupava o imaginário nacional como o representante do país, portanto, sua renovação, além de provocar orgulho à imprensa de outros estados, criava expectativas de que tais mudanças ocorreriam nessas regiões.

Na produção do consenso sobre a importância da construção da nova capital, foram utilizados uma série de discursos que muitas vezes inseriram na memória da cidade apenas os aspectos positivos, ignorando os impactos sociais sobre a população. Além disso, a capitalidade do Rio de Janeiro era por vezes superdimensionada, e à cidade era atribuída uma grandiosidade acima de sua realidade. Tais aspectos mostram a ausência de neutralidade do discurso, que está sempre condicionado à realidade que cerca o seu autor. Portanto, quem promoveu a civilização e o progresso foi menos a ação do que o discurso, tendo em vista que as mudanças abrangeram em sua maioria, a parte privilegiada da cidade, aquela que o poder público desejava mostrar a fim de se alcançar os seus objetivos.

As ações sobre a capital e sua divulgação a nível nacional e internacional, não teriam acontecido se a cidade não possuísse uma forte representação cultural, construída ao longo de toda a sua história. Nos dias atuais, essa representação tem sido cada vez mais pulverizada, com a emergência de outras cidades brasileiras no cenário internacional ao longo dos anos, fator facilitado pela globalização, que se relaciona diretamente com os avanços dos meios de comunicação. Esses avanços também colocam em evidência os inúmeros problemas da cidade,

que permanece marcada por profundas contradições, acentuadas pelo abandono e pelo crescimento desenfreado.

Paradoxalmente a isso, a cidade carrega o peso de anos da capitalidade desenvolvida ao longo de sua história, especialmente após a chegada de D. João VI. As instituições criadas no século XIX, num momento em que o Brasil ia sendo configurado enquanto nação, e aquelas criadas ou planejadas na Avenida Central na época da Grande Reforma Urbana, ainda estão lá, em atividade: o Museu Nacional de Belas Artes, o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Museu Histórico Nacional, o Observatório nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, todos lugares de memória que não apenas simbolizam épocas de uma forte representatividade da então capital, como também carregam em seu acervo documental, a história do Brasil. Além disso, há outra característica marcante, que são os símbolos da integração da cidade à natureza, “criados” anos depois da Grande Reforma Urbana mas ainda durante a República Velha, como as praias de Copacabana e Ipanema, o Pão de Açúcar e o Cristo Redentor. Todos esses lugares são vistos não apenas como símbolos cariocas, mas símbolos nacionais, e ainda exercem um forte poder de atração.

Assim, mesmo se configurando atualmente como uma cidade decadente em termos econômicos e industriais, o Rio de Janeiro ainda é uma das cidades mais visitadas do país e palco de megaeventos como a Jornada Mundial da Juventude em 2003, os Jogos Pan-americanos de 2007, e as Olimpíadas de 2016, tendo sido a primeira cidade a sediar tal evento na América do Sul. Megaeventos inclusive que demandam reformas que continuam segregando parte da população, ou até mesmo deslocando-as de seu local de moradia, como ocorreu com o projeto Porto Maravilha, que desalojou centenas de famílias da região portuária da cidade.

O Rio de Janeiro em toda a sua história, teve um peso simbólico muito forte, por diversos fatores: por sua condição de capital durante muitos anos, por ter sido sempre uma cidade portuária e aberta a trocas culturais, pela inclinação política de sua população, e até por suas belezas naturais. Sua representatividade pode não ser a mesma, mas não se esvaiu por completo porque sofreu um esvaziamento político com a emergência das oligarquias na República Velha ou porque a cidade deixou de ser a capital em 1960. O Rio de Janeiro encontra-se em um processo de decadência nos dias atuais, mas ao mesmo tempo ainda se insere no imaginário estrangeiro quando se pensa em Brasil, ainda que não seja mais a única.

Isso nos faz pensar a representatividade da cidade hoje e ontem, pois o passado e o presente interagem. E o período das reformas urbanas na gestão de Rodrigues Alves e Pereira Passos teve um significado forte para a representação da cidade como referência nacional e como vitrine na esfera nacional e internacional. Os jornais da época não apenas informavam sobre os acontecimentos, mas eram eles mesmos, agentes da história, produtores de discursos muitas vezes coniventes com o poder público e que teriam peso sobre o consenso da população. E os acontecimentos no Rio de Janeiro, que era como o “coração” do Brasil, se espalhavam por todo o país, por regiões que possuíam suas próprias condições e peculiaridades e que não seriam uma cópia. Mas que de certa forma, se sentiam mais próximas daquelas mudanças, através das notícias sobre a capital renovada, de acordo com os discursos que produziam sobre ela.

Segundo José Alexandre Tavares Guerreiro, “As reformas urbanas dão bem a medida da mentalidade nova, e o Rio de Janeiro de Pereira Passos se torna amostra exemplar dessa modernização da vida brasileira na grande cidade”⁴⁶³. No entanto, é importante considerar a imensa diversidade regional do país e que nem todas as cidades brasileiras no início do século XX eram como o Rio de Janeiro ou mesmo a próspera São Paulo. Até mesmo as classes que absorviam as notícias da capital em outros estados se desenvolveram de formas diferentes⁴⁶⁴. Ainda que as capitais dos diversos estados estivessem se modernizando, as condições e os processos de mudança eram diferentes, e o país permanecia em grande parte essencialmente agrário e latifundiário. Por outro lado, isso não diminui a importância dessas regiões na formação da história do Brasil, apesar do destaque ocupado pelo Rio de Janeiro, então capital, sede do governo, local de grandes acontecimentos políticos, e polo de atração de migrantes e imigrantes. É justamente a diversidade regional que reúne tantas culturas, climas e paisagens diferentes, que fez e faz do Brasil o país que hoje conhecemos.

⁴⁶³GUERREIRO, José Alexandre Tavares. *Consciência e sociedade civil*, 2019. p.44.

⁴⁶⁴PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política*, 1997. p. 15.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

Bibliografia

ABREU, Márcia. *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras/FAPESP, 2007.

ABREU, Maurício de Almeida. *Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução*. Rio de Janeiro: Revista Rio de Janeiro, 2003.

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2008. (1ª edição: 1987)

ABREU, Regina. Vozes dissonantes da cidade-espelho da nação: o Rio de Janeiro ressignificado sob as lentes da favela no século XXI. In: COSTA, Frederico Lustosa; ZAMOT, Fuad (orgs.). *Rio de Janeiro: uma cidade, muitas capitais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALBERT, Pierre e TERROU, Fernand. *História da Imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*; tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas, RIBEIRO, Raphael Rajão. *Histórias de bairros de Belo Horizonte: Regional Centro-Sul*. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH, 2008.

ASSUNÇÃO, Paulo de. *São Paulo imperial: a cidade em transformação*. São Paulo: Arké, 2004.

ATHAYDE, Raymundo A. de. *Pereira Passos, o reformador do Rio de Janeiro. Biografia e história*. Rio de Janeiro: A Noite, 1944.

AZEVEDO, André Nunes de. A capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica. In: AZEVEDO, André Nunes (org.). *Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: UERJ/SR-3/Depext, 2002.

AZEVEDO, André Nunes de. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/ Mauad X, 2016.

AZEVEDO, André Nunes de. *A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana*. Revista Rio de Janeiro, n.10, UERJ, Rio de Janeiro: maio-agosto, 2003.

AZEVEDO, André Nunes de. *A Reforma Urbana do prefeito Pereira Passos e o ideal de uma civilização nos trópicos*. Revista Intellectus. Ano XV, n. 2, UERJ: Rio de Janeiro, 2015.

AZEVEDO, André Nunes de. *Entre o progresso e a civilização: o Rio de Janeiro nos traçados de sua capitalidade*. Dissertação (Mestrado em História). UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

AZEVEDO, André Nunes de. *Um esboço biográfico de Francisco Pereira Passos. O progresso sob a égide da civilização*. Revista UERJ, v.8, n.2, Rio de Janeiro, 2009.

BARBOSA, Marialva Carlos. *História Cultural da Imprensa (1800-1900)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Marialva Carlos. *História Cultural da Imprensa (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, Poder e Público. Os diários do Rio de Janeiro – 1880-1920*. Tese (Doutorado em História Social das Ideias) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

BARBOSA, Marialva Carlos. *Percursos do olhar: comunicação, narrativa e memória*. Niterói: EdUFF, 2007.

BARRA, Sérgio. *Entre a Corte e a cidade. O Rio de Janeiro no tempo do rei (1808-1821)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: Um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Biblioteca Carioca, 1992.

BENJAMIN, WALTER. Sobre o Conceito de História. In: LÖWY, Michel. *Aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOMENY, Helena M. *Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus Editora, 1996.

BRENNA, Giovanna Rosso del. *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Biblioteca Central – PUC, 1985.

BRIGGS Asa e BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia. De Gutenberg à internet*. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias; revisão técnica Paula Vaz. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAMARGO, Angélica Ricci. *Ministério da Justiça e Negócios Interiores: um percurso republicano (1891-1934)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

CARDOSO, Rafael. Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado. In: KNAUSS, Paulo et al., organizadores. *Revistas Ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: MAUAD X: FAPERJ, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (1ª edição: 1987)

CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. In: CARVALHO, Maria Alice de Rezende (Org). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao Estudo das Habitações Populares-Rio de Janeiro :1896-1906*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas- Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995. (Dissertação de Mestrado em História defendida na UFF – Universidade Federal Fluminense; Niterói, 1980)

CARVALHO, Marcus F.M. A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX. In: FERREIRA, Tania Maria, MOREL, Marco, NEVES, Lúcia Maria Bastos P. (orgs.) *História e imprensa. Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/ FAPERJ, 2006.

CASTRO, César Augusto & LOPES, Kênia Gomes. *O Ensino Público no Brasil no final do século*, 2002. SBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação. II Congresso Brasileiro de História da Educação. Natal, 3 a 6 de novembro de 2002.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2001. (1ª edição: 1986)

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de Mary del Priore, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CHOAY, François. *Urbanismo. Utopias e realidades. Uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro. 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COSTA, Carlos Roberto da. *A revista no Brasil, século XIX. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007*.

COSTA, Frederico Lustosa; O'DONNELL, Julia Galli; MENDES, Pedro Barbosa. Rio de Janeiro, uma cidade na história. In: COSTA, Frederico Lustosa; ZAMOT, Fuad. *Rio de Janeiro: uma cidade, muitas capitais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

DARNTON, ROBERT. *A questão do livro. Passado, presente e futuro*. Tradução de Daniel Pellizzari, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DARNTON, ROBERT. *O beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*. Tradução de Denise Bottman, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: Contexto, 2017.

EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. Edição original: EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Imprensa a serviço do progresso*. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

ELMALAN, Serge. Villegagnon ou a utopia tropical utopia. *História*, v.27, n.1, p. 247-282. São Paulo, 2008.

ENGELS, Friedrich. *A Questão da habitação*. São João del Rey: Estudos Vermelhos, 2013. (1ª edição: 1872)

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global Editora, 1988. (1ª edição: 1845)

FALCI, Miridan Britto Knox. *Análise historiográfica sobre as transformações urbanas na época de Pereira Passos*. Palestra no Instituto Histórico e Geográfico da Cidade e do Estado do Rio de Janeiro em 11.07.1986. Rio de Janeiro. Revista do IHGB, ano 0, n.30, 1987

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: USP, 2015.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história – volume 1*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FERNANDES, Mario Luiz. *Primeiros passos da imprensa catarinense*. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

FERREIRA, Tânia Maria Bessone da Cruz. A presença francesa no mundo dos impressos no Brasil. In: KNAUSS, Paulo et al., organizadores. *Revistas Ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: MAUAD X: FAPERJ, 2011.

FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FONSECA, Juliana de Souza. *Capitalidade e civilização na Reforma Urbana de Pereira Passos*. Dissertação (mestrado em História). UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

FONSECA, Letícia Pedruzzi. *A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX*. Dissertação (Mestrado em Design). PUC- Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

FREIRE, Américo. República, cidade e capital: o poder federal e as forças políticas do Rio de Janeiro no contexto da implantação republicana. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

FREIRE, Américo. *Uma capital para a República. Poder Federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000

FREYRE, GILBERTO. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Ed. Global, 2004. (1ª edição: 1936).

FRITSCH, Lilian de Amorim. *Palavras ao vento: a urbanização do Rio Imperial*. In: Revista do Rio de Janeiro, Niterói, Vol. 1, nº3, agosto /1986

FRITSCH, Winston. A estabilização conservadora. In: BACHA, Edmar et al., organizadores. *130 anos: em busca da República*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

GINZBURG, CARLO. *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Editora Schwarcz, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Denise. *A construção de um imaginário urbano: historiografia e imagens da cidade em Ostensor Brasileiro*. In: KNAUSS, Paulo et al., organizadores. *Revistas Ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: MAUAD X: FAPERJ, 2011.

GONÇALVES, Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2002.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Volume 2, caderno 24, 1934. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. (Escrito em 1934).

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *História e poder: as experiências do passado, o domínio do presente e as possibilidades futuras do Estado Imperial*. In: BAREL, Ana Beatriz Demarchi e COSTA, Wilma Peres. *Cultura e poder entre o Império e a República: estudos sobre os imaginários brasileiros (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2018.

HOBBSBAWN, Eric J. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 (.1ª edição: 1936).

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IOTTI, Luiza Horn. *A política imigratória brasileira e sua legislação – 1822-1914*. X Encontro Estadual de História. O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. Santa Maria, 2010.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *A República – oposições e consolidação*. In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org). *História política da República*. Campinas: Papirus, 1990.

JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares*. RGS - Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.20. N.57. fev./2005.

JUNIOR, James William Goodwin. *A Luz do progresso em Juiz de Fora: o jornal Pharol nas décadas de 1870-1880*. Revista Varia História. n.17. março/1997. Belo Horizonte.

KNAUSS, Paulo. O homem brasileiro possível – Monumento da Juventude Brasileira. In: KNAUSS, Paulo (Coord.). *Cidade Vaidosa. Imagens urbanas do Rio de Janeiro*, 1999.

KNAUSS, Paulo. *Revistas Ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. KNAUSS, Paulo, MALTA, Marize, OLIVEIRA, Cláudia, VELLOSO, Mônica Pimenta (organizadores). Rio de Janeiro: MAUAD X: FAPERJ. 2011.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis. Uma reflexão em busca de autoestima*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LESSA, Renato. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice de Rezende (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

LESSA, Renato. Campos Sales e a rotinização da República. In: BACHA, Edmar et al., organizadores. *130 anos: em busca da República*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

LINS, Vera. Em revistas, o simbolismo e a virada de século. In: OLIVEIRA, Cláudia de. *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer, CARVALHO, Lia de Aquino & STANLEY, Myriam. *Questão habitacional e o movimento operário*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

LOPES, Antônio Herculano. Do monarquismo ao “populismo”: o *Jornal do Brasil* na virada para o século XX. In: FERREIRA, Tania Maria, MOREL, Marco, NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *História e imprensa. Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/ FAPERJ, 2006.

LOVE, Joseph. *Autonomia e interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira, 1889-1937*. In: FAUSTO, Bóris (org.). *O Brasil republicano, volume 1: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

LOVE, Joseph. *O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha*. In: FAUSTO, Bóris. *O Brasil republicano, volume 1: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

MACIEL, Laura Antunes. *Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil*. In Revista Brasileira de História, São Paulo, v.21 p.127-144, nº 41, 2001.

- MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *De politécnicos a engenheiros: a engenharia entre a sociedade civil e a sociedade política no Brasil oitocentista*. In: ALMEIDA, Marta & VERGARA, Moema de Rezende (orgs.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2008.
- MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa em tempos de Império*. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MATTOS, Rômulo Costa. *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Rio de Janeiro, 2008. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como obtenção do título de doutor. Niterói, 2008.
- MAUAD, Ana Maria. O olho da história: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo. In: FERREIRA, Tania Maria, MOREL, Marco, NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *História e imprensa. Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/ FAPERJ, 2006.
- MELO, José Marques de. *Sociologia da imprensa brasileira*. Petrópolis: Vozes. 1973.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida. Cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- MOLINA, Matías M. *História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- MOREIRA, Paulo Renato Menezes. *O que se disse do que se fez: os jornais e a Grande Reforma Urbana. Rio de Janeiro 1903-1906*. Dissertação (Mestrado em História) UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.
- MOREL, Marco. *Os primeiros passos da palavra impressa*. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- MOTTA, Marly. *Rio, de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- MOURA, Ranielle Leal. *História das revistas brasileiras – informação e entretenimento*. VIII Encontro Nacional da História da Mídia. UNICENTRO, Guarapuava-PR, 28 a 30 de abril de 2011.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história. Suas origens, transformações e perspectivas*. Tradução Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MUSSE, Christina Ferraz. *A imprensa e a memória do lugar: Juiz de Fora (1870/1940)*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste. Juiz de Fora, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República: da queda da Monarquia ao Estado Novo*. São Paulo: Contexto, 2016.

NEEDEL, Jeffrey. *Belle Époque tropical. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Margarida de Souza, HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Atual, 1991.

NEVES, Margarida de Souza. *Brasil! Acertai vossos ponteiros!* Museu de Astronomia e Ciências Afins (Org). MAST/CNPq. Rio de Janeiro, 1992.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge Luís (orgs.). *Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio (et al). *A crônica: o gênero, sua fixação e suas 115 transformações no Brasil*. Campinas: Unicamp, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In *Revista Projeto História*. Nº 10 *História & Cultura*. São Paulo: PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em História, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Cláudia de. *A iconografia do moderno: a representação da vida urbana*. In OLIVEIRA, Cláudia (org.). *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, Cláudia de (org.). *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, Cristiane Jesus de. *Nas entrelinhas da cidade: a reforma urbana do Rio de Janeiro no início do século XX e sua imagem na literatura de Paulo Barreto*. Dissertação (Mestrado em História). UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

OLIVEIRA, Milena Fernandes de. *O “espaço” do comércio na São Paulo da Belle Époque (1890-1915)*. IX Congresso Brasileiro de História Econômica. 10ª Conferência Internacional de história de empresas. Curitiba, 2011.

PAOLI, Paula de. *Entre relíquias e casas velhas. A arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

PAULA, Cátia Franciele Sanfelice de. *O triunfo da cidade das letras e o papel dos letrados na vida sociocultural das cidades latinoamericanas*. Revista Fragmentos de Cultura, Goiânia, v.27, n.3, p.459-462, jul/set. 2017.

PESAVENTO, Fábio. *O colonial e a economia do Rio de Janeiro na segunda metade dos setecentos: 1750-90*. Revista Estudos Econômicos. FEA USP, São Paulo, vol. 42, n.3, p. 581-614, jul.-set. 2012.

PEREIRA, Ligia Maria Leite. *Imigração italiana e desenvolvimento em Minas Gerais*. V Seminário da imigração italiana em Minas Gerais. Revista da Imigração Italiana em Minas Gerais. UFMG, Belo Horizonte, 26 de outubro a 01 de novembro de 2010.

PEREIRA, Sônia Gomes. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. Tese de doutorado em Comunicação e Cultura. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação, UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. *Manuais de civilidade, modelos de civilização*. História em Revista. Núcleo de documentação histórica da Universidade de Pelotas - RS. Vol.9. Dez. 2003.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política*. In: FAUSTO, Bóris (org.). *O Brasil republicano, volume 2: sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

QUEIROZ, Eneida Quadro. *A guerra do “bota-abaixo”*. Revista Nossa História. V.34. ago.2006.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. *Dos cortiços aos condomínios fechados. As formas de moradia na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. IPPUR. UFRJ: FASE, 1997.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas. Crônicas*. Martin Claret, 2008. (1ª edição: 1908)

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas- Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995. (Dissertação de Mestrado em História defendida na UFF – Universidade Federal Fluminense; em 1983)

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *América Renascentista: as experiências modernas no espaço da Baía de Guanabara: a dupla fundação da cidade do Rio de Janeiro: entre utopias e ideais*. Revista Morus – Utopia e conhecimento.v.3. Campinas: UNICAMP, 2006.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins; MELLO, Juliana Oakim Bandeira de. *As reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro. Uma história de contrastes*. Revista Acervo. Arquivo Nacional. V.28.n.1. janeiro/jun. 2015. Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. Em algum lugar do passado. Cultura e História na cidade do Rio de Janeiro. In: AZEVEDO, André Nunes de (org.). *Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ Sr-3 UERJ, 2002.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *João do Rio: a cidade e o poeta – o olhar de flâneur na Belle Époque Tropical*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ROMANCINI, Richard e LAGO, Cláudia. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.

RORTY, Richard. *A Filosofia e o espelho da natureza*. Tradução Antônio Trânsito; revisão técnica César Ribeiro de Almeida. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

SANTOS, Ivison Poletto. *A sociedade Promotora de Imigração: formação e influência, 1886-1895*. Revista Histórica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº. 25, 25 set. 2007

SANTOS, Ricardo Alves da Silva. *Algumas interfaces da imprensa abolicionista alagoana (segunda metade do século XIX)*. Artigo apresentado no IX Encontro Estadual de História na Bahia. História e Movimentos Sociais. ANPUH. Salvador, 2018.

SERBENA, Carlos Augusto. *Imaginário, ideologia e representação social*. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH/ UFSC. Santa Catarina. nº 52, dezembro de 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SEVCENKO, Nicolau *Literatura como Missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. (1ª edição: 1983)

SILVA, Eduardo. *As Queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A Idade D'Ouro do Brasil e as formas de sociabilidade baianas. In: FERREIRA, Tania Maria, MOREL, Marco, NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *História e imprensa. Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/ FAPERJ, 2006.

SILVA, Mauro Costa da. *A telegrafia elétrica no Brasil Império – ciência e política na expansão da comunicação*. In Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v.4, n.1, jan./jun.2011.

SILVA, Mauro Costa da. *Tecnologia, Ciência e Sociedade: a telegrafia submarina no século XIX e a pesquisa em eletricidade*. Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Mauro Osorio; VERSIANI, Maria Helena. *História de capitalidade do Rio de Janeiro*. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n.7, pp. 75-90, jan./jun. 2015.

SILVA, Renata Augusta dos Santos. O gigante e a máquina – Pão de Açúcar. In: KNAUSS, Paulo. *Cidade Vaidosa. Imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOARES, Luiz Carlos. *O povo de Cam na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: 7 Letras / FAPERJ, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOLIS, Sidney Sérgio F. e RIBEIRO, Marcus Venício T. *O Rio onde o Sol não Brilha: Acumulação e Pobreza na Transição para o Capitalismo*. In: Revista do Rio de Janeiro, Niterói, Vol.1, nº1, 1985.

SOUSA, Simone Aparecida. *Discurso, autor e sujeito dentro da obra A Ordem do Discurso de Michel Foucault: uma análise metadiscursiva*. Juiz de Fora; UFJF, 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/darandina/files/2010/01/Simone-Aparecida-de-Sousa.pdf> . Acesso em 20 jul. 2018.

SQUEFF, Letícia. O caso do pintor Estevão Silva e a crise da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro no final do século XIX. In: BAREL, Ana Beatriz Demarchi e COSTA, Wilma Peres (orgs.). *Cultura e poder entre o Império e a República: estudos sobre os imaginários brasileiros (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2018.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro: Clavero, 1994.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia*; tradução de Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer. Petrópolis: Vozes, 2012.

VAINFAS, Ronaldo. *Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira*. Revista Tempo, nº 8, UFF: Niterói, RJ. Ago/1999. pp.7-22

VAZ, Lílian Fessler. *Dos Cortiços às favelas e aos Edifícios de Apartamentos: A Modernização da Moradia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Análise Social, 1994.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *As distintas retóricas do moderno*. In: OLIVEIRA, Cláudia de. *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *As tradições populares na “belle époque” carioca*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1988.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Tania Maria, MOREL, Marco, NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *História e imprensa. Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/ FAPERJ, 2006.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Um agitador cultural na Corte: a trajetória de Paula Brito*. In: KNAUSS, Paulo et al., organizadores. *Revistas Ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: MAUAD X: FAPERJ, 2011.

VERGARA, Moema de Rezende. *A Revista Brasileira e a divulgação da ciência no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins / MAST, 2014. (Originalmente apresentado como tese de doutorado em História Social da Cultura com o título: A Revista Brasileira: a vulgarização científica e a construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República, PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003).

VERGARA, Moema de Rezende. *Ciência e história no relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central na Primeira República*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro. v.13, n.4, p.909-925, out.-dez. 2006

VERGARA, Moema de Rezende. *A divulgação da Botânica no século XIX: o caso do jornal O Vulgarizador*. In: KNAUSS, Paulo et al., organizadores. *Revistas Ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: MAUAD X: FAPERJ, 2011.

VERGARA, Moema de Rezende. *Modernidade e Imagens de objetos de ciência e tecnologia em jornais ilustrados do final do século XIX*. Revista Museologia e Patrimônio. v.2, n. 2, jul/dez de 2009. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins / MAST, 2009.

VIDIPÓ, George. *A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro e os momentos decisivos (1888-1889)*. Anais do XVII encontro de História da ANPUH-Rio, 2016.

VIEIRA, Liliâne de Castro. *Ouro Preto e o século XIX: o mito da decadência*. Revista CPC, São Paulo, n.22, p.145-189, jul./dez. 2016.

XIMENES, Luciana Alencar. *Ocupações na zona portuária do Rio de Janeiro: soluções de moradia e ações de resistência no contexto de implementação do Projeto Porto Maravilha*. Monografia (Especialização em Sociologia Urbana) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ. Rio de Janeiro, 2017.

Sítios eletrônicos:

AQUINO, Gláucia Thomas de. *Intendente / Intendência Geral de Polícia da Corte e Estado do Brasil*. MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira. Arquivo Nacional. Rio de

Janeiro. 2016 - <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/217-intendente-intendencia-geral-de-policia-da-corte-e-estado-do-brasil>

BRASIL, Bruno. *Correio da Manhã*, 20/01/2020. Biblioteca Nacional. <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/> . Acesso em 01/02/2020.

BRASIL, Bruno. *Jornal do Brasil*, 05/03/2015. Biblioteca Nacional. <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/> . Acesso em 01/02/2020.

BRASIL, Bruno. *Jornal do Commercio*. 17/08/2015. Biblioteca Nacional. <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-commercio/>. Acesso em 10/08/2019.

BRASIL, Bruno. *O Paiz*. 02/04/2015 Biblioteca Nacional. <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/>. Acesso em 08/08/2019.

CAMARGO, Angélica Ricci. *Impressão Régia*. MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. 2016 – Disponível em <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/204-impressao-regia> > Acesso em 25 dez. 2019.

CAMARGO, Angélica Ricci. *Tipografia Nacional*. MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. 2016 – Disponível em <<http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/347-tipografia-nacional> > Acesso em 25 dez. 2019.

GABLER, Louise. *Repartição dos Telégrafos*. MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. 2016 – Disponível em <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/336-reparticao-dos-telegrafos> > Acesso em 12 out. 2019.

VALE, Renata William Santos do. *Construindo a Corte: o Rio de Janeiro e a nova ordem da cidade*. História Luso-Brasileira. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. 2018 – Disponível em <http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5226&Itemid=280 > Acesso em 15 dez. 2019.

Fontes Primárias

Revistas:

Revista Kosmos, N.11, ano I, novembro 1904
 Revista Kosmos, N.11, ano II, novembro 1905
 Revista Kosmos, N.12, ano III, dezembro 1906
 Revista Renascença, edição 003, ano 1, maio 1904
 Revista Renascença, edição 006, ano 1, agosto 1904
 Revista da Semana, N.232, ano V, 23 de outubro de 1904
 Revista da Semana, N.267, ano VI, 25 de junho de 1905

Jornais:

A Notícia
 A Província
 Correio da Manhã
 Correio do Brasil
 Correio Paulistano
 Diário da Manhã
 Diário de Notícias
 Gazeta da Bahia
 Gazeta de Joinville
 Gazeta de Notícias
 Gutenberg
 Idade d'Ouro do Brasil
 Jornal do Brasil
 Jornal do Commercio
 Jornal do Maranhão
 Jornal do Recife
 O Commercio de São Paulo
 O Dia
 O Estado de São Paulo
 O Monitor
 O Paiz
 O Pharol
 O Vulgarizador

Decretos:

Decreto nº 391 de 10 de fevereiro de 1903 - *Regulamento geral de construções e concertos de prédios*. Art. 27.

Decreto nº 4969 de 18 de setembro de 1903 – *Aprova planos, plantas e orçamentos para a execução das obras de melhoramentos do porto do Rio de Janeiro, declara desapropriados os prédios e terrenos nelas compreendidos e cria uma caixa especial para esses serviços*.

Códices do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro:

Código 42-2-11. *Desapropriação de vários prédios e terrenos (1893)*. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – AGCRJ.

Recenseamentos:

Recenseamento Geral do Brasil, 1872. Directoria Geral de Estatística do Império, 1872.

Recenseamento do Rio de Janeiro: (Districto Federal): realizado em 20 de setembro de 1906. Oficina da Estatística, 1907.

IBGE – Conselho Nacional de Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. *As favelas do Distrito Federal e o censo demográfico de 1950*. Documentos censitários. Série C.n.9, 1953.

Fotografias:

Correio da Manhã. Arquivo Nacional

Família Ferrez. Arquivo Nacional

Fotografias avulsas. Arquivo Nacional

Ordens Honoríficas. Arquivo Nacional

Álbuns fotográficos:

FERREZ, Gilberto. *Fotografia no Brasil, 1840-1900*. Tradução de Stella de Sá Rego. US. 1984

FERREZ, Marc. *O álbum da Avenida Central. Um documento fotográfico da construção da Avenida Rio Branco*. Rio de Janeiro, 1903-1906. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia/ Ex Libris, 1983.

VASQUEZ, Pedro. *Mestres da fotografia no Brasil: Coleção Gilberto Ferrez*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1995.

Mapas e plantas:

Academia Brasileira de Letras. Arquivo Nacional

BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Atlas da Evolução Urbana do Rio de Janeiro (1565-1965)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, 1965. Edição pertencente ao fundo documental Cartográfica, sob guarda do Arquivo Nacional

Comissão Construtora da Avenida Central. Arquivo Nacional

Francisco Bhering. Arquivo Nacional

Francisco Lobo Pereira Leite. Arquivo Nacional

Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Arquivo Nacional

Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Arquivo Nacional

Mensagens oficiais:

Manifesto inaugural de Francisco de Paula Rodrigues Alves 1902

Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, 1903

Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, 1904

Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, 1905

Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, 1906

Mensagem do Prefeito do Distrito Federal, 1903 – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Mensagem do Prefeito do Distrito Federal, 1906 – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro